

As Iniciativas de Intervenção Local dos Arquitetos:
Oportunidades de Inovação Sócio-Territorial?
Estudo de caso na Cova do Vapor

Ana Catarina de Sousa Louro Ferreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Urbanos

Orientadora:
Doutora Maria Teresa Marques Madeira da Silva, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2014

**Aos meus pais,
por todo o apoio.**

Agradecimentos

A presente dissertação resulta de um trabalho de investigação que não seria possível sem o apoio e a generosa colaboração de inúmeras pessoas e entidades que aqui pretendo enaltecer. Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, Professora Teresa Madeira da Silva, pelo apoio, estímulo e confiança que sempre depositou nas minhas capacidades de trabalho e de condução da investigação a bom porto.

Agradeço às instituições ISCTE e UNL e à coordenadora do mestrado em Estudos Urbanos, a Professora Teresa Costa Pinto, por me terem proporcionado uma oportunidade única de formação científica. Igualmente à Professora Teresa Costa Pinto, agradeço todo o acompanhamento e crítica construtiva e enriquecedora que deu a este trabalho.

Aos restantes professores e aos colegas e investigadores convidados para os seminários realizados no âmbito do mestrado, agradeço a troca de ideias que muito contribui para aquilo que se tornou este estudo. Especialmente ao meu colega Nuno Rodrigues agradeço todo o seu apoio e incentivo.

Igualmente especial é o meu agradecimento a todos os que tornaram possível o estudo de caso que aqui se apresenta: não só a alguns dos agentes das iniciativas pela disponibilidade demonstrada na partilha de informação e documentação – Amália Buisson, Diana Pereira, Sofia Costa Pinto, Dolores Papa, Eduardo Conceição e Martinho Pita –; como também a todos os habitantes da Cova do Vapor entrevistados, sejam permanentes ou ocasionais, pela sua simpatia e igual disponibilidade na partilha das suas visões sobre o lugar e os projetos em estudo.

Ao Filipe Balestra e Alexander Römer agradeço a atenção prestada nos contactos estabelecidos. Aos conselheiros da Biblioteca do Vapor – Sr. Eduardo Gomes, Susana Silva, Sandra Garcia e Rute Moutinho –, ao representante da Associação de Moradores da Cova do Vapor, o Sr. José Carlos Cleto, e sua esposa, D. Filomena Cleto, agradeço especialmente o seu afável acolhimento.

Ainda no âmbito do estudo de caso, quero agradecer à Câmara Municipal de Almada por se ter demonstrado disponível para partilhar a sua visão relativamente ao meio e às iniciativas em estudo, particularmente ao adjunto da vereação, o arquiteto Ricardo Carneiro. Sem o seu contributo esta investigação seria menos rica.

Por último, mas não menos importante, ao Nuno e aos meus familiares e amigos que me acompanharam durante este percurso, o meu sincero agradecimento pelo carinho, apoio, incentivo e compreensão das minhas ausências. O meu maior agradecimento vai para os meus pais, a quem dedico este trabalho, por todo o esforço depositado ao longo da minha formação. A eles se deve a concretização deste trabalho.

A todos, muito obrigada!

Resumo

O presente estudo pretende contribuir para o debate sobre as iniciativas de intervenção local dos arquitetos. Partindo de uma reflexão sobre a participação do arquiteto na sociedade contemporânea – em que se enquadram conceitos críticos como a Arquitetura Não-Solicitada, a Prática Espacial Crítica ou o Agenciamento Espacial – desenvolve-se uma problemática em torno das capacidades de transformação social e territorial destas iniciativas, enquadrada na literatura contemporânea referente às Estratégias Sociais Criativas e à Inovação Sócio-Territorial e sustentada nas seguintes questões/hipóteses de investigação: Qual a essência e os impactos das iniciativas de intervenção local dos arquitetos em termos de inovação sócio-territorial? Serão estas iniciativas estratégias sociais criativas capazes de gerar inovação sócio-territorial?

Seguindo esta orientação teórico-conceptual e uma estratégia metodológica que se baseia no estudo caso de natureza qualitativa, apresentam-se como objeto empírico de investigação as iniciativas TISA e Casa do Vapor, desenvolvidas em 2011 e 2013 na Cova do Vapor, um bairro informal localizado no concelho de Almada. Procura-se assim, especificamente nestas iniciativas, aferir a presença de princípios característicos das estratégias sociais criativas, analisar o seu eventual contributo para o processo de inovação sócio-territorial da Cova do Vapor e extrair deste caso alguns desafios a uma prática proactiva socialmente inovadora.

De um modo geral, considera-se que a arquitetura revela uma significativa capacidade para impulsionar a inovação sócio-territorial, na medida em que é capaz de promover a coesão social, tanto através da produção coletiva de discursos e elementos representativos e críticos do espaço, como através da criação coletiva de lugares de encontro.

Palavras-chave: Arquitetura Não-Solicitada, Estratégias Sociais Criativas, Inovação Sócio-Territorial, Cova do Vapor.

Abstract

The present study aims to contribute to the debate on the architect's local intervention initiatives. Starting from a reflection on the participation of the architect in contemporary society - where critical concepts fall as Unsolicited Architecture, Critical Spacial Practice or Spacial Agency - one develops a problematic around the capabilities of these territorial and social transformation initiatives, framed in contemporary literature pertaining to Creative Social Strategies and Socio-Territorial Innovation and sustained in the following research questions/hypotheses: What is the essence and the impacts of the architect's local intervention initiatives in terms of socio-territorial innovation? Are these initiatives creative social strategies to generate socio-territorial innovation?

Following this theoretical and conceptual guidance and a methodology strategy that is based on qualitative case study, are presented as empirical object of research the initiatives TISA and Casa do Vapor, developed in 2011 and 2013 in Cova do Vapor, an informal neighborhood located in municipality of Almada. One aims, specifically in these initiatives, to assess the presence of characteristic principles of creative social strategies, to examine its possible contribution to the process of Cova do Vapor socio-territorial innovation and extract from this case some challenges to a socially innovative proactive practice.

In general, it is considered that architecture reveals an expressive capacity to boost the socio-territorial innovation, in that it is able to promote social cohesion, both through the collective production of speeches and representative and critical space elements, as through the collective creation of meeting places.

Keywords: *Unsolicited Architecture, Creative Social Strategies, Socio-Territorial Innovation, Cova do Vapor.*

Índice

	Página
Dedicatória	II
Agradecimentos	III
Resumo	V
<i>Abstract</i>	VI
Índice de Quadros	X
Índice de Figuras	XI
Glossário de siglas	XII
INTRODUÇÃO	1
1. Tema, problemática, objeto de estudo e modelo analítico	1
2. Breves considerações epistemológicas, objetivos e limitações do estudo	8
3. Organização da dissertação	10
CAPÍTULO I – A Participação do Arquiteto na Sociedade Contemporânea, as Estratégias Sociais Criativas e a Inovação Sócio-Territorial – Enquadramento Teórico-Conceptual	11
1. A Participação do Arquiteto na Sociedade Contemporânea	11
1.1. Novos Conceitos Críticos	18
1.1.1. <i>Urban Curating</i>	18
1.1.2. <i>Unsolicited Architecture</i>	20
1.1.3. <i>Critical Spatial Practice</i>	22
1.1.4. <i>Spatial Agency</i>	24
1.2. Práticas Emergentes no Contexto Português	28
2. As Estratégias Sociais Criativas e a Inovação Sócio-Territorial	31
2.1. O conceito de Inovação Social	35
2.2. A Inovação Social e o Desenvolvimento Territorial	41
2.3. O Papel da Criatividade e das Artes na Inovação Sócio-Territorial	48

CAPÍTULO II – As Iniciativas de Intervenção Local dos Arquitetos: Oportunidades de Inovação Sócio Territorial? – Desenho de Pesquisa	57
1. Grelha Analítica	57
2. Estratégia Metodológica	61
2.1. Métodos de recolha de informação	61
2.2. Técnicas de tratamento e análise de informação	64
CAPÍTULO III – As Iniciativas de Intervenção dos Arquitetos na Cova do Vapor: TISA e Casa do Vapor. Oportunidades de Inovação Sócio Territorial? – Estudo de caso	67
1. Meio de intervenção (Onde se produzem as iniciativas?)	68
1.1. Escala do meio	68
1.2. Percurso histórico do meio	68
1.3. Contingência do meio	78
2. Agentes promotores das intervenções (Quem promove as iniciativas?)	90
2.1. Qualificação dos agentes	90
2.2. Inspiração dos agentes	94
3. Natureza das intervenções (O que se produz nas iniciativas?)	96
3.1. Âmbito dos projetos	96
4. Estímulos para as intervenções (Porque se produzem as iniciativas?)	98
4.1. Estrutura de oportunidades, recursos e limitações das iniciativas	98
4.2. Objetivos dos projetos	100
5. Processos de intervenção (Como se produzem as iniciativas?)	102
5.1. Recursos mobilizados para as intervenções	102
5.2. Temporalidade das intervenções	109
6. Impactos das intervenções (Quais os efeitos produzidos pelas iniciativas?)	113
6.1. Impactos no território de intervenção	113
6.1.1. Satisfação de necessidades não satisfeitas ou não reconhecidas	113
6.1.2. <i>Empowerment</i>	117
6.1.3. Mudança das relações de poder em termos de governança territorial	122
6.2. Impactos noutros territórios	131

CONCLUSÃO	133
1. Reflexões finais sobre o estudo de caso	133
2. Desafios a uma prática proactiva socialmente inovadora	139
3. Pistas para futuras investigações	143
FONTES	145
BIBLIOGRAFIA	147
ANEXOS	155
Anexo A. Guião das entrevistas aos agentes operadores das iniciativas	155
Anexo B. Guião das entrevistas aos habitantes da Cova do Vapor	158
Anexo C. Guião das entrevistas aos representantes institucionais locais	161
Anexo D. Análise de conteúdo das entrevistas aos agentes operadores das iniciativas	165
Anexo E. Análise de conteúdo das entrevistas aos habitantes da Cova do Vapor	183
Anexo F. Análise de conteúdo das entrevistas aos representantes institucionais locais	210
Anexo G. Dados estatísticos relativos ao território da Cova do Vapor (Censos 2011)	225
Anexo H. Lista de entidades parceiras e apoiantes da iniciativa Casa do Vapor	227
Anexo I. Lista de atividades culturais e artísticas da iniciativa Casa do Vapor	228

Índice de Quadros

	Página
Quadros Capítulo II	
Quadro 2.1. Grelha analítica de base à identificação de Estratégias Sociais Criativas capazes de gerar Inovação Sócio-Territorial nas iniciativas de intervenção local dos arquitetos	57
Quadro 2.2. Entrevistas realizadas a agentes operadores das intervenções na Cova do Vapor	63
Quadro 2.3. Entrevistas realizadas a habitantes da Cova do Vapor	63
Quadro 2.4. Entrevistas realizadas a representantes institucionais locais	64

Índice de Figuras

	Página
Figura Introdução	
Figura 1. Modelo de Análise das Iniciativas de Intervenção Local dos Arquitetos	8
Figuras Capítulo III	
Figura 3.1. Localização geográfica da Cova do Vapor no extremo ocidental da Costa da Trafaria	67
Figura 3.2. Vista aérea da Cova do Vapor	68
Figura 3.3. Casas de madeira da Cova do Vapor puxadas por juntas de bois	71
Figura 3.4. Ações estratégicas do EEE da Costa da Trafaria	74
Figura 3.5. Casa de madeira na Cova do Vapor	82
Figura 3.6. Rua principal da Cova do Vapor	85
Figura 3.7. Maqueta de conjunto da Cova do Vapor elaborada pela TISA	96
Figura 3.8. Vista geral da Casa do Vapor	97
Figura 3.9. Moradoras observando maquetas da TISA	103
Figura 3.10. Atividade das pedrinhas na Casa do Vapor	105
Figura 3.11. Refeição na cozinha comunitária da Cova do Vapor	106
Figura 3.12. Biblioteca do Vapor	107
Figura 3.13. Exibição da maqueta da TISA	109
Figura 3.14. Reinauguração da Biblioteca do Vapor	112
Figura 3.15. Cicloficina do Vapor	115
Figura 3.16. <i>Half-Pipe</i> da Casa do Vapor	115

Glossário de siglas

- AED – Associação Ensaio e Diálogos
- ALMOLIN – *ALternative MOdel of Local INnovation*
- AMCV – Associação de Moradores da Cova do Vapor
- AMD – *Another Merry Day*
- AML – Área Metropolitana de Lisboa
- APA – Agência Portuguesa do Ambiente
- APL – Administração do Porto de Lisboa
- BV – Biblioteca do Vapor
- CCB – Centro Cultural de Belém
- CEC – Capital Europeia da Cultura
- CGBV – Conselho Gestor da Biblioteca do Vapor
- CMA – Câmara Municipal de Almada
- COPCON – Comando Operacional do Continente
- CRISES – *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*
- CV – Casa do Vapor
- DGLAB – Direção Geral dos Livros, Arquivos e Bibliotecas
- EEE – Estudo de Enquadramento Estratégico
- EPAD – Escola Profissional de Artes, tecnologia e Desporto
- ESC – Estratégias Sociais Criativas
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- MFA – Movimento das Forças Armadas
- MOMA – *Museum Of Modern Art*
- ONG – Organização Não-Governamental
- OUA – *Office for Unsolicited Architecture*
- PDM – Plano Diretor Municipal
- POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira
- PROT – AML – Plano Regional de Ordenamento do Território – Área Metropolitana de Lisboa
- RBA – Rede de Bibliotecas de Almada
- REN – Rede Ecológica Nacional
- SINGOCOM – *Social Innovation, Governance and Community Building*
- TISA – *The Informal School of Architecture*
- URPRASOL – URbanizadora PRAia do SOL
- UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

INTRODUÇÃO

1. Tema, problemática, objeto de estudo e modelo analítico

A presente dissertação de mestrado em Estudos Urbanos tem como tema as iniciativas de intervenção local dos arquitetos em contextos urbanos. O uso do termo “iniciativa” pretende essencialmente caracterizar um modo de operar/atuar por ação própria e não como resposta a uma encomenda. As razões que justificam esta opção temática prendem-se não só com motivações pessoais, resultantes de uma formação de base académica em arquitetura; mas igualmente com a crescente relevância do debate sobre o papel do arquiteto na sociedade contemporânea, espelhada na proliferação de eventos e publicações nacionais e internacionais sobre estas novas perspetivas interventivas ou “práticas espaciais” que interrogam os fundamentos da própria disciplina arquitetónica e os limites de atuação dos arquitetos¹. Embora alimentando o debate, pretende-se aqui escapar “ao sobreaquecimento gerado pelos holofotes que iluminam a *arquitectura hype*” (Martins, 2014).

Numa conjuntura de crise económica e financeira global, que afetou fortemente o sector da construção e suscitou dúvidas sobre a utilidade social do arquiteto, as iniciativas de intervenção local parecem vir contrapor a sua eventual morte. Segundo Luís Santiago Baptista (2013a), particularmente no contexto português, a crise económica e financeira instalada nos últimos anos apenas acelerou e tornou mais “violento” o processo de desinvestimento em obras públicas (Baptista, 2013a: 27). “Com ou sem crise”, o investimento em equipamentos sociais e culturais “estava destinado a contrair-se” e a tornar-se “pontual e cirúrgico” devido à prosperidade de encomendas e construções de obras desta natureza nas décadas anteriores (*id.: ibid.*). Assim, perante a atual “ausência de encomenda pública e respetivos concursos” (*id.: 26*) e redução do investimento privado no mercado imobiliário (esta sim, motivada pela crise económica e financeira), alguns cenários parecem emergir no panorama da arquitetura em Portugal: “os *ateliers* de renome permanecem no apogeu projetando maioritariamente habitações privadas” (Alpalhão, 2013: 110) que continuam a figurar páginas de revistas internacionais; os *ateliers*

¹ Destacam-se no contexto nacional, as publicações da revista *arqa* (cf. Baptista, 2011; 2013a; 2013b; 2013c; 2014b); a Trienal de Arquitetura de Lisboa de 2013 “*Close, Closer*”, cujos “debates com agentes culturais e sociais no *Ground Floor Act*, as propostas das bolsas *Crisis Buster* e alguns dos Projetos Associados trouxeram à discussão outras formas de atuação profissional e uma possível redefinição do papel do arquiteto na sociedade” (Baptista, 2013c: 21), e a recente exposição “*Tanto Mar – Portugueses Fora de Portugal*” (cf. Baptista, 2014; Baptista e Melâneo, 2014; Saraiva, 2014).

de menor projeção procuram aproveitar a reputação da arquitetura portuguesa para arriscarem a sua internacionalização; e os jovens arquitetos recém-formados, cujo mercado (que se diz saturado destes profissionais devido à sua explosão demográfica nas últimas décadas) não consegue absorver ou absorve em condições precárias, tendem frequentemente a recorrer à emigração na procura de “alternativas onde as qualificações adquiridas sejam devidamente valorizadas e monetariamente recompensadas” (*id.: ibid.*)².

Contudo, tal como questiona Tiago Mota Saraiva (2012): “Estão os arquitetos que trabalham em Portugal condenados à emigração ou ao desemprego caso permaneçam? São os arquitetos necessários durante uma crise financeira?” (Saraiva *apud* Baptista, 2014b: 20). Segundo o arquiteto, dados oficiais estatísticos como aqueles que comprovam o crescente número de famílias que se vêm forçadas a abandonar as suas casas por não poderem mais suportar os empréstimos bancários que contraíram; ou que atestam o colapso demográfico (motivado pela queda da natalidade e subida da emigração) que esvazia os edifícios dispersos pela cidade (quer os edifícios centenários localizados no centro, quer os edifícios que massificaram as periferias nas últimas décadas); são apenas dois exemplos que reforçam a necessidade dos arquitetos em Portugal, quer seja como forma de apoiar o processo de mudança de casa dessas famílias – para casas mais pequenas, partilhadas ou alugadas – e que não têm forma de pagar os seus serviços; quer seja para manter e reabilitar o espólio de edifícios em decadência, em ruína na cidade (Saraiva, 2012). Perante este cenário,

(...) torna-se claro quanto é errado declarar que não existe trabalho para os arquitetos em Portugal ou qualquer outro país a atravessar uma devastação financeira. Podemos imaginar quanto é ofensivo para a maioria da população, dizer que existem mais arquitetos do que aqueles que o país precisa. Há muito a fazer. Há muito a fazer com as pessoas que não têm dinheiro para pagar os serviços da arquitetura. Há muito a fazer com aqueles que vivem nas piores condições. (Saraiva *apud* Baptista, 2013a: 27)

² Segundo Luísa Alpalhão (2013), “se outrora o recém formado arquiteto sujeitava-se a humildemente aceitar os vergonhosos salários em troca de experiência e currículo, tal deixou de ser para muitos possível. O apoio familiar ficou também condicionado pela crise económica levando o jovem arquiteto a ter que sair de casa e procurar empregos minimamente remunerados e dignos noutros contextos e, muito provavelmente, noutros países. Enquanto um recém licenciado em arquitetura recebe em média um salário anual de 25.000 euros a trabalhar num atelier em Londres, em Lisboa um arquiteto doutorado (com sorte) receberia em média 9.600 euros anuais se conseguisse emprego. Esta vergonhosa constatação apenas aborda a questão financeira, excluindo as condições e ambiente de trabalho, responsabilidades, diversidade de tarefas e igualdade de oportunidades, fatores raramente tomados em consideração em inúmeros ateliers de arquitetura nacionais” (*id.:* 110).

Neste mesmo sentido, Luís Santiago Baptista (2013a) reforça que o destino que parece traçado para o crescente número de arquitetos que sai anualmente das faculdades públicas e privadas portuguesas, “só é verdadeiramente um facto, quando se pensa segundo a lógica disciplinar autoral que tem dominado a nossa cultura arquitetónica” (*id.*: 27). Deste ponto de vista, o travamento da emigração em massa dos arquitetos, mesmo tendo estes “consciência do muito trabalho para ser feito nas áreas negligenciadas do nosso território”, só será possível através de um maior investimento no seu “potencial criativo e organizativo (...) orientado para a resposta às necessidades prementes das sociedades contemporâneas”, isto é, através de uma reinvenção da profissão e consequentemente do seu ensino (*id.*: *ibid.*). O mesmo é dizer que se torna necessário que a atitude dos arquitetos perante a prática profissional se modifique, isto é, que se reorientem “os seus campos de interesse e intervenção” (*id.*: *ibid.*) e que se repositone ou redefina o seu papel na sociedade segundo uma lógica mais autónoma e voluntarista, liberta das estruturas de poder do mercado e das instituições, invertendo a tradicional relação oferta-procura. Neste sentido, o arquiteto tem de adotar novas formas de atuação profissional, participando de forma mais ativa na realidade social, o que “implica um baixar das guardas disciplinares” (Baptista, 2013b: 20), o abandono da “sua posição de “desejado”” e a assunção de um “papel de “empreendedor”” (Alpalhão, 2013: 111).

Apesar de serem ainda escassos os *ateliers* de jovens arquitetos portugueses que adotam esta postura “empreendedora” focada na auto geração de projetos e financiamentos que visam dar uma resposta a necessidades sociais; a nível internacional esta é uma postura adotada há já vários anos por inúmeros *ateliers* que desenvolvem projetos cujas raízes mergulham nas teorias e práticas participativas em voga especialmente nos anos 60 e 70 do século XX. Contudo, não só o seu trabalho é influenciado pelas experiências participativas dos últimos cinquenta anos, como a sua própria atuação vem reativar e expandir o tema da participação no campo da teorização arquitetónica. Enquanto nos anos 60 e 70, a tónica recaía sobre a necessidade de um maior envolvimento das populações (utilizadores) nos processos de *design* e construção arquitetónicos, os conceitos críticos emergentes destacam sobretudo a necessidade de um envolvimento mais direto do arquiteto com a realidade social. É o caso de conceitos como:

– “Arquitetura Não-Solicitada”, definido pelo arquiteto holandês Ole Bouman e que vem defender uma maior autonomia e pró-atividade das intervenções arquitetónicas (Baptista, 2011: 7). O *Office for*

Unsolicited Architecture, liderado por Bouman, “procura redefinir a lógica da participação do arquitecto na sociedade, colocando-o numa posição criticamente produtiva” (*id.: ibid.*), ou seja, explorando “as oportunidades de intervenção, ocultas e inexploradas, adoptando um papel mais activo e autónomo na definição do âmbito e estratégia do projecto” (*id.: ibid.*);

– “Prática Espacial Crítica”, definido pelo arquiteto alemão Markus Miessen e que “desenvolve uma ideia de participação a partir não do “consenso” mas do “conflito”” (Baptista, 2011: 6), isto é, defende que o “praticante espacial” seja “entendido como um estranho que, em vez de tentar estabelecer e sustentar denominadores comuns de consenso, entra em situações e projectos existentes, através da instigação deliberada de conflitos, como forma micro-política de empenhamento crítico com o ambiente em que está a operar” (Miessen *apud* Baptista, 2011: 7).

– e “Agenciamento Espacial”, desenvolvido por Nishat Awan, Tatjana Scheneider e Jeremy Till. Estes autores definiram recentemente o arquiteto como “agente espacial”, isto é, como alguém “responsável pelos desejos e necessidades a longo prazo das multitudes de outros que constroem, vivem, trabalham, ocupam e experimentam a arquitetura e o espaço social” (Awan, Scheneider e Till *apud* Baptista, 2013b: 20-21). Neste sentido, “os agentes espaciais não são nem impotentes nem todos poderosos: são negociadores das condições existentes para parcialmente as reformar” (*id.:* 21).

Com as suas devidas especificidades, todos os conceitos apelam a uma maior pró-atividade e sentido crítico do arquiteto perante a realidade sócio-espacial urbana e poderiam descrever o que Cathy Lang Ho, curadora da exposição “*Spontaneous Interventions*” que representou os Estados Unidos da América na Bienal de Veneza de 2012, referiu como “um tipo de urbanismo intervencionista emergente nas cidades à volta do mundo” (Cathy Lang Ho *apud* Baptista, 2013b: 21).

Estas novas intervenções urbanas parecem assim ir ao encontro de uma nova definição do que é ser arquiteto no século XXI, definição essa que estende o seu papel enquanto “desenhador de edifícios” para agente “moderador de mudança”: “(...) *to increase the social relevance of architecture at the beginning of the twenty-first century, architects must no longer think of themselves simply as designers of buildings, but rather as moderators of change*” (Lepik, 2010: 22). Segundo Andrés Lepik (2010), a arquitetura “*can be a powerful instrument to affect social change*” (*id.:* 12) e as intervenções emergentes dos arquitetos contemporâneos parecem ser reveladoras deste potencial transformador da arquitetura. De acordo com Barry Bergdoll (2010), estas intervenções aproximam-se mais de exemplos de inovação

social do que com experiências participativas da arquitetura dos anos 70: “(...) *these architects have elaborated a position for the contemporary practitioner that has more in common with the theory of microfinance or the idea of the legal clinics for the poor than it does with the participatory or activist architecture of the 1970s*” (*id.*: 10). Esta comparação das iniciativas dos arquitetos a iniciativas de inovação social como o microcrédito é também reforçada por Andrés Lepik (2010), na introdução ao livro que resultou da exposição “*Small Scale, Big Change: New Architectures of Social Engagement*” presente no MOMA de Nova Iorque em 2011:

Just as the notion of microcredit, developed by Bangladeshi economist Muhammad Yunus in the 1970s, has emerged as one important way to provide the poorest of citizens a chance to succeed, the practitioners and projects highlighted here demonstrate that in architecture, too, smaller endeavors can have great consequences. (Andrés Lepik, 2010: 12)

Segundo Lepik (2010), em vez de canalizar o seu conhecimento e saberes na elaboração de manifestos e utopias universalistas, estes arquitetos preferem realizar pequenos projetos, intervenções de pequena escala, que vão ao encontro de necessidades específicas de determinadas comunidades e que apresentem impacto imediato nos seus meios (*id.*: 12).

Estas iniciativas são os sinais de que alguns arquitetos começam a aproveitar brechas políticas e a movimentar-se, tecnocraticamente e politicamente, em conjunto com algumas comunidades, com o intuito de alcançar algumas soluções inovadoras para os graves problemas sociais e urbanos que se arrastam há muitos anos nas nossas cidades. (Leite e Ribeiro, 2013: 109)

Perante este cenário, coloca-se como questão de partida inicial: **Qual o real poder transformador dos contextos sociais e institucionais onde intervêm proactivamente os arquitetos?**

A constante referência a “mediação”, “problemas/necessidades sociais”, “mudança social” e “soluções inovadoras” nos discursos que pretendem descrever a atuação proactiva dos arquitetos nos territórios, abre caminho à elaboração de uma problemática que parte da literatura contemporânea referente às Estratégias Sociais Criativas e à Inovação Sócio-Territorial³. Considera-se para este estudo a seguinte definição de Estratégias Sociais Criativas:

³ Segundo Quivy e Campenhoudt (2008), “a escolha de uma problemática não depende do acaso ou da simples inspiração pessoal do investigador. Ele próprio faz parte de uma época, com os seus problemas, os seus acontecimentos marcantes, os seus debates, sensibilidades e correntes de pensamento em evolução” (*id.*: 96).

As estratégias sociais criativas (ESC) são novas respostas da sociedade, ou de comunidades específicas, para problemas que o Estado ou o mercado não resolvem adequada ou satisfatoriamente. Assim entendidas, são estratégias capazes de gerar inovação social, na medida em que apontam para novas soluções, visam a coesão social e reconfiguram as relações sociais (relações de trabalho, de género, inter-étnicas, inter-geracionais, etc.). (André e Rousselle, 2010: 73)

Estas ESC são identificadas através da sua natureza material ou imaterial, dos agentes que a definem e desenvolvem, das condições e contextos que lhes dão origem, do meio em que surgem, das metodologias de ação que adotam e dos impactos em termos de Inovação Social que aqui se entende a partir da definição presente no modelo analítico ALMOLIN (*ALternative MOdel of Local INnovation*) que serviu de base ao projeto de investigação SINGOCOM (*Social INnovation, GOvernance and COMMunity Building*):

In our definition, social innovation occurs when the mobilisation of social and institutional forces succeeds in bringing about the satisfaction of previously silent or excluded social groups through the creation of new 'capabilities', and, ultimately, changes in existing social – and power – relations towards a more inclusive and democratic governance system. (González et al., 2010: 54)

Partindo destes conceitos e da sua relação com as práticas emergentes dos arquitetos, pretende interrogar-se neste estudo a capacidade destas práticas gerarem inovação sócio-territorial, o que resulta na seguinte reformulação da questão de partida: **Qual a essência e os impactos das iniciativas de intervenção local dos arquitetos em termos de inovação sócio-territorial?**

Nesta questão de partida encontram-se inerentes as seguintes hipóteses de investigação⁴: **As iniciativas de intervenção local dos arquitetos apresentam características das Estratégias Sociais Criativas e são capazes de gerar Inovação Sócio-Territorial.**

De acordo com os dois domínios de investigação – a identificação de critérios associados às ESC nas iniciativas de intervenção e a identificação dos impactos das mesmas em termos de Inovação Sócio-Territorial – apresentam-se as seguintes questões subsidiárias de pesquisa:

⁴ Segundo Quivy e Campenhoudt (2008), “uma hipótese é uma proposição que prevê uma relação entre dois termos, que, segundo os casos, podem ser conceitos ou fenómenos” (*id.*: 136). Assim sendo, entende-se aqui a hipótese “como a antecipação de uma relação entre um fenómeno e um conceito capaz de o explicar” (*id.*: *ibid.*), isto é, pressupõe-se uma relação entre as iniciativas de intervenção local dos arquitetos (fenómeno) e as estratégias sociais criativas e a inovação sócio-territorial (conceitos).

– Onde se produzem as intervenções? Quem são os agentes promotores das intervenções? O que se produz nas intervenções? Porque se produzem as intervenções? Como se produzem as intervenções?

– Contribuem estas intervenções para a satisfação de necessidades humanas básicas nas comunidades locais? Contribuem estas intervenções para o *empowerment* das comunidades? Contribuem para a mudança das relações de poder no interior das comunidades e entre estas e instituições exteriores que contribuem para a governança local? Quais os impactos produzidos pelas iniciativas noutros territórios?

Partindo destas questões que definem a problemática de investigação, apresenta-se como estratégia de investigação o estudo de caso, correspondendo ao objeto de estudo empírico as intervenções promovidas no bairro informal da Cova do Vapor – localizado na freguesia da Trafaria⁵ do concelho de Almada –, nomeadamente os projetos TISA (*The Informal School of Architecture*) e Casa do Vapor (Centro Comunitário Temporário), desenvolvidos respetivamente nos anos de 2011 e 2013. A opção por analisar comparativamente duas iniciativas num mesmo território de intervenção – a Cova do Vapor – prende-se não só com o pioneirismo das mesmas no contexto português, mas sobretudo com a possibilidade de explorar mais aprofundadamente as dimensões espacial (meio) e temporal (dinâmica) da inovação sócio-territorial, isto é, compreender as características da comunidade da Cova do Vapor que possam ter favorecido o surgimento e o desenvolvimento das duas iniciativas, e entender as possíveis relações entre as mesmas que possam ter contribuído eventualmente para a sustentabilidade das dinâmicas geradas pela primeira iniciativa. À partida, o facto de a Cova do Vapor ser uma comunidade informal que há longos anos luta pela sua sobrevivência no território, o que a coloca numa posição de vulnerabilidade e potencial exclusão sócio-espacial, é desde logo um motivo que justifica o estudo destas iniciativas como potenciais estratégias criativas e socialmente inovadoras.

De acordo com as questões de pesquisa anteriormente expostas, apresenta-se seguidamente o modelo de análise das iniciativas de intervenção local dos arquitetos (Figura 1), cujas dimensões e critérios básicos de identificação serão desenvolvidos na grelha analítica presente no capítulo II, e que se pretende aplicar ao objeto de estudo empírico referido.

⁵ Atual União das Freguesias de Caparica e Trafaria.

Figura 1. Modelo de Análise das Iniciativas de Intervenção Local dos Arquitetos



Este modelo analítico implica a adoção de uma estratégia metodológica que se baseie essencialmente na aferição da percepção pública e individual dos agentes promotores e operadores das intervenções, da comunidade alvo da iniciativa e dos representantes das instituições de governança local, relativamente às condições de produção das iniciativas e aos seus impactos no território; o que implica a articulação de diferentes instrumentos de recolha de informação, como a análise bibliográfica e documental e a realização de entrevistas semi-diretivas associadas a uma técnica de análise de conteúdo qualitativa. Esta estratégia metodológica é desenvolvida no capítulo II.

2. Breves considerações epistemológicas, objetivos e limitações do estudo

A adoção do estudo de caso como estratégia de investigação implica, de um ponto de vista epistemológico, o esclarecimento da sua natureza e da sua finalidade. Dos três tipos de estudos de caso distinguidos por Robert Stake (1994) – o intrínseco, o instrumental e o coletivo – considera-se que o estudo das iniciativas de intervenção dos arquitetos na Cova do Vapor trata-se de um estudo de caso instrumental, na medida em que o caso (segundo o autor, o “objeto de debate” – as iniciativas de intervenção na Cova do Vapor) é examinado “*to provide insight into an issue*” (*id.*: 237), desempenhando um papel de apoio ou de facilitação da compreensão de algo mais amplo (*id.*: *ibid.*), isto é, do entendimento das relações entre a prática proactiva do arquiteto e as estratégias sociais criativas capazes de gerar inovação sócio-territorial. Segundo Alves-Mazzotti (2006), comparando a tipologia de estudos de caso de Stake (1994) com a do autor Robert Yin (caso crítico, único, revelador e exploratório), os estudos de caso crítico e exploratório “são formas de estudo de caso instrumental na nomenclatura de Stake” (*id.*: 644). Enquanto o crítico é-o “para testar uma hipótese ou teoria previamente explicitada” (*id.*: 643), o exploratório caracteriza-se “como etapas exploratórias na pesquisa de fenômenos pouco investigados ou como estudos-piloto para orientar o *design* de estudos de casos múltiplos” (*id.*: 644). Neste sentido, enquadra-se o estudo de caso na Cova do Vapor entre o

crítico e o exploratório pois não só pretende, particularmente, testar a possibilidade das iniciativas de intervenção se constituírem como estratégias sociais criativas capazes de gerar inovação sócio-territorial, como também constituir-se como orientador de outros casos semelhantes, uma vez que o estudo sobre os impactos das iniciativas de intervenção local dos arquitetos é ainda pouco abordado. Deste modo, não se tenciona generalizar os resultados do caso particular a outros contextos, mas antes, se as hipóteses forem confirmadas, generalizar a análise a outros casos. A isto Yin denomina “generalização analítica” (*id.*: 646) que possibilitará posteriormente generalizar resultados quanto às relações entre as iniciativas de intervenção local dos arquitetos e a inovação sócio-territorial.

De acordo com estas considerações, apresentam-se como objetivos gerais: 1) o contributo para a discussão sobre o papel do arquiteto na sociedade contemporânea; 2) a avaliação da capacidade das iniciativas de intervenção local dos arquitetos contribuírem para a dinâmica e a introdução de inovações sócio-territoriais e o incentivo ao debate e ao desenvolvimento de estudos neste domínio; 3) o contributo para a orientação de iniciativas de intervenção local que visem a transformação social e territorial. Como objetivos específicos consideram-se: 1) a identificação da presença de características das ESC nas iniciativas de intervenção dos arquitetos na Cova do Vapor; 2) a identificação dos impactos das iniciativas de intervenção dos arquitetos na Cova do Vapor em termos de inovação sócio-territorial; 3) a identificação dos principais contributos que as iniciativas de intervenção dos arquitetos podem dar ao processo de inovação social em territórios informais.

No que respeita às dificuldades e limitações da investigação, estas encontram-se não só ao nível do enquadramento teórico-conceptual como ao nível do trabalho de campo. Na elaboração do enquadramento teórico-conceptual, a principal dificuldade, para além do extenso estado da arte sobre o conceito de Inovação Social, impossível de abarcar na totalidade, deveu-se à complexidade teórica sobre a participação do arquiteto na sociedade contemporânea, espelhada na multiplicidade de conceitos críticos sobre esta temática que, na realidade, se apresentam mais como manifestos em defesa da prática proactiva do arquiteto, do que como reflexões sobre o modo como se deve ou não estabelecer essa prática perante diferentes contextos sociais ou dinâmicas urbanas. Esta limitação teórica constitui-se, simultaneamente, como uma oportunidade para este estudo, no sentido de poder contribuir para a expansão da reflexão sobre os objetivos e as condições de desenvolvimento dessa prática. Contudo, torna-se importante realçar que ao expandir a reflexão através da sua interpretação

à luz de conceitos teóricos pré-estabelecidos, tem-se plena consciência de que se apresenta uma visão parcial do fenómeno em estudo, isto é, uma visão que exclui muitas outras implicações inerentes ao fenómeno e igualmente relevantes.

Relativamente ao trabalho de campo, os maiores constrangimentos prenderam-se com os limites temporais à realização da pesquisa que, por um lado, condicionaram a dimensão da amostra dos entrevistados e a sua conciliação com a disponibilidade dos mesmos – o que acabou por refletir-se na impossibilidade de realização de algumas entrevistas consideradas relevantes para o estudo de caso – e, por outro lado, dificultaram uma análise mais profunda de cada uma das problemáticas elaboradas. Os restantes constrangimentos dizem respeito às dificuldades naturais de integração no terreno. O facto de se tratar de uma comunidade informal e de a investigação partir de alguém que é externo ao meio e às iniciativas, colocou alguns entraves ao nível da partilha de informações sobre determinadas questões em análise, nomeadamente questões relativas aos processos de intervenção e às relações de poder estabelecidas quer no interior da comunidade, quer entre esta e o exterior. Ao mesmo tempo, colocaram-se dificuldades de acompanhamento do processo da Casa do Vapor que se encontra ainda a produzir resultados, conduzindo a que a informação recolhida e analisada neste estudo possa estar ligeiramente desfasada da situação do processo à data de entrega da presente dissertação.

3. Organização da dissertação

A dissertação encontra-se dividida em três capítulos fundamentais. O primeiro capítulo, de enquadramento teórico-conceptual, incursa pelas temáticas da participação do arquiteto na sociedade contemporânea, das ESC e da inovação sócio-territorial. No segundo capítulo, procede-se à articulação entre ambas, ou seja, ao desenvolvimento da problemática enunciada nesta introdução, através do desenho da pesquisa sobre as iniciativas de intervenção local dos arquitetos, nomeadamente a definição da grelha analítica e da estratégia metodológica que serão aplicadas ao objeto de estudo empírico. No terceiro capítulo, dá-se então seguimento ao estudo de caso na Cova do Vapor, procurando-se aferir, através da análise dos dados recolhidos, a presença de características das ESC nas iniciativas TISA e Casa do Vapor e os seus impactos em termos de inovação sócio-territorial. Por fim, na conclusão da dissertação, apresentam-se algumas reflexões finais sobre o estudo de caso, alguns desafios e limitações a uma prática proactiva socialmente inovadora e algumas pistas para futuras investigações neste âmbito.

CAPÍTULO I – A Participação do Arquiteto na Sociedade Contemporânea, as Estratégias Sociais Criativas e a Inovação Sócio-Territorial – Enquadramento Teórico-Conceptual

1. A Participação do Arquiteto na Sociedade Contemporânea

No processo de transformação urbana que estamos a viver, o arquitecto está a ser utilizado em função de interesses essencialmente comerciais e especulativos – fora da sua vocação e aptidão ética. É natural que, nesta situação, o arquitecto se interrogue sobre a forma com deve actuar e sobre qual deve ser o seu papel no seu país. Vivemos numa época de cepticismo, face às ameaças que se colocam no horizonte: onde estão os novos ideais e as utopias que alimentam o sonho do homem? (Croft, 2001: 31)

Segundo Josep Montaner e Zaida Muxí (2011), o monopólio do poder económico que caracteriza o início do século XXI tornou a função do arquiteto “*más ambigua y ambivalente*” do que antes (*id.*: 38). Para estes autores, o arquiteto tem vindo a tornar-se servo dos interesses do poder privado e da ideologia do poder público, o que lhe anula “*las posibilidades de desarrollo de una cultura crítica*” (*id.*: *ibid.*). Embora, na sua visão, este continue a defender o seu papel cultural e social, determinadas práticas tornam-se incompatíveis com a crítica, sendo a própria informação sobre arquitetura “*dominada por lobbies de presión e intereses*” (*id.*: *ibid.*).

Montaner e Muxí (2011) defendem ainda que a crise da profissão resulta não só dos desajustes entre a cultura e a formação do arquiteto e o que a sociedade neoliberal lhe exige, mas também da “*contraposición entre un modelo universitario para formar élites y el proceso de democratización de acceso a la universidad*” (*id.*: *ibid.*). Os arquitetos continuam a ser formados com base numa “*falsa pertenencia a un grupo de excelencia*”, que se encontra ao serviço do poder, dos sectores mais favorecidos, e cuja atuação deve ser entendida como meramente assistencial (*id.*: *ibid.*)⁶. Perante esta

⁶ Segundo Carlo (2005), o termo “arquiteto” apresenta significados ambíguos. Usado para designar desde o mestre-de-obras a Deus (o arquiteto “supremo” do universo), aqueles que reclamam o título têm-se visto encurralados entre “*the frustrating suspicion of not achieving the minimum and the exalted vanity of arriving at the maximum*” (*id.*: 5). Dependendo de cada época histórica e do uso que o poder político vigente dele pretendia fazer, o arquiteto tem sido visto ora mais como um mestre-de-obras, como na Idade Média e no princípio do Renascimento; ora mais como um deus, como no Antigo Egipto (*id.*: *ibid.*). Contudo, “*in all epochs, whatever the importance of his role, the architect has been subject to the world view of those in power. (...) As a professional, the architect became a representative of the class in power*” (*id.*: *ibid.*). Desde há vários séculos que o arquiteto se encontra ao serviço das classes mais poderosas e abastadas, contribuindo com o seu conhecimento e saberes especializados para a projeção de edifícios singulares na cidade, “aqueles que requeriam especiais qualidades de refinamento” e nos quais “era permitido o luxo” da contribuição de alguém excepcionalmente preparado” (Brandão,

realidade, os autores evidenciam duas posições opostas tomadas pelos profissionais de arquitetura: os arquitetos que “*quieren ser fieles al statu quo, a sus clientes y amos*” e os que “*intentan mejorar la vida de las personas*” (*id.: ibid.*). Segundo os autores, os primeiros procuram mediatismo e reconhecimento social e os segundos procuram ser leais à sua função social, exercendo um trabalho “*culto y crítico, multidisciplinar y colectivo que participe en proyectos sociales y de cooperación*” (*id.: ibid.*).

Embora Massad e Yeste (2014) considerem “uma falta de rigor negar que, actualmente, se estão a procurar soluções que envolvam a possibilidade de uma concepção da arquitectura e do ser arquitecto alicerçada de facto numa sensibilidade genuinamente focada no benefício do indivíduo e do colectivo” (*id.: 39*), de um modo geral, os autores atentam que tem sido feito um “uso essencialmente frívolo, quando não tendencioso e interessado, do fundamento de *o social*” (*id.: 40*), ou seja, este tem servido igualmente a procura de mediatismo e reconhecimento social dos arquitetos. Segundo os autores, o despertar do conceito de “*o social*” não se deveu a um “debate ideológico” sobre a falência do “*star-system*” depois de grandes fracassos como “edifícios não concluídos, projectos ligados a casos de corrupção política, problemas de desaproveitamento e/ou deterioração das estruturas, etc.” (*id.: 38*) mas devido à antevisão da recessão económica europeia e norte-americana que condenaria ao naufrágio esse mesmo sistema, baseado na figura do “arquiteto-estrela” e no “edifício icónico”, que surgiu com a consolidação do neoliberalismo e a globalização da economia de mercado nos anos 90 e que justificava o propósito das suas realizações com o espírito do momento (*zeitgeist*), nomeadamente

2006: 44-45). A “relação privilegiada” dos arquitetos com as classes no poder nem sempre lhes garantiu “uma posição económica ou socialmente favorecida na sociedade” (*id.: 45*). No entanto, foi através da mesma que o arquiteto conseguiu progressivamente alterar a sua imagem e alcançar reconhecimento social, “deixando de ser visto como um operário – como disse Platão *o Arquitecto dá o conhecimento e não o trabalho manual* –” e passando “a ser encarado como uma espécie particular de artista e trabalhador intelectual: um integrador de saberes e práticas essenciais à promoção de interesse social” (*id.: ibid.*). Contudo, de acordo com Manuel Tainha (2006), a “dívida do privilégio” que o arquiteto está a pagar pela separação do trabalho manual do trabalho intelectual é o seu afastamento da “coletividade”, ou seja, o seu distanciamento do público da arquitetura. Ao tornar-se “sábida e erudita”, a prática do arquiteto tornou-se também “solitária”, “pessoal e original”, intencional e premeditada, apoiando-se nas técnicas de representação: o desenho e o registo anotado (*id.: 81-82*). Ao mesmo tempo, não só o arquiteto se afastou do seu público como se afastou progressivamente dos “porquês” que motivam o seu trabalho. Com a progressiva especialização profissional característica da sociedade burguesa, o arquiteto viu-se forçado a limitar as suas funções ao estudo e à aplicação das tecnologias da construção, preocupando-se apenas com os “comos”: “*when the sacred programme of specialisation began to succeed in a world shaken by the tremors of the industrial revolution, militant architecture remained obsessed with styles, proposing a mere manipulation of signs when what was really required was a profound subversion of concepts and methods*” (Carlo, 2005: 5).

“o desejo de espectáculo, a necessidade acelerada de todo o tipo de estímulos dentro da sociedade da informação e a obsessão hiperconsumista” (*id.*: 37). Para Massad e Yeste (2014), foi a iminência da crise económica que viria a despoletar em 2008 que apressou os arquitetos a procurar novos mercados ou a mudar “a fachada do seu *modus operandi*, satanizando e abjurando termos como *star-architect* e ícone... garantindo um: “eu nunca estive aí”” (*id.*: 38). A renegação do “*star-system*” e a protagonização de outras vias da arquitetura que eram marginalizadas por secundarizar “as obsessões formais em relação à preocupação com outros factores” (*id.*: 37-38) e acusadas de “serem uma arquitectura destinada aos medíocres e sem talento” (*id.*: 38) - não só por parte dos “*star-architects*”, como também dos que “aceitavam esta tendência na esperança de acederem, em dado momento, a algum lugar nesse Olimpo” (*id.*: 37) – são entendidas pelos autores, em certos casos, como “uma consciência social de salão” (*id.*: 50), uma forma de “produzir uma mera demagogia ao gosto do intelectualoidismo de elites arquitectónicas que precisam de argumentos que justifiquem a manutenção de um *status quo* que foi abertamente cúmplice” das políticas neoliberais (*id.*: 50).

Em 2006, antes mesmo do eclodir da crise económica e financeira, Pedro Gadanho alertava os arquitetos da necessidade de “resistir ao escamoteamento ideológico vigente que procura iludir o facto de que, mesmo quando mostra pretensões artísticas, a arquitectura faz parte de um sistema de mercado” e de que esta “só parece servir para alguma coisa se se prontificar a obedecer à lógica desse mesmo mercado” (Gadanho, 2006: 9).

À percepção limitadora — mas concreta — de que, hoje, a ideia e a prática da arquitectura servem tão só os propósitos da própria auto-legitimação e perpetuação do sistema arquitectónico no seio do mercado, devemos contrapor a possibilidade de, à imagem da arte, se refundar a dimensão do serviço que a arquitectura pode ou quer oferecer à sociedade. Refundar a noção de uma prática cultural ou artística da arquitectura poderá então significar simplesmente que, por entre a oferta acrítica de serviços e mais-valias simbólicas que cada vez mais parecem caracterizar a actual condição de mercado, se deve reiterar a função crítica e interpretativa da arquitectura perante o todo social (*id.*: 10).

Para Gadanho, a ideia de que o propósito final da arquitetura enquanto atividade profissional é a “manutenção de um *sistema* ou *política de autores*” (*id.*: 8), o chamado “*star-system*” que assegura mais-valias económicas ao mercado da construção, ou seja, a ideia de que “a arquitectura se

*comodificou*⁷ e se transformou em mero valor acrescentado de um produto inteiramente transacionável” (*id.*: 9) deve ser contraposta pela ideia de que a arquitetura assegura essencialmente uma mais-valia simbólica. Uma simbologia não mais ligada às representações ideológicas “dos poderes de *outrém*” (*id.*: 6) mas às interpretações da realidade que rodeia o próprio arquiteto, isto é, às suas “*visões-do-mundo*”, na definição de Nelson Goodman (*id.*: *ibid.*).

Segundo Gadanho (2006), a resistência à “comodificação” da arquitetura pode dar-se de duas formas: através da “subversão” da “lógica do mercado a partir de dentro, (...) fazendo passar a mensagem da complexidade, da desestabilização de valores aceites e da expressão crítica” (*id.*: 9)⁸; ou “pela recusa de integrar esse sistema económico e por assumir posicionamentos críticos claros no sistema alternativo da produção e do consumo cultural” (*id.*: *ibid.*), seja através da “produção directa de discurso crítico sobre arquitectura e sobre a realidade que se cruza com a arquitectura”, seja por via da “produção utópica de projecto que introduz e leva à discussão pública modelos de vida alternativos e interpretações críticas da realidade” (*id.*: *ibid.*). Esta resistência, fora do mercado, à “comodificação” da arquitetura e a aproximação da mesma às práticas artísticas, tem resultado, já em pleno contexto de crise económica, num entendimento da prática profissional, não como mera “idealização e construção de edifícios”, mas “como prática espacial, que reage e responde às práticas sociais e culturais existentes”, ou seja, “uma arquitetura mais processual do que projetual” (Baptista, 2012: 21). Este empenhamento crítico com a realidade social tem suscitado diferentes reações entre os arquitetos. De acordo com a recente exposição “Tanto Mar” no CCB, sob curadoria de Tiago Mota Saraiva, as opiniões relativamente ao papel da arquitetura no mundo parecem divergir em três grupos:

(...) os que entendem que o papel social do arquitecto é inerente à profissão – para quem a ideia de arquitectura social é uma redundância –; os que entendem que deverá ser visto como uma especialização; e os que identificam no carácter social da intervenção uma dinâmica exterior ao campo disciplinar da

⁷ Segundo Gadanho (2006), “uma tradução mais precisa da palavra *commodification* resultaria em «mercadorização» ou «produtificação». Contudo, a palavra portuguesa comodificação, não só se aproxima da sonoridade do inglês, como traz consigo a referência sugestiva ao conforto” (*id.*: 11).

⁸ Esta visão não é partilhada por Michel Freitag (2004) que considera que, apesar do arquitecto, “na margem de autonomia que detém a título de técnico ou no espaço de liberdade que lhe é reconhecido enquanto artista ou «esteta» frente ao engenheiro, ao planeador, ao financeiro e a qualquer utilizador, (...) [poder] continuar a (...) exprimir as suas próprias convicções sociais, políticas e ideológicas (...) [,] o resultado da busca mais exigente de uma verdade formal, do virtuosismo técnico, da expressividade pessoal acaba por se apresentar no espaço objectivo como a expressão de mais um traço arbitrário, entre todos os outros” (*id.*: 71).

simples criação do espaço ou restritiva da liberdade artística, colocando muitas destas intervenções fora do espectro da arquitectura (*Website CCB*).

Na realidade, entender “que o papel social do arquitecto é inerente à profissão” não é apenas uma característica daqueles “para quem a ideia de arquitectura social é uma redundância”, mas também daqueles que podem ser inseridos nesta ideia e que, simultaneamente, podem identificar as intervenções sociais através da arquitectura “uma dinâmica exterior ao campo disciplinar” (*id.*). Neste sentido, torna-se necessário esclarecer o significado do termo “arquitectura social”.

Entender a arquitectura social como uma redundância parece partir do princípio de que “toda a arquitectura é social” porque desde que se estabeleceu como disciplina e profissão “actua sobre uma sociedade e exerce-se numa situação social” (Baptista, 2014a: 3). Contudo, de acordo com Luís Santiago Baptista (2014a), apesar da relação estrutural que a arquitectura sempre estabeleceu com a sociedade, a “arquitectura social” enquanto termo disciplinar específico parece querer definir uma arquitectura que se assume como motor da “revolução social”. Segundo o autor, a origem de uma primeira ideia de “arquitectura social” parece radicar nos fundamentos da modernidade que entendia a arquitectura como instrumento de transformação ou reestruturação das sociedades (*id.: ibid.*). Esta ideia teria o seu fim com o anúncio da “crise ideológica moderna” por Manfredo Tafuri nos anos 70 (cf. Tafuri, 1976), ou seja, com o desfazer das “ilusões de neutralização ou controle da lógica capitalista” da arquitectura moderna (Baptista, 2014: 4), e daria lugar a uma “reformulação radical da ideia do social em arquitectura” (*id.: ibid.*). Partindo de Rem Koolhaas, esta reformulação basear-se-ia na “exacerbação do modo de produção capitalista” como “verdadeira revolução social” por oposição à sua resistência (*id.: ibid.*). Desta forma, a ideia de arquitectura enquanto motor de revolução social implica para os arquitetos dos anos 90 e 2000, uma cumplicidade com o sistema capitalista através da “exponenciação dos seus mecanismos e processos *delirantes*” (*id.: ibid.*), defendendo assim que o social se torna “inerente a todo o projecto, e que não é necessário estabelecer o propósito da arquitectura no âmbito de objectivos sociais e políticos” (Massad e Yeste, 2014: 42), uma vez que “a força motriz do seu trabalho não é gerar efeitos sociais, mas arquitectónicos” (Alejandro Zaera-Polo *apud* Masad e Yeste, 2014: 42). É neste sentido que se cruzam o entendimento da inerência à profissão do papel social do arquiteto com o entendimento das intervenções sociais através da arquitectura como estando “fora do espectro da arquitectura”. Este último parece partir de duas visões: uma visão única do exercício da

profissão, isto é, um reconhecimento do arquiteto como aquele que exerce a função de “projectista-construtor” e não como aquele que pode exercer um saber disciplinar nas suas mais diversas formas (cf. Afonso, 2010); e uma visão única da arquitetura enquanto mera produção estética de embelezamento do quotidiano. Estas duas visões caracterizaram sobretudo Na realidade, segundo Gadanho (2006), entender a “arte da construção” como “o propósito mais imediato da arquitectura” enquanto disciplina e cultura autónoma é apenas uma visão leiga sobre a atividade profissional (*id.*: 8). Em concordância com Garry Stevens, Gadanho reforça

a ideia de que dizer que alguém é arquitecto — ou seja, dizer que alguém é um legítimo praticante do entendimento institucionalizado da arquitectura — é o mesmo que dizer que *alguém dispõe de um certo conjunto de atitudes, gostos e disposições, todas as formas de capital cultural que distinguem um arquitecto de um mero construtor (id.: 4).*

A reclamação deste capital cultural é o que parece libertar a arquitetura “da sua suposta inutilidade” num momento marcado pela falta de investimento na construção:

(...) a arquitectura não é apenas um saber instrumental à mercê das flutuações do mercado; a arquitectura é uma forma de conhecimento útil nas mais variadas circunstâncias. (...) Perante a falta de encomenda, não é difícil, para mentes treinadas na transformação do mundo físico, compreender o alcance social destas transformações. A mobilização das populações, em processos participativos ou reivindicativos é um mecanismo eficaz para dar uso e forma ao saber arquitectónico. Essa prática, como tem sido levada a cabo em muitos contextos, tem trazido resultados positivos e recompensadores, quer na satisfação profissional dos arquitectos, quer na melhoria efectiva das condições de vida de muitas populações (Tavares e Lopes, 2013).

É neste contexto que se parece refundar a ideia de “arquitetura social”, que engloba, entre outras, “práticas profissionais de arquitectura e planeamento que assentam em processos participativos e de autoconstrução, intervenções em contextos de desastre ou a partir de projectos e programas que provocam um forte impacto social na melhoria dos contextos locais” (Saraiva, 2014). Na realidade, esta “nova” ideia de “arquitetura social” traz consigo “velhos” princípios: um maior humanismo e sentido ético da disciplina⁹ e, conseqüentemente, uma maior participação das pessoas nos processos de

⁹ Segundo Montaner e Muxí (2011), as críticas morais de August Pugin, John Ruskin e William Morris à sociedade e à arquitetura do século XIX, nomeadamente à “*fealdad de un arte ecléctico y académico*” vigente, à

criação arquitetónica e urbanística¹⁰. Esta arquitetura não se assume assim como estando “fora do espectro da arquitectura” mas “para além dele”. Assume-se como uma “arquitetura expansiva”. “Expandir a arquitetura significa estender os limites da sua definição e os seus campos de atuação, para que as suas capacidades enquanto disciplina a possam tornar num potencial meio de transformação social” (Nogueira, 2013: 20). A definição dada por Nogueira (2013) de uma “arquitetura expansiva” é inspirada no livro de Bryan Bell e Katie Wakeford, “*Expanding Architecture: Design as*

“desumanização” resultante do “maquinismo” industrial e ao “*empobrecimiento del espacio, la ciudad y la vida social*”, marcam o arranque de um longo debate sobre o sentido ético da arquitetura (*id.*: 44). Estes três autores, embora de forma muito distinta entre si, assentam definitivamente “*un nuevo discurso social de la arquitectura*”, passando do plano meramente “formal-compositivo” para o plano “ético-político”, estabelecendo pela primeira vez “*relaciones entre las formas arquitectónicas y artísticas y los comportamientos sociales y la búsqueda de la felicidad humana*” e dando origem a uma “*tradição crítica antimquinista*”, que “*lleva a la revalorización de la experiencia vital, la recuperación de la arquitectura vernácula, la defensa de la autoconstrucción y los argumentos ecologistas*” (*id.*: *ibid.*) e que é abordada por autores como Patrick Geddes, Lewis Mumford, Jane Jacobs ou Bernard Rudofsky (2003 [1964]). Em Portugal, a aproximação da arquitetura às ciências sociais e humanas foi dada especialmente por Fernando Távora (2006 [1962]), que defende que o arquiteto deve atender a todos os que participam na organização do espaço “e colaborar com eles na obra comum” (*id.*: 74), o que implica “que a par de um intenso e necessário especialismo ele coloque um profundo e indispensável humanismo” (*id.*: 75) no seu trabalho com o intuito de ser mais do que um “organizador do espaço”, seja “criador de felicidade” (*id.*: *ibid.*); Octávio Lixa Filgueiras (1985 [1962]), Pedro Vieira de Almeida (1964) e Nuno Portas (1965) ao defenderem um maior humanismo da disciplina de arquitetura e uma conseqüente necessidade de socialização do arquiteto. De acordo com Portas (1965), “(...) a base de formação do arquitecto não pode ser senão *a compreensão do ser humano*, sujeito do seu produto final, protagonista do espaço habitável. Compreensão conseguida por diversas disciplinas mas tendente a conhecer a *estrutura da vida quotidiana numa civilização técnica, urbana e de consumo de massa*, e mais directamente, a perceber *o modo como o meio físico possa ser instrumento de libertação e esperança de melhor vida.*” (Portas, 1965: 523). As abordagens destes autores culminaram nos anos 70, após o 25 de Abril, no projeto SAAL que foi, sem dúvida, o projeto mais marcante na história da Arquitetura Participativa em Portugal.

¹⁰ Apesar de muitas das propostas resultantes do debate arquitetónico das décadas de 60 e 70, como a dos situacionistas e surrealistas, não terem passado apenas de formas de resistência executadas marginalmente (Miessen, 2010: 31), o contributo do Team X, fazendo uso de conceitos como mobilidade, padrões do quotidiano e crescimento urbano incremental foi especialmente importante para um entendimento da mudança social e urbana de baixo para cima (*bottom up*), dos processos internos da sociedade. Nesta perspectiva, os arquitectos/*designers* eram entendidos não como os reguladores mas como os “facilitadores” do *hardware*: “*the amplifiers, attenuators, and gates that regulated the rate and intensity of flow within those systems*” (*id.*: *ibid.*). Esta abordagem encontra-se presente tanto na proposta de Yona Friedman em França de grandes estruturas nas quais os residentes podiam construir as suas próprias casas e ambiente envolvente, tendo apenas um manual que os ajudava a tomar decisões sobre o *design* de suas casas; e na proposta, em Inglaterra, de Cedric Price, de uma arquitetura de “incerteza calculada”. Ambas tiveram fortes influências nas práticas alternativas contemporâneas, sobretudo no que respeita ao segundo pelas abordagens a intervenções urbanas temporárias (Miessen, 2010: 31-32).

Activism". Segundo estes autores, expandir os limites é expandir "the population we serve and services we offer" (Bell e Wakeford *apud* Nogueira, 2013: 19). Partindo da resposta de Pedro Vieira de Almeida (1964) à possibilidade do arquitecto dos anos 60, ao actuar como "planificador", estar a fugir às suas responsabilidades de arquitecto, considera-se, tal como o autor, que o essencial é distinguir-se entre "deslocamento de acção e alargamento de acção" (*id.*: 242). Neste sentido, não se julga existir uma "transferência do ponto de aplicação da actividade profissional [deslocamento de acção]", mas sim a manutenção do "elo crítico - e mais, a consciência desse mesmo elo —, com a arquitectura propriamente dita [alargamento de acção]" (*id.*: *ibid.*).

A "expansão" da arquitectura com vista à transformação social tem implicado fundamentalmente duas tomadas de posição: uma menor autonomia na condução dos projetos, ou seja, uma "arquitetura homeopática" na definição de Lucien Kroll (2005)¹¹; uma maior autonomia na procura de oportunidades de intervenção, subvertendo a lógica tradicional da encomenda. Juga-se ser este o factor que diferencia substancialmente a prática dos arquitectos socialmente comprometidos de ontem e de hoje. Factor esse que está na base do desenvolvimento de novos conceitos críticos no âmbito da teoria referente à participação em arquitectura que incidem sobre a participação do próprio arquitecto na sociedade e que se expõem seguidamente.

1.1. Novos conceitos críticos

1.1.1 *Urban Curating*

The architect is a curator of emergent phenomena, an urban curator dealing with evolving matter, human motions, emotions, habits, needs, desires and contradictions, and the housing for all of these. He or she has to give that matter form, either as an organizational principle or as a physical object. The component of time is an essential element in this occupation; the architect is an animator of human behavior, and as such touches on the soul of cohabitation, or living in a society. The handling of matter to live in over time turns the architect into an orchestrator of ephemeral conditions. (Bunschoten, 2003: 120)

Desenvolvido por Raoul Bunschoten, arquitecto fundador do gabinete londrino "Chora"¹², e pelo artista Jeanne van Heeswijk, o conceito de "*Urban Curating*" surgiu para descrever uma metodologia de

¹¹ "a homeopathic architecture would mean that you don't have to decide everything as an architect. (...) The imposition is too much: we should instead try to organize a climate where a kind of friendly organization is able to emerge spontaneously" (Kroll, 2005: 183).

¹² Gabinete de pesquisa fundado em 1993, à qual se juntou a prática arquitectónica em 1994.

trabalho proposta pelo grupo¹³, uma “nova ferramenta de planeamento” discutida e experimentada por vários arquitetos contemporâneos, por analogia com práticas correntes da arte contemporânea (Petrescu, 2005: 56). *“Rather than designing objects and buildings, Chora's urban curator designs processes, interactions and organisational structures, a way of working that allows the architect to engage a wide variety of people and to create urban strategies that can address the dynamic nature of cities”* (Awan et al.. 2011: 119).

Segundo Doina Petrescu (2005), a curadoria está intimamente relacionada com a mediação: *“an architect who acts as ‘curator’ defines their professional location in the middle, in between institutions, clients and users. Rather than a master, they are a mediator”* (Petrescu, 2005: 56). Para Petrescu (2005), o curador é aquele que *“draws on others’ creativity”*, é um *“caretaker and a connector of people, things, desires, stories, opportunities”* (Petrescu, 2005: 57), ou, como reforça Meike Shalk, *“a person who scans and lays out a new field by making new readings of “things”, which s/he identifies and contextualizes”* (Meike Shalk apud Petrescu, 2005: 57).

Neste sentido, a prática curatorial, no âmbito da regeneração urbana, pode ser entendida como a prática que possibilita, antes da regeneração física das cidades, a regeneração dos programas, das instituições e das pessoas que fazem avançar esses programas (Petrescu, 2005: 57).

¹³ De acordo com Awan et al. (2011), *“their methodology is grounded in research, consisting of a four step process that comprises of: a database, prototypes, scenario games, and action plans. The database collects relevant information on people, places and organisations that are somehow related to a project, whilst prototypes are designs or organisational structures that address the issues raised in the database. Scenario games are a way of simulating and testing the different conditions in which the prototypes may function. Often taking the form of board games these are notable for the wide variety of people that Chora manage to gather together to play the games, groups of people that have overlapping and conflicting interests: residents, policy-makers, government officials, local businesses and industrialists amongst others. Here the game functions as both a platform for testing ideas and situations whilst also being a mediator, bringing together these disparate yet linked groups. Finally the action plan is a strategy for implementing the chosen prototypes and scenarios. To complement their working method, Chora have developed a complex language of diagrams and symbols that takes the large amounts of specific information gathered for each project and makes abstract notations that allow comparison and manipulation of the material. Currently Chora are also working on a project entitled Urban Gallery, a web-based tool for their methodology that is designed as an interactive environment for those working together on a long-term project. This method allows Chora to work at a number of different scales, drawing out unexpected and hidden links between the smallest of local details and transnational or global forces, highlighting how these may impact on each other”* (id.: 118-119).

1.1.2. *Unsolicited Architecture*

If professional choice in recent decades has been reduced to either becoming a passive facilitator or a court jester with special permission to do weird things every now and then, perhaps the time has come to no longer respond to others' questions and expectations, but to pose them yourself. Perhaps the time has come to design not as solicited by client, site or available budget, but to design unsolicited architecture and find clients, sites and budgets for it.

For the sake of a relevant career and an interesting life: don't rely on the motifs created by others. Motivate yourself. (Bouman, 2007)

Tal como os restantes conceitos críticos em análise, o conceito de “*Unsolicited Architecture*” (“Arquitetura Não-Solicitada”) pretende caracterizar “uma prática fundamentalmente transgressora” (Santana, 2010: 9). “*Such a concept, somewhere between manifesto and provocation, seems to be a challenge, an attempt to retrieve the utopian ideals that have been lost in favour of the logic of capital*” (Guido e Prestinzenza, 2009: 85). Apesar de já ser referenciado em vários artigos avulsos antes de 2007, é somente nesta data que se consagra na edição nº14 da revista *Volume* da qual Ole Bouman, arquiteto holandês fundador do grupo OUA (*Office for Unsolicited Architecture*), foi diretor por largos anos (*id.: ibid.*).

Segundo Arjen Oosterman (2007), autor do editorial do nº14 da *Volume*, a posição social do arquiteto no final do século XX foi relegada para um plano inferior (*id.: 3*). “*The architect has social engineer, as organizer of social relationships, as the one who inspires political decisions, as a professional power player in the game of spatial distribution appears to be a remarkable intermediate phase in architecture's century-long development*” (*id.: ibid.*). De acordo com o autor, o pós Segunda Guerra Mundial e o aparecimento dos grandes escritórios que desenham desde a habitação ao plano urbano, marcaram “o fim da autonomia e o quase perecimento da afirmação do arquiteto artista, em virtude do capital e dos muitos interesses imobiliários que se instalaram” (Santana, 2010: 10). É neste contexto que Bouman propõe aos arquitetos irem além das suas fronteiras e barreiras profissionais (Guido e Prestinzenza, 2009: 83).

Going beyond the preconceptions, expectations and accomplished facts today is not just a matter of belonging to the avant-garde of architecture. It is now more than ever an existential necessity to continue as an interesting and appealing discipline that keeps attracting the brightest minds. Architecture has always

been a very conservative discipline that stuck to its foundations: shape, construction, space and place. But if we consider the emergence of temporary shapes, moving constructions, interactive spaces, non-places, to name a few contemporary architectural phenomena, even conservatism becomes transgressive.

(Bouman *apud* Guido, 83-85)

Segundo o OUA, para ser considerado arquitetura não-solicitada, um projeto deve transgredir¹⁴ pelo menos um dos quatro princípios fundamentais da prática arquitetónica: programa, local, cliente e orçamento (Santana, 2010: 12). Bouman sugere assim que o arquiteto focalize os seus esforços “numa arquitectura autónoma¹⁵; pró-activa¹⁶ na busca de oportunidades de projecto, de locais e de programas; capaz de apresentar boas soluções para o financiamento da construção, logo, uma arquitectura mais capaz para conceber” (Santana, 2010: 11). Esta prática não-solicitada baseia-se então num dinamismo

(...) pró-activo na busca de novos territórios para intervenção, focado nas necessidades sociais e que tira vantagem das oportunidades que emergem para a arquitectura. Tudo isto, é motivado pelo desejo de lutar a passividade, dúvida e a marginalização (perceptível ou real) dos arquitectos, enquanto perseguem uma arquitectura que seja interessante, inovadora, subversiva, criativa, transgressora, reflectiva, praticável, sustentável, idealista, lucrativa e, acima de tudo, para sempre não-solicitada (Bouman *apud* Santana, 2010: 11-12)

Bouman considera a prática não-solicitada inegavelmente superior à prática tradicional por três razões principais: 1) porque permite manter a autonomia. Autonomia essa que se baseia não mais numa exclusão face à realidade mas numa inclusão que está para além das expectativas dos clientes, ou seja, “*autonomy is in the drive, not the territory*” (Bouman, 2007); 2) porque permite a criatividade. “(...)

¹⁴ Segundo Santana (2010), através da leitura heurística da história da arquitetura, o OUA identificou “quatro tipos genéricos de transgressão”: a rejeição, a reinterpretação, a recontextualização e a reclamação (*id.*: 12). “Se por um lado a rejeição descarta o que possa ser considerado como fútil ou com pouco significado no seio do projecto, a reinterpretação procura um novo contexto ou uma diferente interpretação possível dos conceitos previamente utilizados em projectos. Finalmente, ao reclamar o arquitecto busca uma nova identidade para o projecto ou uma interpretação completamente diferente” (*id.*: *ibid.*).

¹⁵ Uma das vantagens da prática não-solicitada relativamente à prática tradicional prende-se, segundo o OUA, com uma maior autonomia do arquiteto relativamente “aos caprichos e interesses do promotor” (Santana, 2010: 11). Embora a prática tradicional de abordar o projeto, estando o arquiteto subjugado às vontades e aspirações do cliente, possa garantir “uma maior estabilização financeira do atelier, o seu exagerado pragmatismo, limita o arquitecto das possibilidades da sua própria criatividade” (*id.*: *ibid.*).

¹⁶ Bouman reivindica uma maior pró-atividade do arquiteto, ao invés de uma atitude reativa, que responde apenas a problemas que lhe são previamente apresentados.

architecture as art, science, innovation, ideal, adventure, aid and rescue always relies on self-motivation, curiosity, a sense of urgency and an antenna for opportunities.” (id.); 3) porque permite manter a relevância e legitimidade da arquitetura enquanto disciplina, “*finding new objects for the application of architectural intelligence*” (id.).

Para lá dos clientes, orçamentos e locais, Bouman incentiva os arquitetos a atuar “como um promotor ao explorar todas aquelas oportunidades, as quais a arquitetura pode salvar” (Bouman *apud* Santana, 2010: 11), isto é, pensar em situações e oportunidades onde a arquitetura seja necessária e possa fazer a diferença (Bouman, 2007) e “reavivar o papel que lhe foi atribuído em primeiro lugar: o de organizar os nossos espaços inteligentemente” (Bouman *apud* Santana, 2010: 11). Tal implica, segundo Oosterman (2007), uma transformação do papel do arquiteto em produtores e empreendedores ativamente empenhados nas questões e nos desafios que os nossos dias colocam (id.: 3). “*Think about architecture as strategic intelligence, a medium for developing cultural concepts, a mode of thinking, a tactic for social intervention, a strategy to mitigate conflict, a weapon to fight a battle, a metaphor for the rest of the world*” (Bouman, 2007).

1.1.3. Critical Spatial Practice

A ideia de uma “prática espacial crítica”, preconizada pelo arquiteto alemão Markus Miessen, surge no culminar de uma trilogia da participação publicada pelo autor entre 2006 e 2010: “*Did Someone Say Participate?*” (2006), “*The Violence of Participation*” (2007) e “*The Nightmare of Participation*” (2010). Enquanto na primeira e segunda partes da série, Miessen procura afastar “a noção romantizada e politicamente nostálgica de participação como salvadora de todo o mal” (Miessen *apud* Baptista e Paula Melâneo, 2011a: 34), na terceira série o arquiteto dedica-se ao desenvolvimento de “um antídoto ao padrão base mencionado sobre o modo de participação”, ou seja, ao desenvolvimento de “um modelo para além dos modos de consenso” (id.: *ibid.*). Segundo Miessen,

(...) what is urgently needed and should be promoted is a more conflictual concept of participation, not as the process by which one invites others “in,” but rather as a means of acting “without mandate,” forcing oneself into discourses, projects, or realities that arguably benefit from external and structurally uninterested involvement (Miessen, 2010: 236).

Miessen considera que o futuro praticante espacial deve agir como um “*uninvited outsider*”, “como alguém irritante não convidado” (Miessen *apud* Baptista e Paula Melâneo, 2011a: 34), que apresenta

um *background* disciplinar específico, mas que se aventura a sair do seu meio e contexto profissional imediato para encontrar situações e problemáticas específicas¹⁷, fazendo uso dos seus *soft skills* (Miessen, 2010: 192)¹⁸. É precisamente o facto de estar a operar fora dos seus próprios limites profissionais que o permite articular preocupações, visões e atitudes que vão para além dos benefícios do individual ou particular (*id.*: 193). Romper com o seu próprio *background* profissional e entrar noutras esferas do conhecimento implica um certo amadorismo por parte do praticante espacial, isto é, “*an activity that is fueled by care and affection rather than by profit and selfish, narrow specialization*” (Edward Said *apud* Miessen, 2010: 195)¹⁹. A ideia de “*outsider*” surge assim contra a ideia de apenas que o conhecimento especializado deve ser aceite num território de prática específico, de que apenas o “*expert*” é bom e confiável (*id.*:196).

Working from the outside, like a non-institutionalized free agent—who is, to a certain extent, comparable to an external consultant—also means actively performing a certain marginality. The isolation of such marginality can only be overcome by a relentless will for collaboration, a commitment and willingness to change things—beyond intellectual aspirations, but through significant distance that produces a mode of criticality, a distance that an insider cannot offer and does not possess²⁰. In this model of practice, which strives for change through commitment, complicity connotes the death of a project. Such a model needs to

¹⁷ A busca por oportunidades de intervenção implica, tal como referia Bouman, uma maior pró-atividade do arquiteto perante a realidade, ao invés de uma abordagem passiva e meramente assistencial: “*to locate problematics rather than wait for others to present certain issues to you*” (Miessen, 2010: 229).

¹⁸ “*What is at stake here is not an activation of dilettantism as the cultivation of quasi-expertise, but rather a notion of the outsider as an instrumentalized means of breaking out of the tautological box of professional practice. The outsider is not necessarily a polymath or generalist—the Renaissance image and description of the architect — but someone who can use a general sense of abstraction in order for his or her knowledge to fuel an alternative and necessary debate, and to decouple existing and deadlocked relationships and practices in a foreign context*” (Miessen, 2010: 196).

¹⁹ Com base no pensamento de Edward Said, Miessen argumenta que o intelectual precisa de ser um amador: “*someone who considers that to be a thinking and concerned member of a society one is entitled to raise moral issues at the heart of even the most technical and professionalized activity*” (Edward Said *apud* Miessen, 2010: 195).

²⁰ A distância de que fala Miessen vai ao encontro daquilo que o arquitecto Teddy Cruz designa de “*critical proximity*” (proximidade crítica), ou seja, “*(...) a space in which the role of the outsider is to tactically enter an institution or other construct in order to understand, shuffle, and mobilize its resources and organizational logic. This then starts to translate into a discipline without profession, a discipline without a set of prescriptions or known knowledges, but a framework of criticality: a discipline from the outside, a parasitic and impartial form of consulting*” (*id.*: 197).

*be driven by a result-oriented praxis whose potential for modalities can only ever be tested in reality*²¹.

(Miessen, 2010: 240-241)

Em síntese, no contexto desta prática espacial crítica, Miessen entende que o papel do arquiteto

(...) as an instigator, who—through the introduction of zones of conflict—transforms the cultural landscape, which is the result of an unstable society that consists of many distinct and often conflicting individuals, institutions, and spaces. One could therefore argue that instead of breeding the next generation of facilitators and mediators, we should aim for the encouragement of a disinterested outsider who exists at the margins, only waiting for the relevant moment to produce ruptures in the prevailing discourses and practices. This is someone who is intentionally unaware of prerequisites and existing protocols, one who enters the arena with nothing but creative and projective intellect. Running down the corridor with no fear of causing friction or destabilizing existing power relations, this outsider opens up a space for change, one that enables political politics (id.: 249).

1.1.4. Spatial Agency

O conceito de “agenciamento espacial” é abordado pelos autores Nishat Awan, Tatjana Schneider e Jeremy Till, na sua recente publicação “*Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture*” (2011) resultante de um trabalho de compilação e análise reflexiva de inúmeros casos que contribuíram de variadas formas para mudanças do ambiente construído e que estão fora dos cânones da prática profissional corrente (Tombesi, 2012: 809). “*Spatial Agency tackles some of the central tenets of architecture as a discipline, asking whether these in fact maintain currency for both the profession and the built environment.*” (id.: *ibid.*).

Na introdução deste livro os autores começam por explicar a razão da escolha dos termos que definem este conceito e cujas raízes se encontram essencialmente no pensamento dos sociólogos Henry Lefebvre e Anthony Giddens. O termo “espacial”, segundo os autores, não pretende substituir o “arquitetónico”, mas antes “expandi-lo” (Awan *et al.*, 2011: 29). O mesmo é dizer que o espaço é mais do que o vazio entre objetos físicos mas sim, como defende Lefebvre, um espaço socialmente

²¹ Segundo Miessen, a escala micro-local apresenta-se como aquela onde os efeitos dos conflitos são sentidos mais directamente, e que pode servir de campo de teste para ações contra conflitos sociais maiores: “*The importance of the microscale lies in its ability to be highly localized, and therefore specific to generating change; it can be tangible through the articulation of very specific aims and targets, which can be quickly tested against reality*” (Miessen, 2010: 236).

produzido (*id.*: 29). Lefebvre traz a produção do espaço do mundo dos arquitetos para um contexto social ao considerar que: 1) a produção do espaço é partilhada; 2) o espaço social não é estático mas dinâmico, isto é, a sua produção está em constante mutação, um ciclo constante sem princípio nem fim e para o qual contribuem múltiplos autores; 3) a produção do espaço não é um ato neutro, mas antes inerentemente político, que implica naturalmente situações de poder/não poder, interação/isolamento, controlo e liberdade (*id.*: 29-30). Neste sentido, os exemplos apresentados por Awan *et al.* (2011) como “agenciamento espacial”, (...) *remind us that every line on an architectural drawing should be sensed as the anticipation of a future social relationship, and not merely as a harbinger of aesthetics or as an instruction to a contractor. They also point to the possibility of achieving transformation in manners beyond the drawing of lines*” (*id.*: 30).

No que respeita ao termo “agência”, este é usado pelos autores em detrimento do termo “prática” devido à associação deste último a uma determinada normatividade disciplinar. Segundo os autores, o termo “agência” ou “agenciamento” é tradicionalmente colocado em dialética com o termo “estrutura”. Enquanto a “agência” é descrita como a capacidade de um indivíduo para agir independentemente das estruturas que constroem a sociedade; a estrutura é vista como a forma como a sociedade está organizada (Awan *et al.*, 2011: 30). No contexto da prática arquitetónica, esta dialética manifesta-se na visão do arquiteto como agente que tem esperança que as suas ações criativas individuais possam causar mudança²²; e na visão do arquiteto como facilitador técnico, cuja ação é determinada pelas forças sociais e económicas e pelas decisões tomadas por outros (*id.*: 30-31). Segundo Awan *et al.*, ela constrói as habituais imagens estereotipadas do arquiteto, entre o génio e o comercial. Para os autores, esta é uma visão errada. Agência e estrutura não devem ser vistas como um dualismo, como duas condições opostas. Contrariamente, e de acordo com o pensamento de Anthony Giddens, agência e estrutura devem ser entendidas como duas condições implicadas uma na outra: nem o agente é completamente livre como indivíduo, nem está completamente preso na estrutura (*id.*: 31).

²² Segundo Oliveira e Furtado (2012), um “agenciamento arquitetónico” implica “o desenvolver de um deliberado esforço, sob condições materiais, em que a livre ação voluntária prevaleça sobre a involuntariedade ou passividade. Neste sentido, o arquiteto tem hoje de “vestir o fato” e tornar-se um verdadeiro “*entrepreneur action man*”” (*id.*: 119). Os autores sublinham ainda que na proposta de Bouman para uma arquitetura não-solicitada já se encontra inerente uma redefinição do “papel do arquiteto enquanto forma de agenciamento” (*id.*: *ibid.*).

Spatial agents are neither impotent nor all powerful: they are negotiators of existing condition in order to partially reform them. Spatial agency implies that action to engage transformatively with structure is possible, but will only be effective if one is alert to the constraints and opportunities that the structure presents. "Action depends on the capability of the individual to 'make a difference' to a pre-existing state of affairs or course of events", writes Giddens, "...agency means being able to intervene in the world, or to refrain from such intervention, with the effect of influencing a specific process or state of affairs." (...) The normal modus operandi an architect is to add something physical to the world; this alternative suggest that, in the spirit of Cedric Price, the addition of a building is not necessarily the best solution to a spatial problem and that there are other ways of making a spatial difference. (id.: ibid.)

De acordo com Awan *et al.* (2011), o conceito de "agenciamento espacial" não se reduz apenas aos significados dos termos usados, mas traz consigo uma série de outras características. Uma delas é a flexibilidade da intenção dos agentes, ou seja, os agentes agem com uma determinada intenção transformadora que é formada e reformada pela dinâmica do contexto estrutural na qual intervêm (*id.: ibid.*). Esta flexibilidade implica que o agente tenha a capacidade de agir contra intuitivamente a uma mentalidade profissional assente no conhecimento estabilizado que legitima a autoridade da própria profissão, e que compreenda que o conhecimento que traz para o terreno deve ser negociado, flexível e partilhado com os outros, de forma a qua se atinja o "*mutual knowledge*", termo usado por Giddens para definir o conhecimento que não é determinado por normas e expectativas profissionais mas fundado na troca e na negociação (*id.: 32*). Esta necessidade de trabalhar com os outros, expõe inevitavelmente os profissionais a questões de poder, particularmente a como o poder pode ser usado e abusado pelos profissionais que atuam como agentes espaciais. Segundo os autores, enquanto agentes espaciais, os arquitetos devem facilitar o "*empowerment*" dos outros: "(...) *the agent is one who effects change through the empowerment of others, allowing them to engage in their spatial environments in ways previously unknown or unavailable to them, opening up new freedom and potentials as a result of reconfigured social space*" (*id.: ibid.*).

Após a introdução na qual Awan, Schneider and Till justificam o conceito de "agenciamento espacial", os capítulos 1, 2 e 3 são dedicados aos porquês (motivações), ondes (lugares) e comos (operações) desse agenciamento (Tombesi, 2012: 810). O capítulo 1, referente às motivações, clarifica as principais razões que estão na origem de um envolvimento do arquiteto com a realidade espacial e social. São

elas, motivações políticas (seja resultante de uma clara posição política, maioritariamente de esquerda, seja em nome da justiça espacial)²³, profissionais (resultantes do interesse em que haja uma redefinição de noções pré-concebidas do que é ser arquiteto)²⁴, pedagógicas (de estabelecimento de plataformas pedagógicas alternativas com o intuito de mudar a cultura dos arquitetos e ao mesmo tempo disseminar o conhecimento espacial entre atores sociais desprivilegiados)²⁵, humanitárias (de resposta mais eficaz às crises humanitárias) e ecológicas (de resposta aos desafios da sustentabilidade ambiental)²⁶.

O capítulo 2, sobre os lugares do agenciamento especial, identifica as oportunidades que existem para este trabalho ganhar raízes ou emergir (Tombesi, 2012: 810). Os autores apresentam um largo espectro de territórios de intervenção “*which include the design or development of social coalitions, the determination of physical fabric relations beyond buildings, strategic participation in organizational structures, self-publishing efforts with specific knowledge-building objectives*” (*id.: ibid.*).

Por fim, os procedimentos necessários para iniciar o agenciamento espacial são explicitados no capítulo 3. O grau de empreendedorismo ou criatividade necessários para pôr em prática estas ações implica que, segundo os autores, haja uma expansão dos *briefings* originais, projetos iniciados por iniciativa própria, operações entre sistemas económicos não monetários, apropriações de espaços subaproveitados, adoções de medidas de trabalho mais flexíveis e perseguições de alianças entre grupos (*id.: ibid.*).

²³ No que respeita aos agentes politicamente motivados os autores distinguem entre os que atuam por via da crítica, como o grupo alemão An Architektur ou o escritor americano Mike Davis, ou da intervenção espacial, como o grupo MOM (Morar de Outras Maneiras), o Estudio Teddy Cruz ou o *atelier d'architecture autogérée* (Awan *et al.*, 2011: 40-41). Quanto aos que atuam em nome da justiça espacial, os autores referenciam o ativista espanhol Santiago Cirugeda (*id.: 41*).

²⁴ Através da inclusão de outros, amadores no processo de intervenção espacial e através da rejeição do edifício como a representação de um “*expert*”, de um profissional que detém todo o conhecimento de como se desenha um edifício e de como este deve ser, o agenciamento espacial rompe com a clausura profissional, extendendo o papel do arquitecto. Como exemplos de ateliers cujas motivações para o agenciamento espacial englobam questões profissionais os autores apresentam o Atelier-3/Rural Architecture Studio em Taiwan e Elemental Chile (Awan *et al.*, 2011: 43-44).

²⁵ Como exemplo de iniciativas que tentaram rever estruturas e métodos de educação arquitectónica, introduzindo dimensões éticas, nomeadamente a sensibilização das responsabilidades sociais do arquitecto, os autores destacam o *Rural Studio* que, segundo Samuel Mockbee, seu fundador, aplica uma metodologia que permite aos alunos “estarem mais preocupados com os bons efeitos da arquitectura mais do que com ‘boas intenções’” (Mockbee *apud* Awan *et al.*, 2011: 47).

²⁶ Destaca-se no âmbito das motivações humanitárias o trabalho dos Arquitetos Sem Fronteiras (Awan *et al.*: 49).

1.2. Práticas emergentes no contexto português

Desenvolvido pela arquiteta e curadora Inês Moreira (2010) no âmbito do projeto “Devir Menor”²⁷, o conceito de “prática espacial crítica” é, no contexto português, o conceito que melhor tenta definir as intervenções de uma nova “geração” de arquitetos que, no entender da autora, “tornam problemáticos os contornos do campo da arquitectura, intrincando-os com diversos campos entendidos como “extradisciplinares”, isto é, exterioridades da arquitectura, como a política urbana e a filosofia, ou a performance²⁸ e a organização de eventos.” (Moreira, 2010: 20).

As “arquiteturas e práticas espaciais críticas” são empírica e teoricamente tecidas como um “desfazer” da centralidade autoral, do desenho ou da “arquitetura” dominante. Além dos projetos construídos, os autores envolvidos enunciam questões económicas, corporativas e políticas da arquitectura e expõe vontades de construção de projeto coletivo (Moreira *apud* Baptista e Melâneo, 2012: 99).

²⁷ Concebido por Inês Moreira e Susana Caló (investigadora em filosofia e editora), “Devir Menor é um projeto de investigação híbrida entre a arquitetura, a teoria crítica e a prática da materialidade, procurando diagramar projetos e processos de trabalho de arquitetos e coletivos situados no contexto da Ibero-América. (...) Enunciado a propósito da literatura de Kafka por Gilles Deleuze e Félix Guattari, o conceito de ‘devir menor’ refere-se a um potencial de transformação e de abertura de espaços dentro de um contexto dominado pela subordinação a uma língua maior ou dominante. O projeto parte deste conceito e explora a sua instanciação em práticas espaciais na Ibero-América. Explorando o que se denomina por ‘práticas espaciais críticas’, o projeto quer ir particularmente ao encontro de concepções de espaço e prática da arquitetura em que os fatores políticos, económicos, sociais e ecológicos intercetam a elaboração projetual e contribuem para um discurso de multiplicidade” (*Website Devir Menor*). A relação entre a ideia de *devir menor* e as práticas espaciais críticas é desenvolvida por Susana Caló em “Devir autónomo e imprevisto” (cf. Caló, 2013).

²⁸ A relação entre arquitetura e performance foi particularmente desenvolvida por Pedro Gadanho (2007). Segundo o arquiteto, “(...) as condições de mudança do mundo contemporâneo implicam que a arquitectura seja não só vista como firmatas – ou algo que se afirma no domínio da construção pura e dura – mas também como uma prática especializada capaz de gerar ideias e conceitos efémeros, ideias e conceitos que respondem a uma noção cada vez mais expandida da mobilidade nas sociedades contemporâneas” (Gadanho, 2007: 26). Neste sentido, “a arquitectura passa da dimensão de um serviço estático – associado à lentidão tradicional da construção física da cidade ou da mutação das identidades locais – à dimensão de uma performance, isto é, a uma capacidade dinâmica de resposta perante as exigências mais rápidas e extremas da cultura urbana contemporânea” (*id.: ibid.*). Esta performance deve remeter não só para uma “eficiência técnica e económica” da arquitectura, mas também para uma prática cultural, isto é, na tradição da *performance art* dos anos 70 que “foge aos cânones do objecto artístico e da expressão plástica para se dedica ao princípio da acção” (*id.: 27*), a capacidade de performance da arquitectura enquanto prática cultural “deve contribuir para que esta adquira um papel social mais crítico, um papel de comentário activo às modificações sofridas na sociedade” (*id.: ibid.*).

Inês Moreira (2010) entende a noção de “prática” não como uma atividade “necessariamente normativa”, que significa correntemente em arquitetura “a produção pragmática no espaço do atelier, do projecto e da construção, uma tradição separada da pesquisa, da investigação, e eventualmente da sua antagónica teoria” (*id.*: 20), mas antes como uma “prática pensante” (Moreira, 2010: 21). “A noção de prática é aqui entendida como uma activação, prática como um modo experimental, eventualmente performativo, de conhecimento do espaço” (*id.*: *ibid.*). Igualmente na tradição lefebvriana, Moreira entende a prática espacial como “experiência, utilização e apropriação do espaço”, isto é, como uma das três modalidades da “produção do espaço” definida pelo autor: a “actividade social praticada no quotidiano” (*id.*: *ibid.*). Segundo a autora, “a abertura a esta dimensão permite abranger os aspectos informais, a fugacidade e a efemeridade das práticas” (*id.*: *ibid.*).

O emergir destas práticas espaciais parecem relacionar-se, como sublinha a autora, com a “mobilidade, a fragmentação da concepção de formação em arquitectura, e a desmultiplicação em percursos individuais e organizações diversas” (*id.*: *ibid.*).

Isto é, parece-nos serem as rupturas na educação proporcionada pelo programa europeu Erasmus, pelos Mestrados e estágios no estrangeiro, pela facilidade e aceleração da mobilidade, mas também a contemporaneidade, o rápido acesso a informação, a disseminação de redes sociais ou oportunidades de trabalho e de emprego, que vêm rompendo paradigmas e sublinham a singularidade da constituição de cada uma das práticas (*id.*: 21-22)²⁹.

A organização em coletivos e a colaboração interdisciplinar tem vindo assim a marcar, de acordo com Moreira, uma nova geração de arquitetos portugueses, denominada “geração z” (*id.*: 22) pela revista *arqa*, na sequência do “dispositivo crítico vindo da exposição *Metaflux* de 2004, em que Pedro Gadanho e Luís Tavares Pereira tinham confrontado uma geração mais velha X com uma mais nova Y” (Baptista, 2011b). Segundo Luís Santiago Baptista, editor da *arqa*, a “geração z” refere-se à geração de arquitetos que surge após a x e y e que assume

²⁹ Segundo Santana (2010), a mobilidade acrescida aliada à facilidade de circulação de informação, permitem expandir as redes sociais e informativas e, conseqüentemente, alargar o território de prática e os conhecimentos do arquiteto. “Das malhas da rede da formação académica e de um mercado de trabalho local e acanhado, passa-se às possibilidades enriquecedoras das novas redes sociais e das novas redes informativas” (*id.*: 63). Estas redes permitem não só facilitar “o acesso a novas parcerias e possibilidades de trabalho - como os concursos internacionais, as ofertas de trabalho no estrangeiro, etc.” (*id.*: 63), como também a troca de experiências e o cruzamento de saberes que influenciam os processos, metodologias e o desenho de arquitetura.

[...] um posicionamento mais contaminante e híbrido, adoptando as estratégias criativas mais eficazes e expeditas, tendo em conta a resposta a uma situação específica. De facto não se pode falar aqui meramente de questões programáticas, formais ou estéticas, mas principalmente de novas abordagens e metodologias de trabalho. E isto reflecte-se claramente [...] nos modos de estruturação dos ateliers quase todos adoptando a forma de colectivo, e no desenvolvimento de colaborações, que atravessam múltiplos interesses e campos disciplinares. (Luís Santiago Baptista *apud* Santana, 2010: 50-51)

Embora o programa “geração z” da *arqa* se tenha fechado com “a constatação da impossibilidade de constituição geracional” (Baptista, 2014b: 20), uma vez que os jovens arquitetos demonstram “quase total alheamento, distanciamento ou desinteresse pela constituição de um qualquer corpo unitário, de uma eventual plataforma comum ou de um possível programa sintético, que foi, diga-se, ao longo da modernidade, condição necessária à constituição histórica de uma geração” (Baptista *apud* Baptista, 2014b: 20), parte desta nova geração que não se assume como tal aposta de facto nestas novas metodologias que investem “na apropriação criativa do presente e numa renovada atenção às solicitações da realidade concreta” (*Arqa apud* Santana, 2010: 54), e que parecem ser não só uma consequência da mobilidade acrescida e da expansão das redes sociais, mas também de sobrevivência e legítima afirmação dos arquitetos recém-licenciados num mercado de trabalho de difícil enquadramento devido ao elevado aumento do número de profissionais e à situação económica atual. Dentro desta vertente da nova “geração” caracterizada afinal pela pluralização de abordagens, podem destacar-se os Moov, o Atelier Data, as Blaanc, João Caeiro, Pedro Clarke, Paulo Moreira, os Urban Nouveau*, Artéria ou o Ateliernob que vê na crise atual uma oportunidade para desenvolver um trabalho que quer “tomar uma parte activa na transformação social” (Ateliernob *apud* Baptista e Melâneo, 2011b: 73).³⁰

³⁰ “Nós inscrevemo-nos nos que querem tomar uma parte activa na transformação social. Ou seja, interessa-nos trabalhar para melhorar a vida das pessoas. Interessa-nos muito menos participar em processos cujo centro é a criação de uma mais valia financeira. Sempre trabalhámos em crise e sempre tivemos de trabalhar muito para conseguir ter trabalho. Ora isto faz com que, no momento em que as empresas estão a despedir, nós estejamos a contratar e a estimular parcerias com outras realidades. Até certo ponto, a nossa crónica falta de recursos tem-nos impermeabilizado contra a crise. Por outro lado, parece-nos que a actual situação política e económica do país fará com que os ateliers com que partilhamos este posicionamento disciplinar, sejam fulcrais. Ou seja, a realidade está a colocar-nos no centro da solução” (Ateliernob *apud* Baptista e Melâneo, 2011b: 73).

2. As Estratégias Sociais Criativas e a Inovação Sócio-Territorial

This is not the creativity associated with Richard Florida's 'Creative Class', which focuses unilaterally on the boys and girls that mobilise the best of their considerable cultural, economic, affective, intellectual and other talents in the pursuit of monetary gain and economic profit, but rather about fermenting the creativity that galvanises everyday life, that makes living-in-common with others a pleasure, enriching, equitable, and mutually rewarding exercise. It is the creative and associated innovative practices that resolve around formulating, claiming and exercising what Henri Lefebvre called 'The Right to The City' (Swyngedouw e Moulaert, 2010: 220).

A criatividade, enquanto capacidade humana para produzir novas coisas ou criar novas situações e muito ligada à imaginação (André *et al.*, 2009: 150), tem sido ao longo das últimas décadas bastante abordada na investigação das dinâmicas espaciais e urbanas, sobretudo sob o ponto de vista económico. O conceito de “cidade criativa” tem sido teorizado por diversos autores desde os anos 90. Apesar das diferentes abordagens sobre o que esta representa e qual a sua importância para o desenvolvimento urbano, a criatividade é, de uma forma geral, associada à produção artística e cultural (Hall, 2000) e entendida segundo uma lógica capitalista, “como potencial motor para o crescimento económico, social e territorial da cidade” (Furtado e Alves, 2013: 126). Várias são as cidades da Europa e da América do Norte que, perante o “desaparecimento das actividades produtivas tradicionais e (...) [a] dissolução dos valores e das práticas sociais que, em conjunto, configuravam o tecido socioeconómico” (Machado e André, 2012: 123), apostam fortemente nas actividades artísticas e culturais “como o “golpe de mágica” capaz de transformar a degeneração em regeneração” (*id.:ibid.*).

Segundo André e Reis (2009), “o debate sobre a cidade criativa é um dos melhores exemplos da visão mercantil da cultura e das artes” (*id.*: 81). Dois dos principais autores que contribuíram para a teorização sobre a cidade criativa, Richard Florida (2002) e Charles Landry (2000), “defendem que a atracção de gente criativa é a principal condição para captar investimento” (André e Reis, 2009: 81). Richard Florida (2002), particularmente na sua obra “*The Rise of the Creative Class*”, defende que a concentração de uma determinada “classe criativa” nas cidades é fundamental para a competitividade territorial. Segundo Florida, o desenvolvimento de uma determinada região, nomeadamente no que respeita aos seus níveis de inovação e competitividade, depende da “capacidade de atrair e reter talento” e de

fomentar o desenvolvimento das indústrias criativas³¹ (Furtado e Alves, 2013: 129). Como forma de atração desta classe criativa, da qual fazem parte os artistas – “tanto os artistas num sentido mais tradicional – pintores, actores, músicos, etc. – como os mais contemporâneos como os designers, produtores de vídeo, criadores de mensagens publicitárias e outros” (André e Reis, 2009: 81) – a oferta cultural de uma cidade torna-se determinante, “seja por via da arquitectura e do espaço público que configuram as condições de habitação da classe criativa, seja através dos espectáculos, das exposições ou de outros eventos que preenchem os tempos de lazer desse grupo” (*id.: ibid.*). Por sua vez, “o ambiente boémio criado pelos artistas é muito favorável à atração de profissionais altamente qualificados que – levados pela importância da estética, da originalidade e do espetáculo – gostam de respirar o ‘ar dos artistas’” (Machado e André, 2012: 123), o que permite dinamizar economicamente o território³².

De um modo geral, “(...) *the creative city ‘movement’ emphasizes the crucial role played by the cultural sector and by the creative industries , and also the importance of artists and of such factors as symbolic triggers, place marketing, cooperation, collective ambition, cultural diversity and social tolerance*” (André *et al.*, 2009: 152).

Contudo, alguns autores questionam se esta “cidade criativa” poderá ser efetivamente inovadora do ponto de vista social. Segundo André *et al.* (2009), apesar de a abordagem da “cidade criativa” apresentar características que são fundamentais à inovação social, tais como a tolerância e diversidade cultural, muitas outras, como a teatralização do espaço público ou a gentrificação associada à regeneração urbana dirigida à oferta imobiliária à classe criativa (Ley, 2003), pode ser geradora de exclusão social (André *et al.*, 2009: 152).

³¹ Como indústrias criativas, entendem-se um “conjunto de (sub)setores criativos industriais, que têm por centro a criatividade humana (arte, artesanato, moda, design, arquitetura, publicidade, software, etc.). Trata-se de um conceito proveniente das tradicionais atividades mais artísticas e indústrias culturais e que foram alvo de evolução. Tal evolução foi associada, em grande medida, ao desenvolvimento tecnológico e à integração das redes de informação e comunicação, enquanto meios de conexão e mobilidade” (Furtado e Alves, 2013: 126).

³² O papel da cultura no desenvolvimento urbano refere-se assim tradicionalmente à cultura promovida por e para as classes dominantes, associada a grandes projetos de (infra)estruturas culturais e aos festivais e eventos a estes associados. Isto é, a literatura neste campo refere-se essencialmente aos efeitos positivos de projetos arquitetónicos de larga escala na economia e emprego locais (Moulaert *et al.*, 2004: 230).

(...) [Este] modelo da cidade criativa (...) não conduz à inovação sócio-territorial (inovação social associada à transformação dos lugares), na medida em que o seu grande foco é o reforço da competitividade e não a transformação dos coletivos locais no sentido da equidade e da justiça social. Pelo contrário, este modelo conduz a uma cidade dual, fragmentada e exclusiva (Machado e André, 2012: 123-124).

É neste sentido que surgem visões alternativas à abordagem da “cidade criativa”, isto é, novos entendimentos sobre o papel da criatividade no desenvolvimento urbano. Estas visões têm por base a ideia de “cidade socialmente criativa” (Gertler, 2004; Scott, 2006), uma cidade inclusiva³³ e solidária (André e Reis, 2009: 81), e valorizam o papel dos processos *bottom-up* na mobilização de recursos criativos como condição fundamental para a inovação social local (*id.: ibid.*), ou seja, “olha-se para a criatividade orientada para as acções colectivas que visam melhorar a qualidade de vida da população, encorajando e incentivando a construção de uma cidade transformadora e participativa” (Freitas e Estevens, 2012: 12). É com o objetivo de construção de uma cidade socialmente criativa que se reinterpreta o papel dos artistas na cidade.

(...) la présence d'artistes en ville, l'art public, les nouveaux landmarks culturels ou le street art peuvent encourager d'une manière significative l'auto-estime des communautés locales et régionales et renforcent, de ce fait, le sentiment d'appartenance territoriale, particulièrement important dans des villes multiethniques où l'on a constamment une population qui va et vient. Ces potentialités pourront être accrues si les artistes et les activités qui leur sont associées sont amenés à s'installer dans des zones plus problématiques, où le risque de fragmentation spatiale et d'exclusion sociale sont plus importants. C'est dans ces endroits que l'esthétisation des espaces, ainsi que la communication et le dialogue à travers les arts favorisent le plus le développement social et urbain (André e Carmo, 2010: 71-72).

Segundo Moulaert *et al.* (2004), as visões tradicionais da cultura *mainstream* e do desenvolvimento urbano “*must be transcended to allow for a multi-dimensional strategy to break through social exclusion mechanisms and create routes to social integration within cities and their neighbourhoods*” (Moulaert *et*

³³ A inclusão social é muitas vezes encarada em prol da justiça espacial. “A inovação social no cruzamento da justiça espacial é a senda última do debate acerca da inclusão. (...) A noção de justiça espacial é entendida como a perspectiva integrada da justiça social e política numa determinada área geográfica. (...) [a] visão da justiça como o garante da liberdade económica, social e política dos cidadãos e, da satisfação das mesmas como a realização plena do objetivo último do desenvolvimento - o bem-estar social, é fundamental para o processo de mudança sistémica que a inovação social preconiza.” (Guerra, 2012: 364).

al., 2004: 230)³⁴. Na visão dos autores, entender o papel das criações artísticas e arquitetônicas no desenvolvimento urbano exclusivamente do ponto de vista do “embelezamento” (“*beautification*”) é ter apenas em conta a dimensão física desse desenvolvimento e a dimensão material da cultura e das artes. Neste sentido, defendem uma perspectiva multi-dimensional, socialmente inovadora, do papel das artes e da cultura no desenvolvimento local, assente em seis dimensões principais (*id.*: 231-232): 1) comunicação (isto é, a sua capacidade de juntar pessoas, seja através de projetos artísticos como filmes e teatros, seja através da criação de espaços de encontro numa comunidade, onde esta se pode expressar de forma plástica ou não verbal); 2) expressão da crítica, da insatisfação e de crises existenciais (ou seja, a sua capacidade de dar voz a comunidades de bairros desfavorecidos, de expressão da sua contestação e desejo de mudança); 3) meio de participação ou ferramenta de planeamento (isto é, na sequência da última dimensão, permite dar voz a grupos sociais com pouco acesso aos canais de participação *mainstream*); 4) a relação entre expressão individual e coletiva (permite a partilha de perceções e experiências individuais); 5) a revitalização de bairros e a expressão artística da identidade (a expressão mais clássica da arte, no seu papel de catalisador na construção da identidade do bairro); 6) a economia e o emprego (a cultura e as artes enquanto atividades económicas, não só as artes e culturas mais eruditas mas a arte e cultura populares como o artesanato). De uma forma geral, as abordagens alternativas à teoria da “classe criativa” não pretendem contestar a importância da criação no desenvolvimento urbano, mas antes uma noção elitista e limitada da criatividade, tal como está associada em inúmeras estratégias de desenvolvimento urbano (Klein e Tremblay, 2009).

Creative, artistic, and cultural activities can be used as a way to promote the expression of ideas from the most diverse groups and thereby begin to open up the deliberative processes traditionally dominated by political and economic elites, or even creative elites, such as those supported by the creative class theory. This would ensure a more creative city, since it has been recognized that more diversity leads to social creativity and innovation all the while being more inclusive (Klein e Tremblay, 2009).

³⁴ De acordo com Klein e Tremblay (2009), “*the implementation of cultural activities that truly engage the population is much more important than passive financial support for cultural activities that are often seen as exclusive or oriented towards the best educated and wealthiest. Cultural creation can only serve as a basis for a cohesive urban development strategy if the various populations are enabled to participate and engage actively in the cultural and creative activities themselves rather than being passive observers, or worse, totally excluded from the activities.* (*id.*: 2009).

2.1 O conceito de Inovação Social

Muito antes do termo “inovação” ser usado na ciência social, já a ciência económica há muito que considerava a sua importância (Moulaert *et al.*, 2005: 1973). A economia, juntamente com a gestão e a sociologia das organizações, monopolizaram desde cedo a teorização sobre inovação, particularmente no seio das empresas, associando-a predominantemente ao desenvolvimento tecnológico (*id.*: 1974). Apesar de Benjamin Franklin, no século XVIII, evocar a inovação social ao propor pequenas modificações na organização social de comunidades (Mumford, 2002); de Max Weber, no final do século XIX, já fazer referência a “invenções sociais” (“*social inventions*”)³⁵ e de Joseph Schumpeter, considerado o pai da análise da inovação nas ciências económicas, ser o primeiro a sublinhar nos anos 40 do século XX a necessidade de inovações no campo social como forma de garantir a eficácia, pelo menos parcial, das inovações tecnológicas (Hiller *et al.*, 2004); somente a partir dos anos 60-70, com os movimentos estudantis e trabalhistas de Paris, Berlim e outras cidades europeias e americanas, a inovação social começou a surgir

(...) as a kind of common denominator for the different types of collective actions and social transformations that would lead from a top down economy and society to a more bottom up, creative and participative society that would also recognize, almost in a progressive liberal way, the different individual rights of people in all segments of the population (Moulaert *et al.*, 2010: 13-14).

De acordo com David Cooperrider e William Pasmore, James Taylor terá sido o primeiro a utilizar o termo “inovação social” em 1970 (Cloutier, 2003: 3), contudo, a revisão bibliográfica realizada por Julie Cloutier (2003) na revista do CRISES (*Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*)³⁶ revela que, no mesmo período, o autor Dennis Gabor reflectia igualmente sobre este tema numa perspectiva de desenvolvimento territorial (*id.*: *ibid.*). De acordo com Cloutier (2003), na visão de Taylor “*l’innovation sociale désigne de nouvelles façons de faire les choses (new ways of doing things) dans le but explicite de répondre à des besoins sociaux, par exemple: la pauvreté et la délinquance*” (*id.*: *ibid.*). Ainda

³⁵ Entre outras observações Max Weber, realça “*that changes in living conditions are not the only determinants of social change. Individuals who introduce a behaviour variant, often initially considered deviant, can exert a decisive influence; if the new behaviour spreads and develops, it can become established social usage*” (Moulaert, 2009: 12).

³⁶ Organização canadiana interuniversitária e multidisciplinar, fundada em 1986, e pioneira no estudo da inovação social (André e Abreu, 2006: 123).

segundo a autora, embora Taylor faça referência à cooperação entre diferentes actores como “*condition sine qua non de la création et de la production d’innovations sociales*” (id.:*ibid.*), este considera que o objecto da inovação social é a solução apresentada ao problema, ou seja, é o resultado do processo e não o processo em si mesmo³⁷.

Um outro autor que nos anos 70 aborda a questão da inovação social é Chombart de Lauwe. Para o autor, a inovação social implica “*la création de nouvelles structures sociales, de nouveaux rapports sociaux, de nouveaux modes de décision*” (Chombart de Lauwe *apud* Cloutier, 2003: 3), que segundo Cloutier (2003) se destina

(...) non seulement à résoudre des problèmes sociaux comme le proposait Taylor (1970), mais également à répondre à un idéal social. En introduisant la notion d’aspiration, l’innovation sociale va au-delà de l’exigence de répondre à une situation jugée problématique et évacue du même souffle la notion de problème et l’idée de «processus de résolution de problème». L’innovation sociale existe et s’oriente vers l’atteinte d’une situation sociale désirée³⁸, sans que ne soit forcément identifiée une situation difficile réclamant une solution immédiate (Cloutier, 2003: 3-4).

Embora os primeiros passos da teorização sobre a inovação social comecem a ser dados nos anos 70, a abordagem deste tema só se tornou predominante nas ciências sociais a partir dos anos 80 (Moulaert *et al.*, 2005: 1969). É nesta década, mais precisamente em 1982, que é dado o primeiro grande contributo para a conceptualização da inovação social, data em que os autores Jean-Louis Chambon, Alix David e Jean-Marie Devevey publicam “*Les Innovations Sociales*”, colocando em causa o próprio carácter inovador da inovação social (Cloutier, 2003: 8). Segundo os autores, aquilo que torna uma prática socialmente inovadora não é o facto de ser forçosamente “nova” ou “inédita”, mas antes contrastante com uma prática existente habitualmente executada: “*(...) innover n’est pas faire nouveau, mais faire autrement, proposer une alternative. Et cet autrement peut parfois être un réenracinement dans des pratiques passées*” (Chambon, David e Devevey *apud* Cloutier, 2003: 8).

³⁷ Apesar disso, o autor apresentou cinco condições para o sucesso da inovação social: “1) *L’engagement des acteurs impliqués (Principle of maximum investment)*, 2) *La cooptation (The principle of co-optation)*, 3) *Relation égalitaire (The principle of egalitarian responsibility)*, 4) *La recherche créatrice (The principle of research as creative play)*, 5) *Le leadership idéologique (The principle of ideological research leadership)*” (Cloutier, 2003: 3).

³⁸ A ideia de desejo acabará por ser retomada nos anos 90 por Jean-Marc Fontan: “*(...) l’action innovante représente une médiation réalisée par au moins un acteur social en vue de répondre à un besoin, un désir, ou à résoudre un problème*” (Fontan *apud* Cloutier, 2003: 4).

Definem então como inovação social:

(...) les pratiques visant plus ou moins directement à permettre à un individu – ou à un groupe d'individus – de prendre en charge un besoin social – ou un ensemble de besoins – n'ayant pas trouvé de réponses satisfaisantes par ailleurs. (...) Toute action visant directement ou indirectement à l'adéquation des réponses données par un groupe d'individus aux besoins reconnus comme siens concerne l'innovation sociale. (Chambon, David e Devevey *apud* Cloutier, 2003: 8)

Segundo Julie Cloutier (2003), o trabalho de conceptualização dos três autores permite a identificação de quatro dimensões de análise principais da inovação social: a forma (o quê?), o processo de criação e execução (como?), os atores (quem?) e os objetivos de mudança que perseguem (porquê?) (*id.*: 9). No que respeita à forma, os autores consideram-na imaterial, ou seja, opõe-se à noção de produto, fazendo “*essentiellement référence à des «façons de faire», des actions, des pratiques*” (*id.*: *ibid.*). O processo é caracterizado por uma condição que os autores consideram essencial à inovação social: a participação dos destinatários ao qual concerne o projeto, desde a fase de tomada de consciência das necessidades, à conceção do projeto e à sua execução. “*L'utilisateur n'est donc pas bénéficiaire d'un service, mais acteur dans un projet qu'il reconnaît comme le sien*” (*id.*: *ibid.*)³⁹. Contudo, apesar dos destinatários se constituírem como protagonistas no processo de inovação social, estes podem não ser os únicos intervenientes no processo, sendo a interdisciplinaridade ou a diversidade de atores uma condição que favorece a eficácia do processo (*id.*: 10). Por último, os objetivos da inovação social prendem-se, segundo os autores, com a resolução de problemas sociais, mais precisamente com uma melhor satisfação de necessidades “*non ou mal satisfaits par les moyens «officiels»*” (Chambon, David e Devevey *apud* Cloutier, 2003: 10). Segundo os autores, “*l'objectif primordial de l'innovation sociale est (...) l'autogestion de la vie quotidienne*” (Chambon, David e Devevey *apud* Cloutier, 2003: 11), ou seja, tal como realça Julie Cloutier, a inovação social pode ser vista como “*un processus*

³⁹ Esta perspetiva vai ao encontro da abordagem integrada no trabalho social, desenvolvida por René Auclair e Christiane Lampron em 1987. A abordagem integrada entende os problemas como resultado de uma multiplicidade de fatores e considera o destinatário das iniciativas o principal agente de mudança e o principal responsável pela resolução dos seus problemas. Neste sentido, os intervenientes exteriores (equipa multidisciplinar) do processo devem ser parceiros e não ter uma abordagem curativa tradicional. “*L'approche intégrée peut être considérée comme une démarche de conscientisation et d'apprentissage visant à amener les individus à poser les actions nécessaires en vue de corriger la situation problématique. Les individus se trouvent donc au centre de l'action*”. (Cloutier, 2003: 6). Ao mesmo tempo considera a existência de uma dupla inovação social: dos destinatários e dos intervenientes das instituições (Cloutier, 2003: 7).

*d'apprentissage dont l'objectif consiste en la «valorisation individuelle» et l'«autonomisation» des usagers en vue de leur permettre de résoudre leurs problèmes. C'est à travers l'action solidaire que les individus développent leur autonomie*⁴⁰ (Cloutier, 2003: 10-11).

De um modo geral, a abordagem de Chambon, David e Devevey apresenta as bases de um modelo de análise da inovação social que foi desenvolvido por Julie Cloutier (2003) na revista do CRISES nos primeiros anos do século XXI. Partindo do trabalho de conceptualização destes autores e de outras abordagens desenvolvidas posteriormente nos anos 80 e 90, a investigadora do CRISES redefine as quatro dimensões de análise da inovação social (Cloutier, 2003: 37): 1) o objeto em si, a sua natureza, 2) o seu processo de criação e execução, 3) o alvo das mudanças e, 4) os resultados obtidos. A análise da literatura referente à inovação social permitiu à autora definir 3 dimensões a partir das quais se pode definir a natureza da inovação social: tangibilidade, novidade e o objetivo geral perseguido (*id.: ibid.*). No que respeita à tangibilidade, a inovação social pode ser material (um produto) ou imaterial (um processo), variando de acordo com os diversos autores. No que respeita ao carácter inovador, a inovação social é, para a maioria dos autores, uma solução ou resposta nova. Segundo Cloutier (2003), apenas Chambon, David e Devevey e Camil Bouchard e seus colegas, em 1999, reforçam o carácter alternativo da resposta e não necessariamente inovador⁴¹. Quanto aos objetivos, Cloutier (2003) aponta que a maioria dos autores se divide entre a resolução de problemas sociais e aspirações de ordem social, sendo que Hazel Henderson, em 1993, introduz a noção de prevenção de futuros problemas (*id.: 37-38*). A mesma divisão de opiniões ocorre na questão do processo de inovação social. Alguns

⁴⁰ Esta perspetiva da inovação social enquanto processo de aprendizagem que visa capacitar os indivíduos a resolver os seus próprios problemas é abordada por Dominique Lallemand, em 2001. O autor considera que apesar dos destinatários poderem não estar originalmente na criação das inovações sociais, a sua participação ativa no processo é fundamental para a aquisição de capacidades: “...l'empowerment (*appropriation du pouvoir*) qui se fonde sur le fait que les individus seuls ou en groupes peuvent acquérir les capacités pour réaliser les transformations nécessaires” (Lallemand *apud* Cloutier, 2003: 5).

⁴¹ Esta visão da inovação enquanto processo não totalmente novo viria a ser reforçada por Hillier *et al.* em 2004. Estes autores consideram igualmente que a mudança pode não significar uma novidade total, mas antes um retorno a formas de organização social passadas. Este retorno pode ser igualmente inovador. O que afasta a noção de inovação social da economia ortodoxa da inovação é o facto do comportamento socialmente inovador não ser otimizado ou a “melhor prática”. “Ce qui compte pour l'innovation sociale, c'est la «good practice», la «bonne pratique» qui a démontré une contribution réelle à l'innovation sociale dans des contextes divers ou similaires ; ou de «bonnes formules» qui pourraient contribuer à l'innovation sociale du futur. L'innovation sociale veut dire changement adapté et adaptatif, visant à améliorer le bonheur humain à plusieurs niveaux de la société : la famille, les groupes et réseaux sociaux, les communautés territoriales, sociales, culturelles, etc.” (Hillier *et al.*, 2004: 137).

autores consideram que este não faz parte integrante da inovação social em si e, os que o consideram, defendem a existência de duas condições principais: a diversidade de atores e a participação dos destinatários (*id.*: 38). A cooperação entre diversos atores, também designada de parceria, aliança estratégica ou formação de equipas multidisciplinares é considerada condição essencial para a criação e execução de soluções novas, permitindo ter uma visão mais completa dos problemas, causas e soluções possíveis (*id.*: *ibid.*). Para certos autores, é também bastante importante a participação dos destinatários das iniciativas no processo ou das suas organizações representantes. Dentro destes, alguns defendem a participação na própria iniciativa do projeto; outros, durante todo o processo, da tomada de consciência do problema à identificação de causas e elaboração das soluções e sua execução; e ainda outros que defendem que o nível de participação dos destinatários no processo varia de acordo com as suas características intrínsecas e dos próprios projetos. O principal alvo de mudança da inovação social é apontado como o melhoramento do modo de vida de indivíduos, do seu meio de vida (território), ou meio de trabalho (empresas) (*id.*: *ibid.*).

De façon générale, les innovations sociales, centrées sur l'individu, cherchent à développer les capacités de l'individu à se réapproprier le pouvoir sur sa propre existence en vue d'améliorer sa qualité de vie. En ce qui concerne les innovations sociales orientées sur le lieu de vie, elles sont destinées à développer un territoire donné (i.e.: à modifier les composantes sociétales) en vue d'une meilleure qualité de vie. Les innovations sociales au sein des entreprises visent à modifier les structures de production, et conséquemment les exigences d'emplois, en vue d'assurer à l'effectif une meilleure qualité de vie au travail et un meilleur équilibre travail / famille (Cloutier, 2003: 38-39).

Por último, os resultados obtidos através da inovação social ou antes as suas consequências efetivas são abordadas segundo duas perspetivas de acordo com Cloutier (2003: 39): a de Chambon, David e Devevey e de Denis Gray e Barri Braddy que, em 1988, consideram que as ações levadas a cabo pela inovação social devem produzir melhores resultados que as práticas tradicionais, ou seja, devem traduzir mudanças duráveis; e a de Camil Bouchard e seus colegas que, em 1999, consideram que os resultados de um projeto é uma noção subjetiva, condicionada pelos critérios de sucesso de cada uma das partes intervenientes (Cloutier, 2003: 39)⁴².

⁴² De acordo com Isabel Guerra (2009), e em síntese do trabalho de Cloutier (2003), "a inovação social caracteriza-se pelo seu carácter fora do comum na resolução de problemas que favorecem a melhoria da qualidade de vida de indivíduos, organizações ou comunidades. Pode ter dimensões processuais ou materiais mas é sempre o

Para além do contributo de Julie Cloutier (2003) para a operacionalização do conceito de inovação social, pretende realçar-se igualmente o contributo de Yvan Comeau (2004) na identificação e sumarização dos principais atributos da inovação social ao longo das duas décadas de produção teórica sobre este tema. Com base nas abordagens de diversos autores, Comeau (2004) define 9 atributos da inovação social (*id.*: 36): 1) a inovação supõe uma certa “globalidade”, isto é, é marcada por um determinado contexto, relações sociais e ideologias, sendo alguns contextos mais favoráveis que outros (nomeadamente os de crise, modernidade, sociedades poucos estratificadas, etc.) (*id.*: *ibid.*); 2) a inovação social ganha forma através de uma “relação privilegiada com o Estado”, isto é, nasce de uma série de necessidades e problemas ligados à crise do Estado-providência e às consequentes mudanças económicas e demográficas (*id.*: 37); 3) a inovação social supõe um “risco”, não só porque a sua elaboração e seus resultados são incertos, ou porque desafia o instituído e destrói a ordem estabelecida anteriormente, mas porque no decorrer do seu desenvolvimento decorre a incerteza aliada às numerosas escolhas que se oferecem e às sanções possíveis decorrentes das diversas ações disponíveis (*id.*: *ibid.*); 4) a inovação social é uma “manifestação do sujeito” porque supõe uma tomada de consciência e desejo de fazer de outra maneira; é uma ação intencional, deliberada e voluntária (*id.*: *ibid.*); 5) a inovação social é uma manifestação do sujeito em rede, rede esta de carácter informal e de certa forma clandestina, supondo uma forma de transgressão de regras (*id.*: *ibid.*); 6) a inovação social parte de uma versatilidade de atores (*id.*: *ibid.*); 7) a inovação social integra conflito, que resulta de um equilíbrio precário entre o formal e o informal, e negociação permanente (*id.*: 38); 8) a inovação social é imprevisível e não linear pois resulta de um processo errático e indefinido, toca diferentes níveis da realidade e conhece por vezes recuos (*id.*: *ibid.*); 9) a inovação social pressupõe difusão, sendo uma das condições para a difusão o julgamento positivo que os autores façam da “novidade” (*id.*: *ibid.*).

Apesar da inovação social ser abordada na década de 90 sobretudo no campo da gestão e da administração empresarial (Moulaert *et al.*, 2005; Hillier *et al.*, 2004), significando uma mudança no capital humano e institucional e/ou social que contribuiria para o aumento da produtividade e competitividade das empresas (*id.*: 1973) e assim da sua eficácia (Hillier *et al.*, 2004: 132); o seu uso foi ganhando espaço ao longo dos tempos em diversos campos, sendo crescente o interesse das

resultado do aumento de cooperação entre os actores sociais e assim pressupõe um crescimento das dimensões democráticas que estruturam a vida colectiva e um reforço e alargamento da capacidade de cooperação das redes sociais” (Guerra, 2009: 185).

ciências sociais contemporâneas. Moulaert *et al.*, (2010) revelam quatro campos fundamentais de uso do conceito na ciência social contemporânea (Moulaert *et. al.*, 2010: 8): 1) o campo da gestão e da economia (que enfatiza o papel da inovação social enquanto impulsionadora de melhoramentos no capital social das organizações e do empreendedorismo social); 2) o campo das artes e da criatividade (que enfatiza o papel da inovação social na criação intelectual e social); 3) o campo da ciência política e da administração pública (que enfatiza o papel da inovação social no estado e nas políticas públicas); 4) e o campo do desenvolvimento territorial (que aborda o papel da inovação social no desenvolvimento de um determinado território). De acordo com as diferentes disciplinas ou domínios que analisam a inovação social encontramos múltiplos significados para a inovação social dados por diversos autores contemporâneos, o que o torna um conceito ambíguo ou pouco preciso (André e Abreu, 2006; André *et al.*, 2009). Neste sentido, sendo um objetivo central da pesquisa o estudo de potenciais inovações sócio-territoriais no contexto das iniciativas de intervenção local dos arquitetos, interessa destacar particularmente a literatura referente ao uso do conceito de inovação social no domínio do desenvolvimento territorial, em cruzamento com o campo das artes e da criatividade.

2.2. A Inovação Social e o Desenvolvimento Territorial

A ligação da inovação social a um determinado meio capaz de a promover e, por outro lado, a capacidade das mudanças no território desencadearem novas respostas e novas relações sociais remetem para a ideia de inovação sócio-territorial, conceito que atribui ao território um papel activo nos processos de inovação social (André e Reis, 2009: 83).

No âmbito do desenvolvimento territorial, a inovação social é reconhecida de acordo com as mudanças positivas que produz num determinado território, mais concretamente, segundo Hillier *et al.* (2004), “*changements au niveau tant institutionnel que des comportements collectifs et individuels (personnes éminentes, leadership) contribuant à l'intégration sociale*⁴³” (*id.*: 137).

⁴³ Hillier *et al.* (2004), justificam que a instituição é aqui entendida no sentido mais abrangente do termo, isto é, “*mécanismes et processus de socialisation formelle et informelle qui ont atteint un certain niveau de stabilité et de régularité dans le temps, et ceci sous formes d'habitus, lois et règles de comportement et de sanction, organisations sous leur forme de multi-agents institutionnalisés*” (*id.*: 137). À integração social está inerente uma situação prévia de exclusão. Segundo os autores, a compreensão desse processo de exclusão é essencial por fim à determinação das ações inovadoras necessárias ao seu combate (Hillier, 2004: 137).

Territorially speaking, this means that social innovation involves, among others, the transformation of social relations in space, the reproduction of place-bound and spatially exchanged identities and culture, and the establishment of place-based and scale-related governance structures. This also means that social innovation is quite often either locally or regionally specific, or/and spatially negotiated between agents and institutions that have a strong territorial affiliation (Moulaert, 2009: 12).

Um dos principais contributos para a conceptualização da inovação social no campo do desenvolvimento territorial foi dado por Frank Moulaert e seus colegas investigadores no projeto SINGOCOM (*Social Innovation, Governance and Community Building*), fundado em 2001, no âmbito de um programa da Comissão Europeia. Já desde o final dos anos 80 que Moulaert e um pequeno grupo de investigadores sublinhava os problemas do desenvolvimento local no contexto das cidades europeias, nomeadamente: “*dispersion des compétences dans divers domaines de politique de développement urbain et local, manque d’intégration d’échelles spatiales et, en premier lieu, aliénation des besoins des groupes fragilisés dans la société urbaine*” (Hillier et al., 2004: 134). Como forma de ultrapassar estes bloqueios, Moulaert e os seus parceiros de investigação sugerem “*organiser le développement des quartiers selon l’approche d’Integrated Area Development qui intègre les sphères du développement social et les acteurs principaux selon le principe structurant de l’innovation sociale*” (id.: *ibid.*). A filosofia do “*Integrated Area Development*” foi então um dos pontos de partida para o desenvolvimento do projeto SINGOCOM que, através do estudo de iniciativas comunitárias de elevada qualidade e particularmente inovadoras no contexto das cidades europeias, pretendia, em certa medida, desafiar visões determinísticas da inovação enquanto força motora das políticas de desenvolvimento urbano estratégico e da chamada “*New Urban Policy*” (Moulaert, 2005: 1970). Este projeto deu assim especial atenção à ligação entre inovação e o desenvolvimento à escala local, mais concretamente ao desenvolvimento de comunidades/bairros urbanos⁴⁴.

From the social innovation point of view – i.e. the capacity to elaborate alternative (counter- hegemonic) discourses and actions in terms of resistance and/or creative alternatives – the local scale – urban, community, neighbourhood – is quite effective for at least two reasons. First, as postulated also by the European Commission in the subsidiarity principle, governance is easier when the final recipients are

⁴⁴ A utilização do termo comunidade no âmbito do SINGOCOM, não pressupõe a existência de comunidades socialmente definidas, “*in the sense of shared values, knowledge and experiences as structured through ethnic, class or other socio-cultural axes*”, mas antes comunidades urbanas espacializadas ou bairros (Moulaert, 2010: 7).

involved directly and the relationship between government and governed is at its most direct (...). Second, it is at the local level that visions and identities are produced and reproduced best through social interaction and empowerment (Moulaert et al., 2007: 206).

Apesar de defenderem que o nível local é o que melhor favorece a organização da mudança social e política, os investigadores do projeto SINGOCOM pretendem evitar a “*local trap*” (Purcell, 2006), ou seja, o perigo da crença no poder do agenciamento local como forma de transformação do mundo ou da ideia de que todas as necessidades são melhor satisfeitas no nível local, através de instituições e recursos locais (González et al., 2010: 50). Como forma de evitar a “armadilha” do local, os investigadores desenvolveram duas estratégias metodológicas: uma que considera que o processo de inovação social ocorre num nível multi e trans-escalar - “*innovative projects that are initiated in one place can also diffuse to other localities and/or develop in a trans-scalar manner through regional, national or international networks*” (id.: *ibid.*); outra que considera que a escala local, tal como qualquer outra escala, é socialmente e politicamente produzida, não estando portanto separada de um contexto exterior a si mesma (id.: *ibid.*).

Das pesquisas lideradas por Frank Moulaert no âmbito do projeto SINGOCOM, nasceu o modelo de análise de estratégias e processos de inovação social local ALMOLIN (*ALternative MOdel of Local INnovation*), um modelo pós-disciplinar construído a partir de elementos de diferentes literaturas das ciências sociais (González et al., 2010: 51). No contexto do ALMOLIN, o conceito de inovação social envolve três dimensões fortemente interligadas, isto é, que não acontecem geralmente uma sem a outra: 1) a satisfação de necessidades humanas; 2) o *empowerment* de grupos/comunidades marginalizadas e 3) a mudança das relações sociais e de poder, particularmente no que se refere às relações de governança territorial (Martinelli et al., 2010: 198-199).

In our definition, social innovation occurs when the mobilisation of social and institutional forces succeeds in bringing about the satisfaction of previously silent or excluded social groups through the creation of new ‘capabilities’, and, ultimately, changes in existing social – and power – relations towards a more inclusive and democratic governance system (González et. al., 2010: 54).

Como forma de análise do processo de inovação social, os investigadores do projeto apresentam duas dimensões fundamentais, que afetam ou interferem todos os restantes elementos de análise: o tempo e o espaço. O tempo diz respeito à trajetória histórica de um determinado território e do seu contexto

nas mais extensas escalas, que podem ser reveladores de oportunidades ou de constrangimentos ao processo de inovação social. A esta dependência a um percurso histórico, os autores dão o nome de “*path-dependency*” (González *et al.*, 2010: 53). Neste sentido, a inovação social pode surgir de um percurso histórico que não apresenta oportunidades imediatas de mudança, “*a ‘lock-in’ situation*”; de um percurso continuado de inovação social e institucional, o “*path-paving*”; ou de uma rutura com as dinâmicas passadas, o “*path-breaking*” (*id.: ibid.*). Por sua vez, o espaço diz respeito às especificidades do território e da sua comunidade, que vão além das especificidades do contexto histórico. Nesta dimensão espacial é especialmente importante o papel da contingência, isto é, de determinados efeitos agenciais que possam ocorrer no território como a existência de organizações locais, líderes carismáticos, tradição de economia solidária ou experiências de parcerias público-privadas que podem favorecer as iniciativas de inovação local (*id.:* 56).

Estas dimensões influenciam, segundo os investigadores, as cinco questões fundamentais que permitem identificar a natureza e o impacto das iniciativas socialmente inovadoras: 1) porque emerge a iniciativa inovadora, em reação ao quê ou inspirada em que visões ou legados filosóficos; 2) como é que ela se estende, mobilizando que recursos, com que estrutura organizacional e com que relação com outras instituições e agentes (aspectos de governança); 3) quão extensa é em termos espaciais; 4) qual o conteúdo socialmente inovador; 5) e quão longa e duradoura foi a novidade (*id.:* 57).

Em relação aos porquês, a investigação revela que são variadíssimos os motivos que desencadeiam a produção de iniciativas socialmente inovadoras, no entanto, apontam as situações de privação, alienação e exclusão social como as razões mais habituais (*id.: ibid.*). Quanto à inspiração ou visões e legados filosóficos que servem de guia aos processos de mobilização, estes partem, em alguns casos, de iniciativas contemporâneas, contudo, é particularmente relevante a relação entre a mobilização contemporânea e o património histórico europeu dos movimentos sociais: das comunidades utópicas do século XIX ao cristianismo social, aos movimentos anarquistas e aos movimentos urbanos dos anos 60 e 70 (*id.:* 58). Contudo,

(...) this is not necessarily mean that the people who launch contemporary social innovation initiatives are consciously borrowing visions and practices from past social movements, but that particular philosophical and organisational resources are more readily available and taken on board in some places than others” (id.: ibid.).

No que respeita à forma como as iniciativas crescem e trabalham, isto é, aos recursos mobilizados e aos modelos organizacionais adotados, a investigação revelou que, na maioria dos casos, esta reside na mobilização voluntária das comunidades alvo das intervenções, por vezes com o apoio de brigadas técnicas e líderes locais (*id.: ibid.*). Em matéria de recursos financeiros e institucionais, os autores verificaram que algumas iniciativas eram independentes de fundos ou mecanismos reguladores do Estado, mas que faziam uso de programas governamentais específicos, sejam locais, nacionais ou europeus.

O alcance espacial das iniciativas é caracterizado, do ponto de vista dos seus impactos, como: iniciativas centradas no bairro; iniciativas de bairro com um extenso impacto ou efeito; iniciativas alargadas à cidade (*id.: 59*). Contudo, para analisar o alcance espacial das iniciativas é necessário, segundo González *et al.* (2010), não só ter em conta os seus impactos mas também as dinâmicas de aprendizagem e comunicação paralelas nas quais os projetos estão envolvidos (*id.: ibid.*). Ou seja, apesar das iniciativas poderem estar enraizadas no território, estas aumentam de escala “*by networking with other projects and movements, at a regional, national and even global scale*” (*id.: ibid.*). Esta combinação de escalas, aplicada ao estabelecimento de parcerias e à mobilização de recursos pode influenciar igualmente o alcance espacial da iniciativa e ser bastante favorável em termos de inovação.

Os objetivos das iniciativas socialmente inovadoras são também, segundo os autores, bastante variados: desde mecanismos para tornar a economia mais social a projetos artísticos e culturais. Contudo, para avaliar o conteúdo das iniciativas ou os seus impactos, os autores utilizam a definição tripartida de inovação social, referenciada anteriormente. A satisfação de necessidades humanas básicas é a primeira das dimensões de análise do conteúdo da inovação social. Contudo, estas necessidades humanas não são apenas materiais mas também relacionadas com a esfera da identidade, reconhecimento, igualdade de oportunidades e cidadania. “*Therefore, their satisfaction produced effects not only in economic terms, but also in terms of social, political and cultural inclusion*” (*id.: 59-64*). Estas necessidades refletem não só processos de alienação e privação do passado, como também aspirações para um novo futuro (Moulaert, 2010: 12). A segunda dimensão diz respeito ao impacto das iniciativas em termos de *empowerment* das pessoas, grupos ou comunidades, isto é, de criação de capacidades e formação, fortalecimento e conciliação do capital social ao nível da comunidade (González *et al.*, 2010: 64). A terceira dimensão diz respeito às mudanças das relações

de poder entre forças sociais, entre o estado, o mercado e a sociedade civil e entre diferentes escalas de governação na busca de práticas de governança mais democráticas e participadas (*id.: ibid.*).

Por último, a duração da inovação social é considerada incerta. Apesar das iniciativas alternativas geralmente emergirem em resposta a uma situação temporária, na sequência de uma série de fatores igualmente temporários (financiamento, disponibilidades e capacidades pessoais, etc); os autores reforçam que estas podem passar por diferentes ciclos de vida *“in wich the main principles might be redefined, roles changed, governance mechanisms redesigned. Typically, initiatives might start small and local, only to scale up and become bigger”* (*id.: ibid.*).

Um outro contributo na definição de um modelo analítico da inovação sócio-territorial foi dado por Isabel André e Alexandre Abreu (2006) no âmbito do projeto LINKS⁴⁵. Baseando-se na matriz conceptual do projeto SINGOCOM, entendem a inovação social

(...) como uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três atributos: (i) satisfação de necessidades humanas não satis- feitas por via do mercado; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação de agentes ou actores sujeitos, potencial ou efectivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder (André e Abreu, 2006: 124).

Às quatro dimensões de análise frequentemente abordadas por autores que investigam a inovação social – natureza, estímulos, recursos e dinâmicas e agentes – somam uma quinta dimensão – o meio inovador ou criativo. Segundo os autores, o meio (lugar⁴⁶ ou espaço-rede), é a dimensão que permite conferir sentido a todas as outras (*id.: 130*).

No que respeita à natureza, os autores evidenciam a essência da inovação social que é o foco da mudança:

(...) a inovação social implica sempre uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma ruptura – face aos processos tradicionais. A inovação social surge como uma “missão ousada e arriscada” (*id.: 125*).

⁴⁵ LINKS – *Capital Social e Inovação, as redes na promoção do desenvolvimento local*, POCTI/GEO/45951/2002, um projeto coordenado por Isabel André.

⁴⁶ “(...) o binómio comunidade-território que se afirma através da identidade e do sentido de pertença a que se contrapõe a outros lugares por diferenciação” (André e Abreu, 2006: 130-131).

Na sequência de outras abordagens anteriormente referidas, consideram que as inovações sociais podem manifestar-se no âmbito das políticas⁴⁷, produtos ou processos e em diversos domínios como o económico, social, político, tecnológico, cultural ou ético. Apontam como estímulos para a inovação social não a concorrência, “mas sim a necessidade de vencer adversidades e riscos, embora a possibilidade de aproveitar oportunidades e de responder a desafios pareça ser também o grande incentivo” (André e Abreu, 2006: 127). Na sequência do que já havia sido evidenciado por Comeau (2004),

a crise do estado providência, ou o reforço das orientações neo-liberais que privilegiam o investimento público ligado ao aumento da competitividade em detrimento da esfera social, bem como a exclusão social potencial e efectiva que lhe está associada, engendra novas necessidades e problemas de natureza colectiva que acabam por motivar inovações sociais (André e Abreu, 2006: 127).

A análise do modo de produção de inovações sociais é entendida por André e Abreu (2006) numa perspectiva de recursos necessários ao projeto e de dinâmicas de consolidação e difusão da inovação (*id.*: 128). Quanto aos recursos, consideram fundamental o conhecimento ou os saberes em geral dos agentes, como forma de fazer avançar o processo numa primeira fase (*id.*: *ibid.*); assim como o capital relacional⁴⁸ do meio de promoção da inovação social. No que respeita às dinâmicas, estas, segundo os autores, raramente se sustentam fora do âmbito mercantil, podendo ocorrer um dos seguintes

⁴⁷ Políticas “que se dirigem à inclusão de pessoas ou colectivos de base territorial” como o programa europeu de coesão sócio-territorial PIC EQUAL (cf. Henriques, 2010) que assume a inovação social como um objetivo, ou o modelo de governança da cidade de Québec (cf. Klein *et al.*, 2012) que se baseia “numa ampla participação cívica e política, na cooperação entre múltiplos agentes e na economia plural, enquanto gerador de inovação sócio-territorial ao nível local e de transformação das próprias instituições” (André e Alcoforado, 2012: 3-4).

⁴⁸ Segundo Robert Putnam, “o capital social assume duas formas diferenciadas: uma correspondente aos laços internos, no interior de um lugar/comunidade (*bonding capital*); a outra decorrente das relações com o exterior, entre lugares/comunidades distintos (*bridging capital*)” (André e Abreu, 2006: 128). Partindo desta ideia, André e Abreu (2006), introduzem o conceito de “capital relacional”, “muito ligado à espacialidade das relações” (*id.*: *ibid.*) e passível de ser distinguido em dois níveis: “um capital relacional local/regional que deriva da proximidade e que se baseia essencialmente nos laços de confiança e de cooperação interpessoais e em que a identidade e a pertença são forças centrípetas importantes; um capital relacional transnacional ou global sustentado noutras “proximidades” (cultural, geracional, social, ...), que configura não um território mas um espaço-rede composto por nós e fluxos. O capital relacional produzido pela proximidade geográfica pode ainda decompor-se naquele que decorre das relações pessoais, que implica um contacto directo, e noutro ancorado nas relações sociais estabelecidas em quadros institucionais (por exemplo, trabalho, cidadania, ...). O primeiro corresponde à escala do lugar e o segundo à escala regional ou mesmo nacional” (*id.*: 128-129).

cenários: a sua institucionalização/absorção; a geração de outra inovação; o seu esgotamento; a sua travagem ou o seu abandono (*id.*: 131).

Por último, os autores reforçam uma ideia recorrente na bibliografia sobre inovação social: a ideia de que, apesar dos seus agentes poderem ser instituições públicas, privadas e especialmente do terceiro sector (agentes mediadores), a inovação social emerge muitas vezes

(...) fora das instituições e frequentemente contra elas, sendo o resultado de uma mobilização em torno de um objectivo, protagonizada informalmente por um movimento social ou, com uma matriz mais estruturada, por uma organização. Ou seja, é um produto da sociedade civil ou um resultado da pressão da sociedade civil⁴⁹ (*id.*: 129).

O estudo da sociedade civil enquanto agente de promoção de inovações sociais levou ao aprofundamento das relações entre criatividade e inovação social⁵⁰ e ao desenvolvimento, por estes e outros autores, dos conceitos de “estratégias sociais criativas” e de “meios socialmente criativos”, isto é, meios promotores da inovação. No que respeita às linhas de investigação de Isabel André e de seus colegas, esta relação deu origem a um aprofundamento das suas dimensões de análise da inovação social, ligando-a sobretudo ao campo das artes. São estas e outras abordagens de ligação da criatividade e das artes à inovação sócio-territorial que serão alvo de desenvolvimento seguidamente.

2.3 O Papel da Criatividade e das Artes na Inovação Sócio-Territorial

É complexo o significado de criatividade. Pode ligar-se a uma capacidade individual associada à imaginação e concretizada numa ideia ou objecto, mas também se pode entender como um recurso colectivo que permite encontrar novas soluções para os problemas de uma determinada comunidade ou respostas

⁴⁹ De acordo com André e Abreu (2006), na perspectiva de Andreas Novy e Bernhard Leubolt existem “quatro tipos de relação entre sociedade civil e inovação social: A inovação social deriva do capital social da sociedade civil (Putnam), entendida como esfera autoregulada autónoma do Estado (Teoria liberal); Inspirados na polis, os cidadãos encontram-se no espaço público para discutir e encontrar soluções para os problemas colectivos (Arendt). A sociedade civil não é autónoma do Estado, ela constrói o Estado. A cidadania é a ideia central desta perspectiva (Tradição republicana); A sociedade civil autónoma (elites esclarecidas) influencia as políticas por via da acção comunicativa (Habermas), ou seja, através da “construção” de uma opinião pública; A sociedade civil protagoniza uma estratégia de resistência para derrubar as forças hegemónicas (Teoria crítica na tradição Gramsciana)” (*id.*: 130).

⁵⁰ Segundo Gerometta *et al.* (2005), uma sociedade civil inclusiva não nasce espontaneamente mas precisa de ser criada através da reconstrução das relações sociais e por isso, através da inovação social (*id.*: 2019).

invulgares perante certos desafios. Em qualquer dos casos, a criatividade parece corresponder essencialmente ao ‘power to connect the seemingly unconnected’ (William Plomer, 1903-1973, escritor sul-africano). Estabelece ‘pontes’ originais e inesperadas, conferindo singularidade e distinção a pessoas, grupos e lugares, traços fundamentais para a sua afirmação num mundo crescentemente globalizado. (André e Alcoforado, 2012: 3)

A relação entre criatividade e inovação social pode ser entendida numa perspetiva bidirecional, ou seja, compreendendo não só o papel da inovação social na esfera da criatividade e das artes (cf. Mumford, 2002) como também o papel da criatividade enquanto instrumento de mudança social (Moulaert, 2010: 8). Contudo, esta última perspetiva é aquela que maior interesse revela para este estudo.

O papel da criatividade na promoção de inovação social pode ser definido através do pensamento de Gilles Deleuze. *“For Deleuze, for example, social innovation takes place through windows of opportunity for social creativity along lines of life, lines of imagination, lines of bringing in assets for a better future, windows of opportunity for social creativity, which may emerge from challenges to institutional practices”* (Moulaert *et al.*, 2010: 15). O tema da “criatividade social” no âmbito das investigações portuguesas é especialmente abordado por Isabel André em colaboração com outros autores (cf. André *et al.*, 2006, 2009, 2010, 2012). Nos trabalhos de André e seus parceiros de investigação, a criatividade é claramente entendida na sua dimensão coletiva, isto é, enquanto recurso para a elaboração coletiva de novas soluções para problemas sociais, introduzindo assim a noção de estratégias sociais criativas.

As estratégias sociais criativas (ESC) são novas respostas da sociedade, ou de comunidades específicas, para problemas que o Estado ou o mercado não resolvem adequada ou satisfatoriamente. Assim entendidas, são estratégias capazes de gerar inovação social, na medida em que apontam para novas soluções, visam a coesão social e reconfiguram as relações sociais (relações de trabalho, de género, inter-étnicas, inter-geracionais, etc.) (André e Rousselle, 2010: 73).

Segundo André e Rousselle (2010), as ESC podem ser caracterizadas por via dos agentes⁵¹ que as definem e desenvolvem, das condições e contextos em que se configuram, dos meios em que se desenvolvem, da sua escala e temporalidade.

⁵¹ *“The agents of innovation – whether individual or collective – are those who introduce a new idea into a certain context at a given time. These agents can either introduce a novel ‘invention’, or import and adapt something from elsewhere”* (André *et al.*, 2009: 153).

Embora a criatividade não seja um fenómeno exclusivo à produção artística⁵², ocorrendo em vários domínios da existência humana como a ciência ou a tecnologia (André *et al.*, 2009: 150), os processos de inovação social “são, cada vez mais, alimentados por via da cultura e das artes, não só porque estas actividades estimulam a imaginação e a inspiração⁵³, mas também porque facilitam a comunicação⁵⁴, utilizando uma vasta panóplia de linguagens” (André e Alcoforado, 2012: 3). Neste sentido, apesar dos agentes que definem e desenvolvem as ESC poderem ser diversos dentro da sociedade civil e serem efetivamente, na maioria dos casos, “os agentes mais vulneráveis, aqueles que precisam de uma resposta adequada e urgente para escapar ao risco de exclusão social”; a história revela que determinadas “personagens das elites desempenham também esse papel de estratégias da mudança”, manifestando frequentemente uma “incomodidade ideológica” e um “inconformismo, por via das “artes ou da arquitectura” (André e Rousselle, 2010: 74)⁵⁵.

As artes, no seu conjunto, assumem um papel relevante como estímulo da inovação social, especialmente na medida em que inspiram estratégias sociais criativas, ou seja, que estimulam as comunidades ou os grupos mais desfavorecidos no sentido de encontrarem novas respostas, alterando as condições e reconstruindo as relações sociais que provocam a sua vulnerabilidade (André e Reis, 2009: 83)

⁵² “Os meios artísticos, ou seja, aqueles onde as artes são a principal forma de expressão e de comunicação, são, à partida, criativos. A arte só é verdadeiramente reconhecida quando se afasta da reprodução e faz emergir um novo objecto. Pode ser um corte com o passado, com as expressões instituídas, mas pode ser também uma reconstrução ou uma reinvenção do passado. É invariavelmente um novo ponto de vista – com ou sem expressão material – com “ingredientes” que impulsionam a mudança e que combatem a inércia” (André e Reis, 2009: 80).

⁵³ “Nas sociedades, como as europeias ou as norte americanas, onde o sentido da transcendência se foi perdendo (quer pela erosão da religião quer pela falência das grandes ideologias que marcaram os séculos XIX e XX), a arte preenche, de alguma forma, esse “vazio”” (André e Reis, 2009: 83).

⁵⁴ “São expressões facilitadoras da comunicação entre diferentes culturas, na medida em que transmitem significados que a linguagem comum tem dificuldade em revelar. Por outro lado, permitem transmitir as emoções e os sentimentos mais profundos dos seres humanos” (André e Reis, 2009: 83-84).

⁵⁵ De acordo com André e Rousselle (2010), “(...) mesmo nos casos em que estas estratégias visam objectivos muito concretos e particulares, não deixa de haver uma inspiração, uma utopia que funciona como pilar e como alavanca da mudança e da inovação social (...) Na Europa, as ideias corporativas pré-modernas, a filantropia burguesa do séc. XIX, a teoria social católica, o anarquismo, o socialismo, a social-democracia ou os movimentos mais recentes, plurais e alternativos, configuraram, de modo mais ou menos directo e mais ou menos explícito, os rumos de mudança da sociedade e os caminhos a trilhar pelas comunidades nacionais, regionais ou locais. As visões da cidade que se foram traduzindo nas políticas e nos planos urbanos, transmitem muito claramente essas visões ou a sua combinação.” (*id.*: 73-74)

Uma das componentes naturais que atuam no fenómeno da criatividade é, segundo Frey (2002), a “motivação pessoal”. Contudo, de acordo com Isabel André *et al.* (2009), as características pessoais, por si só, não são suficientes para explicar a criatividade.

Creativity not only depends on biological and psychological determinants, but also, as we have suggested earlier, always needs some external source of inspiration. Keeping the relevance of those external or environmental factors in mind, it makes sense to regard creativity as a contextual effect (Drake 2003), and the creative milieu as simultaneously a product of, and a condition for, creativity (André et al., 2009: 151).

Tal facto, leva André e Rousselle (2010) a definir os contextos e os meios em que as ESC se desenvolvem. Segundo os autores, apesar das “tensões inerentes à privação, à desigualdade e à consequente fragmentação das sociedades ou das comunidades” serem “fontes privilegiadas de criatividade social”, o que pressupõe uma ligação direta entre criatividade, inovação social e conflito, a criatividade social resulta não apenas de ameaças de exclusão social mas também de oportunidades e recursos disponíveis, ou seja, é simultaneamente reativa e proactiva (*id.*: 74-75)⁵⁶.

No que respeita ao meio criativo, este pode ser visto, como realçado anteriormente por André *et al.* (2009), como um produto ou uma condição para a criatividade. Visto enquanto condição, o meio criativo reúne uma série de características que ajudam a promover as ESC, isto é, facilitam a sua adoção, tornando-a mais rápida e intensa (André *et al.*, 2009: 153). “Um meio socialmente criativo não é apenas aquele que impulsiona a expressão criativa mas também o que promove a inovação social” (André e Reis, 2009: 82). Segundo André e Rousselle (2010), “as ESC transformam-se em inovação social se forem suficientemente reconhecidas e adoptadas” (*id.*: 73). Nesta condição está inerente a distinção entre criação e inovação.

A criação é uma condição necessária à inovação. Uma resposta/solução nova decorre necessariamente de um processo criativo (...). Mas a criação não é condição suficiente para a inovação. A resposta nova só é inovação se a sua utilidade for socialmente reconhecida. Assim, o meio tem que ser criativo mas também propício ao reconhecimento da resposta. (André e Abreu, 2006: 132)

⁵⁶ “Creativity drives innovation and evolution, providing original ideas and options, but it is also a reaction to the challenges of life. It sometimes helps when solving problems, but also sometimes allows problems to be avoided. It is both reactive and proactive” (Runco *apud* André e Rousselle, 2010: 74-75)

O conceito de meio socialmente inovador ou criativo, embora encontre “pontos de convergência, sobretudo em termos de recursos que incentivam a inovação e a criatividade” com o conceito de “*milieu innovateur*”⁵⁷, apresenta muitos outros parâmetros distintos deste (André e Reis, 2009: 82). Uma das características é a “incerteza” “*which introduce threats and challenges while at the same time enabling the emergence of creative social responses*” (André e Abreu, no prelo: 7). De acordo com Peter Hall (2000), “*creative cities, creative urban milieux, are places of great social and intellectual turbulence: not comfortable places at all*” (Hall *apud* André e Abreu (no prelo): 6), o que o liga diretamente com as questões do conflito já apontadas.

“Os meios socialmente criativos são aqueles que permitem a mudança, sem se fragmentarem e mantendo, ou reconstruindo, a sua identidade” (André e Rousselle, 2010: 75). Esta definição de André e Rousselle (2010), em concordância com diversos outros autores (cf. Gertler, 2004; André e Abreu, 2006 e no prelo) realça a plasticidade⁵⁸ ou resiliência⁵⁹ do meio criativo. Para que o meio seja resiliente torna-se necessário que reúna quatro condições essenciais (André e Rousselle, 2010: 75): 1) diversidade sócio-cultural, que “pontencia a interação e o contacto com o novo no sentido da alteridade – novos-outros produtos, novos-outros saberes, novos-outros valores; (...) e promove a inovação na

⁵⁷ Este conceito, introduzido em 1978 por Gunnar Tornqvist (André e Abreu, no prelo: 6) e “desenvolvido por Aydalot e pelo Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs (GREMI) a partir dos anos 80 (...), pretende essencialmente dar conta de como é que os lugares promovem ou dificultam a inovação” (André e Reis, 2009: 82).

⁵⁸ A noção de plasticidade apontada pelos autores é adotada da física e transposta para os meios sócio-territoriais como a capacidade dos lugares onde emerge a criatividade serem “suficientemente flexíveis e, ao mesmo tempo, suficientemente organizados para que possam sofrer transformações culturais, económicas e sociais sem perderem a sua identidade” (André e Reis, 2009: 82).

⁵⁹ O conceito de resiliência, quando aplicado a comunidades e às questões urbanas, apresenta um carácter sistémico e holístico: “(*Resilience*) is concerned with how to persist through continuous development in the face of change and how to innovate and transform into new more desirable configurations (...) incorporates the idea of adaptation, learning and self-organization in addition to the general ability to persist disturbance. (...) and adaptive capacity, transformability, learning and innovation (...) (become though crucial focus on resilience approaches that privilege) interplay disturbance and reorganization, sustaining and developing and integrated system feedback and cross-scale dynamic interactions” (Folke *apud* Freitas e Estevens, 2012: 7). “Ainda que o conceito de resiliência seja sobretudo utilizado a propósito da capacidade de resposta dos sistemas em reagirem a crises e eventos disruptivos de larga escala (decorrentes de desastres naturais, tecnológicos ou de ação humana) com carácter epifenomenal, ele ganha uma especial valia instrumental na abordagem das questões urbanas e da promoção de inovação social, na resposta a “crises” e “eventos disruptivos”, na sua expressão mais estrutural de pressão às suas expressões epifenomenais” (Freitas e Estevens, 2012: 7).

medida em que se estabelecem pontes e “tráfego” entre aquilo que é diverso (André e Abreu, 2006: 132); 2) tolerância, “condição necessária ao risco, sempre associado à criação e à inovação; como no trapézio, o risco implica uma rede; um meio não pode ser criativo se penalizar os eventuais insucessos de uma iniciativa arriscada, ou seja, se for demasiado hierarquizado, normativo ou rígido” (*id.: ibid.*); 3) participação cívica ou democraticidade, que “comporta a possibilidade e a capacidade de julgar e decidir, através do acesso à informação e ao conhecimento necessários à identificação de respostas novas e adequadas” (André e Rousselle, 2010: 75); 4) e capital relacional, que “diz respeito à interacção que advém quer dos laços de proximidade que accionam redes locais (de vizinhança, familiares, de amigos, etc.), quer do estabelecimento de pontes com o exterior. Não se trata apenas do capital social⁶⁰ das elites, mas sobretudo da possibilidade e da capacidade, colectivamente apropriadas, de tornar os territórios mais coesos no seu interior e mais ligados ao resto do mundo” (*id.: ibid.*).

No que respeita à escala, a que se demonstra como mais apropriada para as ESC é a escala local por ser “a este nível que as fragilidades e os défices sociais se revelam de uma forma mais evidente e que emerge mais claramente a necessidade de respostas de proximidade”, ao mesmo tempo que “a relativa autonomia dos agentes locais e a sua ‘amarração’ à realidade quotidiana e concreta permite-lhes encarar a mudança social com mais facilidade, porque com menores implicações nas esferas de decisão económicas ou políticas” (*id.: ibid.*). Uma terceira razão prende-se com o facto de ser a esta escala em “que a “consciência territorial” (Klein, 2005) – o sentido de pertença a uma comunidade – se configura, facilitando a participação, a tolerância e as relações de proximidade” (*id.: ibid.*). A “consciência territorial” pode também ser considerada como uma “memória coletiva” que sustenta a identidade da comunidade e o sentido de pertença (André e Reis, 2009: 83). Contudo, esta pode ser tanto um factor de promoção quanto de “inércia e de resistência às estratégias criativas”, uma vez que tanto facilita a resiliência, “a resistência ao choque da mudança” como “comporta o “peso do passado”” (*id.: ibid.*). Apesar da escala local ser a mais apropriada torna-se

⁶⁰ De acordo com Hillier (2004), “*la notion de capital social a été largement diffusée par les travaux de Putnam (1993), bien que d’autres auteurs aient utilisé ce terme avant lui, et de manière très diverse et plus riche (Bourdieu, 1980). Le capital social comprend un ensemble de relations plus ou moins normées qui forment des ressources pour les individus. Il est à comprendre comme un ensemble de rapports sociaux, et non comme une grandeur quantifiable et strictement privée*” (*id.: 140*).

(...) ilusório pensar que o nível local, nomeadamente as cidades ou mesmo comunidades mais pequenas, detêm o monopólio da criatividade e da inovação social. As políticas sociais, regionais ou nacionais, os planos e projectos de desenvolvimento territorial ou o dinamismo da economia nacional e internacional são fortes condicionalismos para as ESC. São as relações entre as diferentes escalas territoriais de regulação que promovem ou travam estas estratégias, embora elas se concretizem normalmente na micro-escala local (André e Rousselle, 2010: 75-76).

Por último, a temporalidade das ESC é definida pelos autores como a temporalidade “das comunidades e não a dos indivíduos ou a dos ciclos políticos ou económicos” (André e Rousselle, 2010: 76). O tempo dos processos de adoção da inovação social variam, segundo André *et al.* (2009), com as características dos potenciais adotantes (idade, género, níveis de escolaridade, atividades profissionais, processos de socialização, etc), mas é, como visto anteriormente, determinado pela estrutura do meio. Contudo, mesmo no meio mais criativo, existem sempre alguns fatores de inércia e resistência face às estratégias (André *et al.*, 2009: 153), isto é, barreiras ao avanço do processo. A temporalidade está igualmente bastante dependente dos canais de difusão postos em ação pelos agentes da inovação, pelos adotantes ou até mesmo por outros mediadores como a comunicação social (*id.*: 153). A participação cívica e o capital relacional do meio são fatores determinantes no potencial de difusão⁶¹. De uma forma geral,

As utopias sociais que se concretizaram assumiram normalmente a necessidade do tempo longo, das diferentes fases necessárias à maturação de um projecto, desde a etapa inicial, rápida e intensa, em que se revelam, estruturam e ajustam ideias e perspectivas, até às etapas de experimentação e consolidação, necessariamente muito mais lentas (André e Rousselle, 2010: 76).

⁶¹ Segundo W. O. Nilsson, a significância de um processo de inovação social ou o seu potencial de difusão pode ser medida “não só pela escala que atinge – número de pessoas, área geográfica, como pelo seu alcance – capacidade de agitar diversas dimensões sociais, e, ainda pela ressonância que provoca – a intensidade com que capta a imaginação das pessoas” (Nilsson *apud* Diogo, 2010: 5). “O alcance implica uma abordagem integrada dos problemas sociais, percebendo que as suas causas são tão complexas como as formas que assumem, estando frequentemente interligadas diferentes dimensões da exclusão (ex: habitação degradada/insucesso escolar). A ressonância é a capacidade de uma determinada iniciativa social captar a imaginação dos indivíduos, de forma a integrar-se nas suas estruturas mentais, nas suas práticas sociais, promovendo uma reinterpretação e uma apropriação da mensagem que favoreça a sua reprodução” (Diogo, 2010: 5).

Esta ligação estabelecida por André e Rousselle (2010) entre estratégias sociais criativas e utopias sociais tem sido, mais recentemente, alvo de aprofundamento teórico no âmbito do projeto de investigação “RUcaS – Utopias Reais em Espaços Socialmente Criativos”. A ideia de utopia é uma ideia bastante antiga e sujeita a diversas definições que parecem ter como denominador comum o desejo de um mundo melhor (André e Carmo, 2012). Entre os autores que abordam o conceito de utopia (como Tom Moylan, Lucy Sargisson, John Friedmann ou Hayden & Chamsy) parece existir igualmente algum consenso quanto à sua dupla funcionalidade: a crítica do presente e a construção criativa de cenários futuros (*id.*). A distopia, o excesso de idealismo, rigidez ou dogmatismo foram algumas das contradições e limitações associadas ao conceito de utopia que levaram à formulação do conceito aparentemente paradoxal de utopias reais. Pioneiro na teorização sobre as utopias realizáveis (“*utopies réalisables*”), o arquiteto Yona Friedman afirma, nos anos 70 do século XX, que “*les vraies utopies sont celles qui sont réalisables. Croire en une utopie et être, en même temps, réaliste, n'est pas une contradiction. Une utopie est, par excellence, réalisable*” (Friedman, 2000 [1974]: 18)⁶².

Com base na teorização de Friedman (2000 [1974])⁶³ e de autores como Anthony Giddens, Erik Olin Wright e Boaventura de Sousa Santos, Isabel André e seus parceiros de investigação no projeto RUcaS, apresentam as principais características que permitem distinguir uma utopia de uma utopia

⁶² Especificamente no que respeita às utopias urbanas realizadas estas foram bastante abordadas por Lewis Mumford, Manfredo Tafuri (1976) e Malcom Miles.

⁶³ Yona Friedaman, define uma teoria axiomática das utopias que assentam em três axiomas: “1. *les utopies naissent d'une insatisfaction collective*, 2. *les utopies supposent l'existence d'une technique ou d'une conduite, applicable pour : a. soit éliminer la source de cette insatisfaction; b. soit réévaluer cette insatisfaction en la considérant comme une ouverture vers une meilleure situation*. 3. *les utopies ne deviennent réalisables que si elles entraînent un consentement collectif*” (Friedman, 2000 [1974]: 28). Estes três axiomas definem três estados de uma utopia: o estado da insatisfação, o estado da invenção ou da técnica aplicada e o estado do consentimento (*id.: ibid.*). Somente a conjugação destes três estados torna uma utopia realizada. Friedman distingue ainda as utopias paternalistas das não paternalistas. Nas primeiras, as técnicas aplicadas são definidas por uma elite, isto é, “*suivant que le technicien-auteur-du-projet n'est pas celui-qui-doit-consentir*” (*id.*: 29). Nas segundas, o técnico e o que consente são as mesmas pessoas: “*l'auteur technicien et celui qui consent sont une seule et même personne*” (*id.: ibid.*). Assim, o autor reforça a importância da decisão neste processo: “*Je qualifie de paternaliste toute organisation au sein de laquelle quelqu'un est habilité à prendre des décisions pour les autres, décisions dont les conséquences, parfois catastrophiques, seront supportées uniquement par les autres et non par celui qui porte la responsabilité de la décision. (...) Par contre, une organisation non paternaliste est une organisation au sein de laquelle ceux qui décident auront également à supporter les conséquences, quelles qu'elles soient, de leurs décisions. Ceux qui décident sont ceux qui prennent le risque; il n'y aura personne d'autre qu'eux-mêmes pour souffrir des retombées d'une éventuelle erreur de jugement dans les décisions prises*” (*id.*: 30).

real. Enquanto a utopia é holística, geral, mono-escalar, abstrata, focada no produto/resultado (ou seja, de construção fechada), distópica, visando unidade e coerência na projeção do futuro de forma vertical (isto é, por via da autoridade dos especialistas); a utopia real é particular, específica, inter-escalar, contextual, focada na dinâmica ou processo (ou seja, de construção aberta e processo negociado) e conduz à inovação social, visando diversidade (tensão e conflito) na construção do futuro de forma horizontal (isto é, dando importância ao coletivo e às comunidades locais) (André e Carmo, 2012). Neste contexto, as utopias reais surgem assim como

(...) lugares de experiência, em territórios que se transformam e mudam, sendo que as relações entre os indivíduos se alteram e as suas necessidades são satisfeitas. Importa, assim, conhecer e compreender a mudança de valores e a transformação das instituições que se concretizam em lugares criativos, simultaneamente dinâmicos (economia), abertos (cultura), negociados (política) e inclusivos (social). Nesta perspectiva, a almejada utopia real concretiza-se tendo na base identidades e memórias, pensamento crítico e visão, e processos de resiliência transformadora e inovação social (Freitas e Estevens, 2012: 10).

Segundo Isabel André e seus colegas investigadores do projeto RUcaS, as artes podem ser alavancas essenciais das utopias reais (André e Carmo, 2012). Isto por seis razões principais: 1) promovem a criatividade e o pensamento crítico; 2) facilitam a comunicação (outras para além do discurso verbal, (expressão de emoções, sentimentos e afetos, de inquietações e de aspirações); 3) (re)constróem significados simbólicos; 4) distinguem e nobilitam pessoas, organizações e lugares; 5) são veículos de celebração e 6) tornam mais fácil o reconhecimento social. De um modo geral, a arte ajuda a expressar visões locais e inspira a ação, ou seja, “a arte pode ser um instrumento de estímulo à criatividade necessária ao processo de mudança e de transformação que está inerente à inovação social” (Freitas e Estevens, 2012: 12), contribuindo assim para a (re)construção dos lugares onde esta “é desejada, possível e consentida” (Estevens, 2012).

CAPÍTULO II – As Iniciativas de Intervenção Local dos Arquitetos: Oportunidades de Inovação Sócio-Territorial? – Desenho de Pesquisa

1. Grelha Analítica

Com base no enquadramento teórico-conceitual apresentado, procede-se neste capítulo à operacionalização dos conceitos em análise, isto é, à definição das problemáticas e dimensões analíticas que se consideram relevantes explorar num estudo de caso referente às iniciativas de intervenção local dos arquitetos com vista à identificação nas mesmas de estratégias sociais criativas capazes de gerar inovação sócio-territorial. Estas seis problemáticas e respetivas dimensões e critérios de identificação encontram-se apontados na grelha analítica que se segue (Quadro 2.1.).

Quadro 2.1. Grelha analítica de base à identificação de Estratégias Sociais Criativas capazes de gerar Inovação Sócio-Territorial nas iniciativas de intervenção local dos arquitetos

GRELHA ANALÍTICA	
Identificação de Estratégias Sociais Criativas capazes de gerar Inovação Sócio-Territorial	
DIMENSÕES DE ANÁLISE E CRITÉRIOS BÁSICOS DE IDENTIFICAÇÃO	
PROBLEMÁTICA 1: Meio de intervenção (Onde se produz?)	
1.1. Escala do meio	
(amplitude geográfica)	
– Micro-escala local	
1.2. Percurso histórico do meio	
(oportunidades e restrições à escala local e sua relação com restantes escalas)	
– Percurso histórico que não apresenta oportunidades imediatas de mudança (<i>lock-in' situation</i>); percurso continuado de inovação social e institucional (<i>path-paving</i>) ou oportunidade de rutura com as dinâmicas passadas (<i>path-breaking</i>)	
1.3. Contingência do meio	
(composição sociocultural; tolerância; participação cívica; capital relacional; memória coletiva)	
– Plasticidade do meio (Diversidade sociocultural; elevados níveis de tolerância; participação cívica ativa; elevado capital relacional; forte ou fraca memória coletiva)	
PROBLEMÁTICA 2: Agentes promotores da intervenção (Quem promove?)	

2.1. Qualificação dos agentes

(trajetória profissional)

- Grau de qualificação dos agentes

2.2. Inspiração dos agentes

(referências da prática profissional)

- Ideias e práticas artísticas e arquitetónicas dos anos 60 e 70 (a “produção do espaço” de Lefebvre; as “utopias realizadas” de Friedman; a “arquitetura da participação” de Carlo; etc.)
- Ideias e práticas artísticas e arquitetónicas contemporâneas (reforma de valores e métodos profissionais, revisão das estruturas e métodos de educação arquitetónica, etc.)
- Movimentos políticos anarquistas, Marxistas, feministas
- Movimentos urbanos contra o planeamento autoritário e as desigualdades socio-espaciais
- Outras...

PROBLEMÁTICA 3: Natureza da intervenção (O que se produz?)

3.1. Âmbito do projeto

(tangibilidade)

- Material (produto) ou imaterial (processo)

PROBLEMÁTICA 4: Estímulos para a intervenção (Porque se produz?)

4.1. Estrutura de oportunidades, recursos e limitações das iniciativas

(oportunidades, recursos e limitações que procura aproveitar)

- Conjuntura de crise económica e seus efeitos significativos sobre o mercado de trabalho do arquiteto
- Princípios e valores da comunidade local
- Capital social dos agentes
- Recursos materiais e financeiros disponíveis
- Limitações do sistema de ensino arquitetónico na sua vertente prática de contacto com o real e/ou limitações profissionais na definição de programas de intervenção

4.2. Objetivos do projeto

(adversidades que visa ultrapassar, riscos que visa mitigar e/ou desafios que pretende responder)

- Resolução de problemas sociais (privações sociais, exclusão social, ...)
 - Resposta a necessidades materiais e sociais da comunidade (falta de infraestruturas físicas, acesso limitado à educação, mercado de trabalho, serviços sociais, etc.)

- Resposta a processos de governança urbana local (como forma de travar o desenvolvimento de uma política urbana neo-liberal)
- Resposta a privações identitárias (reforço da identidade e expressão cultural da comunidade)
- Outras...
- Aspirações de ordem social
- Prevenção de problemas futuros

PROBLEMÁTICA 5: Processo de intervenção (Como se produz?)

5.1. Recursos mobilizados para a intervenção

(tipo e escala)

- Relevância da mobilização de voluntários (força de trabalho não remunerada) como recurso humano/social para a intervenção
- Relevância do uso de programas governamentais específicos como recurso financeiro
- Relevância do trabalho com a população (participação dos destinatários, incorporação da comunidade local) e em rede com diversas instituições (diversidade de atores) como recurso organizacional
- Relevância da mobilização de recursos endógenos e exógenos a diferentes escalas territoriais para o sucesso das estratégias: envolvimento/participação da comunidade nos projetos (trabalhar com e não para a população) e mobilização de voluntários, parceiros e patrocinadores externos (trabalhar em rede)

5.2. Temporalidade da intervenção

(temporalidade)

- Emergem geralmente como resposta a uma situação temporária, na sequência de uma combinação de fatores temporários.
- Passam por diferentes ciclos de vida nos quais os princípios essenciais podem ser definidos, os papéis alterados, os mecanismos de governança redesenhados

PROBLEMÁTICA 6: Impactos da intervenção (Quais os efeitos produzidos?)

6.1. Impactos no território de intervenção

6.1.1. Satisfação de necessidades humanas básicas não satisfeitas ou não reconhecidas/consideradas pela comunidade

(utilização de diagnóstico de necessidades; tipo de necessidades satisfeitas)

- Importância da aferição das necessidades como forma de promover o bem-estar da comunidade

- Integração de necessidades materiais (casa, trabalho, espaço público, serviços sociais, etc.) e/ou de necessidades de expressão artística e cultural (incorporação de atividades artísticas e culturais; criação de espaço e oportunidades para a livre cultura e sociabilidade; preservação do património; outras...)

6.1.2. Empowerment da comunidade

(redes sociais pós-intervenção; expressão identitária da comunidade pós-intervenção; potenciais conhecimentos e competências adquiridas pela comunidade no âmbito dos projetos; capacidade de aprendizagem coletiva após a intervenção; capacidade de aprendizagem coletiva após a intervenção)

- Criação/reforço dos laços sociais ao nível da comunidade
- Criação/reforço da identidade da comunidade e sentido de pertença ao lugar
- Criação/reforço de competências e conhecimentos de moradores e sua potencial influência no mercado de trabalho
- Criação/reforço do ensino/aprendizagem comunitária partilhada

6.1.3. Mudança das relações sociais e de poder em termos de governança territorial (no interior da comunidade e entre esta e atores institucionais locais)

(perceção da comunidade sobre si mesma; opinião/ imagem pública sobre a comunidade pós-intervenção; relações entre a comunidade e atores institucionais locais públicos e privados)

- Mudança da perceção da comunidade relativamente a si própria
- Mudança da perceção externa das atitudes sociais e culturais que dizem respeito à comunidade
- Aumento das relações de governança e da participação da comunidade local na tomada de decisões político-territoriais e ligação de diferentes escalas de governança/ criação de parcerias e melhoramento da “gestão urbana local”

6.2. Impactos noutros territórios

(expansão/reprodução do projeto pelos mesmos agentes e/ou outros noutros territórios)

- Tipicamente as iniciativas começam pequenas e locais para aumentarem de escala e se tornarem maiores: estabelecem por afinidade relações com projetos e movimentos a outras escalas (dinâmicas de comunicação e aprendizagem paralelas), abrangem outros territórios ou são reproduzidos por outros agentes.

Adaptado de: André e Abreu (2006); André e Rousselle (2010); Cloutier (2003); Diogo (2010); Malheiros (2008);

González *et al.* (2010)

2. Estratégia Metodológica

2.1 Métodos de recolha da informação

Considerando-se as iniciativas de intervenção dos arquitetos na Cova do Vapor como objeto de estudo, alvo de uma pesquisa de natureza qualitativa orientada pela grelha analítica anteriormente definida, apresentam-se como métodos de recolha de informação sobre o caso: a análise bibliográfica, documental e de outros dados preexistentes relativos ao território, agentes e projetos de intervenção; a realização de entrevistas semi-diretivas individuais aos agentes de intervenção, indivíduos pertencentes à comunidade⁶⁴ e representantes institucionais de governança local; e, como complemento, a observação direta quer da dinâmica da Biblioteca do Vapor (derivação do projeto Casa do Vapor), quer dos debates promovidos sobre o território e a Casa do Vapor.

A análise bibliográfica centra-se sobretudo em dissertações de mestrado que apresentam como objeto de estudo a comunidade/território da Cova do Vapor e que permitem delinear o enquadramento histórico-geográfico do local e caracterizá-lo física e socialmente de forma a atingir uma maior compreensão sobre as condições existentes antes das intervenções (cf. Mateus, 2010; Santos, 2010). No que respeita à análise documental, esta engloba não só legislação e documentos pertencentes à Câmara Municipal de Almada (cf. CMA, 2008, 2011a; 2011b) que complementam a caracterização do meio de intervenção, como também documentos relativos aos projetos e agentes, sejam documentos textuais como artigos de imprensa, sejam documentos fotográficos e audiovisuais que cumprem a função de um maior entendimento sobre o processo e impactos da intervenção. Destaca-se como importante fonte de informação sobre o projeto Casa do Vapor o web-documentário “Casa do Vapor: Um dia a casa virá abaixo” (Público, 2013). Como complemento a estas informações, apresentam-se os dados estatísticos do INE (2011) relativos ao território e os dados recolhidos através de *websites* e páginas de redes sociais oficiais de ambos os projetos e da associação de moradores, entre outras.

Relativamente às entrevistas, estas têm o intuito de recolha de dados primários e originais junto de informantes privilegiados sobre cada uma das intervenções. Tratam-se de entrevistas semi-diretivas⁶⁵ estruturadas a partir de três guiões diferentes.⁶⁶

⁶⁴ Às entrevistas somaram-se algumas conversas informais, nomeadamente com comerciantes locais.

⁶⁵ A entrevista “é semidirectiva no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas.” (Quivy e Campenhoudt, 2008: 192)

⁶⁶ Ver guiões em anexo (Anexo A, B e C).

O primeiro guião dirige-se aos agentes promotores e operadores das intervenções e encontra-se estruturado sobretudo para avaliar os processos de intervenção e identificar a presença de critérios associados às ESC. Para além de possibilitar a reconstituição e a interpretação dos sentidos de ação dos agentes e a compreensão das relações sociais e institucionais estabelecidas ao longo dos processos de intervenção, o guião permite também identificar a perceção dos agentes relativamente às condições preexistentes no meio e aos consequentes impactos das iniciativas.

O segundo guião destina-se a ser aplicado diretamente a alguns habitantes da Cova do Vapor com o intuito de avaliar especialmente as condicionantes do meio e os efeitos das intervenções em termos de inovação sócio-territorial. Estas entrevistas dirigem-se a diferentes categorias da população, nomeadamente habitantes permanentes e sazonais de diferentes idades, no sentido de reunir diversas perspetivas relativamente à vivência da comunidade e à participação nas iniciativas.

Por último, o terceiro guião elaborado para as entrevistas aos representantes de instituições de governança local, nomeadamente da Associação de Moradores da Cova do Vapor e a da Câmara Municipal de Almada, pretende interpretar o grau de envolvimento destas instituições nas iniciativas, sendo especialmente útil para avaliar as possíveis mudanças das relações de poder entre ambas e entre as mesmas e a população local.

Correspondem a cada guião três amostras de entrevistados, elaboradas por critério de conveniência, uma vez que a amostragem não pretende ser representativa das perceções dos diferentes grupos de entrevistados, mas antes identificar aspetos críticos que possam fundamentar a essência e os impactos das iniciativas em termos de inovação sócio-territorial. Opta-se por não identificar o nome dos entrevistados para garantir a confidencialidade das informações partilhadas.

A primeira amostra referente às entrevistas aos atores chave na definição e implementação das iniciativas agregava inicialmente 8 entrevistados, 2 relativos ao projeto TISA e 6 relativos ao projeto Casa do Vapor, uma vez que se trata de um projeto que nasce da colaboração de um coletivo de arquitetura com uma associação cultural. Embora tenham sido previstas entrevistas aos arquitetos promotores de ambas as intervenções (Filipe Balestra e Alexander Römer) e se tenham contactado os mesmos nesse sentido, o tempo disponível para a realização do trabalho e sua conciliação com a disponibilidade dos mesmos inviabilizou a sua concretização. Contudo, a análise das suas perceções acerca dos projetos conseguiu ser parcialmente colmatada por via da informação bibliográfica e

documental disponível – facilitada pela elevada exposição mediática dos projetos – e pela realização de entrevistas aos agentes operadores dos mesmos, cuja amostra corresponde assim a 6 entrevistados, 1 relativo ao projeto TISA e 5 relativos ao projeto Casa do Vapor (Quadro 2.2.).

Quadro 2.2. Entrevistas realizadas a agentes operadores das intervenções na Cova do Vapor

ENTREVISTAS A AGENTES OPERADORES DAS INTERVENÇÕES NA COVA DO VAPOR			
Entrevistado/a	Idade	Projeto	Data
Entrevistado 1	33 anos	TISA	20.06.14
Entrevistado 2	27 anos	Casa do Vapor (CV)	18.05.14
Entrevistado 3	27 anos	Casa do Vapor (CV)	04.06.14
Entrevistado 4	34 anos	Casa do Vapor (CV)	22.06.14
Entrevistado 5	36 anos	Casa do Vapor (CV)	19.07.14
Entrevistado 6	31 anos	Casa do Vapor (CV)	10.07.14

A segunda amostra relativa às entrevistas a habitantes da Cova do Vapor engloba 18 entrevistados (Quadro 2.3.). A sua seleção baseia-se essencialmente na técnica da “bola de neve” na qual um dos entrevistados indica outros e assim por diante (Weiss,1994). Contudo, procura-se, o máximo possível, equilibrar a amostra no que respeita ao género, à idade e à temporalidade de habitação (permanente ou sazonal/ocasional), uma vez que estes dois últimos fatores influenciam as perceções dos indivíduos relativamente ao território que habitam.

Quadro 2.3. Entrevistas realizadas a habitantes da Cova do Vapor

ENTREVISTAS A HABITANTES DA COVA DO VAPOR					
Entrevistado/a	Sexo	Idade	Temporalidade de habitação	Situação Profissional	Data
Entrevistado 7	Masculino	65 anos	Permanente	Empregado	18.06.14
Entrevistada 8	Feminino	41 anos	Permanente	Desempregada	19.06.14
Entrevistada 9	Feminino	47 anos	Permanente	Comerciante local	19.06.14
Entrevistada 10	Feminino	49 anos	Ocasional	Comerciante local	22.06.14
Entrevistado 11	Masculino	67 anos	Permanente	Reformado	22.06.14
Entrevistado 12	Masculino	53 anos	Permanente	Comerciante local	22.06.14
Entrevistada 13	Feminino	21 anos	Permanente	Estudante	22.06.14

Entrevistado 14	Masculino	16 anos	Permanente	Estudante	22.06.14
Entrevistado 15	Feminino	42 anos	Permanente	Empregada	27.09.14
Entrevistado 16	Feminino	44 anos	Ocasional	Empregada	29.08.14
Entrevistado 17	Feminino	56 anos	Permanente	Doméstica	13.07.14
Entrevistado 18	Feminino	72 anos	Permanente	Reformada	12.07.14
Entrevistado 19	Masculino	79 anos	Sazonal	Reformado	13.07.14
Entrevistado 20	Feminino	54 anos	Permanente	Doméstica	13.07.14
Entrevistado 21	Masculino	75 anos	Ocasional	Reformado	25.08.14
Entrevistado 22	Masculino	32 anos	Ocasional	Desempregado	25.08.14
Entrevistado 23	Feminino	30 anos	Ocasional	Desempregada	10.07.14
Entrevistado 24	Masculino	70 anos	Permanente	Reformado	25.08.14

Finalmente, a amostra relativa aos representantes institucionais integra 2 entrevistados correspondentes à Associação de Moradores e à Câmara Municipal de Almada (Quadro 2.4.).

Quadro 2.4. Entrevistas realizadas a representantes institucionais locais

ENTREVISTAS A REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS LOCAIS		
Entrevistado/a	Instituição/Cargo	Data
Entrevistado 25	Presidente da Associação de Moradores da Cova do Vapor	19.06.14
Entrevistado 26	Adjunto da Vereação da Câmara Municipal de Almada	20.08.14

O trabalho de campo é preparado através do estabelecimento prévio de contactos com os interlocutores, sobretudo com os agentes promotores e operadores do projeto e os representantes institucionais.

2.2 Técnicas de tratamento e análise da informação

Para o tratamento da informação recolhida nos documentos e entrevistas recorre-se à técnica de análise de conteúdo qualitativa estruturante (Mayring, 2000), apoiada na grelha analítica anteriormente apresentada, como forma de identificar, nos textos e discursos dos entrevistados, critérios associados às Estratégias Sociais Criativas e à Inovação Sócio-Territorial. A análise de conteúdo qualitativa estruturante possibilita o tratamento do texto de forma sistemática e baseado em teoria, confrontando os aspetos recortados do material com a grelha analítica proposta (*id.*).

O modelo de análise de conteúdo qualitativa, desenvolvido por Philipp Mayring na década de 80, coloca em evidência três procedimentos analíticos distintos que dependem particularmente da questão de partida da investigação (Kohlbacher, 2005: [56]): a “sumarização” (processo de redução do material aos conteúdos essenciais e de criação, por meio de abstracção, de um corpus que continua a ser um reflexo do material original); a “explicação” (processo que acrescenta material adicional a determinados segmentos do texto com o intuito de aumentar a sua compreensão, esclarecimento, explicação e interpretação) e a “estruturação” (processo de filtro/recorte de determinados aspectos do material na base de critérios pré-estabelecidos e sua posterior avaliação) (*id.: ibid.*). Entende-se que o procedimento analítico que melhor se enquadra na questão de partida e objetivos do presente estudo é a “estruturação” que corresponde, em certa medida, aos procedimentos usados na análise de conteúdo clássica e compreende, segundo Philipp Mayring (2000), três passos fundamentais: 1) a determinação de unidades de análise a partir das quais as dimensões de estruturação são estabelecidas em bases teóricas e as estruturas do sistema de categorias⁶⁷ são fixadas; 2) a definição de exemplos âncora, com regras de codificação⁶⁸ em categorias separadas; 3) a passagem pelo material, a marcação das localidades e o processamento dos resultados (Kohlbacher, 2005: [56]).

A parte central do processo de estruturação deriva, como referido, da análise de conteúdo clássica uma vez que as unidades de codificação e avaliação são colocadas e organizadas num esquema de categorias (*id.: [57]*). Contudo, de acordo com Kohlbacher (2005), a principal diferença entre a análise de conteúdo tradicional e a estruturação, dentro de uma análise de conteúdo qualitativa, é o desenvolvimento do processo de codificação (*id.: ibid.*). Embora o processo se baseie num sistema de categorias teoricamente guiado, este encontra-se aberto a alterações, sobretudo quando informações relevantes que surgem no decorrer da passagem pelo material não se enquadram nas categorias

⁶⁷ A análise categorial, segundo Bardin (Bardin, 2009 [1977]), “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (*id.: 199*). “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos.” (*id.: 145*).

⁶⁸ Ao processo de tratamento de material dá-se o nome de codificação. De acordo com Bardin (Bardin, 2009 [1977]): “a codificação corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, pretende atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão; susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices” (*id.: 129*)

propostas (*id.: ibid.*). Ou seja, as dimensões categóricas existentes podem assim ser modificadas e novas categorias podem ser desenhadas, implicando posteriormente uma reavaliação do material.

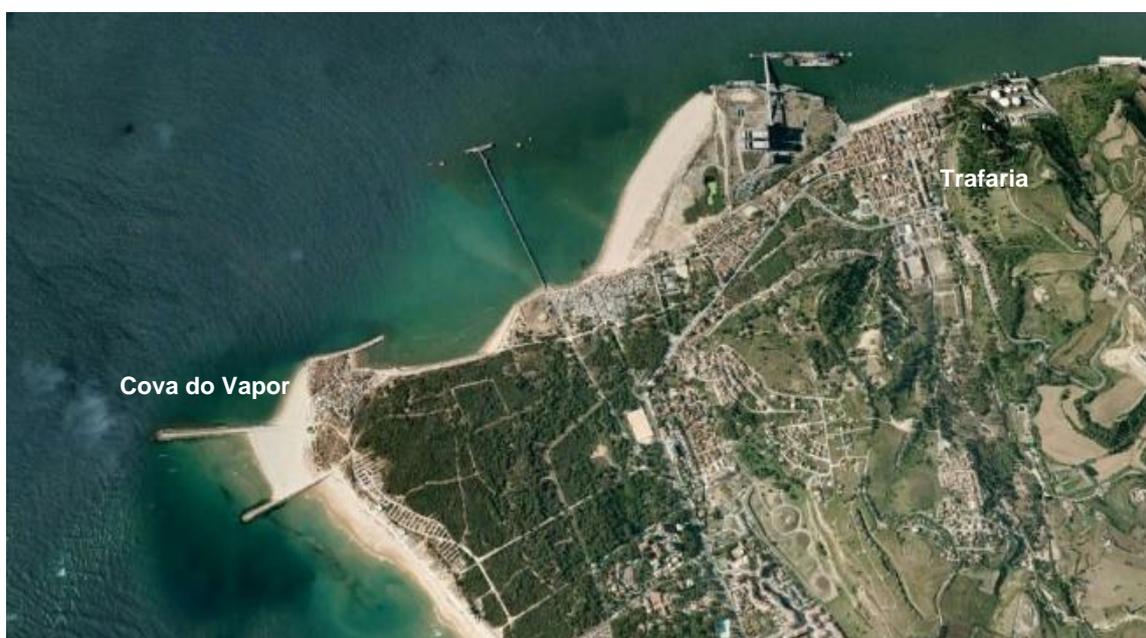
Especificamente neste estudo, a análise categorial faz-se corresponder a uma análise por temas caracterizadores dos conceitos de análise. A análise temática foi abordada por Laurence Bardin (2009 [1977]) como sendo uma das possibilidades de análise categorial que “consiste em descobrir os «núcleos de sentido» que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido” (*id.:* 131). Neste sentido, o tema é encarado como “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (*id.: ibid.*). Considerando o tema a unidade de registo numa análise de conteúdo, a regra de recorte baseia-se no sentido e não na forma das comunicações, não sendo “fornecida uma vez por todas, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas” (*id.: ibid.*).

De acordo com as características da análise de conteúdo qualitativa estruturante anteriormente apresentadas, segue-se uma abordagem aos principais desafios à sua aplicação no processo de análise das entrevistas e do web-documentário sobre a Casa do Vapor. Um primeiro desafio que se apresenta a esse processo é a transcrição das entrevistas presentes no web-documentário e elaboradas no âmbito da investigação, sendo que “a transcrição deve ser integral e fiel ao que foi dito” (Guerra, 2006: 69). Segue-se a leitura do texto transcrito que implica o sublinhar de frases ou sequências ilustrativas do discurso e outras cujo significado não é imediatamente apreendido e que são reveladoras de temas inesperados e novas problemáticas (*id.:* 70); e posteriormente, a confrontação das sequências com as dimensões de análise presentes na gelha analítica, ou seja, o procedimento de análise de conteúdo estruturante definido por Philipp Mayring (2000). No caso em que são encontradas informações relevantes que não constam no sistema de categorias, tal como foi referido anteriormente, procede-se ao seu redesenho e a uma nova avaliação do material.

CAPÍTULO III – As Iniciativas de Intervenção dos Arquitetos na Cova do Vapor: TISA e Casa do Vapor. Oportunidades de Inovação Sócio-Territorial? – Estudo de caso

O presente capítulo é dedicado ao estudo das iniciativas TISA – *The Informal School of Architecture* (Maio a Julho de 2011) e Casa do Vapor (Abril a Outubro de 2013), ambas desenvolvidas na Cova do Vapor, um bairro de assentamento informal localizado na freguesia da Trafaria (atual União de Freguesias de Caparica e Trafaria), concelho de Almada da AML. Situada “numa área de grande dinâmica morfológica” (Queirós, 2011: 45) da Península de Setúbal, “sobre um ecossistema dunar” (Santos, 2010: A8), mais precisamente “no ‘cotovelo’ de terra que o rio Tejo construiu com o Oceano Atlântico, no extremo Norte da Costa da Caparica” (Queirós, 2011: 44); a Cova do Vapor foi, em tempos, “aldeia de pescadores, mas hoje é também um povoado balnear e de residência permanente, de casas pequenas e aconchegadas” (*id.: ibid.*), cujo acesso se faz “apenas por uma única estrada junto à foz do rio, que rompe a Mata de S. João da Caparica” (Mateus, 2010: 13) que a separa das restantes áreas edificadas (Figura 3.1.).

Figura 3.1. Localização geográfica da Cova do Vapor no extremo ocidental da Costa da Trafaria



Fonte: *Google Earth*

Este estudo é baseado na grelha analítica apresentada no capítulo anterior, tendo, por isso, como objetivo, a identificação de ESC nas iniciativas, bem como a avaliação do impacto das mesmas em termos de inovação sócio-territorial.

1. Meio de intervenção (Onde se produzem as iniciativas?)

1.1. Escala do meio

No que respeita à escala do meio/lugar de intervenção das iniciativas TISA e Casa do Vapor, esta encontra-se de acordo com a generalidade das ESC. É, de facto, a micro-escala local - a escala do bairro, da pequena localidade - que caracteriza o desenvolvimento das iniciativas (Figura 3.2.). Segundo dados do INE (2011), a Cova do Vapor é um pequeno bairro composto por 267 edifícios de baixa altura e quase exclusivamente residenciais⁶⁹. Apesar da vocação residencial do bairro, da totalidade dos alojamentos existentes (328 alojamentos) apenas 24% (80 alojamentos) são de residência habitual⁷⁰, o que corresponde a um número relativamente baixo de residentes: apenas 183 indivíduos (*id.*).

Figura 3.2. Vista aérea da Cova do Vapor



Fonte: www.carloguido.com

1.2. Percurso histórico do meio

Para definir as oportunidades e restrições que se colocavam às iniciativas no momento anterior à sua realização, é necessária uma abordagem histórica ao contexto de intervenção até 2011, data da primeira intervenção, e entre 2011 e 2013, data da segunda intervenção. A história da Cova do Vapor remonta aos anos 20 do século XX, altura em que era uma pequena aldeia de pescadores (Queirós, 2011: 45), “alguns deles habitantes de vilas vizinhas como é o caso da Trafaria, que iniciaram o povoamento da zona com barracas de madeira de apoio à pesca, e mais tarde, como habitação permanente” (Mateus, 2010: 15), construídas “sobre estacas nos extensos areais” (*id.*: *ibid.*) que caracterizavam o lugar. Segundo Bruno Mateus (2010), nesta época “a zona da Cova do Vapor tinha uma configuração física bem diferente do que apresenta hoje, o assoreamento da foz do rio tornou o local com enormes planícies de areal e dunas” (*id.*: *ibid.*), existindo “uma extensão de areia com cerca

⁶⁹ A maioria do edificado, 257 edifícios, apresenta entre 1 e 2 pisos. Apenas 10 edifícios possuem entre 3 e 4 pisos (INE, 2011). Apenas 2 edifícios não são totalmente residenciais (*id.*).

⁷⁰ Considerando a existência de apenas 6 alojamentos vagos, julgam-se os restantes 242 alojamentos (74%) como alojamentos de residência sazonal (INE, 2011).

de seis quilómetros formando um bico, que muito se aproximava do Forte S. Lourenço, situado na foz do rio Tejo” (*id.*: 17).

A partir da década de 30, o despertar do interesse pela praia e a criação de um porto de atracagem de embarcações na zona da Cova do Vapor⁷¹, facilitada pelo então nivelamento do assoreamento do rio Tejo, fez com que a importância do lugar enquanto zona balnear crescesse (*id.*: 15). Com a travessia assegurada na época balnear pela Parceria dos Vapores Lisbonenses⁷² entre o Cais do Sodré e Lisboa-Praia (designação dada na época às atuais praias da Cova do Vapor e São João da Caparica), a população lisboeta economicamente mais desfavorecida encontrou “neste local da margem sul um local ideal para passar um dia de lazer” (*id.*: *ibid.*). O transporte dos lisboetas que iam a banhos para o local era realizado em barcos a vapor, o Zagaio ou o Flecha⁷³, considerando-se que daí resulte o topónimo “Cova do Vapor”⁷⁴. Segundo Sebastião Santos (2010), as habitações construídas espontaneamente pelos pescadores acabariam por ser demolidas pela PIDE por ordem de Salazar (*id.*: A8). Contudo, a demolição de todas as construções não determinou o fim da Cova do Vapor, mas um recomeço. De acordo com Santos (2010), por volta de 1945, a Junta Autónoma dos Pescadores⁷⁵, chefiada pelo Almirante Henrique Tenreiro que detinha o “poder de atribuição de construções na zona e a gestão do local” (Mateus, 2010: 16), “realiza as primeiras dez casas autorizadas para pescadores” (Santos, 2010: A8). A construção das primeiras casas de pescadores autorizadas pelas entidades que tutelavam a área, associada à travessia assegurada até Lisboa, levou a que surgissem “alguns pedidos às autoridades para a construção de habitação no local, semelhantes às existentes dos pescadores, mas

⁷¹ O porto de desembarque esteve em funcionamento até ao ano de 1959, altura em que foi destruído pelos avanços do mar (Público, 2002 *in* Mateus, 2010: figura 8).

⁷² Uma das “várias empresas, de capitais particulares, que asseguravam um serviço regular de travessia para a margem sul do Tejo” desde finais do século XIX (Mateus, 2010: 15).

⁷³ Último barco a vapor a fazer a travessia (Mateus, 2010: 16).

⁷⁴ Segundo Mateus (2010), e de acordo com alguns relatos da imprensa dos anos 40, o nome Cova do Vapor, “surge pela junção de dois factores. Por um lado, o Vapor dos barcos que na altura faziam a travessia do Tejo e que, durante a época balnear, atracavam na zona. Por outro a Cova, provocada pelas dragagens de areia que foi sendo retirada do local criando na zona de maior profundidade à beira-mar” (*id.*: 13). Até lá, apresentou várias designações: de Monte dos Vendavais (Santos, 2010: A8) a Bico de Areia (Mateus, 2010: 13) devido ao extenso areal que existia formando um bico até ao Bugio.

⁷⁵ Encontramos em Queirós (2011) a designação de Junta Central da Casa dos Pescadores.

para veraneio” (Mateus, 2010: 16).⁷⁶ É então na segunda metade dos anos 40 (Anexo G, Gráfico 1) que se reinicia a “colonização” do lugar não só por pescadores mas também por veraneantes (Santos, 2010: A9).

É neste período que a Cova do Vapor se afirma, efetivamente, como “zona de recreio e banhar, sobretudo de segunda residência. Nos anos 1940, a Cova do Vapor já albergava população todo o ano, sobretudo a que já lá possuía uma casa de verão, e, inclusive, transacionavam-se e construíam-se “barracas de madeiras desmontáveis”” (Queirós, 2011: 46-47). O *boom* veraneante desta época estendeu-se pelos anos 50 e 60, tendo sido primorosamente retratado pela antiga chefe do serviço fotográfico do jornal “O Século” e fotógrafa do Presidente da República (Público, 2002 *in* Mateus, 2010: figura 8), Beatriz Ferreira, que possuía igualmente casa na Cova do Vapor (Santos, 2010: A9). “De certa forma a burguesia pouco abastada sem capacidade económica para rumar ao Algarve, encontrava ali o seu refúgio de verão nas décadas de 50-60” (*id.*: *ibid.*).

Embora pareça um contrassenso, neste mesmo período em que se verificou um aumento progressivo do número de construções (Anexo G, Gráfico 1), “uma grande vulnerabilidade caracterizava a existência da Cova do Vapor” (Santos, 2010: A9). É também em finais da década de 1940 que começam a registar-se profundas alterações físicas da linha de costa (Queirós, 2011: 45). O extenso areal que avançava até perto do farol do Bugio onde foram construídas as primeiras “barracas de madeira” dos veraneantes começou a recuar e a desaparecer por avanço progressivo do mar e ação natural da erosão e a ser movimentada por ação do homem para utilização na construção do cais do Poço do Bispo e de Xabregas e, mais tarde, no atulhamento da Praia do Tamariz e da Baía de Cascais⁷⁷

⁷⁶ Foram encontrados dois processos de autorização de construção. Segundo Mateus (2010), “o processo passava (ou deveria passar!) por um pedido ao Governo Militar de Lisboa para a construção de uma barraca de madeira. O processo era acompanhado com uma planta da construção. Mais tarde, com a autorização concedida era assinado, em presença de notário, um contrato entre o requerente e o Quartel-general. Após a construção, a delegação marítima da Trafaria confirmava e conferia a referida construção. Daqui para a frente, era apenas necessário comunicar qualquer alteração em termos de passagem de proprietário da barraca, e de pagar, de dois em dois anos, uma renovação da licença de construção” (*id.*: 16). De acordo com Santos (2010), a construção era autorizada com “a obtenção de uma licença de aluguer na Capitania ou na Administração Geral do Porto de Lisboa mediante o pagamento de 2\$00 ao ano por m². As regras definidas obrigavam à utilização da madeira como material de construção, à utilização do sistema de estacas e ao afastamento das casas entre si à distância de 50 m. Tudo teria que ser auto-construído” (*id.*: A8).

⁷⁷ Já nos anos 90, foi novamente retirada areia para as obras da Expo 98 (Diário de Notícias, 2007 *in* Mateus, 2010: figura 28).

(Mateus, 2010: 17). Em mais de “cinquenta anos da sua existência enquanto aldeia piscatória e refúgio balnear, [a Cova do Vapor] foi empurrada mais de meia dúzia de vezes pelo mar” (Queirós, 2011: 45), vendo-se a população obrigada a movimentar progressivamente as suas casas (inteiras ou desmontadas) “sobre estacas de madeira puxadas por juntas de bois” (Figura 3.3.) para dentro da mata de São João da Caparica (*id.*: *ibid.*), mais concretamente para terrenos privados pertencentes aos proprietários da antiga Fábrica de

Figura 3.3. Casas de madeira da Cova do Vapor puxadas por juntas de bois



Fonte: www.memoriascoletivas.pt

Explosivos da Trafaria aí existente na altura⁷⁸ (Santos, 2010: A9), e mais tarde adquiridos pela Urbanizadora Praia do Sol⁷⁹.

Segundo Mateus (2010), “a população falava com o guarda da Mata para que ele pedisse aos proprietários uma autorização da ocupação dos terrenos” (*id.*: 21). Dada a escassez de espaço disponível, “entre as casas e os quintais, ia crescendo mais um barraco”, o que, ao longo dos anos, conferiu ao bairro o seu “carácter labiríntico” (*id.*: *ibid.*).

Apesar das contingências físicas e jurídicas do lugar, a expansão da Cova do Vapor manteve-se na década de 70. Aliado ao crescimento do número de construções, o desenvolvimento do campismo selvagem⁸⁰ em torno do bairro contribuiu neste período para o crescimento do comércio local: padarias, cafés, restaurantes, casas de fado, etc., (Mateus, 2010: 17) serviam a população da Cova, dos

⁷⁸ Segundo Mateus (2010), a Fábrica de Explosivos da Trafaria encontra-se desativada há mais de três décadas (*id.*: 17). Queirós (2011) justifica a sua desativação pelo facto de ter entrado em crise com o fim da guerra colonial (Queirós, 2011: 47).

⁷⁹ De acordo com uma notícia do Diário Popular datada de 1972 (Mateus, 2010: figura 22), crê-se que a aquisição dos terrenos pela URPRASOL tenha ocorrido por esta data. Segundo Santos (2010), “no centro destes interesses está o valor estratégico do sítio pelo seu contacto directo com o mar e a sua vista glamorosa” (*id.*: A9). Estes interesses manifestam-se desde essa época na elaboração de planos de desenvolvimento turístico da zona.

⁸⁰ Segundo Queirós (2011), “na década de 1970, a Costa da Caparica conhece o “boom do campismo”, a praia democratiza-se. Habitantes de Lisboa, sobretudo pescadores, estivadores e peixeiras, oriundos de freguesias populares – Alcântara, Alfama e Campolide – porque têm amigos ou familiares que vivem na Costa, ali vão passar férias. No período balnear montavam as tendas de campismo e todos os anos no mesmo local; daí foi um passo até a Costa da Caparica conhecer dois tipos de populações: os que se tornaram moradores em definitivo e os veraneantes que também vinham aos fins de semana para a sua “residência de férias”” (*id.*: 47).

arredores e os banhistas. Segundo Santos (2010), após a revolução de Abril de 1974, o MFA constrói as primeiras defesas do bairro contra as investidas do mar: “os três esporões que permitem estabilizar a linha de costa e o povoamento na área onde hoje se encontra [a cerca de 600 m do núcleo inicial], acomodando também o porto de pesca” (*id.*: A9)⁸¹. Esta obra permitiu que o bairro criasse finalmente raízes. De acordo com Santos (2010), “(...) com a sensação de segurança proporcionada pela construção dos esporões, assiste-se a um aumento de construção de forma descontrolada e informal (...) que já não segue materiais nem normas”⁸² (*id.*: A9). Esse grande crescimento e desordenamento registado logo após o 25 de Abril levou a uma intervenção militar do COPCON de Otel Saraiva de Carvalho no verão de 1975 com vista a impedir a construção de novas habitações sobre terrenos privados (Queirós, 2011: 48). Segundo Queirós (2011), o processo de expansão da Cova do Vapor foi assim travado pela ação do COPCON que, com retroescavadoras, destruiu algumas casas (e até uma “futura” pensão que se previa no local). Muitos moradores “colocaram-se em frente dos militares e impediram que o derrube fosse avassalador” (*id.*: *ibid.*).

Esse episódio marca o estabelecimento de um limite tácito à construção de novas habitações no sentido da mata (*id.*: *ibid.*), que acaba por ser efetivamente vedado pelos proprietários dos terrenos por volta dos anos 90, altura em que é também proibido o campismo selvagem na zona (Mateus, 2010: 17). Este acontecimento, juntamente com a ameaça, ainda nos anos 80 (Notícia do Correio da Manhã, 1982 *in* Mateus, 2010: figura 23), de destruição da Cova do Vapor para a construção do novo porto de Lisboa⁸³ (Reportagem da Revista Visão, 1998 *in* Mateus, 2010: figura 6), pode explicar o reduzido número de construções erigidas nas últimas duas décadas do século XX: apenas 7 construções entre 1981 e 1990 e 5 construções entre 1991 e 2000 (Anexo G, Gráfico 1). Com a redução do crescimento do bairro e as constantes ameaças de demolição, os esforços dos moradores e da sua Comissão⁸⁴, criada em 1976 com vista à defesa dos interesses dos mesmos e “do local que reclamam ser histórico” (Mateus, 2010: 19), voltaram-se ao longo das décadas de 80 e 90 para a infraestruturização da área, com exceção da

⁸¹ Mateus (2010) apresenta uma versão diferente da história. Terá sido ainda em 1968 que “foi construída a muralha de pedra e os pontões que sustentam a invasão do mar” (*id.*: 21).

⁸² Segundo Santos (2010), é nesta época que “surgem as primeiras casas em tijolo que irão configurar a face actual da Cova do Vapor”, dando origem a um aglomerado “onde se misturam as casas mais efémeras de outros tempos com as casas mais perenes - dos novos tempos” (*id.*: A9).

⁸³ Ameaça que caiu por terra pela “burocracia” e “lentidão habitual” deste tipo de projetos e pela “oposição dos ecologistas” (Reportagem da Revista Visão, 1998 *in* Mateus, 2010: figura 6).

⁸⁴ A 1 de Janeiro de 1993 a Comissão passa a ser Associação de Moradores (*Website* Casa do Vapor).

água canalizada da rede dos serviços municipais da Câmara Municipal de Almada (CMA) que data de 1971 (Amaro, 2011: 44): “rede de drenagem de águas pluviais, energia elétrica⁸⁵, TV cabo e rede telefónica, recolha de lixo, todos os serviços pagos pelos moradores⁸⁶” (Queirós, 2011: 48). Apesar de não existir saneamento básico de rede, “cada habitação possui uma fossa céptica, que foi construída pelo proprietário” (Mateus, 2010: 18). Em 1996, foi também construído um parque infantil “que anos depois seria desmantelado pela Câmara de Almada por não satisfazer as normas Europeias. Até hoje as crianças esperam por um novo” (Santos, 2010: A9)⁸⁷.

De acordo com Queirós (2011), já na década de 2000 – década em que não se registou a construção de nenhuma habitação no bairro, tal como a precedente (Anexo G, Gráfico 1) –, mais precisamente em 2002 (Notícia do Correio da Manhã, 2002 *in* Mateus, 2010: figura 25), a proprietária do terreno, a URPRASOL⁸⁸ em parceria com a Parque Expo, apresenta intenções de realizar um projeto de renovação urbana que prevê a “renaturalização” da Cova do Vapor, pondo fim às habitações “clandestinas” e “devolvendo-a” ao turismo através da criação “de um campo de golfe, unidades hoteleiras, habitações, comércio e serviços, num terreno de 123 hectares” (Queirós, 2011: 49).

Em Junho de 2003 é aprovado, em Conselho de Ministros, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado (Resolução do Conselho de Ministros nº86/2003), em cujo regulamento se encontra enquadrada uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão correspondente à zona da “Cova do Vapor a São João da Caparica” – a UOPG 10. Segundo o nº1 do Artigo 84º do Regulamento do POOC Sintra-Sado, cabe à Câmara Municipal de Almada, “em articulação com o ministério responsável pela área do ambiente e com a colaboração da Administração do Porto de Lisboa”, o dever de realização de um plano de pormenor para a UOPG 10. Este PP, segundo o nº3 do artigo referido, apresenta como objetivos:

⁸⁵ Segundo Mateus (2010), “a electricidade chegou ao bairro em 1983” (*id.*: 18). De acordo com Santos (2010), “a electricidade foi paga pela comissão de moradores em 1986” (*id.*: A9).

⁸⁶ “O que a aldeia tem ao bolso dos seus habitantes foi buscar. Para terem água canalizada, cada família teve de pagar 1500 escudos (7,5 euros), em 1971. A electricidade na rua custou a cada agregado 11 060 escudos (55,17 euros). Pela rede de drenagem das águas pluviais pagaram 11 mil euros. O parque infantil, o campo de jogos, o posto de socorros, a sede da Associação de Moradores, também não tiveram apoio da autarquia” (Amaro, 2011: 44).

⁸⁷ Segundo algumas conversas informais com alguns moradores, o motivo de desaparecimento deste parque-infantil terá sido por ação do mar e não por influência da CMA.

⁸⁸ Segundo Queirós (2011), adquirida entretanto pelo grupo Ensul e transformada na Urbisol (Queirós, 2011: 49).

- a) A renaturalização da área de intervenção;
- b) Demolição progressiva das construções existentes;
- c) O aproveitamento dos recursos naturais do local e valores ecológicos presentes na criação de áreas de lazer e recreio;
- d) Equacionar a construção de um campo de golfe, em São João da Caparica, salvaguardando os valores ecológicos fundamentais;
- e) Garantir o acesso público à praia e a construção de uma área de estacionamento para o usufruto balnear.

De acordo com o relatório do POOC Sintra-Sado (Plural *et al., s.a.*), a Cova do Vapor é definida como uma “Área Problema”. Às Áreas Problema correspondem as áreas que apresentam “degradações e conflitos de uso” (*id.*: 85) e que diferem dos Conflitos de Ordenamento “pelo facto de se reportarem a situações problemáticas existentes, ao contrário daqueles, que são entendidos como perspectivas de evolução do território, de acordo com os diversos instrumentos de planeamento com incidência” (*id.*: 86).

Neste sentido, nas áreas-problema poderá não existir

“qualquer incompatibilidade de ordenamento entre o POOC e os demais planos, nomeadamente os PDM” (*id.:ibid.*), sendo este o caso da Área Problema 6 correspondente à área da Cova do Vapor. De acordo com o relatório, “o PDM de Almada integra esta área num ‘Espaço Natural e Cultural’⁸⁹, o que deixa antever a louvável vontade de remover completamente o aglomerado” (*id.*: 88). Neste sentido, o POOC manteve a orientação do PDM de Almada, integrando-a nas Áreas Naturais, classificando-a como Área de Enquadramento e remetendo-a para a UOPG referida anteriormente “com o objectivo principal de requalificar/renaturalizar” (*id.: ibid.*) uma área habitacional “desqualificada, de grande densidade e foco da mais diversa poluição, numa zona altamente privilegiada” (*id.*: 87).

Vendo-se obrigada a prosseguir os objetivos do POOC Sintra-Sado e também do PROT-AML, a CMA dá início a vários Estudos de Enquadramento Estratégico, do qual importa realçar o EEE Costa da Trafaria (Figura 3.4.) por nele se enquadrar a UOPG correspondente à zona da Cova do Vapor e São João da Caparica. Neste estudo, baseado num protocolo assinado entre a CMA e a URPRASOL (CMA, 2011a: 131), confirmam-se as intenções de “reordenamento da Mata de S. João” (*id.*: 133) e de

Figura 3.4. Ações estratégicas do EEE da Costa da Trafaria



Fonte: CMA, 2011a: 134

⁸⁹ Incluído nas Áreas Naturais e Semi-Naturais Não Urbanas do PDM de Almada (CMA, 2008: 25).

integração de um campo de Golfe⁹⁰ (*id.*: 135). Como forma de operacionalização destas e de outras ações apontadas é sugerido no estudo, aprovado em 2005 (*id.*: 136), a criação do Plano de Pormenor de São João da Caparica. Em 2006 são aprovados pela CMA os termos de referência deste PP onde são apontados como objetivos, entre outros, a “resolução dos conflitos de ocupação do território” (*id.*: 69), nomeadamente, zonas de “domínio público marítimo e zonas de risco da orla costeira ocupados com construção (Cova do Vapor e 2º Torrão)”; e a “concretização de um pólo urbano-turístico de excelência, planeado com criatividade urbanística, promovendo a diversificação de usos e a qualidade arquitectónica, no contexto da expansão da Trafaria e articulado nas componentes marítimo e mata” (*id.*: *ibid.*).

Apesar das opções defendidas no POOC Sintra-Sado e no PP São João da Caparica, o projeto da URPRASOL em parceria com a Parque Expo foi chumbado em 2007 dado o Instituto da Água considerar “que se trata de uma zona “de grande risco”, próxima dos locais afectados pelos avanços do mar” (Diário de Notícias, 2007). A grande vulnerabilidade da costa, ou seja, o elevado risco de erosão, deixou assim no papel um projeto que previa uma “nova frente de construção com elevada ocupação humana” (*id.*). Entretanto, em 2011, com a intenção do governo de dissolver a Parque Expo, o PP de São João da Caparica ficou em “*standby*”. Paralisada ficou igualmente a situação da Cova do Vapor. Segundo um representante da CMA (Entrevistado 26, adjunto da vereação da CMA), a indefinição do POOC relativamente ao destino das populações em caso de concretização da referida demolição, foi transposta para o PP o que inviabiliza a realização de qualquer ação no território. “Não temos mecanismos dados pelo POOC e não temos condições financeiras para estar a fazer uma intervenção daquela envergadura e, provavelmente, também não temos vontade de estar a avançar para uma demolição e para fazer desaparecer uma comunidade dali” (*id.*). Contudo, o representante reforça que a primeira preocupação da CMA é a “salvaguarda da segurança das pessoas” e, não tendo o município a “competência técnica para avaliar as questões que se colocam em termos de proteção das próprias populações”, tudo terá de ficar resolvido ao nível supramunicipal. A impossibilidade de ir contra as determinações do POOC, impede a CMA de ter qualquer intervenção formal que aponte para

⁹⁰ Segundo um representante da CMA (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA), o interesse do município não era “no campo de golfe *per se* mas no desenvolvimento turístico”. Embora a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) estivesse de acordo com a sua execução porque resolveria, entre outras questões, “a consolidação da duna e o problema das infestantes”, a alteração dos critérios da REN (Rede Ecológica Nacional) acabaram por inviabilizar a solução tendo o proprietário avançado entretanto com o “*Fun Parque São João*” (*id.*).

a consolidação do bairro, nomeadamente o aumento da sua área construída ou a qualificação do seu edificado que se revela necessária tendo em conta que, parte dele, já tem cerca de 70-80 anos e não possui as condições de habitabilidade desejadas (*id.*).

Como foi possível constatar, a vulnerabilidade da Cova do Vapor, à data da primeira e segunda iniciativas de intervenção, não se resumia “apenas à dinâmica erosiva do mar que deixa antever o seu avanço, mas também à dinâmica erosiva de outros interesses ocultos que explicam de certa forma o adormecimento das autoridades competentes” (Santos, 2010: A9). Na verdade, os moradores não temiam o avanço do mar⁹¹ mas antes as decisões políticas (Queirós, 2011: 49). A vontade da população em permanecer no lugar, levou a Associação de Moradores da Cova do Vapor (AMCV) a debater a sua manutenção com as várias entidades que tutelam a área. Como referido anteriormente, apesar dos terrenos serem privados e de existir por parte dos seus proprietários “pretensões de urbanização e aproveitamento turístico” (CMA, 2011: 131) que se encontram enquadradas, como visto, nas diretivas programáticas do PP São João da Caparica; o recuo da linha de costa colocou-os em parte em situação de domínio público marítimo⁹², sob jurisdição do Ministério do Ambiente e da Direcção-Geral dos Portos⁹³ (Correio da Manhã, 1995 *in* Mateus, 2010: figura 24), e da APL (CMA, 2011a) que discutia, já à data da primeira iniciativa de intervenção e prolongando-se até à segunda, a passagem do terminal de contentores do Porto de Lisboa para a Trafaria-Bugio⁹⁴. De acordo com Margarida Queirós (2011),

Segundo José Cleto, atualmente existe um ‘entendimento estratégico’ entre a Administração do Porto de Lisboa e a Associação de Moradores da Cova do Vapor, sobre a localização do terminal de contentores do Porto de Lisboa na Trafaria, já que a Costa da Caparica não pode depender exclusivamente do turismo;

⁹¹ De acordo com a carta de suscetibilidade à erosão, enquadrada nos estudos sectoriais desenvolvidos no âmbito da alteração do PROT-AML 2010, a Cova do Vapor encontra-se numa zona de elevada suscetibilidade à erosão (CMA, 2011b: 36).

⁹² De acordo com a Lei nº54/2005 de 15 de Novembro, o domínio público marítimo pertence ao Estado (artigo 4º), tendo a largura da margem das águas do mar, navegáveis ou flutuáveis sujeitas à jurisdição das autoridades marítimas e portuárias 50m (nº2 do artigo 11º).

⁹³ Atual IPTM (Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos).

⁹⁴ Este projeto foi bastante contestado quer pela CMA, que alega atualmente nunca lhe ter sido apresentado qualquer projeto para avaliação e que se opõe ao mesmo, entre outras razões, por ir contra as suas próprias estratégias de desenvolvimento turístico da zona; quer pela própria população da Trafaria que defendia igualmente esta estratégia, porque a ela se associaria a “densificação dos equipamentos e dos serviços disponibilizados” (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA). Após a enorme contestação a este projeto, no passado mês de Setembro, o governo anunciou a possibilidade de mudança de rota deste terminal para o Barreiro (Expresso, 2014).

havendo que apostar na vocação industrial da Península de Setúbal e dada a crise, os moradores da Cova do Vapor não se oporiam a ter os contentores na sua proximidade (*id.*: 49).

A demora no entendimento entre as diversas entidades que tutelam a área beneficiou os moradores da Cova do Vapor, ou seja, contribuiu para a manutenção do edificado (Santos, 2010: A9). Contudo, a ameaça de que a Cova do Vapor viesse a desaparecer e que os seus habitantes fossem realojados permanecia⁹⁵. Em sua defesa os moradores alegavam razões históricas e jurídicas (Mateus, 2010: 40). Para além de reclamarem o direito de usucapião⁹⁶ (Santos, 2010: A9), contestavam a conotação de construções clandestinas por saberem que existe “uma protecção legal por serem possuidores das autorizações para concretizarem o edificado” (Mateus, 2010: 41). Apesar de não terem sido construídas com autorização legal do município⁹⁷, “a maioria, senão a totalidade das habitações, foram criadas com autorização (...) estatal, ou seja, por uma entidade competente e juridicamente dependente do Estado português que controlava esta região litoral” (Mateus, 2010: 18) e segundo o representante da AMCV (Entrevistado 25, Presidente da AMCV), todos pagam IMI⁹⁸. De acordo com Mateus (2010), “é tida pelos habitantes da Cova do Vapor, a certeza de que os seus imóveis estão enquadrados num panorama de habitações simples e em zona não urbanizada, mas cuja solução e enquadramento legal pode vir a existir se a vontade política municipal e nacional assim o venham a permitir” (Mateus, 2010: 18).

⁹⁵ Segundo Mateus (2010), existe um “medo generalizado de um processo de realojamento conjunto com outros bairros, nomeadamente com o 2º Torrão, que ao contrário da Cova do Vapor, anseia por uma mudança da sua situação” (*id.*: 40). De acordo com o autor, apesar do bairro do 2º Torrão apresentar algumas semelhanças físicas com a Cova do Vapor, “é completamente diferente em termos sociais. É um bairro de imigrantes oriundos dos PALOP e com alguns problemas sociais” (*id.*: 10).

⁹⁶ Segundo o representante da CMA (Entrevistado 26, Ajunto da Vereação da CMA), de acordo com informações prestadas à CMA pela AMCV, “alguns dos moradores, poucos, terão conseguido fazer um registo provisório por usucapião das suas propriedades. Da área de implantação das suas casas e logradouros ou quintais afins contíguos.” Contudo, a CMA não possui nenhuma documentação que o comprove. Segundo o representante, se as pessoas fossem efetivamente donas da casa, este facto podia ser uma forma de “obrigar a uma decisão de como fazer um eventual processo de demolição ou não” (*id.*).

⁹⁷ De acordo com o representante da CMA (Entrevistado 26, Ajunto da Vereação da CMA), “não existe nenhum licenciamento de nenhuma construção (...) embora haja uma responsabilidade dos proprietários da permissão, pelo menos, daquelas construções serem lá feitas e daquele assentamento surgir”.

⁹⁸ A CMA alega que não havendo um licenciamento camarário, o município não tem “forma de saber se há ou não pagamento de IMI ou se há registo ou não nas finanças por algum dos moradores daquelas casas” (Entrevistado 26, Ajunto da Vereação da CMA).

Considerando os aspetos apresentados a nível local e uma situação de crise económica global, que já em 2011 afetava fortemente o país, considera-se que o percurso histórico da Cova do Vapor até 2011 e entre 2011 e 2013, aparentava ser uma situação fechada (*lock-in' situation*), sem oportunidades imediatas de mudança, dada a falta de entendimento entre as entidades que tutelavam a área e a falta de recursos para avançar com projetos que implicassem grandes investimentos públicos ou privados.

1.3. Contingência do meio

– Composição sociocultural

Como referido anteriormente, os habitantes da Cova do Vapor dividem-se entre os permanentes e os sazonais/ocasionais. Pretende-se seguidamente dar conta apenas do perfil social, económico e cultural dos habitantes fixos ou residentes efetivos. Contudo, importa realçar que se estima que os sazonais correspondam a cerca de 200 pessoas (Mateus, 2010: 24), representando assim cerca de 50% dos habitantes totais (residentes e não residentes). Este número encontra-se conforme com os cerca de 400 sócios da AMCV (Santos, 2010: A9).

Através dos dados disponíveis nos Censos 2011 (INE, 2011), é possível caracterizar do ponto de vista socioeconómico a população da Cova do Vapor no preciso momento em que surge a primeira iniciativa de intervenção local. Do ponto de vista etário, verifica-se a existência de uma população claramente envelhecida, sendo o número de indivíduos com menos de 25 anos igual ao número de indivíduos com mais de 65 anos: 42 indivíduos, o que corresponde a cerca de 23% da população total (Anexo G, Gráfico 2). De acordo com Bruno Mateus (2010), a razão pela qual o bairro apresenta uma população bastante envelhecida deve-se à conjugação de três fatores: a sua génese relativamente recente, a sua vocação de segunda residência e as raízes urbanas dos seus habitantes. Segundo Mateus (2010), a população mais envelhecida está

(...) na origem e crescimento do bairro, alguns criadores das suas próprias casas que, sendo habitações de veraneio, não foram alvo de venda ou troca, quanto muito herdadas. Assim, após o fim da sua vida activa, permanecem de vez no bairro. Por outro lado, a maioria dessas pessoas são de Lisboa, sem qualquer ligação rural, tornando no bairro, a sua casa da terra, parafraseando uma expressão mais popular, aquele local onde ambicionaram um dia vir após o fim da sua vida activa (*id.*: 33-34).

O elevado número de pessoas idosas no bairro faz prever uma elevada percentagem de população residente inativa. De facto, a população inativa representa 64% dos residentes da Cova do Vapor: 14%

são jovens com menos de 15 anos, 29% são reformados ou pensionistas e 21% são estudantes com 15 ou mais anos, domésticos e outros sem qualquer atividade económica (Anexo G, Gráfico 3). Se aos 36% de ativos retirarmos os que se encontram numa situação de desemprego (procurando o primeiro ou um novo emprego), restam apenas 25% de residentes empregados, ou seja, apenas 1/4 da população da Cova do Vapor. Do universo da população ativa (empregados e desempregados), 29% encontra-se numa situação de desemprego (Anexo G, Gráfico 4). Esta é uma taxa de desemprego bastante alta comparativamente com os valores da freguesia (20% na Trafaria), do município (14% em Almada) e do país (13% em Portugal) no mesmo período (Anexo G, Gráfico 5).

Bruno Mateus (2010) classifica a população da Cova do Vapor como “classe média-baixa de poucos recursos financeiros” (*id.*: 25). O autor faz destaque ao grupo de “habitantes mais antigos da zona da Baía, constituído por famílias com origens no local e ligadas às actividades piscatórias” e ao grupo de habitantes que vive do comércio local⁹⁹ (*id.*: 24). Alguns complementam os seus rendimentos com o aluguer de casas no verão. Igualmente baixo é o nível de escolaridade da população residente (INE, 2011). A maioria dos indivíduos residentes tem apenas o 1º ciclo do ensino básico completo, sendo igualmente de realçar a presença de 7 indivíduos sem saber ler nem escrever comparativamente aos que possuem formação superior: apenas 4 indivíduos (Anexo G, Gráfico 6).

Para Mateus (2010), considerando que a formação e crescimento do bairro se deu há cerca de 60/70 anos, era possível verificar em 2010 “uma ocupação quase que hereditária das habitações” (*id.*: 23)¹⁰⁰. Para este facto contribuía, na sua visão, a estagnação de novas construções a partir dos anos 70 e igualmente “as constantes notícias que indiciam a demolição do bairro, afastando assim interesse em “compra ou venda” de habitações” (*id.*: *ibid.*), “que por mais que aparentem pouco vigor ao nível dos alicerces e porventura, uma estética pouco coerente com os níveis arquitectónicos actuais, se tornam apetecíveis dada a sua situação geográfica” (*id.*: 41). Neste contexto, e apesar de verificar

⁹⁹ Contudo, segundo Queirós (2011), “ali moram pescadores, eletricitas, biólogos, arquitetos, informáticos, padeiros, mecânicos, pedreiros e esta amálgama de profissões favorece a cooperação para a resolução de problemas” (Queirós, 2011: 52).

¹⁰⁰ Mateus (2010) considera a existência de três grupos geracionais na Cova do Vapor (*id.*: 23) com diferentes ligações ao bairro: o primeiro grupo composto por pessoas entre os 70 e os 80 anos que, como referido anteriormente, estão ligadas ao crescimento e formação do bairro; uma segunda geração de pessoas com idades compreendidas entre os 40 e 50 anos “que herdaram habitações, ou então, que adquiriram habitações devido à proibição do campismo selvagem que se praticava na zona” (*id.*: *ibid.*); e uma terceira geração entre os 20 e os 30 anos “constituída principalmente pelos filhos ou netos, de quem já permanecia no local” (*id.*: *ibid.*).

pontualmente a entrada de novos habitantes sem qualquer relação com a comunidade, o autor caracteriza parte dos novos habitantes como um grupo formado pelos “filhos e alguns netos de pessoas que já frequentaram o bairro e que aproveitaram as habitações familiares para ser a sua primeira casa” (*id.*: 34). Na sua visão, estes apresentam duas motivações principais para a sua fixação: razões económicas¹⁰¹ ou o “facto de estarem à beira-mar, encaram o bairro com um estilo de vida longe da confusão e da limitação de espaço e circulação de outros locais” (*id.*: *ibid.*). Segundo Mateus (2010), estes últimos “novos casais que ali se fixam, caracterizam-se essencialmente por procurarem e ali encontrarem uma proximidade do mar que lhes serve de base às actividades de recreio” e não são provenientes de “um estrato social comum ao bairro” (*id.*: 39). Por essa razão, no seu entender, este fenómeno pode evoluir para uma espécie de gentrificação¹⁰². Contudo, segundo o ex-vice-presidente da AMCV, “apesar de haver sobretudo gente modesta, ‘sempre houve pessoas de todos os géneros’, uns mais pobres, outros mais ricos na Cova do Vapor” (Público, 2002 *in* Mateus, 2010: figura 8)¹⁰³.

No que diz respeito à composição racial e étnica, Mateus (2010) salienta o facto de “não existir na população qualquer outra raça, que não seja branca, e não fora os 4 casos de famílias estrangeiras residentes¹⁰⁴, toda a população é de naturalidade portuguesa” (*id.*: 23). Esta homogeneidade parece refletir-se igualmente na naturalidade das famílias residentes que são, em grande número, “oriundas de Lisboa de bairros como a Mouraria, Olivais, Alcântara e Campolide” (*id.*: 25).

¹⁰¹ Apesar do número de habitações ter estabilizado desde finais dos anos 90, o número de habitantes permanentes parece ter vindo a crescer (não existem dados do INE para a subsecção Cova do Vapor em anos anteriores a 2011). De acordo com Queirós (2011), referenciando o presidente da AMCV, “a crise” traz cada vez mais gente para a Cova do Vapor: filhos e netos vêm para casa de familiares para evitar pagar uma renda de casa” (*id.*: 48).

¹⁰² Dada a sua localização privilegiada à beira-mar, o autor considera que a Cova do Vapor pode ser alvo de um enobrecimento da população residente, o que pode “alterar os princípios mais humildes que estão na base da sua criação” (Mateus, 2010: 40).

¹⁰³ Um dos moradores entrevistados (Entrevistado 24, homem, 70 anos) reforçou igualmente que existem várias pessoas “ricas” no bairro, considerando que esse facto pode ser uma forma de garantir a sua manutenção. Tal como já o foi no passado. Segundo Bruno Mateus (2010), estando a Cova do Vapor uma vez mais à beira da demolição nos anos 60, “(...) valeu a rede de conhecimentos dessa senhora [Beatriz Ferreira] que sendo fotografa do Estado-Novo e mantendo boas relações com o presidente Américo Tomás, evitou tal acontecimento” (Mateus, 2010: 40).

¹⁰⁴ Segundo Queirós (2011), 99,9% dos habitantes da Cova do Vapor são portugueses, sendo os restantes holandeses e franceses (*id.*: 51).

Por “encontrar práticas culturais e relações identificativas com a cidade, principalmente, com os bairros históricos” (*id.*: 34), Bruno Mateus (2010) refere-se à Cova do Vapor como “uma extensão de Lisboa” (*id.*: *ibid.*). Um dos aspetos semelhantes que encontra com os bairros históricos lisboetas é a presença de casas de fado (*id.*: 35). Embora nenhuma se encontre ativa de momento, na “década de 80 e 90 era possível ouvir fado em cerca de 3 estabelecimentos” (*id.*: 34-35). O envelhecimento da população é apontado como a razão do desaparecimento das casas de fado contudo, segundo o autor, “o espírito permanece e presentemente é possível ainda durante o mês de Agosto presenciar algumas actuações no bar da associação de moradores e no bar junto à praia” (*id.*: 35). Outra semelhança com Lisboa reflete-se, no seu entender, na marcha do bairro que se realiza nas festividades de Junho (*id.*: *ibid.*). Embora defenda a existência de traços da cultura popular urbana de Lisboa, o autor realça também a “consciência de uma identidade covaporiana” que se manifesta não só no “sentimento de união” e na mobilização coletiva dos habitantes “quando se geram conflitos com bairros vizinhos” (*id.*: *ibid.*) mas também no espírito de descontração vivido no local.

Em suma, considera-se que a população residente na Cova do Vapor é pouco diversa do ponto de vista sociocultural.

– Tolerância

Julga-se que a capacidade da população da Cova do Vapor tolerar o risco associado a iniciativas criativas e inovadoras pode ser justificada através da própria linguagem da sua construção. A informalidade da sua génese resulta numa

(...) amálgama de casas, construídas com os mais diversos materiais, com os seus canteiros e ornamentos improvisados (...). Cada casa e cada rua é orgânica, diferente de outra. Imagens de santos, arcos nas portas, janelas redondas, canteiros floridos; aqui, azulejaria dispersa forrando as paredes, ali, cimento com conchas do mar incrustadas ornamentam os muros. (...) Cada casa é um pedaço de cada família, revelando não apenas a sua história, feita de ciclos de aumentos e acrescentos, mas também servindo o seu apreço e orgulho pela obra alcançada: Casinha do Meus Sonhos, Lar dos meus Netos,... (...). A diversidade impera já que a configuração de cada casa e de cada rua é uma função das necessidades, dos gostos, das possibilidades e das habilidades. E de um dia para o outro há mudanças (Queirós, 2011: 51-53).

A descrição da geógrafa Margarida Queirós (2011) resume em perfeição um meio caracterizado pela diversidade e pela autonomia dos seus moradores, que vive do imprevisto e que é tolerante face às constantes mudanças. Sendo inicialmente quase todas as casas feitas em madeira (Figura 3.5.), com o passar do tempo “muitas foram alvo de alterações e mudanças criadas pelos seus proprietários que (...) tornaram as habitações mais a seu gosto e, por outro lado, mais robustas perante a adversidade da salinidade e dos rigores do inverno junto ao mar” (Mateus, 2010: 20), apesar de ainda ser possível

identificar “o traçado original” de algumas delas, as quais foram alvo apenas de manutenção (*id.: ibid.*). De acordo com Mateus (2010), “são vários os exemplos no bairro de alterações e acrescentos às construções iniciais” (*id.: ibid.*).

De acordo com o morador Allain Buisson, cada casa corresponde ao seu dono (Web-documentário Público, 2013). Ao contrário do que sucede na maioria dos lugares de muitas cidades em que “toda a gente é igual, tem de pensar a mesma coisa, tem a mesma casa” (*id.*), na Cova do Vapor não existe a “a morte do indivíduo, do individual” (*id.*). “A Cova do Vapor é a construção do sonho de cada um. (...) Cada pessoa põe um bocadinho de si na sua casa” (estudante da TISA, vídeo RTP1, 2011a). Cada casa reflete a imaginação dos seus habitantes, sendo “feitas com os materiais mais peculiares, reaproveitados e oriundos de diversos sítios” (Santos, 2010: A9), o que permite considerar a Cova do Vapor não como um meio penalizador de iniciativas arriscadas, ou seja, hierarquizado, normativo ou rígido, mas um meio que favorece a criatividade¹⁰⁵. Em concordância com Margarida Queirós (2011), entende-se que “a Cova do Vapor é um lugar (...) capaz de responder com “flexibilidade” às necessidades/dificuldades dos moradores¹⁰⁶” (*id.*: 60), o que permite à partida considerar que este território é, aparentemente, flexível/tolerante à criatividade e à inovação de iniciativas exteriores.

Figura 3.5. Casa de madeira na Cova do Vapor



Fonte:
http://www.cafeportugal.pt/pages/dossier_artigo.aspx?id=5026

¹⁰⁵ “Este é um território povoado de estímulos internos e externos. Ao longo da sua história, foi mudando e evoluindo, sempre guiado por umas poucas regras internas simples, fazendo-se o que se pode, de acordo com as necessidades, respeitando a diversidade e a autonomia dos moradores e das ações das respetivas famílias, e construindo uma rede de decisões coerente e coesa” (Queirós, 2011: 51).

¹⁰⁶ A tipologia das casas é reveladora dessa flexibilidade. A casa vai crescendo à medida do crescimento da família: “começa por ser uma casinha com divisões pequenas para um casal. Nascem os filhos e acrescenta-se um quarto,

– **Participação cívica**

A falta de apoio institucional sentida pela população da Cova do Vapor levou a que a mesma se mobilizasse na resolução dos seus próprios problemas, nomeadamente na infraestruturização do bairro. Assim, julga-se que a população da Cova do Vapor apresentou, em tempos, uma capacidade de julgamento e decisão sobre o seu próprio futuro, que lhe permitiu a elaboração de inúmeras respostas às suas necessidades. A Cova do Vapor “é um local onde, segundo o presidente da Associação de Moradores, ‘nada lhes foi dado’, tudo foi conquistado”¹⁰⁷ (Queirós, 2011: 51).

Tal como afirma Queirós (2011), perante uma conjuntura hostil, “sem fortes poderes públicos na retaguarda e uma ameaça latente dos interesses privados”, a “sobrevivência” da Cova do Vapor dependeu sempre da sua “capacidade criativa” (*id.*: 60) que se manifesta no associativismo em prol da manutenção do território. Segundo o representante da AMCV (Entrevistado 25, Presidente da AMCV), a ligação dos moradores com a antiga comissão de moradores era, no início da sua formação, mais forte do que é nos últimos anos, devido ao facto de serem tempos em que o bairro se encontrava em vias de demolição e, como tal, todos se uniam em sua defesa. O representante considera que se tem assistido a uma menor mobilização em torno da associação porque os moradores se sentem agora mais “seguros”, delegando mais as responsabilidades pela manutenção do bairro na direção da associação.

Também um dos agentes operadores da Casa do Vapor entrevistados (Entrevistado 3, CV) apontou uma desmotivação da parte dos moradores que estão fora da associação para desenvolver atividades. Estes estão assim dependentes da ação ou inação da AMCV – que num universo de cerca de 400 sócios, é representada por apenas três ou quatro pessoas (presidente, tesoureiro e uma ou duas pessoas mais) que são comerciantes locais, de meia-idade, com família constituída, com menor disponibilidade para promover atividades – e criticam muitas vezes o que é feito pela mesma (*id.*). Ao mesmo tempo este agente considera a associação pouco aberta, no sentido em que não disponibiliza muitas informações aos moradores sobre o que resulta do contacto que estabelece com a CMA. Este

dois. Quando os filhos casam e têm bebés, mudam-se para os anexos que constroem atrás da casa principal” (Amaro, 2011: 42).

¹⁰⁷ Segundo uma das agentes operadoras da iniciativa Casa do Vapor (Entrevistado 3, CV), os covaporianos “têm um grande sentimento de abandono/orgulho pela sua autoconstrução. ‘Nós nunca tivemos a Câmara Municipal aqui e não precisamos deles.’”.

facto foi também apontado por outro agente (Entrevistado 5, CV) que considera haver “muita desinformação” na comunidade e também que esta é representada por uma associação “que, de certa forma, não a representa” (*id.*). “Representa determinados interesses mas não todos” (*id.*).

Nas entrevistas realizadas aos habitantes, denotou-se efetivamente uma falta de informação relativamente às relações estabelecidas entre a AMCV e a CMA e uma relação algo conflituosa entre alguns deles e os representantes da associação que tomaram posse em data próxima à iniciativa TISA. Estes são acusados de defenderem, nestes últimos tempos, os seus interesses enquanto comerciantes locais, de relegarem para segundo plano algumas questões que consideram prioritárias para o bairro e de não promoverem atividades. Estas críticas parecem advir, em maior número, da parte dos residentes mais antigos que defendem a antiga comissão de moradores. Alguns demitem-se de pagar quotas e, como tal os impede de participar nas reuniões da associação (*Facebook AMCV*), acabam por se limitar à crítica passiva ao invés da ação crítica. Segundo um dos habitantes (Entrevistado 7, homem, 65 anos), a falta de participação dos moradores é, efetivamente, o problema da relação entre estes e a associação. Um problema que, segundo o mesmo, não se resume apenas à Cova do Vapor mas à sociedade em geral¹⁰⁸. “O que se passa neste momento é: as pessoas elegem a associação de moradores a pensar que a associação de moradores resolve os problemas todos só por si. Não resulta.” (*id.*). Esta situação foi igualmente corroborada por outra moradora (Entrevistado 15, mulher de 42 anos). Considerando a participação cívica como “a possibilidade e a capacidade de julgar e decidir, através do acesso à informação e ao conhecimento necessários à identificação de respostas novas e adequadas” (André e Rousselle, 2010: 75), considera-se que, no quadro de relações estabelecidas entre a comunidade e a associação nos últimos anos, esta se encontra enfraquecida.

– **Capital relacional**

Naturalmente, a proximidade física e o contexto social semelhante estimularam os interfaces internos e, o ambiente externo desfavorável (a génese “ilegal”, logo o fantasma do despejo, não permitem descuidos) potenciou as interligações e os múltiplos ajustes internos. (...) Na Cova do Vapor cada um faz como sabe e se necessário, os vizinhos dão uma ajuda (Queirós, 2011: 51-52).

¹⁰⁸ “O problema que sofre a Associação de Moradores ou qualquer outra entidade representativa é as pessoas não participarem. (...) Há menos participação das pessoas para apoiar a Associação de Moradores porque as pessoas acham que não vale a pena, ou porque os que estão lá, interessa-lhes é a eles, por isso é que eles participam.” (Entrevista 7, homem, 65 anos).

Um dos principais fatores que facilitam e estimulam a “convivência social” no bairro é, como refere Margarida Queirós (2011), a “proximidade física” ou “compactação” gerada pelo “confinamento do espaço” entre o rio, o mar e a mata (*id.*: 60). Esta questão é também reforçada por Mateus (2010) ao afirmar que a configuração da Cova do Vapor, “com casas térreas e ruelas estreitas”, permite “uma maior interação entre vizinhos” (*id.*: 8): “as casas do bairro estão fisicamente muito próximas e é difícil entrar ou sair sem que o vizinho note, existe sempre qualquer situação, nem que seja

conflituosa, onde a relação se torna inevitável” (*id.*: 27). Para além da distância entre as habitações, outras características físicas do lugar ajudam, no entender do autor, a acentuar as relações sociais e humanas, como sendo: o tamanho e a qualidade das construções, “pequenas e de fracas condições” (*id.*: 8), que não oferecem “um conforto que aprisione as pessoas em casa” (*id.*: 26); assim como o facto de o bairro não se encontrar numa zona de passagem para outras localidades e de a estrada não ser, até 2011, alcatroada, reduzindo assim o tráfego automóvel e favorecendo a circulação pedonal (*id.*: 8). Estas características fazem com que, na visão de Mateus (2010), exista uma “cultura de portas abertas” (*id.*: *ibid.*) e que a rua se torne um espaço de sociabilidade (*id.*: 26), assim como os espaços comerciais a esta adjacentes¹⁰⁹ (Figura 3.6.). Paralelamente à proximidade das habitações, o isolamento do bairro das restantes áreas construídas é também apontado por Mateus (2010) como um factor que“(…) aproxima as pessoas pelas suas necessidades de movimentação. “É comum pedir-se ao vizinho, que tem viatura, que dê boleia, visto que o bairro não oferece todas as necessidades comerciais e de serviços”¹¹⁰ (*id.*: 27). O facto da rede de vizinhança se confundir, de acordo com o autor, com a rede familiar, favorece igualmente as relações internas: “(…) o bairro contém bastantes famílias residentes

Figura 3.6. Rua principal da Cova do Vapor



Fonte:
<http://jornaldaregiao.blogspot.com/>

¹⁰⁹ O autor considera a Avenida António Martins Correia, “a rua principal que atravessa o bairro”, como o principal espaço de sociabilização, não só pela sua centralidade e conforto ambiental, como também por nela se encontrarem “todos os espaços comerciais do bairro” (Mateus, 2010: 27).

¹¹⁰ “Existe apenas uma carreira da Transportes Sul do Tejo que duas vezes por dia no seu percurso regular, Trafaria – Costa da Caparica, faz um desvio para servir a povoação de manhã e ao final do dia” (Mateus, 2010: 13). Segundo algumas conversas informais com os moradores, a população é servida, neste momento, por mais um trajeto no período do almoço.

com laços de parentesco. Este aspecto, perfaz uma complexidade de relações sociais nesta comunidade, que contribui para uma certa coesão e harmonia” (*id.: ibid.*).

Para além destes fatores, a localização geográfica da Cova do Vapor é também referenciada pelo autor como promotora das relações sociais, não só internas como também com o exterior. O “local estimula, actividades na sua maioria ao ar livre” (*id.: ibid.*), e essencialmente marítimas, como é o caso da pesca, do *surf* e do *bodyboard*, que são partilhadas por grupos de pessoas diferenciadas, quer na idade quer no modo de vida, e fomentam igualmente o contato com pessoas exteriores ao bairro (*id.: 7*). Esta relação com o exterior aumenta na época balnear quando, para além dos habitantes de veraneio, chegam os “de toalha na mão para a praia” (*id.: 21*) e os que alugam casa de férias no local¹¹¹ (*id.: 22*).

Por último, outro fator que promove as relações sociais no bairro, apontado por Mateus (2010) à época do seu estudo, é a existência da AMCV, “órgão que exerce um certo controlo social naquela comunidade construída” (*id.: 8*) e que é, de acordo com Queirós (2011), “o motor da relação dinâmica e positiva das suas gentes” (*id.: 60*). Contudo, como referido anteriormente, sobretudo no período entre a iniciativa TISA (em 2011) e a iniciativa Casa do Vapor (em 2013) nem todos os moradores reconheceram este facto nas entrevistas realizadas, queixando-se da falta de atividades promovidas pela associação¹¹². Apesar disso, tal como referiu um dos moradores, a AMCV continua a ser “um polo que ajuda a ligar as pessoas” (Entrevistado 7, homem, 65 anos).

Para o representante da AMCV (Entrevistado 25, Presidente da AMCV), a Cova do Vapor é uma comunidade bastante interligada, “onde toda a gente se conhece”. Segundo o próprio, deve-se à “evolução dos tempos” alguma perda da forte entreajuda que existia há algumas décadas, contudo, considera que as pessoas têm continuado a ajudar-se nas questões práticas do dia-a-dia. Quanto a ajudas monetárias entende que a conjuntura económica não o tem facilitado, contudo, aqueles que estabelecem relações de maior confiança ajudam-se nesse sentido. Também a maioria dos agentes de intervenção entrevistados consideram a Cova do Vapor como uma comunidade com fortes ligações

¹¹¹ De acordo com Mateus (2010), o aluguer das casas situa-se entre os 500 e os 1000 euros por mês, “um valor que encontra justificação devido aos acessos próximos à praia” (*id.:22*). Uma das moradoras entrevistadas referiu fazer uso desse rendimento para obras de manutenção da casa (Entrevistado 18, mulher, 72 anos).

¹¹² Contam-se neste período como atividades desenvolvidas pela associação, festas em dias comemorativos (Natal, Páscoa, Santos Populares, Dia das Bruxas e Dia da Criança), a Grande Noite de Fados e o mais regular *karaoke* de fados (*Facebook AMCV*).

internas, onde todos se conhecem bem e, por isso, bastante familiar, o que faz com que existam, naturalmente, tanto conflitos como ações de interajuda. Foi apontada por um dos agentes como uma relação conflituosa entre os moradores no momento anterior às intervenções, a relação entre os mais idosos e os jovens (Entrevistado 1, TISA). Na origem deste conflito inter-geracional estava, no entender do agente, o comportamento impróprio de alguns jovens/crianças, fazendo com que estes fossem rotulados negativamente e não recebessem a “atenção devida” por parte dos mais velhos, e com que houvesse “uma barreira” à comunicação (*id.*). Um dos habitantes ocasionais entrevistados, que de nascença à idade adulta viveu permanentemente no bairro (Entrevistado 16, mulher de 44 anos), reconheceu não só esta separação entre gerações, como também uma divisão entre as próprias crianças que formam diferentes grupos (situação que não acontecia há cerca de 25 anos atrás) e uma menor interligação entre os mais velhos. A opinião dos restantes habitantes entrevistados divide-se entre o reconhecimento do ambiente familiar que se vive e da interajuda que existe no bairro¹¹³; a assunção, sobretudo por parte dos habitantes permanentes mais antigos, do enfraquecimento dessas relações – “as pessoas foram mudando. Já não é o ambiente que era antigamente.” (Entrevistado 17, mulher de 56 anos)¹¹⁴ –; e, ao mesmo tempo, a existência de alguns conflitos.

Relativamente às relações estabelecidas com o exterior, ao nível das relações pessoais, os habitantes permanentes entrevistados revelaram ter redes familiares e de amizade fora do bairro, contribuindo bastante para estas últimas as relações estabelecidas com os habitantes sazonais/ocasionais. Ao mesmo tempo, reconheceram-se recetivos às pessoas de fora que sempre frequentaram o bairro. No entanto, alguns agentes de intervenção consideraram, na sua aproximação à comunidade, que esta era “muito fechada”, não tinha “muito contato com o exterior” (Entrevistado 6, CV). Como reforça um dos agentes, apesar dos problemas internos, eles são “muito fortes entre eles” na sua defesa relativamente a bairros vizinhos, nomeadamente o 2º Torrão (Entrevistado 1, TISA). Segundo o representante da CMA (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA), “eles próprios colocam-se um

¹¹³ Denotou-se que os habitantes sazonais tendem a ter uma visão mais idílica das relações.

¹¹⁴ Outra moradora (Entrevistado 18, mulher, 72 anos) reforça que as pessoas mais velhas vão falecendo e que as que chegam não são tão amigáveis. Na perspetiva de um dos “novos moradores”, a população mais antiga não vê com “com bons olhos a chegada de nova gente” (Entrevistado 12, homem, 53 anos). Vê-o como uma “invasão” e “usurpação do lugar”, como uma forma de lhes “tirar quase como que um protagonismo que eles tinham” (*id.*). “E há sempre aquela relação amor-ódio muito sub-reptícia. Fica ali muito velada mas algumas vezes nota-se. Em conversas do dia-a-dia.” (*id.*).

pouco à parte de todas as outras áreas ao lado. Trafaria, 2º Torrão, Costa. O mundo é ali. Há li um fechamento ao resto”¹¹⁵. No que respeita às relações sociais em quadros institucionais, realça-se o agravamento das tensões entre a CMA e a AMCV, pouco antes das iniciativas. Segundo o representante da AMCV (Entrevistado 25, Presidente da AMCV), desde 2009 que a associação tem deixado de receber donativos – nomeadamente o donativo anual da CMA – sendo ela própria responsável pela limpeza das ruas, pela vigilância balnear, pela pavimentação e pela drenagem das ruas¹¹⁶.

Margarida Queirós (2011) considera a Cova do Vapor como “uma estrutura social *emergente*” (*id.*: 50).

Lá mora gente pobre, mas sem problemas de marginalidade e de integração social e com uma forte noção de vizinhança. Da Cova do Vapor emana, em simultâneo, uma sensação de segurança, de convívio e solidariedade. É esta a atmosfera social da Cova do Vapor, impregnada de sentido de comunidade, onde a interação local é muito forte e onde todos se habituaram a resolver os próprios problemas (*id.*: *ibid.*).

De facto, considera-se o capital relacional da comunidade bastante forte em termos de interação local, apesar da natureza por vezes conflituosa dessa interação; mas relativamente enfraquecido no que respeita às relações com o exterior, sobretudo em termos institucionais.

– **Memória coletiva**

O percurso histórico da Cova do Vapor, com todos os seus acontecimentos e constrangimentos, é revelador de um sentimento de pertença da população ao bairro. Considera-se que um dos fatores mais importantes para a sua existência advém de todo o processo de autoconstrução individual e coletivo, isto é, da entajuda dos moradores na construção das suas casas e dos seus próprios equipamentos coletivos (a sede da AMCV, o convívio/bar/mercado, o campo de jogos, o posto de socorros e o parque de merendas), o que facilita também o reconhecimento do bairro por parte dos moradores. “Todos os que ali vivem conhecem o bairro como as próprias mãos, porque foi com elas que o construíram” (Amaro, 2011: 41). Um outro factor igualmente importante diz respeito às constantes lutas pelo perpetuar da existência do bairro, não só as lutas contra o avanço do mar, fazendo os

¹¹⁵ “Nós somos auto-suficientes. É o que eu digo. A gente não precisa dos outros porque a gente vive bem, vivemos sossegados e temos aqui, mais ou menos, o que precisamos” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos).

¹¹⁶ A CMA afirma prestar auxílio, de momento, “no impedimento que as areias entrem para dentro da Cova do Vapor” e “na manutenção das vias que permitem que o acesso se mantenha viável” (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA).

habitantes “carregarem a casa às costas”, mas também contra as ameaças das entidades de poder local. Segundo Mateus (2010), apesar da percepção e sentimento pelo bairro diferir de acordo com o grupo populacional¹¹⁷ - habitante permanente e habitante de veraneio (*id.*: 8) – “essa divisão tende a desaparecer quando o local é confrontado com questões exteriores, por exemplo, situações envolvendo outros bairros” (*id.*: 9). Nestas alturas, “as fronteiras facilmente desaparecem emergindo uma identidade colectiva, em que a pertença territorial é o factor mais evidente” (*id.*: *ibid.*).

Esta pertença territorial sustenta, assim, uma memória coletiva que se encontra espelhada na toponímia das ruas e na numeração das casas. Por ter nascido do “empenho de todos os habitantes”, algumas ruas “foram baptizadas com nomes de personalidades influentes e importantes para a comunidade” (*id.*: 21), como a rua Fernando Gouveia ou Beatriz Ferreira (Queirós, 2011: 52); outras apresentam nomes que remetem para uma certa ironia, como a 5ª Avenida e a Avenida dos Milionários (Mateus, 2010: 21); e outras ainda relacionam-se com a história do país, como a rua 5 de Outubro, ou com a atividade piscatória do bairro, como a rua da baía, rua dos pescadores e a rua dos resistentes do mar (Queirós, 2011: 52). No que diz respeito à numeração das casas esta encontra-se conforme com o crescimento do bairro: da mais antiga à mais recente¹¹⁸.

Contudo, considera-se que esta memória, bastante lúcida nas gerações mais antigas ligadas à formação do bairro, pode não se perpetuar pelas gerações mais jovens devido às já mencionadas relações conflituosas entre as duas gerações. Como referido no enquadramento teórico, a memória coletiva tanto pode impulsionar como travar as ESC, questão que só poderá ser avaliada, posteriormente à análise das intervenções desenvolvidas no bairro.

De acordo com a conjuntura apresentada verificou-se que, apesar de revelar na sua génese a “capacidade natural para comunicar e inventar criativamente o que for necessário para enfrentar as dificuldades” (*id.*: 60); a Cova do Vapor não reunia, no contexto imediato às iniciativas de intervenção

¹¹⁷Segundo Mateus (2010), nos habitantes não fixos “denota-se um certo encantamento acerca do local, motivado em parte pelo ambiente exterior em época de verão, mas também, por conotarem o local como zona de lazer, alterando o olhar e a atitude comparadamente a quem lá permanece o ano inteiro” (*id.*: 31).

¹¹⁸ De acordo com Mateus (2010), “cada habitação é numerada consoante a data de construção, mas com a movimentação das casas a desordem instalou-se. Ao lado da casa número 20, poderá não estar a 21, e assim sucessivamente! No entanto, é possível identificar núcleos de habitações mais recentes ou mais antigos. O núcleo mais antigo de casas encontra-se junto à baía dos barcos, precisamente, onde residem os pescadores, seus primeiros habitantes. As mais recentes, estão na fronteira com a Mata São João Caparica” (*id.*: 21).

local, todas as condições que a pudessem definir teoricamente como um meio socialmente criativo, capaz de facilitar a adoção de ESC e de permitir a mudança sem perder a identidade, devido à homogeneidade sociocultural registada, ao enfraquecimento dos níveis de participação cívica no interior da comunidade e do fraco capital relacional estabelecido com o exterior. Contudo, considerando que os meios criativos podem ser não só condição para, como produto das ESC, as iniciativas podem reunir condições para romper com algumas dinâmicas locais existentes.

2. Agentes promotores das intervenções (Quem promove as iniciativas?)

2.1. Qualificação dos agentes

Apesar das iniciativas TISA e Casa do Vapor terem contado com a participação de vários agentes (situação que merecerá desenvolvimento no ponto relativo ao processo de intervenção), pretende-se aqui realçar apenas a trajetória académica e profissional dos agentes percussores destes projetos.

Em 2011 nasce na Cova do Vapor o projeto TISA por iniciativa dos jovens arquitetos Filipe Balestra e Sara Göransson, fundadores do atelier Urban Nouveau* em 2008. O percurso académico de Filipe Balestra, nascido em 1981 no Brasil e crescido em Lisboa, inicia-se no ano de 2000 na Universidade de Edimburgo onde ganha uma bolsa para estudar Arquitetura (Dias e Milheiro, 2009: 83). Após três anos de curso, a obrigação de fazer estágio levou-o até à Holanda tendo aí colaborado, entre 2003 e 2005, com os ateliers NL Architects, Neutelings-Riedijk e OMA (*id.: ibid.*). Desiludido com a prática da arquitetura no OMA que, no seu entender, “se centra na exploração formal do exercício da profissão” (Macedo, 2011: 3), Balestra retoma os estudos na Suécia, país do qual é natural Sara Göransson, sua colega de curso dos tempos de Edimburgo (Dias e Milheiro, 2009: 83). É então na Universidade de Estocolmo que ambos concluem as suas formações em 2007, tendo Balestra proposto para projeto final de curso uma intervenção na favela da Rocinha no Rio de Janeiro. Assim, da sua iniciativa, do apoio da ONG “Instituto Dois Irmãos” (Macedo, 2011a: 5) e da participação efetiva da população da favela ao longo de todas as fases do processo (do projeto à construção), nasceu o projeto “Sambarquitectura”¹¹⁹ que deixou uma escola na Rocinha.

¹¹⁹ Com este projeto Filipe alcançou projeção internacional. Segundo Queirós (2011), “este projeto está documentado em vídeo e foi mostrado no Festival de Filmes Brasileiros em Estocolmo; [e] (...) foi também exibido no museu de arquitetura em Estocolmo e no Botkyrka Konsthall” (*id.:* 55).

Findado este projeto, Filipe Balestra procurou por patrocínios para continuar a trabalhar nesta área mas, segundo o próprio, não lhe foi possível obtê-los (Dias e Milheiro, 2009: 88). Contudo, uma nova oportunidade acabou por surgir por ocasião da sua participação na Conferência *Informal Cities*, realizada em Estocolmo em 2008 (*id.: ibid.*). Foi nesta conferência que Balestra conheceu o trabalho do ativista social indiano Jockin Arputham que, em conjunto com Sheela Patel, dirige a ONG SPARC (*The Society for the Promotion of Area Centers*), organização “que desde 1984 desenvolve políticas de desenvolvimento para a erradicação da pobreza nos bairros degradados de Bombaim” (Macedo, 2011b: 7). Na altura, Arputham “procurava alertar a sociedade indiana e a comunidade internacional acerca das deploráveis condições de vida com que os habitantes de Daharavi [a maior favela do mundo, localizada no centro de Bombaim] eram confrontados no seu quotidiano” (*id.:* 25). Sensibilizado com esta situação, Balestra apresenta-se a Arputham. A experiência adquirida pelo arquiteto na Escola da Rocinha desperta o interesse do ativista que acaba por convidá-lo “para ir para a Índia com as despesas pagas para fazer um projecto de habitação *incremental*” (Balestra *apud* Dias e Milheiro, 2009: 88). Em conjunto com uma equipa formada por Sara e outros arquitetos, Balestra rumou até Bombaim onde trabalhou “numa estratégia que consiste em melhorar a favela sem a demolir, de um modo progressivo, com a ajuda dos moradores” (*id.:* 89) e que pôde implementar através de uma bolsa lançada pelo governo indiano para melhorar “barracos” (*id.: ibid.*). Os protótipos habitacionais desenvolvidos pretendiam ser “ (...) coisas simples que os próprios moradores pudessem levar a cabo e onde não fosse necessária a presença constante de arquitectos” (Queirós, 2011: 55). Uma vez mais, os arquitetos contaram com a participação da população local¹²⁰ ao longo de todo o processo designado de *Jugaad Urbanism* na exposição realizada no Centro de Arquitetura de Nova Iorque (Queirós, 2011: 55). Após realizar ainda um plano de desenvolvimento estratégico para a cidade de Estocolmo (Macedo, 2011b: 3), Balestra dá então início à sua iniciativa de intervenção na Cova do Vapor que contou igualmente com a participação de Martinho Pita, um dos arquitetos que integrou a equipa de projeto em Bombaim. Dois anos depois da iniciativa TISA surge na Cova do Vapor o projeto Casa do Vapor. Do mesmo modo que a iniciativa TISA, este projeto contou com a participação de diversos agentes, entre eles não arquitetos, contudo pretende-se realçar as qualificações profissionais do agente precursor Alexander

¹²⁰ Neste processo, tiveram um papel fundamental as *Mahila Milan*, em português, “Mulheres Unidas”, “grupo de senhoras líderes comunitárias (...) organizadoras de comunidades informais de mais de 70 cidades na Índia (...) [e] suportadas pela SPARC” (Balestra *apud* Dias e Milheiro, 2009: 90).

Römer, arquiteto e carpinteiro alemão, estabelecido em Paris e Berlim e criador da iniciativa ConstructLab que tem por base ideias e práticas por si desenvolvidas desde 1997 (Mosley e Sara, 2013: 135). ConstructLab é a designação dada por Alexander Römer a uma prática de construção colaborativa aplicada quer a projetos temporários quer a projetos permanentes (*Website ConstructLab*). Esta prática pretende subverter o processo de arquitetura convencional no qual o arquiteto desenha e o construtor constrói (*id.*). Aqui conceção e construção fazem parte do trabalho do designer/arquiteto e o local de construção

(...) is no longer the place of uncertainty where the design contends with reality, but the context in which the project can be enriched by the unexpected opportunities that occur on site. The designers-builders bring the site to life through their permanent presence, generating new dynamics between people and allowing them to integrate other participants. This synergy results in a collective work, and gives the building site a sense of place (id.).

Para além de criar novas dinâmicas espaciais, a prática do ConstructLab pretende ainda realizar projetos simples, *low-tech*, seguindo a inteligência construtiva dos materiais disponíveis (reciclados no caso dos projetos permanentes e reutilizados nos projetos temporários) e técnicas construtivas que podem ser facilmente usadas e apropriadas por cada pessoa (*id.*): *"We want to make it look possible for anyone to do. You don't need to be a specialist"* (Alex Römer *apud Website Spatial Agency - Exyzt*). Define-se assim mais como uma "abordagem para" do que um "método de" construção (*Website ConstructLab*) que se caracteriza por um modo criativo e prático de pensar e fazer, enraizado num contexto social, ambiental e temporal (*id.*).

Em 2005, Römer torna-se membro dos Exyzt (Mosley e Sara, 2013: 135). Os Exyzt são um coletivo fundado em 2003, por 5 arquitetos franceses, em torno da ideia de *"building and living together"*, o que significa que o coletivo não se limita apenas a desenhar projetos mas também a construí-los e programá-los sob consulta de grupos locais (Awan *et al.*, 2011: 145). *"Although Exyzt's projects seem very informal they are heavily curated, by creating links with local inhabitants and specific user groups they design spaces that can be appropriated by them through organising specific workshops and events"* (Awan *et al.*, 2011: 145). Desde o primeiro projeto realizado¹²¹ que o coletivo Exyzt tem evoluído para

¹²¹ O projeto *"RAB Architecture"* que consistia na apropriação de um espaço urbano vazio/desocupado através da criação de uma estrutura feita de andaimes (Römer e Ait-Sidhoum, 2013: 67).

uma rede de inúmeros membros de várias áreas (*designers* gráficos, fotógrafos, carpinteiros, eletricitistas, *web-designers*, cozinheiros, escritores...), uma comunidade de pessoas que atuam segundo o princípio da partilha de conhecimentos e capacidades. Esta rede é mobilizada com o intuito de forjar novas relações com os atores locais (*Website Exyzt*), ou seja, “juntar os diferentes elementos de uma comunidade numa rede social que é convidada a habitar um espaço temporário” (*Website Casa do Vapor*). Neste espaço podem realizar eventos e partilhar o seu trabalho e ideias, formando-se assim uma comunidade de “*action, vie et échange*” (*Website Exyzt*). Deste modo, os Exyzt definem-se hoje como uma “plataforma para a criação multidisciplinar” (*id.*) em diversos locais do mundo, “que pretende desafiar a visão de arquitetura como um campo independente da prática” (*Website Casa do Vapor*), embarcando “em projetos de arquitetura experimental¹²² construídos de forma colaborativa” (*id.*). Segundo Römer e Aït-Sidhoum (2011), o coletivo pretende, em grande parte das suas propostas, tirar partido de eventos para “abrir” os lugares à cidade, criando “pontes” através da arquitetura (*id.*: 67). Esta abertura esteve particularmente presente em projetos como o Dalston Mill de 2009 e o The reUNION de 2012, ambos concebidos com o objetivo de “abrir” um espaço urbano desocupado ao público, sendo esses espaços construídos pelo coletivo e posteriormente ocupados e geridos temporariamente pelo mesmo (*id.*: 69). A natureza temporária dos seus projetos é considerada por Awan *et al.* (2011) a “chave” do sucesso do coletivo, pois dessa forma é garantido que “*no space is completely appropriated by one dominant user group*” (*id.*: 146). Neste sentido, as preocupações essenciais das intervenções temporárias dos Exyzt são, não só, a forma arquitetónica, como também a ação política (Römer e Aït-Sidhoum, 2013: 69).

Considerando as trajetórias profissionais de Filipe Balestra e Alexander Römer, consideram-se ambos os agentes, à semelhança do sucedido na maioria das ESC, amplamente qualificados no âmbito das intervenções locais, embora em contextos distintos: o primeiro em espaços informais e o segundo em espaços expectantes. Assim, à partida, os conhecimentos adquiridos pela experiência de contato de Filipe Balestra com comunidades informais permitiriam deduzir uma maior qualificação dos Urban

¹²² Segundo Römer e Aït-Sidhoum (2011), os projetos dos Exyzt são geralmente realizados em espaços desocupados/marginalizados “(...) *because in these gaps in the urban continuum the project is free from the usual regulatory constraints*” (*id.*: 67), o que permite “*imagine and test collectively new social behaviours*” (*Website Exyzt*). São também projetos temporários e económicos, ou seja, com orçamentos e tempos de construção limitados, o que favorece a experimentação (*id.*: *ibid.*), baseados em estruturas de fácil construção, móveis e de estética DIY (*Do-It-Yourself*) (Awan *et al.*, 2011: 145).

Nouveau* em relação aos Exyzt para conduzir uma iniciativa na Cova do Vapor. Contudo, há que realçar o facto de os Exyzt se constituírem como um coletivo que trabalha sempre com vários agentes de múltiplas áreas profissionais, podendo estes colmatar a aparente desvantagem de Alexander Römer nestes contextos. Para além dos Exyzt, os restantes agentes operadores da Casa do Vapor possuem todos licenciatura ou mestrado na área da arquitetura, arte ou história da arte, bem como, a maioria, alguma experiência de trabalho comunitário, ainda que não territorializado.

2.2. Inspiração dos agentes

Filipe Balestra e Sara Göransson encontram nos bairros/aldeias informais, construídos sem a intervenção dos arquitetos, a sua inspiração de trabalho. Contudo, “mesmo sendo apologistas da intervenção espontânea nas construções, Filipe e Sara não defendem o caos, a desorganização, a ausência de limites. Defendem é uma maior flexibilidade para aquilo a que designam arquitectura sem arquitectos” (Amaro, 2011: 45). É a criatividade destes lugares informais que impulsiona a criatividade de Filipe Balestra. “Se a *criatividade é filha da necessidade*, há muito que aprender nestes lugares. Os pobres têm sido os meus professores” (Balestra *apud* Dias e Milheiro, 2009: 88). Com eles aprendeu sobre *design participativo* (*id.*: 92), conceito que tem tentado imprimir aos seus trabalhos. Defende assim o contacto permanente do arquiteto com o terreno, ou seja, o envolvimento do arquiteto com a realidade onde intervém (Macedo, 2011b: 25), estabelecendo “uma relação de proximidade afectiva com as comunidades” (*id.*: *ibid.*), o que o levou a estabelecer uma comparação metafórica com a arte dos Impressionistas¹²³.

Filipe Balestra pretende desenvolver “uma arquitectura que sirva de instrumento para a evolução da cidade e do ser humano (...) um instrumento para nos ajudar a viver vidas melhores” (*id.*: *ibid.*), por isso descreve o atelier Urban Nouveau* como “uma plataforma interdisciplinar que suporta uma rede aberta de seres humanos que resolvem problemas do dia-a-dia” (Balestra *apud* Queirós, 2011: 55). Segundo Macedo (2011b), “Filipe Balestra integra-se numa tendência de recuperação dos valores éticos e sociais da arquitectura, que procura soluções menos espectaculares, mas mais eficientes, no

¹²³ “Fascino-me com Impressionismo. O que mais me marca no Impressionismo é o facto de os pintores terem saído do estúdio para irem pintar fora, encarando a realidade como ela é. Tiveram de lidar com o sol, que muda demasiadamente rápido, tiveram de pintar rápido, ou seja, tiveram de improvisar; por isso é que os quadros são incríveis. De alguma forma, gostaria de nos comparar aos Impressionistas, porque trabalhamos no terreno quase todos os dias” (Balestra *apud* Dias e Milheiro, 2009: 92).

sentido de melhorarem realmente as condições de vida das populações que devem servir” (*id.*: 3), ou seja, “soluções pragmáticas e imaginativas, que resolvam eficazmente os problemas com que se depara” (*id.*: 25). Neste sentido, vai ao encontro de uma arquitetura ligada às necessidades primárias das comunidades e, assim, defende o discurso característico de alguns arquitetos dos anos 70¹²⁴.

Embora defenda a participação da população local nos seus projetos, não considera que deva apenas satisfazer as suas vontades imediatas. “Não se trata de fazer somente o que as pessoas querem. É preciso duas coisas: ouvir (absorver/interpretar) e falar (propor alternativas/solucionar). É uma troca, uma aprendizagem mútua” (Balestra *apud* Dias e Milheiro, 2009: 92). Balestra acredita assim que a mudança de uma determinada situação só é possível por via da proposição de alternativas à realidade existente, o que o faz citar Buckminster Fuller na sua apresentação intitulada “*Strategies for collective evolution*” no âmbito das TED Talks: “*You never change things by fighting the existing reality. To change something, build a new model that makes the existing model obsolete*” (Buckminster Fuller *apud* Balestra *in* Vídeo TEDx Edges, 2011).

Segundo Awan *et al.* (2011), o método de trabalho e a produção arquitetónica dos Exyzt aproximam-se do teatro e da *performance* (*id.*: 146) e apresentam semelhanças com a “arquitetura utópica” dos anos 60 e 70, mais concretamente com os experimentos do grupo Haus-Rucker-Co e de Yona Friedman; e a arquitetura contemporânea de Patrick Bouchain e dos Raumlabor (*Website Spatial Agency - Exyzt*). O manifesto do coletivo apresenta três frases de ordem: “*Be Utopian!*”, “*Experiment!*” e “*React and Act!*” (*Website Exyzt*) e a seguinte declaração de intenções:

We want to build new worlds where fiction is reality and games are new rules for democracy. If space is made by dynamics of exchange, then everybody can be the architects of our world and encourage creativity, reflexion and to renew social behaviours (...). We do refuse to enter the current architectural practice which serve the building industry. We do deal with the reality of construction. We design, build and live our constructions and host the freedom for visitors to appropriate our projects. We produce an open source architecture that offer an access to basic public amenities and a place for exchange: A physical framework

¹²⁴ “*If design is merely an inducement to consume, then we must reject design; if architecture is merely the codifying of the bourgeois models of ownership and society, then we must reject architecture; if architecture and town planning is merely the formalization of present unjust social divisions, then we must reject town planning and its cities... until all design activities are aimed towards meeting primary needs. Until then, design must disappear. We can live without architecture*” (Adolfo Natalini (Superstudio), 1971 *apud* Facebook Urban Nouveau*).

for a direct and immediate emulation between people and space. We wish to incite anyone to re appropriate and get involved with his own social and physical environment (id.).

A terceira e última frase de ordem, “*React and Act!*”, baseia-se na ideia de que “*a community of users actively creating and inhabiting their urban environment is key to generating a vibrant city*” (id.). O coletivo pretende defender esta tomada de posição política através da intervenção em situações pré-existentes criando condições de envolvimento comunitário e cultural. Ao mesmo tempo, tencionam implantar estruturas públicas temporárias que possam servir de experiência a novos modelos de habitar e realçar os usos e os espaços públicos coletivos (id.).

Em suma, é possível verificar, no discurso dos coletivos Urban Nouveau* e Exyzt, ligações com alguns discursos da “arquitetura utópica”, ou seja, com os movimentos arquitetónicos dos anos 60 e 70. Ao mesmo tempo, revelam influências de iniciativas contemporâneas, o que os coloca em concordância com a inspiração dos agentes das ESC.

3. Natureza das intervenções (O que se produz nas iniciativas?)

3.1. Âmbito dos projetos

Em 2011, o *atelier* Urban Nouveau* ruma até à Cova do Vapor para fundar a TISA, uma escola informal de arquitetura responsável por ter documentado “a arquitetura informal e orgânica da localidade” (Queirós, 2011: 44). A atividade da escola passou pelo “levantamento sistemático de todas as habitações do bairro” (Macedo, 2011b: 21) através de medições e fotografias (Entrevistado 1, TISA) e dos elementos clássicos de desenho (plantas, cortes e

alçados); culminando na construção de uma maqueta individual de cada casa (Macedo, 2011b: 21). Depois de agrupadas, as maquetas individuais formaram a maqueta de conjunto de todo o bairro (id.: *ibid.*) – uma “aldeia em cartão” (Figura 3.7.), réplica da Cova do Vapor (Queirós, 2011: 44). Em 2013, foi a vez do coletivo Exyzt, juntamente com o grupo AMD – *Another Merry Day*¹²⁵ (que no decorrer do

Figura 3.7. Maqueta de conjunto da Cova do Vapor elaborada pela TISA



Fonte: Facebook TISA

¹²⁵ Os AMD definiam-se como um grupo composto por Amália Buisson, Mafalda Corrêa Nunes, Diana Pereira, Sofia Costa Pinto e outros, interessados em explorar novas formas de interação social através de colaborações artísticas (Exyzt, 2013). A colaboração de Amália, Mafalda, Sofia e Diana é fortalecida pelas diferentes experiências profissionais de ambas que vão do *design*, à educação, à curadoria e à produção (id.).

processo se institucionalizou e passou a constituir-se como AED – Associação Ensaios e Diálogos), criar a Casa do Vapor, uma “casa comunitária temporária” (*Website ConstructLab*), “um novo espaço público” (Figura 3.8.) onde tinham lugar diversas atividades, entre as quais *workshops*, fóruns e *performances* (Exyzt, 2013). Inicialmente, o programa da Casa pretendia interligar uma residência cultural a atividades comerciais e desportivas que iriam contribuir para a sua sustentabilidade (*id.*) e previa a

Figura 3.8. Vista geral da Casa do Vapor



Fonte: *Website Casa do Vapor*

construção de dois edifícios temporários (Ramos, 2013) – a Casa do Vapor, propriamente dita, que acolhia uma casa comunitária, uma escola de *surf* e uma residência artística; e um espaço de *workshop* (*id.*) – em 3 fases (Exyzt, 2013): a primeira fase correspondia à preparação da residência dos Exyzt, isto é, à preparação e instalação de sanitários públicos e duches na Casa da Curva pertencente à AMCV e à renovação de um antigo hotel/*guesthouse* com instalação de um bar/cozinha¹²⁶; a segunda fase à construção da casa comunitária e das instalações da escola de *surf* que seria dinamizada por um surfista local – Ivo Santos, campeão nacional de surf –; e a terceira fase de realização do espaço destinado ao *workshop ConstructLab* (*id.*). Os sanitários/duches, o bar/cozinha¹²⁷ e a escola de *surf* não chegaram a concretizar-se, contudo, à residência artística, que também acabou por estabelecer-se na Casa do Bugio, e à casa que acolheu uma cozinha comunitária somaram-se uma rampa de *skate*, uma cicloficina, uma biblioteca pública com atividades de “formação para o trabalho em bibliotecas” e de “sensibilização para a leitura” (*Website Casa do Vapor*) como horas do conto e tardes de poesia (Anon, 2013a: 28), e um espaço multiusos onde decorreram sessões de cinema e oficinas várias.

Considera-se assim que tanto a TISA como a Casa do Vapor se apresentam simultaneamente como eventuais produtos e processos de inovação sócio-territorial, pelas dinâmicas geradas em torno da produção material da maqueta e da casa, respetivamente.

¹²⁶ Acompanhando as primeiras instalações construídas, estava prevista a realização de encontros públicos na comunidade (Exyzt, 2013).

¹²⁷ Segundo um dos agentes de intervenção (Entrevistado 3, CV), o bar/cozinha estava previsto como forma de gerar receitas para o projeto, contudo, a AMCV não permitiu a sua realização porque entrava em competição direta com o comércio local. O bar/cozinha deu lugar a uma cozinha comunitária onde cada um podia levar comida, cozinhar ou pagar 3€ pela refeição (*id.*).

4. Estímulos para as intervenções (Porque se produzem as iniciativas?)

4.1. Estrutura de oportunidades, recursos e limitações das iniciativas

Várias oportunidades, recursos e limitações estão na génese das iniciativas de intervenção na Cova do Vapor. No que respeita à TISA, as qualificações de Filipe Balestra, isto é, a sua experiência de intervenção em contextos informais, que o faz ter “uma enorme vontade em transmitir as lições que tem aprendido” (Macedo, 2011b: 19) nestes lugares onde “(...) encontra qualidades poéticas, soluções imaginativas e acima de tudo uma incrível e imaginativa poupança de recursos” (*id.: ibid.*); revelou-se um recurso determinante no despoletar da iniciativa. Ao mesmo tempo, limitações no ensino da arquitetura, no sentido em que este relega para segundo plano a arquitetura informal, não construída por arquitetos (*id.: ibid.*), foram igualmente decisivos na criação do projeto. Ainda em Estocolmo, Filipe e Sara começaram a receber numerosas cartas de alunos de arquitetura e urbanismo que se identificavam com o processo de trabalho de ambos e que estavam interessados em “resolver problemas concretos, no terreno, e não apenas equações abstractas, como sucede nas universidades ou nos ateliers, de forma a canalizar a energia para onde ela é mais necessária” (Pereira, 2011: 18). Foi então na Suécia que nasceu a ideia de criar uma escola informal de arquitetura (*id.: ibid.*).

Aliadas a esta ideia, duas oportunidades foram detetadas pelos Urban Nouveau* em Portugal nos finais de 2010 (Macedo, 2011b: 17). A primeira concerne com a conjuntura de crise económica e os seus efeitos sobre o mercado de trabalho do arquiteto, mais concretamente com o facto de existirem “numerosos jovens recém-licenciados que não conseguem atingir a profissionalização” (*id.: ibid.*) por não encontrarem locais onde estagiar (Pereira, 2011: 18). Após garantirem a possibilidade de integrar estes jovens na escola informal que pretendiam realizar, os Urban Nouveau* procederam à escolha do local de intervenção. “A certa altura houve a possibilidade de termos 50 alunos a estagiar connosco e foi aí que nós escolhemos a Cova do Vapor” (Entrevistado 1, TISA). A segunda oportunidade de intervenção foi encontrada então pelo coletivo de arquitetos no próprio contexto da Cova do Vapor. Em primeiro lugar, nos princípios e valores da sua comunidade. “A ligação de Filipe Balestra a esta aldeia piscatória vem da avó, que ia para a Cova do Vapor há coisa de setenta anos, e ficava numa casa de madeira” perto do Bugio (Pereira, 2011: 16). Mais tarde, era Balestra que se deslocava até ao local para surfar (*id.: ibid.*). Na Cova do Vapor, o arquiteto deparou-se com uma “arquitetura orgânica, biológica, viva, criada pelas gentes em função das suas necessidades” (Queirós, 2011: 55). Nestas

características da Cova, Balestra encontrou “uma forte expressão” (*id.*: 44) do que procura transmitir nos seus projetos: “a expressão da personalidade que não existe nos bairros modernos”¹²⁸ (*id.*: 55). “A Cova, em termos de característica, é (...) das últimas comunidades ainda informais. (...) Um dos nossos trabalhos é um bocadinho identificar estas comunidades, levantar e valorizar (...). Por isso a Cova do Vapor enquadrava-se” (Entrevistado 1, TISA). Em segundo lugar, a oportunidade foi encontrada na situação de “limbo jurídico” em que se encontrava a comunidade (Macedo, 2011b: 17), hipotecando assim o seu futuro (*id.*: 23): “A questão da legalização veio quando nós fomos lá” (Entrevistado 1, TISA). Respetivamente à iniciativa Casa do Vapor, um recurso fundamental esteve na sua origem – a madeira resultante do projeto/*workshop* “Construir Juntos” (cf. Nogueira, 2013), um projeto cenográfico proposto ao coletivo Exyzt em Fevereiro de 2012 por Gabriela Vaz Pinheiro e Lúcia Afonso, coordenadoras do Laboratório de Curadoria integrado na programação artística e arquitetónica da Capital Europeia da Cultura - Guimarães 2012 (Exyzt, 2013). No primeiro dos três momentos do Laboratório, desenvolvido “(...) a partir de uma reflexão sobre a criação interdisciplinar” e privilegiando “projetos fundados na ideia de comunidade criativa” (Vaz-Pinheiro, 2012: 71); foi então integrada a prática de construção coletiva característica da iniciativa *ConstructLab* de Alexander Römer. Na construção da estrutura cenográfica¹²⁹, realizada na antiga fábrica ASA localizada na periferia de Guimarães, participou um grande número de estudantes de escolas de arte e arquitetura locais (Exyzt, 2013). Findado o projeto, surgiu a oportunidade de reutilizar a madeira do *workshop* (recurso material) e reaproveitar a dinâmica humana gerada nesse período e os conhecimentos então adquiridos (recursos humanos) (*id.*).

Aliado à vontade do coletivo Exyzt voltar a Portugal (*Website* Casa do Vapor), encontrar um local para “dar seguimento ao legado da CEC” (*id.*) e aproveitar também o facto de se realizar em 2013 a Trienal de Arquitetura de Lisboa (Entrevistado 2, CV); o interesse de Amália Buisson, cenógrafa portuguesa, em trabalhar com o coletivo e o seu capital relacional foram determinantes para que a iniciativa de intervenção se desenvolvesse na Cova do Vapor (cf. Vídeo RTP2, 2013; Documentário Público, 2013). Conhecendo o local por intermédio de seu pai, um artista francês que para lá “se tinha mudado há

¹²⁸ “Há um senhor aqui que tinha a casa azul e branca, muito bonita, e no outro dia resolveu pintá-la toda de amarelo. Goste-se ou não, é a vontade dele, se calhar vive numa nova fase da sua vida e achou que o amarelo era a cor que mais se adequava ao seu estado de espírito. Achei isso admirável. É essa liberdade que não existe nas cidades formais. Se existisse, tínhamos cidades mais alegres, mais vivas” (Balestra *apud* Amaro, 2011: 45).

¹²⁹ Estrutura composta por pranchas de madeira de pinho nacional compradas a uma serração local (Exyzt, 2013).

pouco mais de dez anos” (Moutinho, 2013), Amália sugere a Cova do Vapor como local para a intervenção dos Exyzt.

Fomos a casa do pai da Amália, descobrimos aquele sítio e... foi um momento fantástico. A história que eles têm, os conhecimentos para construírem as suas casas, toda a ideia de uma comunidade auto-organizada, auto-suficiente. Sentimos esse potencial de fazer algo com eles, no meio da vila, para eles, para nós, com outras pessoas... (Alexander Römer, Web-Documentário Público, 2013).

Assim, as razões desta sugestão e da sua escolha prendem-se sobretudo com os princípios e valores da comunidade, nomeadamente com a sua tradição de autoconstrução, que acaba por ser coincidente com os princípios de trabalho dos Exyzt. Na visão de um dos agentes operadores da intervenção (Entrevistado 3, CV), existe uma “linguagem comum” entre a comunidade e o coletivo de arquitetos que se tornava interessante confrontar, já que ambos são socialmente vistos de maneira oposta: “uns são muito valorizados e estão em tudo o que é festivais europeus da cultura, bienais de Veneza, e os outros são marginalizados por causa disso”. Para além deste interesse, o facto de já ter tido lugar na comunidade uma iniciativa de intervenção exterior, a TISA, pesou igualmente na escolha do local (cf. Web-Documentário Público, 2013).

4.2. Objetivos dos projetos

Perante as oportunidades, recursos e limitações detetadas por Filipe Balestra, o arquiteto decide criar a TISA na Cova do Vapor com o objetivo principal de “fundamentar a arquitetura informal e orgânica da localidade” (Queirós, 2011: 55), isto é, “valorizar o que já existe e levar esta arquitectura biológica para a cidade geneticamente modificada” (*id.: ibid.*). Segundo Mateus (2011b), o arquiteto pretendia “que a escola motivasse uma reacção mediática que permitisse desbloquear o imbróglgio jurídico” que afeta a vida da comunidade (Macedo, 2011b: 19), ou seja, pretendia conseguir a legalização do bairro junto das autoridades competentes (Vídeo RTP, 2011b). Na visão do arquiteto, a “exposição mediática” do projeto conduziria à “vontade política, quer da Câmara Municipal de Almada, quer das Autoridades Marítimas” (Macedo, 2011b: 19) de defesa da comunidade: “Vamos mostrar à presidente da Câmara de Almada que a aldeia vale mais com as suas casas do que sem elas. Isto não é um bairro-de-lata, é um tesouro valioso que vale a pena defender com unhas e dentes” (Balestra *apud* Amaro, 2011: 44). Ao mesmo tempo, a escola possibilitaria aos estagiários encontrar “lições de arquitectura na

informalidade” (Macedo, 2011b: 19) e contactar com “uma experiência real, com pessoas reais e problemas reais” (Entrevistado 1, TISA).

No que respeita à iniciativa Casa do Vapor, o objetivo principal “era construir uma casa que servisse de ponto de encontro entre pessoas de diferentes áreas mas envolvendo a comunidade¹³⁰, valorizando o que ela tem de único” (Moutinho, 2013), através da realização de *workshops* sobre a cultura local e fóruns políticos e diálogos críticos sobre o desenvolvimento do território (*Website ConstructLab*). A Casa do Vapor foi, assim, criada como “um mecanismo de ativação de pessoas” (Eduardo Conceição *in* Web-Documentário Público, 2013), “como espaço de estímulo à partilha, à aprendizagem, à criação e à experimentação artística, que serve de impulso à participação ativa e à valorização cultural da comunidade da Cova do Vapor” (*Website Casa do Vapor*). Neste sentido, o coletivo Exyzt e a AMD tinham como objetivos iniciais específicos: 1) criar um espaço coletivo partilhado, aumentando assim a qualidade de vida local, ou seja, “*a new common space, open for everybody, meeting point for local community, residency place for artists, spot for surfers and ice-cream for visitors - a new cultural space to raise cultural acceptance and consideration within the community of Cova*” (Exyzt, 2013); 2) promover a produção artística nas suas vertentes de pesquisa, experimentação e criação, através de residências artísticas¹³¹; 3) estimular a economia local através da criação de novas oportunidades económicas no bairro relacionadas com o lugar, a frente marítima, as atividades desportivas, a produção e o consumo, etc. (cf. Exyzt, 2013; Vídeo Casa do Vapor, 2013); 4) promover a arte como ferramenta de transformação e inclusão social (*id.*); 5) valorizar as estruturas auto-construídas (Exyzt, 2013); 6) partilhar conhecimentos (*id.*); 7) valorizar o património material e imaterial (cf. Exyzt, 2013; Vídeo Casa do Vapor, 2013); 8) apoiar os “talentos” locais, sejam novos ou velhos (*id.*); 9) aumentar a oferta cultural e proporcionar novos públicos para a Cova do Vapor (Vídeo Casa do Vapor, 2013); e 10) refortalecer a comunidade (*id.*). O vídeo de promoção da Casa do Vapor revela como consequência destas ações “(...) mais uma grande revolução na Cova do Vapor” (Vídeo Casa do Vapor, 2013).

Considera-se assim que, enquanto na iniciativa TISA, as limitações dos arquitetos tiveram mais peso no despoletar da mesma; na iniciativa Casa do Vapor foram os recursos disponíveis que mais

¹³⁰ “(...) ponto de encontro para a comunidade local e visitantes de fora” (*Website Casa do Vapor*).

¹³¹ “*to create a common ground for users of Casa do Vapor, a link for local and international artistic production and generating new networks - crossing different fields of research such as art, architecture, anthropology, science, environmental, land-use among others*” (Exyzt, 2013).

estimularam a ação. Ambas as iniciativas entenderam o contexto local como uma oportunidade de intervenção em termos de princípios e valores comunitários existentes, mas apenas a TISA identificou as limitações legais da comunidade como tal. Este facto contribuiu para que os objetivos definidos pelos projetos divergissem, aproximando-se a TISA mais da resolução de problemas sociais e a Casa do Vapor de uma aspiração de ordem social. Para além destes objetivos sociais, considera-se que, em ambos os projetos, as motivações pessoais tiveram bastante peso no impulso para a sua realização¹³².

5. Processos de intervenção (Como se produzem as iniciativas?)

5.1. Recursos mobilizados para as intervenções

Ao longo do processo de intervenção na Cova do Vapor, dois tipos de recursos foram mobilizados no âmbito da iniciativa TISA: recursos humanos e organizacionais. Embora tenham existido igualmente esforços na mobilização de recursos financeiros, as promessas de patrocínio não chegaram a concretizar-se, tendo todos os elementos da escola trabalhado “*pro bono*” (Pereira, 2011: 18) e, inclusive, gasto do seu dinheiro pessoal (Entrevistado 1, TISA). No que diz respeito aos recursos organizacionais, estes corresponderam a parcerias estabelecidas pelos Urban Nouveau* com as escolas profissionais EPAD e Gustave Eiffel e com a AMCV. Relativamente à primeira parceria, esta tinha por objetivo integrar na TISA os recém-formados das duas escolas, “como engenheiros técnicos, técnicos de arquitectura, jornalistas, fotógrafos etc.” (Figura 3.7.), e garantir “a conclusão dos seus estágios profissionais” (Macedo, 2011b: 19). Através desta parceria a TISA conseguiu mobilizar cerca de 50 estudantes (cf. Macedo, 2011b; Queirós, 2011) que “foram para a Cova do Vapor aplicar o que sabiam dos bancos de escola e aprender aquela arquitetura e o design orgânico” que a caracterizam (Queirós, 2011: 55). Quanto à parceria com a AMCV, esta resultou no apoio da mesma na realização do “levantamento físico e social” da comunidade (Macedo, 2011b: 19) e na cedência temporária de um espaço de trabalho para a escola: “a ‘casa da curva’, o número 99 da rua Fernando Correia” (Queirós, 2011: 44-45). Este levantamento social apontado por Macedo (2011b) foi abordado por um dos agentes de intervenção nas entrevistas realizadas, não como uma caracterização social da comunidade mas

¹³² O discurso de um dos agentes entrevistados pode ser exemplificativo deste facto: “Quando comecei a pensar neste projeto nunca pensei que eu era uma forma de solucionar os problemas internos das pessoas. (...) Eu acho que um movimento destes, tão grande, com tantas pessoas envolvidas só pode acontecer quando existe um interesse próprio. Eu estou a fazer este projeto porque eu preciso. Eu preciso de aprender ou eu quero envolver-me ou eu quero experimentar... Isto interessa-me para o meu futuro” (Entrevistado 2, CV).

como um “levantamento das histórias de cada casa” (Entrevistado 1, TISA). Para documentar cada casa, os alunos tinham de bater à porta, conversar com as pessoas, medir e fotografar, ficando assim também a “conhecer a realidade e o contexto da aldeia” (*id.*).

Considerando os recursos humanos/sociais, para além dos alunos, foram mobilizados pelos Urban Nouveau* “companheiros de escola de Filipe” (Queirós, 2011: 55) que apoiaram na orientação dos recém-formados no terreno (*id.: ibid.*). Igualmente mobilizados foram todos os habitantes da Cova do Vapor (Figura 3.9.). Segundo Filipe Balestra, a TISA foi muito bem recebida pelos moradores que os convidaram a visitar as casas e mostraram vontade de conversar e partilhar as suas histórias (Pereira, 2011: 18). Através das entrevistas realizadas aos moradores confirmou-se a receptividade e a simpatia, em geral, pelo projeto.

Figura 3.9. Moradoras observando maquetas da TISA



Fonte: Facebook TISA

Os moradores colaboram intensamente no projeto, abrindo as suas casas, dando opiniões e informações preciosas sobre as habitações enquanto os jovens em formação, sob a coordenação dos arquitetos, realizam as observações e medições no terreno e tiram fotos. Se necessário, os moradores corrigem os detalhes dos desenhos, disponibilizando comida, mesas e os seus quintais para o trabalho – e até abrigo para dominarem (Queirós, 2011: 56).

No que respeita à Casa do Vapor, enquanto recursos organizacionais apresentam-se as parcerias estabelecidas por Alexander Römer em representação do coletivo Exyzt com o grupo AMD que, com a entrada de Dolores Papa enquanto produtora cultural do projeto e a necessidade de recorrer ao financiamento da CMA se formaliza na Associação Ensaios e Diálogos – AED; a AMCV e a CMA que funcionou, simultaneamente, como parceira e patrocinadora do projeto. Enquanto o grupo AMD foi responsável pela gestão, produção, divulgação e viabilidade de todo o projeto (Exyzt, 2013), a AMCV funcionou como mediadora dos moradores, facilitando a sua colaboração e a divulgação do projeto, e disponibilizou uma parcela de terreno para a construção (*id.*). Já a CMA, enquanto parceira da CV, ofereceu a sua ajuda em termos de limpeza, disponibilização de materiais e logística, nomeadamente, transporte e guarda de materiais (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA). Segundo o representante da CMA entrevistado, após contactado pelos responsáveis do projeto, o município

demonstrou interesse imediato em “trabalhar e poder participar” no mesmo, desde que a APA¹³³ o autorizasse (*id.*). A CMA considerou que o projeto era “interessantíssimo”, não só por ser “uma oportunidade para intervir numa área” em que o próprio município não tinha condições para fazê-lo, como “uma oportunidade para construir” temporariamente, condição igualmente impossível de se propor a realizar (*id.*). Ao mesmo tempo, todo processo de construção com a comunidade interessava igualmente bastante o município.

Paralelamente a estas parcerias, foram mobilizados pela equipa coordenadora da CV, apoios de diversas entidades privadas com vista, fundamentalmente, à divulgação do projeto, à realização de atividades e à angariação de recursos materiais¹³⁴. Além destes apoios/parcerias, a CV contou ainda, especificamente no projeto “Cicloficina do Vapor”, com o apoio da Cicloficina dos Anjos na formação “dos novos mecânicos da Cova do Vapor” (*Website Casa do Vapor*) e com doações particulares de bicicletas usadas (*id.*).

Como recursos humanos do projeto contam-se um grupo de “voluntários de dentro e de fora da comunidade da Cova do Vapor” (*Website Casa do Vapor*). Estes últimos constituíram uma equipa multidisciplinar e internacional que, de forma colaborativa, ajudou a construir e ativar a CV. Estando esta aberta “a todos como centro catalisador de ideias e incubadora de projetos individuais ou coletivos” (*Website Casa do Vapor*), isto é, “receptiva a acolher diferentes ideias e iniciativas” (*id.*), associaram-se ao projeto as seguintes pessoas/coletivos: Jessica Bergstein-Collay e Mattia Paco Rizzi, responsáveis pelo projeto “Cozinha do Vapor”; Dolores Papa, que embora se tenha associado ao grupo AMD para fazer a produção cultural da Casa e tenha sido a responsável pela formalização da AED, acabou por desenvolver o seu próprio projeto na estrutura, a “Biblioteca do Vapor”; os Urban Sketchers, operadores dos *workshops* de desenho; Joana Silva, criadora do projeto “Memórias Coletivas”, um arquivo fotográfico *online* da história da Cova do Vapor; Les Commissaires Anonymes, criadores de 8 bandeiras inspiradas nas histórias e nas pessoas da Cova do Vapor (*Facebook Casa do Vapor*), entre outros¹³⁵. Destaca-se ainda a colaboração de outros membros do coletivo Exyzt – Gonzague Lacombe

¹³³ A entidade com competência para licenciar projetos na zona. Segundo um dos agentes (Entrevistado 3, CV), a contrapartida colocada pela APA para licenciar o projeto foi a realização de atividades de sensibilização ambiental.

¹³⁴ Segundo um dos agentes (Entrevistado 3, CV), as empresas que ajudaram o projeto fizeram-no essencialmente em géneros ou em questões de logística (Anexo H).

¹³⁵ Gabriel Mattei, responsável pela construção do “Órgão da Casa” (*Website Casa do Vapor*); Sylvie da Costa, responsável pelo projeto “Flora do Vapor”, pinturas em *stencil* sobre as rochas representando a vegetação

responsável pelo *workshop* de pintura mural e Sam Boche responsável pela construção do Half-Pipe (*Website Casa do Vapor*) – e a participação dos Warehouse na construção, entre outros arquitetos portugueses como Eduardo Conceição e Miguel Magalhães.

No que respeita aos voluntários de dentro da comunidade, estes foram vários, destacando-se sobretudo os jovens do bairro que ajudaram na construção da Casa. Contudo, crianças, adultos e idosos participaram igualmente nas atividades artísticas e culturais integradas no projeto “Terra Descoberta”¹³⁶ e nas atividades lúdicas e desportivas¹³⁷, todas elas orientadas pela AED, nomeadamente, pela mediadora cultural Diana Pereira, com o apoio das artistas Sofia Costa Pinto e Amália Buisson (*Website Casa do Vapor*). Para as atividades foram convidados “artistas, pescadores, biólogos, arquitetos e outros voluntários” não só exteriores ao bairro¹³⁸, como também do meio, para partilharem o que melhor sabiam fazer (*id.*). É o caso do Sr. Jaime Caldeira que realizou a atividade de pintura de pedrinhas (Figura 3.10.). Destaca-se ainda, no âmbito das atividades coordenadas pelos habitantes, a peça de teatro escrita e encenada por Carla Serra e Joana Marques e realizada pelas crianças da Cova e as atividades lúdicas apoiadas por Rute Moutinho (*id.*).

Figura 3.10. Atividade das pedrinhas na Casa do Vapor



Fonte: *Website Casa do Vapor*

No que respeita a recursos financeiros, a Casa do Vapor beneficiou do patrocínio da CEC Guimarães 2012 (*id.*), por via das madeiras cedidas, e da CMA que, em Julho de 2013, apoiou a Casa com 10.000€ (Moutinho, 2013)¹³⁹. De acordo com o representante da CMA (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação

característica da flora endémica das dunas (*id.*); e o *atelier* Imagerie, criador do projeto “In Blue” que documenta em película o ambiente da Casa e da Cova e que resulta numa série de 12 imagens em postais (*id.*).

¹³⁶ Ver Lista de atividades culturais e artísticas da Casa do Vapor (Anexo I),

¹³⁷ Como o Picnic, o Bikepolo e o Primeiro Concurso Mundial de Bolo de Bolacha (*Website Casa do Vapor*).

¹³⁸ Entre os convidados exteriores ao bairro coordenadores de atividades contam-se a desenhadora Rita Caré na atividade “Sessões de Rabiscos e Aquarelas”; os arquitetos Paulo Moreira e Pedro Galego do Coletivo Prosaico na atividade “Mapeamento Coletivo”; os professores da FCT-UNL Lia Vasconcelos, Paulo Raposeiro, Flávia Silva e Teresa Galvão na atividade “Dunas Vivas: A Vida das Dunas”; e o pescador Lídio Galinho no *workshop* de construção e reparação de redes (*id.*).

¹³⁹ Embora finalista do concurso “FAZ- Ideias de Origem Portuguesa”, uma iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian, o projeto não teve direito a qualquer prémio que lhe permitisse angariar mais fundos. Contudo, enquanto finalista tiveram direito a uma formação em empreendedorismo (Entrevistado 5).

da CMA), o apoio foi dado “não para nada que tivesse a ver com a construção”, dados os constrangimentos colocados pelo POOC, mas para o desenvolvimento de cada um dos projetos integrados na Casa. É de salientar, igualmente, o investimento do coletivo Exyzt e o investimento pessoal de cada um dos participantes no projeto. Todos os voluntários pagavam as suas deslocações e o custo da sua estadia no local: 3,00€ por noite e 1,50€ por refeição (Les commissaires anonymes *apud* Creative Commons, 2014). Segundo um dos agentes

operadores, essa foi a forma de gerar uma “auto-suficiência interna” (Entrevistado 3, CV)¹⁴⁰. Ao mesmo tempo, cada pessoa/coletivo responsável por cada projeto/projeto-satélite integrado na CV fazia as suas próprias pesquisas de financiamento e estabelecia as suas próprias parcerias/apoios (Creative Commons, 2014). Um dos projetos associados à CV que obteve financiamento foi a Cozinha comunitária (Figura 3.11). Jessica e Mattia, “através de um projeto de dimensão material e imaterial” (Cozinha do Vapor, 2013: 90), foram um dos vencedores da bolsa Crisis Buster¹⁴¹ promovida pela Trienal de Arquitetura de Lisboa 2013. Após participarem na construção da cozinha e complementarem-na com a construção de um forno a lenha (*id.: ibid.*), os arquitetos “estabeleceram uma parceria com o Mercado da Costa da Caparica onde efetuavam uma recolha semanal de alimentos”, conseguindo assim, simultaneamente, alimentar a equipa da Casa, realizar refeições comunitárias e evitar desperdícios de comida (*id.: ibid.*). Deste modo, a cozinha criou “uma rede local de consciencialização e combate ao desperdício alimentar”, ao mesmo tempo “que se tornou um ponto de encontro e partilha na comunidade” (*id.: ibid.*).

No caso do projeto “Biblioteca do Vapor” (Figura 3.12.), “inspirado pelo trabalho desenvolvido pela Associação Casa Azul (realizadora da FLIP - Festa Literária Internacional de Paraty, no Brasil) na

Figura 3.11. Refeição na cozinha comunitária da Cova do Vapor



Fonte: Website ConstructLab

¹⁴⁰ Esse dinheiro servia para gastos com a alimentação e com a residência no Bugio (eletricidade, gás, etc.). O facto da residência artística funcionar no “Bugio”, casa do pai de Amália Buisson, foi um dos fatores que, no entender dos agentes, tornou viável o projeto com tão pouco financiamento (Entrevistado 2, CV).

¹⁴¹ “(...) as Bolsas foram pensadas para envolver uma diversidade de agentes e empreendedores num movimento de combate à crise através da criação de soluções sociais e cívicas, eficazes a longo prazo”, tendo sido distribuídas por “dez iniciativas inovadoras e sustentáveis que abordam problemas específicos identificados na cidade de Lisboa” (Anon, 2013b: 88).

criação de sua rede de bibliotecas e formação de mediadores de leitura” (*Website* Biblioteca do Vapor), Dolores Papa recorreu a doações das editoras Planeta Tangerina (portuguesa) e Editora 34 (brasileira) e de particulares, nomeadamente, “habitantes da Cova do Vapor e amigos do projeto” (*Website* Casa do Vapor) para conseguir reunir o acervo bibliográfico de mais de 1000 livros (*Website* Biblioteca do Vapor), infanto-juvenis,

escolares¹⁴² e clássicos da literatura portuguesa (*Anon*, 2013b: 28). Paralelamente às doações, Dolores conseguiu que a biblioteca fosse apadrinhada por instituições que possibilitaram também o crescimento do acervo e a formação da equipa, como a Rede de Bibliotecas de Almada (RBA), que mensalmente emprestava algumas obras (*Anon*, 2013b: 28); e a DGLAB - Direção Geral de Livros, Arquivos e Bibliotecas que apoiava a gestão (*Website* Biblioteca do Vapor). Este projeto foi praticamente todo sustentado no financiamento dado pela CMA à AED enquanto coordenadora da CV. Revertia (e ainda reverte) igualmente para a manutenção e funcionamento da biblioteca, parte do lucro (1€) da venda de uma edição de latas de carapaus lançada pela Conserveira de Lisboa para a Casa do Vapor, uma parceria estabelecida por esta pouco antes do início do seu desmantelamento (*Facebook* Casa do Vapor).

Já Sam Boche contou com o apoio do coletivo francês Barricade, para a construção do *half-pipe* e para a realização das primeiras aulas de *skate* às crianças do bairro (*Website* Casa do Vapor); e do *skatepark* italiano Capannone, que doou 3 pranchas de *skate* à Casa.

De acordo com os recursos mobilizados apresentados nos dois projetos, é possível concluir que ambos revelaram interesse na mobilização de voluntários como recurso humano/social para a intervenção, e, no caso da CV, de financiamento público relativo, não só mas também, a um programa governamental específico – a CEC – tal como é comum nas ESC. Recorreram também a um modelo organizacional baseado no trabalho em parceria, quer com a comunidade por via da AMCV, quer com instituições

Figura 3.12. Biblioteca do Vapor



Fonte: Website ConstructLab

¹⁴² A Biblioteca estabeleceu igualmente uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Almada, através do Centro Social da Trafaria, no sentido de promover a Campanha de Reutilização de Livros Escolares que incentiva a doação de livros usados (*Facebook* Biblioteca do Vapor). Estes livros compõem depois o Banco de Livros Escolares onde leitores registados da biblioteca podem mais tarde adquirir livros reutilizados (*id.*).

externas, garantindo assim a diversidade de atores envolvidos a diferentes escalas. Para além deste facto, observou-se a tentativa de incorporação da população nos processos de intervenção, incentivando assim a sua participação. Contudo, o tipo de envolvimento da comunidade nos dois processos revelou-se distinto. Na visão do representante da AMCV (Entrevistado 25, Presidente da AMCV), enquanto no processo da TISA os moradores ajudaram os arquitetos, no processo da Casa do Vapor os moradores foram cativados pelos agentes de intervenção, tanto os jovens como os mais idosos. Esta observação denuncia, tal como comprovado pelos agentes de intervenção da CV e alguns habitantes, um certo distanciamento inicial dos moradores a este projeto.

O motivo desta barreira inicial prende-se, segundo um dos agentes (Entrevistado 5, CV), com a desconfiança gerada pela indefinição inicial do projeto, ou seja, pela apresentação à comunidade de uma ideia que os próprios agentes não estavam certos que se concretizaria, dado o financiamento da CMA ainda não estar aprovado na altura da sua comunicação. Tal facto gerou alguma insegurança, uma descrença ou receio natural que se foi dissipando à medida que foram sendo apresentados resultados (*id.*). As pessoas foram-se aproximando, tendo sido as crianças a dar o primeiro passo. Com elas vieram os idosos e os pais (Entrevistado 6, CV; Entrevistado 15, mulher, 42 anos). Outros agentes de intervenção e também uma habitante da Cova realçaram ainda como causa desta resistência inicial, o facto do projeto da Casa não ter beneficiado, ao contrário do que se poderia esperar, de ter sucedido a TISA, uma vez que se estabeleceram inevitáveis comparações: sejam comparações que discriminavam positivamente a TISA, dados os fortes laços criados com os seus agentes, tendo neste aspeto contribuído para a atenuação destas barreiras a integração de alguns participantes da TISA no projeto da CV (Entrevistado 1, TISA; Entrevistado 2, CV); sejam comparações que igualavam negativamente os dois projetos pelo sentimento de abandono gerado após a saída do terreno dos agentes da TISA, querendo por isso a comunidade resguardar-se desse sentimento no projeto CV¹⁴³.

De qualquer modo, e apesar dos que mais aderiram ao projeto terem sido as crianças, que estavam na casa todos os dias (Entrevistado 5, CV); a CV contou com a participação de vários moradores de todas

¹⁴³ “Não senti tanta abertura quando foi o projeto da casa. (...) Se calhar por aquele sentimento de serem usados. Houve pessoas em que eu ouvi: “Eles vêm. Isto é maravilhoso aqui. Eles utilizam isto aqui para os trabalhos deles, que foi o caso da TISA. E depois esquecem as pessoas”. (...) se calhar começaram a pensar... estes também vão fazer o mesmo que os outros. (...) As pessoas não sabiam mas também não se mostravam interessadas em saber o que é que se estava a passar aqui de início. (...)” (Entrevistado 16, mulher de 44 anos)

as gerações, sendo certos gestos representativos do envolvimento e do sentimento de pertença de algumas pessoas da comunidade em relação ao projeto – seja o pai que coloca um baloiço na estrutura para o seu filho e as outras crianças do bairro puderem usufruir do mesmo; sejam as adolescentes que se apropriam do telhado da casa para apanhar sol (Entrevistado 4, CV). Os habitantes da Cova reforçaram o empenho dos agentes para que com eles colaborassem e os que participaram assumiram ter-se gerado um “ambiente de amizade e confraternização” que temiam perder-se novamente com o término do projeto (Entrevistado 21, homem, 75 anos; Entrevistado 13, mulher, 21 anos).

5.2. Temporalidade das intervenções

Findados os dois meses e meio de levantamento, no decorrer das exibições da maqueta na Cova do Vapor (Figura 3.13.) e da mediatização do projeto, os objetivos iniciais dos Urban Nouveau* foram ampliados. Nesta altura, era desejo de Filipe Balestra que a maqueta, “com vontade política e apoios, por exemplo, da Ordem dos Arquitetos” seguisse “para exposições itinerantes, nacionais e internacionais” (Queirós, 2011: 61). Ao mesmo tempo, era sua intenção publicar um livro com as histórias e imagens da Cova do Vapor, como forma de reforçar “a sua convicção de que esta não é uma aldeia qualquer” (Amaro, 2011: 45); assim como lançar um *site* “para mostrar ao mundo ‘esta maravilha’ esquecida” (*id.*: 41). Segundo Balestra, o bairro “precisa de melhorias estruturais, claro, mas é uma lição de “costumização” ou, se quiser, de arquitectura participativa” (Filipe Balestra *apud* Amaro, 2011: 45). Por isso, era também sua vontade, conseguir arranjar investidores que colaborassem na elaboração de uma estratégia que apoiasse o melhoramento das construções (cf. Amaro, 2011; Macedo, 2011b). Neste sentido, e ainda durante a fase de levantamento do bairro, Filipe e Sara pediram o apoio da Fundação EDP para o desenvolvimento de um projeto de auto-suficiência energética para o bairro, englobando a “instalação de ventoinhas eólicas e painéis solares” (Vídeo RTP, 2011b). Segundo Vergílio Varela, representante da Fundação EDP, a posição da instituição era, na altura, favorável a esta iniciativa: “Nós, obviamente, queremos estar envolvidos, queremos ser parceiros desta iniciativa. (...) É um início de namoro. É um início de conversa, mas certamente que vai ter um resultado positivo para a comunidade” (*id.*). Contudo, este projeto não veio a ter continuidade, não se tendo

Figura 3.13. Exibição da maqueta da TISA



Fonte: Facebook TISA

conseguido apurar as razões de tal facto. Sem o financiamento da EDP, a TISA acabou por abandonar o terreno. “Tivemos de sair de cena mas eu acho que, pelo menos, a semente foi plantada” (Entrevistado 1, TISA). Quanto às desejadas exposições, não foi encontrada informação que comprove a sua ocorrência e o livro prometido por Filipe está ainda a ser compilado. Segundo publicação do próprio na página de *Facebook* da TISA, em fevereiro deste ano, está para breve a publicação do “livro-azulejo” (*Facebook* TISA).

No caso da Casa do Vapor, a duração da iniciativa foi mais prolongada, contudo, igualmente temporária. Ao fim de seis meses de permanência, correspondente ao período licenciado pela APA para a construção, a estrutura da Casa começou a ser desconstruída. No entanto, dados os pedidos de visitantes e alguns moradores para que a estrutura se mantivesse, a equipa da Casa fez um pedido de prolongamento da licença à APA que permitiu que parte da estrutura permanecesse no local por mais seis meses. Segundo Moutinho (2013), no fim-de-semana anterior à desmontagem, muitos visitantes “queriam assinar petições, apelar a quem de direito” para que a casa não desaparecesse. “Queriam salvar a cozinha e a biblioteca, os dois núcleos principais da Casa, mas também instalações feitas à medida dos moradores: a cicloficina (...), a rampa de *skate* (...), e o forno comunitário de onde saíram jantares que davam sempre para mais um” (*id.*). Os moradores tinham pena e não percebiam o porquê de não continuar “a Casa e a animação” que vinha trazendo (Dias, 2013). Contudo, os construtores reforçam que “se o projecto não fosse temporário não teria acontecido” (Alexander Römer *apud* Moutinho, 2013), chegando a questionar o porquê de ter de ser definitivo (Moutinho, 2013).

Ficou assim, por mais seis meses, apenas a cozinha, funcionando como sala de encontros e atividades (*id.*). A estrutura da biblioteca e cicloficina foram abaixo. Contudo, o desaparecimento da estrutura da biblioteca não ditou o fim da mesma, concretizando-se assim as vontades de alguns agentes de que o projeto se diluísse na comunidade: “Nós temos intenções e temos vontades que esta casa, embora tenha de desaparecer a nível físico, se dissolva pela comunidade” (Eduardo Conceição *in* Web-Documentário Público, 2013). Desde a sua proposta de realização de uma biblioteca dentro da estrutura efémera que era a Casa do Vapor, que a produtora cultural Dolores Papa perspectivava, após o término do projeto CV, estabelecê-la na comunidade¹⁴⁴. Essa ideia foi crescendo a cada dia ao ver que as

¹⁴⁴ Esta foi igualmente uma questão alertada pela CMA no início do projeto. A questão da “permanência das consequências”. Segundo o representante da CMA (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA), o município alertou para que algo permanecesse depois do projeto, mesmo que não fosse material.

crianças continuavam “a frequentar o espaço mesmo após o regresso às aulas” e que “todos pediam sua permanência”¹⁴⁵ (*Website Biblioteca do Vapor*). A produtora cultural considera a biblioteca uma forma de dar continuidade ao processo de transformação da Casa do Vapor, entendendo que esta pode ser uma ferramenta para que as crianças e os adultos se tornem “protagonistas da sua realidade, por mais difícil que ela seja, por mais vulnerável que ela seja, por menores condições que eles tenham” (Dolores Papa, Documentário Público, 2013).

Durante os meses em que se manteve ainda parte da Casa e se realizaram mais algumas atividades no âmbito do Clube de Ciência¹⁴⁶ então criado, preparou-se a sala cedida pela AMCV para receber o espólio da biblioteca, com a ajuda de alguns moradores. A biblioteca entrou assim numa nova fase de “transição e estabelecimento como instituição comunitária autónoma” (*Website Biblioteca do Vapor*), passando a ser o primeiro equipamento cultural da Cova do Vapor (*id.*) organizado por um Conselho Gestor Comunitário. Este modelo de gestão triangular reúne “a ação comunitária, com o associativismo e o poder público”, ou seja, o conselho é composto por 5 moradores (um deles jovem com mais de 14 anos)¹⁴⁷, 1 representante da AED e 1 representante da AMCV¹⁴⁸ (Entrevistado 3, CV), continuando a ser apoiado pela RBA que, mesmo no período em que a biblioteca ainda estava instalada na Casa (entre 9 de Setembro, dia da inauguração, e final de Outubro), já tinha integrado o seu acervo na rede pública “possibilitando assim o acesso de todos a partir da internet ou pessoalmente na Cova do Vapor” (*id.*). Querendo ser a biblioteca “um espaço autónomo de gestão comunitária”, o conselho “tem por objetivo ser um grupo de anjos da guarda da biblioteca. Cabe a este grupo de voluntários buscar os caminhos para concretizar seus objetivos, zelar por sua manutenção, uso correto e sua existência para o futuro” (*id.*). Esta condição encontra-se assegurada através de um protocolo assinado por um ano entre

¹⁴⁵ Alguns moradores, contudo, mostraram-se inicialmente desconfiados quanto à utilidade do projeto (*Facebook O diário da Cova do Vapor*). Sobretudo, os pais das crianças pediam para que não se fossem embora, por tudo o que reconheciam terem feito pelos seus filhos.

¹⁴⁶ A atividade do “Jogo dos Objetos e Construção de Cadernos” e a atividade “Mapa Lua” (*Facebook Casa do Vapor*).

¹⁴⁷ “São eles que estão a gerir a biblioteca. (...) que fizeram a catalogação de todos os livros, criaram o site, que atualizam o *facebook*, que estão e receberam formação para mediar livros, foram eles que montaram a estrutura, sem ser a parte da madeira” (Entrevistado 3, CV).

¹⁴⁸ Segundo o representante da CMA (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA), ter “hoje algumas pessoas da Cova do Vapor membros do conselho comunitário da biblioteca” comprova “uma ligação ainda que mínima” do projeto com a comunidade.

a AED, AMCV, o Conselho Gestor da Biblioteca do Vapor (CGBV), a CMA e a DGLAB (Entrevistado 3, CV). No final de 2014, prevê-se que a AED saia do CGBV e que os moradores sejam capazes de gerir sozinhos a biblioteca (Entrevistado 3, CV). Para tal, a este grupo de voluntários pretendem-se juntar mais participantes da comunidade (*Website* Biblioteca do Vapor). Na eventualidade da biblioteca não poder continuar a existir, seja pela deterioração das condições das instalações ou pelos conselheiros deixarem de ter condições para manter o seu funcionamento, ficou acordado que “o acervo documental da biblioteca seria integrado no acervo municipal mas colocado à disposição das pessoas no ponto mais próximo” (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA).

Desde 26 de Abril deste ano (Figura 3.14.), data da reinauguração da biblioteca contendo um espaço de bebéteca e mediateca (*Website* Biblioteca do Vapor), a biblioteca já desenvolveu novas atividades com as crianças¹⁴⁹ e dedicou-se à criação de um Fundo Local com a ajuda da RBA (*Website* Biblioteca do Vapor). Acreditando “na importância do fortalecimento da identidade local, da preservação da memória cultural, da história e da passagem das tradições para as novas gerações”, foi criado um “espólio dedicado a ser a memória coletiva do concelho”, englobando assim “desde livros, filmes, DVDs, CDs a documentos impressos (como fotos, postais)” e escritos de pessoas locais (*id.*). Este espólio dedicado “à história e à cultura da região” que permite “garantir a memória dos costumes e tradições locais” é formado por doações de instituições e particulares e pretende ser alargado por via de “projetos de coleta de memórias orais, escritas, fotográficas, etc.” (*id.*).

Considerando a análise da temporalidade das duas iniciativas, conclui-se que, embora sendo ambas temporárias, no caso da iniciativa TISA houve uma travagem do processo pelas barreiras institucionais colocadas quer às parcerias, quer aos patrocínios; ao passo que na iniciativa Casa do Vapor, o

Figura 3.14. Reinauguração da Biblioteca do Vapor



Fonte: Website Biblioteca do Vapor

¹⁴⁹ Estas atividades vão desde visitas culturais (CCB e Oceanário) a um *peddy-paper* na Mata da Trafaria promovido por uma das habitantes ocasionais da Cova do Vapor, hora do conto na festa de encerramento do ano letivo no Centro Social da Trafaria a convite da Santa Casa da Misericórdia de Almada (*Website* Biblioteca do Vapor), e oficinas de desenho e escrita emotiva integradas no projeto artístico “Opereta do Mar”, uma iniciativa de Loreto Martínez Troncoso que pretende ser uma opereta ambulante, uma peça coletiva composta por relatos orais de histórias locais e paisagens sonoras da Cova (*Website* Casa do Vapor).

processo conheceu um novo ciclo de vida. Embora os Exyzt tenham abandonado o processo, os agentes com quem estabeleceram colaborações deram continuidade ao projeto, redesenhando os seus mecanismos de governança.

6. Impactos das intervenções (Quais os efeitos produzidos pelas iniciativas?)

6.1. Impactos no território de intervenção

6.1.1. Satisfação de necessidade humanas não satisfeitas ou não reconhecidas

– Utilização de diagnóstico de necessidade

Segundo Macedo (2011b), “era vontade de Filipe Balestra encontrar as necessidades de cada um dos agregados familiares” (*id.*: 21) da Cova do Vapor, ou seja realizar não só um levantamento físico como também social do bairro (*id.*: 19). De acordo com o autor, essa vontade levou à realização de fichas de diagnóstico que acompanhavam o levantamento gráfico das habitações (*id.*: 21). Como referido anteriormente, o agente desta intervenção entrevistado, não apontou a realização de um diagnóstico detalhado de necessidades da comunidade ou de cada habitação, mas sim um levantamento das “histórias de cada casa” (Entrevistado 1, TISA).

No caso do projeto CV, as necessidades foram sendo descobertas e integradas ao longo do próprio processo de construção. “*Need and participation will be defined by relising the project*” (Exyzt, 2013). O mesmo é dizer que “a própria realidade com que se depararam na Cova foi moldando o próprio projeto” (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA). Já se encontravam no terreno a levantar as primeiras estruturas quando a equipa de trabalho decidiu proceder a uma análise das necessidades da comunidade (Sacchetti, 2013: 57), nomeadamente à realização de um pequeno inquérito de aferição do tipo de atividades em que a população gostaria de participar, da forma como esta gostaria de contribuir para o projeto e de outras iniciativas que gostaria de ver realizadas na Cova do Vapor (*Facebook Casa do Vapor*). Ou seja, este pequeno diagnóstico foi elaborado no sentido de orientar as atividades promovidas pela casa e não propriamente de responder a necessidades sentidas pelos habitantes (Entrevistado 5, CV)¹⁵⁰. Desta forma, embora se revele, nas duas iniciativas, uma tentativa

¹⁵⁰ Um dos pedidos mais frequentes foi o pedido referente à instalação de equipamentos de ginástica, ao qual o projeto não pôde responder (Entrevistado 2, CV), assim como às atividades culturais mais pedidas, música e dança (Entrevistado 3, CV). Não tão pedido foi o cinema, contudo conseguiu realizar-se e as pessoas aderiram bastante. Uma das atividades mais pedidas, o yoga, acabou por ter pouca adesão (*id.*).

de aproximação às necessidades da comunidade, os princípios seguidos para a sua aferição não favoreciam, à partida, a sua satisfação.

– **Tipo de necessidades satisfeitas**

Segundo Macedo (2011b), a realização do levantamento e diagnóstico anteriormente referidos permitiria, no entender de Filipe Balestra, habilitar a equipa de projetistas e a AMCV com “melhores instrumentos para encontrar soluções mais eficazes” para o melhoramento do bairro; e facultar aos moradores peças desenhadas de suas casas, necessárias em “eventuais processos de legalização” (*id.*: 21). Segundo o autor, devido ao trabalho de diagnóstico, em especial ao “diálogo estabelecido com os moradores na presença da maquete da sua habitação”, as necessidades humanas e sociais de cada agregado “foram mais claramente identificadas”, fazendo com que a associação se “preparasse para começar a intervir nas situações mais prementes” (*id.*: 23). Na realidade, o que se verificou através das entrevistas realizadas é que o desenho gráfico das habitações para apoiar eventuais processos de legalização foi pontual. Apenas em alguns casos, os arquitetos ajudaram os alunos a desenhar algumas casas para que os moradores tentassem proceder à legalização junto da CMA (Entrevistado 1, TISA). Ao mesmo tempo, não se verificou uma operação de melhoramento das habitações posta em ação pela AMCV, mas pelos próprios moradores pontualmente. Contudo, a TISA contribuiu para melhoramentos dos espaços comuns do bairro. Segundo o representante da AMCV (Entrevistado 25, Presidente da AMCV), através da festa de despedida organizada pela TISA, esta conseguiu angariar 500€ que foram doados para a pavimentação das ruas e a drenagem pluvial, “ (...) obra que ficou em 33.000€. E sem ajudas de ninguém. Fomos todos nós que pagámos. Cada um pagou o seu. Uns deram mais, outros deram menos. Para uma associação que vive da cotização tinha mesmo de ser assim. Cada casa dar o que podia dar” (*id.*). De acordo com Macedo (2011b), a obra de pavimentação e execução do sistema de escoamento de águas pluviais foi realizada “com recurso à autoconstrução, sendo assessorada pelos estudantes da TISA” (*id.*: 23). Segundo o autor, entre os alunos encontravam-se muitos engenheiros técnicos que elaboraram os respetivos projetos (*id.*: 21).

No que respeita à iniciativa Casa do Vapor, dois projetos são o resultado de um olhar mais atento às necessidades da comunidade, nomeadamente às necessidades das crianças. É o caso Cicloficina do Vapor (Figura 3.15.) e do *Half-Pipe* (Figura 3.16.). Foi um jovem de 15 anos que sugeriu, no inquérito realizado pela equipa, a construção de uma oficina de bicicletas (*Web-Documentário Público*, 2013).

Embora fosse “um meio de transporte de eleição na Cova do Vapor”, até à data não existia qualquer sítio onde se pudessem arranjar as bicicletas (*Website Casa do Vapor*). Partindo da sugestão do jovem, a equipa da Casa decidiu então criar e gerir o projeto em conjunto com as crianças (*id.*), gerando um espaço de partilha e aprendizagem: partilha de bicicletas e ferramentas e aprendizagem da mecânica e da responsabilidade de gestão e organização de uma oficina (*id.*). Quanto à ideia de criar um *Half-Pipe*, esta surgiu de uma conversa de Sam Boche, grande adepto de *skate*, com as crianças locais. Nessa conversa, Sam apercebeu-se do “grande gosto e talento” das crianças para o *skate* e da falta de sítios disponíveis no bairro para o praticar, “porque as ruas do bairro estavam cobertas de areia e buracos” (*id.*). Deparando-se com tal necessidade, Sam e o coletivo Barricade construíram, com a ajuda de muitos outros, um *Half-Pipe* que “foi imediatamente apropriado pelos *skaters* da Cova do Vapor e arredores” (*id.*).

Embora o projeto não tivesse pretensões de satisfazer necessidades materiais relativas a trabalho/emprego, esta necessidade foi, numa pequeníssima escala e temporariamente, satisfeita. Durante o período de funcionamento da cozinha, em refeições maiores, uma das moradoras sem atividade económica desempenhava a função de cozinheira, sendo paga por esse trabalho de acordo com as horas despendidas (Entrevistado 3, CV). Já a filha de uma das moradoras, habitante ocasional e desempregada na altura, beneficiou durante dois meses de uma bolsa aprendiz de 150€/mês que foi criada para ajudar o funcionamento da biblioteca (Entrevistado 6, CV). O facto de os agentes terem gostado bastante do seu trabalho nesse período levou a que fosse não só integrada no CGBV enquanto voluntária, como contratada para trabalhar num projecto-satélite da BV na Trafaria.

Pouco antes do desmantelamento da Casa, foi pedido verbalmente pelos moradores a criação de um parque infantil que, segundo um dos agentes (Entrevistado 3, CV), acabou por transformar-se em mais do que isso (apesar de se manterem o escorrega e baloiço da CV): transformou-se numa “estrutura em

Figura 3.15. Ciclocicina do Vapor



Fonte: Website Casa do Vapor

Figura 3.16. Half-Pipe da Casa do Vapor



Fonte: Website Casa do Vapor

que há atividades a acontecer. Há um programa cultural” (*id.*). Outro benefício da biblioteca é o facto de apresentar um serviço de internet que é disponibilizado pela AMCV gratuitamente, e que é bastante utilizado pelas crianças. De um modo geral, considera-se que as necessidades destas não eram consideradas pela comunidade e a CV poderá ter despertado a consciência dos moradores para esse facto, tal como realça um dos membros do CGBV: “Talvez o que possa ter acontecido terá sido eventualmente obrigarem, de certa forma, as pessoas de cá a pensarem um bocadinho nelas [crianças] e a criarem atividades para elas extra tudo o que vem de fora. O meu caso é um deles.” (Entrevistado 15, mulher de 42 anos).

Segundo o representante da CMA entrevistado (Entrevistado 26, Ajunto da Vereação da CMA), a CV permitiu a algumas pessoas da comunidade que nunca tinham ido à biblioteca e teatro municipais, que “tomassem contacto com a oferta cultural”¹⁵¹. De acordo com o representante, até ao momento, não tinha havido da parte da AMCV “nenhuma perspetiva de intervenção que fosse a de oferecer aos moradores da Cova do Vapor toda a multiplicidade de ofertas artísticas, culturais, educativas, que existem no concelho ou não” (*id.*), uma vez que esta sempre se focou “na resolução de problemas que resultam ou da falta de infraestruturas ou da segurança das pessoas relativamente ao próprio mar, ou na resolução de problemas pontuais que tem que ver também com esse nível de preocupação” (*id.*). O representante considera que o próprio facto de parte dos membros da AMCV terem estabelecimentos comerciais no local “direciona também, de alguma forma, (...) até naturalmente por parte de cada um deles, a lógica de abordagem aos problemas” (*id.*). Assim, no seu entender, a Casa do Vapor veio possibilitar “que algumas das pessoas da Cova pudessem ter trabalhado em coisas que normalmente não trabalhariam porque fugiam àquilo que era o seu quotidiano” (*id.*). Acrescenta ainda que, “toda a gente tem direito à cultura, toda a gente tem direito à educação, toda a gente tem direito ao usufruto da produção artística mas também toda a gente tem direito à produção artística, qualquer que seja a sua forma” e se não fosse a CV, “provavelmente não aconteceria nada disto na Cova do Vapor” (*id.*). Nesta perspetiva, considera-se que a Casa acabou por satisfazer as necessidades de expressão artística e cultural que não eram reconhecidas pela comunidade, continuando a fazê-lo por intermédio da BV. Alguns moradores não reconhecem a BV como uma necessidade, em comparação com o serviço que

¹⁵¹ De acordo o representante, por razões diversas, existe uma desvitalização da Trafaria em relação a outras áreas do concelho de Almada e a CMA considera que estas intervenções podem ser uma oportunidade de disponibilizar igualmente estes serviços às pessoas da freguesia (Entrevistado 26, Ajunto da Vereação da CMA).

ocupava anteriormente as suas instalações – o posto de socorros (Entrevistado 19, homem, 79 anos) –, no entanto, este já não se encontrava em funcionamento muito antes do projeto CV acontecer.

Em suma, comparando as duas iniciativas, verifica-se que a Casa do Vapor acabou por alcançar maiores resultados ao nível da satisfação das necessidades da comunidade, embora essencialmente não reconhecidas, tendo a TISA se limitado a um pequeno apoio à satisfação de necessidades materiais já reconhecidas pela comunidade e em processo de satisfação.

6.1.2. Empowerment

– Criação/reforço das redes sociais da comunidade

Relativamente à criação/reforço das redes sociais no bairro, podemos afirmar que a iniciativa TISA veio, eventualmente, ampliar alguns laços sociais entre a comunidade e o exterior. Um dos agentes da iniciativa considera que são as “ligações humanas que ficam” em cada um dos projetos que desenvolve em parceria com o *atelier* Urban Nouveau* e o projeto TISA não foi exceção (Vídeo de Samuel Santos *et al.*, 2011). Segundo Queirós (2011), à data da iniciativa e de acordo com os moradores, o relacionamento com os membros da TISA “não podia ter sido melhor” (*id.*: 56), não tendo por isso terminado no momento final do projeto: “ainda hoje ‘os moços’ os visitam” (*id.*: 57). Apesar de, como referido anteriormente por uma das habitantes, o sentimento de abandono se ter verificado com a distância relativamente ao término do projeto, sobretudo por parte dos estagiários; grande parte dos habitantes entrevistados realçaram as amizades que se criaram com os mentores deste projeto. Ao mesmo tempo, segundo um dos agentes (Entrevistado 1, TISA), no que respeita às relações internas, terá havido um esforço, por partes dos arquitetos da TISA, de mediação entre idosos e jovens, tentando que estes últimos participassem um pouco mais no projeto. Apesar desta intenção, não foram realçadas pelos moradores, alterações quanto às relações sociais internas neste período.

Já a iniciativa CV parece ter contribuído para tal. Segundo “um dos moradores mais antigos da Cova do Vapor” (Moutinho, 2013), o comportamento das crianças para com os mais velhos alterou-se: agora já lhe dão um bom-dia ou boa tarde quando se cruzam na rua, “coisa que nunca fizeram” (*id.*). “Tenho mais amizades com os garotos, com os miúdos.” (Entrevistado 21). A mudança de comportamento das crianças deve-se, segundo outro morador (Entrevistado 7, homem, 65 anos), ao facto de estes terem sido “envolvidos” no processo de intervenção e, portanto, de se sentirem “úteis, importantes” (Moutinho, 2013). Ou seja, “(...) os miúdos, que nunca se teriam sentido considerados e que queriam ser rufias,

foram carinhosamente tratados pelos construtores da Casa” (Dias, 2013), o que os fez aumentar a auto-estima e a atenção ao outro (*id.*). Neste sentido, os miúdos “estão agora a dar-nos o que lhes deram a eles”¹⁵² (Morador *apud* Moutinho, 2013) e aos poucos estão a deixar de ser vistos “como mal comportados, quase marginais”¹⁵³ (Moutinho, 2013).

Na opinião de alguns agentes, além da relação entre gerações ter aparentemente melhorado, as relações entre as crianças também se alteraram: “havia muitos clãs, muitos grupinhos e, como a Casa do Vapor era o sítio onde (...) os meninos queriam todos estar, acabaram por se relacionar” (Entrevistado 2, CV). Por via das várias atividades desenvolvidas, criou-se uma nova relação entre os mais novos (Entrevistado 5, CV). Outro agente reforça que, a aproximação das crianças conduziu também a uma aproximação das suas famílias. Havia famílias que não se falavam e que hoje se dão bem “porque há um interesse comum que é os filhos deles” (*id.*). A mesma situação é corroborada por um dos moradores que considera que através das crianças, “a Casa do Vapor melhorou a comunicação entre as pessoas” (Entrevistado 24, 70 anos). Contudo, esta opinião não é unânime, havendo os que consideram não se ter verificado quaisquer mudanças nas relações de vizinhança. Somente aqueles que estiveram mais envolvidos no processo reconhecem uma possível alteração, sobretudo os mais jovens, quer habitantes em permanência, quer ocasionais¹⁵⁴. Em suma, considera-se que, enquanto o projeto TISA pode ter favorecido um incremento das relações da comunidade com o exterior, a Casa do Vapor pode ter beneficiado as relações internas.

– Criação/reforço da expressão identitária da comunidade

¹⁵² Um outro agente considera que, a mudança de comportamento dos mais jovens se deveu a uma repetição do comportamento dos participantes do projeto, das pessoas de fora que sempre respeitaram e deram atenção aos mais idosos (Entrevistado 5, CV). Os mais jovens deixaram de ter uma atitude provocatória para com os mais velhos e passou a haver uma maior tolerância entre ambos (Entrevistado 16, mulher, 44 anos).

¹⁵³ “Para mim foi bom porque eu tinha uma grande fama aqui. Toda a gente sabe. (...) E continuo a tentar, mas menos. Comecei a ficar mais ocupado aqui em cima. Toda a gente começou a ver onde é que o X andava sempre e foi assim...” (Entrevistado 14, homem, 16 anos). Dá-se agora “muito melhor” com as pessoas do bairro. “Praticamente todas” (*id.*).

¹⁵⁴ “Deu para unir mais as pessoas, para as pessoas se rirem, para as pessoas se darem mais umas com as outras, para as pessoas brincarem, para as pessoas se divertirem” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos). “Eu vejo que, se eles não tivessem ido para lá, eu provavelmente continuava no meu ritual de, entro, saio. Eles foram uma ponte para eu também acabar por me dar mais com a comunidade há minha volta (...) Acho que eles foram o palco para essa interação uns com os outros. Porque, se calhar, apesar de eu os conhecer há uma barreira.” (Entrevistado 23, mulher, 30 anos).

Considera-se que a TISA, através da maqueta produzida, veio reforçar a identidade arquitetónica da Cova do Vapor. “A TISA veio realçar o que já lá existia, mas quase ninguém o via: a construção e o desenho urbano, bem diferentes do que se aprende nos bancos de escola” (Queirós, 2011: 60)¹⁵⁵. Ao mesmo tempo, parece ter enfatizado a tal “cultura popular lisboeta” referenciada por Mateus (2010). Segundo salienta um dos habitantes a propósito da festa de despedida organizada pela TISA: “Viveu-se ali naquele momento a Cova do Vapor antiga” (Entrevistado 19, homem, 79 anos).

Quanto à iniciativa CV, entende-se que o reforço da identidade deu-se fundamentalmente por via da valorização do processo de autoconstrução; do projeto “memórias coletivas” (*Website Memórias Coletivas*) e de outras atividades culturais realizadas relacionadas com o bairro (Anexo I); e, com a constituição da BV, da criação do fundo local. Julga-se que o sentimento de pertença dos moradores era já bastante forte nas gerações mais antigas ligadas à formação do bairro, não se tendo detetado alterações a este nível. Contudo, considerando a falta de identidade e sentido de pertença das gerações mais jovens ao bairro¹⁵⁶, esta poderia ter sido uma possibilidade de mudança. No entanto, a iniciativa CV parece ter surtido o efeito contrário nos mais jovens, na medida em que suscitou um maior interesse pelo que acontece fora do bairro. Segundo um dos agentes operadores: “(...) as pessoas da minha idade comentavam muito isso. De ficarem tão espantados de verem pessoas de fora virem para a Cova com interesse. Que isso também lhes despertou o interesse de conhecerem o exterior” (Entrevistado 2, CV). Ainda assim, revela-se em ambos os projetos um pequeno reforço da expressão identitária da comunidade.

– **Aquisição/reforço de competências e conhecimentos**

¹⁵⁵ A perceção de que existe uma verdadeira identidade comum na Cova do Vapor não é partilhada por todos. De acordo com um dos coletivos participantes no projeto Casa do Vapor - Les commissaires anonymes - a Cova do Vapor é um meio completamente informal, constituído pela simples acumulação de casas construídas e, como tal, a Casa, enquanto novo espaço público do bairro, tinha como desafio “*fédérer les gens et travailler sur une identité commune*” (Les commissaires anonymes *apud* Creative Commons, 2014). Julga-se que esta visão não pode ser corroborada, no sentido em que se considera a existência de uma identidade comum que, mais não seja, se caracteriza pela comunhão da liberdade e da espontaneidade que os diferencia dos bairros formais.

¹⁵⁶ “Nós antes tínhamos orgulho em ser da Cova do Vapor e eu não sinto isso nestes miúdos de agora. Eu não sinto que eles tenham aquele sentimento que nós tínhamos de viver na Cova do Vapor. Nós gostávamos. Nós identificávamo-nos com a Cova do Vapor. (...) Eu vejo agora os miúdos: vão, saltam para os quintais dos vizinhos, estragam, sabem que as pessoas não estão cá. Nós nunca tivemos esse sentimento porque era a Cova do Vapor. Alguma vez nós íamos estragar alguma coisa da “nossa” Cova?” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)

De acordo com um dos habitantes da Cova do Vapor, a capacitação funcionou, no caso da TISA, no sentido inverso: “Foram eles é que aprenderam com a gente. Porque havia coisas que eles não sabiam que lhes explicavam” (Entrevistado 19, homem, 79 anos). Os moradores não identificam nenhuma aprendizagem adquirida ou reforçada com o projeto e estão cientes dos benefícios que este trouxe aos próprios agentes.

No que respeita ao projeto CV, segundo o diretor executivo da Trienal de Arquitetura, o projeto “não foi apenas uma intervenção arquitectónica, foi quase educação pela arte” (Manuel Henriques *apud* Moutinho, 2013), educação essa que teve grande efeito na geração covaporiana mais nova. Os agentes e os membros do CGBV, assim como o representante da AMCV, realçaram o interesse das crianças na programação artística e cultural da Casa e da biblioteca, e não só. Mesmo depois das aulas, as crianças dirigem-se até à BV e usam-na “quase como sala de estudo” (Entrevistado 26, Presidente da AMCV), o que faz com que algumas já tenham melhores notas na escola. Foi presenciado no trabalho de campo a afluência das crianças à biblioteca e a sua satisfação em permanecer no lugar e contactar com os membros do CGBV. É opinião unânime de que foram “os miúdos (...) os que mais ganharam com a casa de madeira que apareceu junto ao mar” (Moutinho, 2013). Os agentes e membros do CGBV apontaram igualmente que algumas crianças que não tinham o hábito de sair de casa, que tinham medo de se relacionar e que tinham dificuldades de expressão verbal, estão hoje mais comunicativas (Entrevistado 16, mulher, 44 anos). Especificamente um dos agentes salienta também a aprendizagem das crianças que participaram na construção de que é possível construir coletivamente (Entrevistado 4, CV). Considera-se esta questão bastante importante no sentido em que, tendo sido a autoconstrução coletiva um dos fatores que contribuiu para a construção de uma memória coletiva na Cova, e considerando que as crianças não presenciaram de momento essa dinâmica entre os moradores e que apresentam dificuldades de relação com as gerações mais velhas; a Casa poderá ter contribuído para que essa memória não se perca mas seja reforçada nos mais jovens. O reforço dessa memória pode incentivar igualmente estes jovens a dar continuidade a essa tradição de mobilização coletiva. Um dos moradores, membro do CGBV, considera que essa é a semente eventualmente deixada pela Casa do Vapor: é que os jovens possam ser “os continuadores de outras iniciativas. Que possam eventualmente participar na associação de moradores. Sentir que a participação é essencial.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos). Considera-se, assim, que a confrontação da “linguagem comum” existente entre a prática de construção da Cova do Vapor e da Casa do Vapor de que falava um dos agentes de intervenção

(Entrevistado 3, CV), foi reconhecida e bem interpretada por alguns moradores, mas reconhecida e mal interpretada por outros: “eles pensavam que a gente aqui não tinha o conhecimento que eles vinham trazer. E a gente já tinha esse conhecimento” (Entrevistado 20, mulher de 54 anos). Entende-se, aqui, que esta moradora se refere à capacidade de produção coletiva dos moradores, tanto material como imaterial. Assim, o que possivelmente alguns covaporianos não consideraram é que a potencialidade do projeto talvez não fosse a imposição de um novo conhecimento aos mais velhos, mas antes uma transmissão dos mesmos valores aos mais jovens¹⁵⁷.

Contudo, não foram apenas as crianças que alargaram conhecimentos¹⁵⁸. Salientam-se também aqueles que integraram o CGBV, que receberam e continuam a receber formação especializada para que tenham capacidade de, futuramente, gerir sozinhos a biblioteca e montar um programa de atividades (Entrevistado 3, CV)¹⁵⁹; e o jovem que teve formação na Cicloficina dos Anjos, que pôde alargar os conhecimentos que já tinha e que ainda hoje continua a arranjar bicicletas¹⁶⁰. Se não se identificaram efeitos produzidos pela TISA ao nível da criação ou reforço dos conhecimentos dos moradores, na Casa do Vapor este foi um dos efeitos mais significativos.

– **Criação/reforço da capacidade de aprendizagem coletiva**

Embora no caso da TISA não se tenha identificado um reforço da aprendizagem coletiva dentro da própria comunidade, considera-se que na CV esta foi reforçada pontualmente por via das atividades artísticas/culturais referenciadas anteriormente, como o *workshop* de pintura de pedrinhas ou a peça de teatro, ambos dirigidos por habitantes da Cova e destinados às crianças. Contudo, é na continuidade

¹⁵⁷ “Criei um sentimento de interajuda. Coisa que eu não tinha antes. Era muito mais individualista, sem dúvida.” (Entrevistado 22, homem, 32 anos).

¹⁵⁸ Quer as crianças do bairro, quer as que passam férias e fins-de-semana na Cova, muitos com os avós; beneficiaram da presença da biblioteca.

¹⁵⁹ “Eu por mim, falando por mim, acho que isto é extraordinário. (...) Eu aqui aprendi muito. Muito mesmo com a biblioteca. (...) Não sabia como é que se fazia a catalogação... Todo o processo relativo aos livros eu não sabia de nada” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos). Realça-se também a sua satisfação pessoal por estar a trabalhar com crianças, pois sempre teve como atividade cuidar das mesmas. Encontrando-se este membro desempregado, esta formação pode conduzir futuramente a uma reintegração profissional.

¹⁶⁰ “A cicloficina segue sempre. Eu tenho as minhas ferramentas Tenho as minhas bicicletas. Quando há avaria eu arranjo. Muita gente daqui quando avariavam bicicletas pede-me para arranjar. Depois da cicloficina ter estado aqui, mais gente ainda me pede para eu arranjar bicicletas. (...) A cicloficina para mim continua. Lá no Regueirão dos Anjos e tudo. (...) Comecei a ir à Cicloficina dos Anjos. Ao RDA. Lá também aprendi. Já sabia, mas deu-me uma força para depois continuar a aprender mais um bocado.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos).

do projeto, por via da BV, que se verifica um maior reforço desta capacidade, seja pelo prosseguimento dos *workshops* de pintura e desenho do Sr. Jaime Caldeira; seja pela aprendizagem entre os membros do CGBV (Entrevistado 7, homem, 65 anos) e entre estes e as crianças, dado o apoio que prestam no acompanhamento dos trabalhos de casa e no desenvolvimento de outras atividades como a própria alfabetização da criança menos capacitada e mais carenciada do bairro que não frequenta a escola (Entrevistado 16, mulher, 44 anos). Destacam-se ainda as leituras partilhadas entre a criança alfabetizada e não alfabetizada (*id.*).

6.1.3. Mudança das relações de poder em termos de governança territorial

– Perceção da comunidade sobre si mesma

A reação dos moradores à maqueta elaborada pela TISA é expressiva do elevar da sua auto-estima no momento. Perante as suas casas cuidadosamente dispostas na maqueta de conjunto de todo o bairro, exposta na casa do “Bugio à Vista” (Queirós, 2011: 56), cada família tirou uma foto com a sua casa na mão e todos foram “unânimes em afirmar que as casas ficaram iguais, no mais ínfimo detalhe. A emoção e o orgulho dos moradores, são os sentimentos de que todos se lembram” (Queirós, 2011: 56-57), facto que foi reforçado nas entrevistas realizadas. De acordo com o depoimento de uma moradora à data da intervenção (vídeo RTP, 2011b), o sentimento de abandono e esquecimento causado pela ausência de intervenção do poder público no local era ultrapassado ao ver a construção da maqueta: “a gente olha para as nossas casas e vemos que realmente alguém se está a interessar por nós” (*id.*). Outra moradora considerava a iniciativa como algo “de extraordinário” que os fazia orgulhar-se ainda mais da sua história: “faz-nos ter ainda mais orgulho daquilo que fomos fazendo ao longo dos anos” (Amaro, 2011: 41). Tal como reforçou um dos agentes de intervenção, ao começarem “a ver a aldeia de fora”, as pessoas começaram “a dar valor às suas casas” (Entrevistado 1, TISA). Essa valorização teve efeitos ao nível da forma como as pessoas cuidam das suas habitações, tal como apontaram duas moradoras: “cada um começou a arranjar as suas casas, começaram a fazer as suas pinturas. (...) O que se via que estava a cair agora está recuperado (...) Têm brio” (Entrevistado 18, mulher de 72 anos). “A TISA, em conjunto com a estrada, fez com que as pessoas tivessem um bocadinho mais de brio, e de vaidade também, e tratassem as casas, a parte exterior, com outro cuidado que, se calhar, antigamente não se notava tanto” (Entrevistado 15, mulher de 42 anos).

A iniciativa CV pretendia igualmente reforçar a auto-estima da comunidade: “(...) nós viemos quase usar o processo de trabalho deles para lhes mostrar que afinal eles têm muitas capacidades, têm qualidade” (Eduardo Conceição *in* Web-Documentário Público, 2013). Contudo, a maioria dos agentes de intervenção e dos moradores não consideraram que o projeto CV tenha contribuído para uma maior auto-estima, pois todos já gostavam da Cova e de nela viver, ou seja, o sentimento de pertença ao bairro já era muito forte, sobretudo nas gerações menos jovens como visto anteriormente. “Não, não muda. Manteve-se. Porque nós sabíamos o que é que tínhamos aqui.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos). Contudo, há quem ainda reforce que esta iniciativa, e outras deste tipo, alteram a perceção da comunidade sobre si própria relativamente à sua relação com os outros, ou seja, faz com que as pessoas “sintam que são consideradas, que não estão esquecidas, que estão abandonadas à sua sorte” (Entrevistado 7, homem, 65 anos). Considera-se, assim, que a este nível o projeto TISA produziu efeitos mais significativos, embora não prolongados no tempo.

– **Opinião/imagem exterior sobre a comunidade**

Segundo Mateus (2010), a morfologia da Cova do Vapor, “a sua desorganização habitacional com becos e ruelas” (*id.*: 10), à semelhança de outros bairros “problemáticos” vizinhos como o 2º Torrão, gera, à primeira vista, um “estigma, que a população tenta desmitificar, mas que ao mesmo tempo, lhe é útil, principalmente em termos de segurança” (*id.*: *ibid.*). De acordo com o autor, a imagem de que gozam os habitantes da Cova no bairro do 2º Torrão protege-os de eventuais roubos e assaltos: “a malta do Torrão, não vêm para aqui roubar, têm medo, temos que lhes impor respeito” (morador *apud* Mateus, 2010: 10). Ao mesmo tempo, “a Cova do Vapor é vista pelo 2º Torrão como um bairro de protegidos, que defende bem os seus interesses”¹⁶¹ (*id.*: 37). O representante da AMCV (Entrevistado 25, Presidente da AMCV) justifica a razão de outros bairros puderem sentir alguma “inveja no bom sentido” em relação à Cova do Vapor, com o facto de o bairro possuir infraestruturas que os outros não possuem, no entanto, reforça que estas foram construídas com o esforço dos moradores. Ao mesmo tempo, não considera que a Cova seja vista e tão pouco seja, efetivamente, um bairro “conflituoso” ou “perigoso” comparativamente com outros bairros vizinhos.

¹⁶¹ O autor faz referência à discriminação sentida pela população do 2º Torrão relativamente à Cova do Vapor: “algumas pessoas diziam-me que a GNR não ia à Cova do Vapor ou que os serviços como a eletricidade, nunca apareciam no 2º Torrão” (Mateus, 2010: 37).

De acordo com Mateus (2010), relativamente aos moradores da Costa da Caparica, estes não têm grande conhecimento e envolvimento com a Cova do Vapor, contrariamente aos habitantes da Trafaria que parecem estar mais próximos e conhecer melhor o lugar, sobretudo por algumas famílias de pescadores da Cova serem oriundas da Trafaria (*id.*:37).

No que respeita à opinião pública sobre a Cova, esta só pode ser avaliada através dos *media*. De acordo com Mateus (2010), para além da sua “localização à beira-mar e o seu ar pitoresco” (Mateus, 2010: 14) despertarem o interesse de diversos profissionais ligados às artes e aos audiovisuais para a realização de filmes/telenovelas/reportagens¹⁶², a Cova do Vapor, já apelidada de “Algarve dos pobres” (*id.*: 33) ou dos “remediados”, é notícia por duas razões principais: “o avanço do mar e o perigo das casas serem afectadas” e “os projectos de desenvolvimento para o local e o medo de um futuro realojamento” (*id.*: 14).

Em 2011 a Cova do Vapor começa a ser notícia por uma terceira razão: a TISA. Um dos objetivos de Filipe Balestra era, como referido anteriormente, trabalhar a mediatização do projeto com vista ao desencadeamento das vontades políticas necessárias à legalização do bairro. Neste sentido, Filipe inicia a divulgação do projeto através do *Facebook*, do *twitter* e dos *media* (Queirós, 2011: 57), surgindo assim “uma série de reportagens (...) em alguns dos mais importantes títulos da imprensa portuguesa, Diário de Notícias, Publico, Jornal I, RTP etc.” (Macedo, 2011b: 21) e no programa Prova Oral da Antena 3 (Queirós, 2011: 57). Segundo Amaro (2011), o presidente da AMCV, interessado em mudar a imagem/opinião negativa que, no seu entender, muitos teriam do bairro, dava “graças por o jovem casal de arquitectos se ter lembrado desta aldeia para lançar a TISA” (*id.*: 44) e afirmava: “Nós não somos a Cova da Moura da Margem Sul” (Presidente AMCV *apud* Amaro, 2011: 44). Na visão de Queirós (2011), a “abordagem criativa da TISA” veio estimular a “legitimação” e o “reconhecimento social” que a Cova do Vapor tanto necessitava (*id.*: 61). Um dos agentes de intervenção considera que o mais importante do projeto foi, para além dos laços humanos criados, o “dar a conhecer um bocadinho a Cova”¹⁶³ e criar

¹⁶² Segundo Mateus (2010), foram realizados na Cova do Vapor a longa-metragem “América” de 2009, realizada por João Nuno Pinto com a participação de Raul Solnado; episódios da telenovela “Anjo Selvagem”, produzida para a TVI em 2001; reportagens nos programas “GL” e “Artes” para, respetivamente, a RTP1 em 1995 e a RTP2 em 1990; e um filme realizado por um grupo de estudantes em 2008 (*id.*: 14).

¹⁶³ Houve quem reforçasse que a publicidade foi uma forma de satisfazer outros interesses: “Penso que a TISA fez muito pela TISA. (...) Para mim é uma publicidade pessoal. Não tem nada a ver com o interesse da população. (...) Só uma coisa de auto-satisfação.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)

a “possibilidade de algo mais acontecer no futuro” (Entrevistado 1, TISA). Esta abertura era desejada na altura sobretudo pelos moradores/comerciantes locais: “É uma pena a rapaziada nova que anda aí [refere-se aos estudantes da TISA] não vir para cá no Inverno, a ver se chamavam mais pessoas” (moradora *apud* Amaro, 2011: 42). Contudo, alguns reconheceram também que o mediatismo afetou negativamente o seu quotidiano:

Nós estávamos aqui muito sossegados e eu posso dizer que houve aqui uma grande onda de assaltos. (...) Houve muita gente que veio ver o que se estava a passar, como é que se estava a passar (...). E houve umas pessoas que vieram de bem e outras pessoas que vieram de mal. (...) Mas é assim, publicidade tanto tem de bom como tem de mal (Entrevistado 9, mulher, 47 anos).

Relativamente à iniciativa Casa do Vapor, Ramos (2013) considera que esta permitiu igualmente uma mudança radical da perceção da localidade que era, na sua visão, amplamente ignorada (*id.*). Embora a nível nacional o projeto da Casa tenha merecido menor atenção por parte dos *media*, destacando-se apenas uma pequena reportagem no programa Agora da RTP2 (2013) dedicado à Trienal de Arquitetura e o web-documentário do Público (2013); a nível internacional, o projeto conseguiu uma maior projeção, tendo sido transmitida uma reportagem numa televisão turca e no programa Thalassa da televisão francesa France 3 (cf. *Facebook* Casa do Vapor; France 3, 2014). Apesar disso, a mediatização externa despertou a curiosidade pelo projeto e pelo local, aumentando o número de turistas estrangeiros. Segundo um dos moradores, o perfil do turista que vem visitar a Cova é agora

(...) completamente diferente do perfil de turismo médio. São pessoas que têm tempo, que têm dinheiro. É um tipo de turismo de nível alto. É diferente da família que vem de férias. Porque a emissão do Thalassa trouxe pessoas da Alemanha, da França, da Inglaterra, de todo o mundo, mas não trouxe os portugueses. Porque não passou em Portugal (Entrevistado 24, homem, 70 anos).

Este morador afirma haverem muitas pessoas a procurar casa para compra na Cova e acredita que dentro de “5 anos metade da população vai mudar” (*id.*). No seu entender, a Cova seria um espaço “ideal para os intelectuais, pessoas que estão a escrever, pessoas que fazem jornalismo, os pintores, os arquitectos” (*id.*). Embora o aluguer de casas de verão tenha sido uma constante ao longo da existência da Cova do Vapor, desde 2012 que, para além do aluguer, tem vindo a aumentar o número de pedidos de compra de casa à AMCV (Entrevistado 15, mulher de 42 anos). Não só pedidos de

peças que têm redes familiares ou de amizade no bairro, mas sobretudo “pedidos de pessoas de fora, que nem têm nenhuma ligação aqui à Cova mas que conheceram através de A, de B ou de C, dos projetos principalmente” (*id.*). No mesmo sentido, embora a paisagem da Cova já fosse apreciada pelos *media* e pelas artes visuais, registou-se em 2013 a rodagem de mais um filme português, “O Mutante”, e em 2014 a produção fotográfica do novo disco dos OqueStrada¹⁶⁴ (Fidalgo, 2014: 60).

Segundo o representante da AMCV, desde que foram “descobertos” pelos arquitetos, fotógrafos, cineastas e pelos estrangeiros¹⁶⁵, que os moradores perderam um pouco do sossego que tanto prezavam, sobretudo nos meses de verão. Ainda assim, considera positivo o facto de serem “conhecidos” porque dá-lhes “mais responsabilidade de tentar que a Cova do Vapor esteja limpa, que esteja aprazível” para quem os visita (Entrevistado 25, Presidente da AMCV). Quanto à eventual possibilidade de ambos os projetos terem contribuído para a dinamização do comércio local, o representante da AMCV considera que tal não sucedeu pois as pessoas que se deslocaram e continuam a deslocar até à Cova do Vapor “não vêm gastar” (*id.*). Aqueles que gastam são uma minoria e, segundo o próprio, representam apenas 1% ou menos da faturação. Esta visão foi partilhada, noutras conversas informais, por outros comerciantes locais, embora não seja a perspetiva da maioria dos moradores que considera que também os comerciantes ganharam com os projetos (mais com a TISA do que com a Casa porque estes tinham uma cozinha própria, facto que também foi criticado por alguns comerciantes).

Na visão de um dos agentes de intervenção da Casa, o projeto ajudou a reduzir o estigma de “bairro pobre” ou “meio de lata” que podia gozar publicamente (Entrevistado 3, CV). No mesmo sentido, outro agente reforça que a mediatização fez com que deixassem de ser vistos como “guetos”: “(...) a opinião pública mudou muito sobre o que é a Cova. (...) Eles deixam de ser a margem para passar a pertencer

¹⁶⁴ O gosto da vocalista do grupo pela Cova do Vapor é tal que a levou a referenciar o lugar na rubrica “Se eu fosse excêntrico” do suplemento Domingo do jornal Correio da Manhã, como o lugar para onde destinaria o dinheiro no caso de se tornar milionária. Segundo Marta Miranda, “comprava dez casas das muitas que estão abandonadas na Cova do Vapor”, para lá fazer um centro cultural que preservasse a memória daquele lugar. Um sítio onde se pudesse organizar espetáculos e ações que alertassem para a necessidade de defender a Cova do Vapor (Fidalgo, 2014: 60).

¹⁶⁵ Segundo referem alguns moradores a Cova do Vapor sempre recebeu pessoas de fora. Alguns contam que antes do 25 de Abril, “um grupo de estudantes universitários quis ali construir morada” mas foram impedidos pela PIDE (Diário de Notícias, 2000 *in* Mateus, 2010: figura 7). Para outros, os estudantes ajudaram apenas os moradores a contruir várias casas de madeira (Público, 2002 *in* Mateus, 2010: figura 8).

ao resto” (Entrevistado 6, CV). Pertencendo ao “resto” poderão garantir que um maior número de pessoas os defenderá em caso de avanço do processo de demolição (Entrevistado 24, homem, 70 anos). Uma das preocupações da mediatização, assumida por um dos agentes, diz respeito à possibilidade de agravar as relações tensas com os bairros vizinhos, pelo facto de estarem, eventualmente, a sobrevalorizá-los relativamente a estes (Entrevistado 3, CV), embora essa nunca tenha sido uma intenção do projeto. Teme assim que, tendo estado muito focados na comunidade da Cova do Vapor, esta se feche ainda mais ao exterior, quando o objetivo da biblioteca era que também as pessoas dos bairros vizinhos a pudessem igualmente frequentar¹⁶⁶ (*id.*).

Através do discurso dos entrevistados não foi possível aferir se houveram ou não algumas alterações quanto à imagem que a Cova do Vapor goza nos bairros vizinhos, a não ser o facto, apontado por um dos agentes da Casa, de existir uma maior curiosidade por parte das pessoas da Trafaria relativamente ao que está a acontecer na Cova do Vapor, pelo facto de muitos estrangeiros perguntarem pelo local (Entrevistado 5, CV). Contudo, a imagem gozada noutras localidades aparenta não ser uma preocupação para os moradores: “se a Trafaria não gosta da gente ou se o bairro do Entroncamento não gosta de nós, isso é relativo porque nós gostamos de cá viver e gostamos do nosso cantinho. Acho que a gente não se rala com isso” (Entrevistado 9, mulher de 47 anos). Já os habitantes sazonais julgam ser importante a imagem pública do lugar que consideram ter-se afirmado com a mediatização: “havia muita gente: Cova do Vapor? Onde é que é a Cova do Vapor? Quem é a Cova do Vapor? E hoje não. (...) Agora toda a gente conhece” (Entrevistado 19, homem, 79 anos).

Em suma, considera-se que ambos os projetos ajudaram a criar uma imagem pública positiva da Cova do Vapor, mais do que mudar uma opinião negativa sobre a mesma.

– **Relações entre a comunidade e atores institucionais locais**

De acordo com Macedo (2011b), segundo Filipe Balestra, um dos objetivos principais do envolvimento e diálogo direto com as pessoas da comunidade ao longo do processo de intervenção seria aumentar “a sua disponibilidade para participar em soluções colectivas” com vista ao melhoramento das suas “condições de vida” (*id.*: 21). Por sua vez, o mediatismo do projeto por si desencadeado abriria portas, no seu entender, ao diálogo com as entidades que tutelam a área. Segundo Macedo (2011b), assim

¹⁶⁶ Um dos fatores que pode contribuir para essa afluência é o facto do espólio da biblioteca só poder ser consultado no local (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA).

aconteceu. Embora Queirós (2011) afirme que nenhum representante da CMA esteve presente na exibição pública da maquete por convite da AMCV, contrariamente a representantes da APL e à Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria que compareceram à mostra (*id.*: 58); Macedo (2011b) assegura que a importância mediática do projeto fez com que se iniciassem, na altura, “reuniões entre a Câmara Municipal de Almada e a comissão de moradores, assessorada por Filipe Balestra, com vista a [uma] possível legalização do Bairro da Cova do Vapor” (*id.*: 21). Contudo, as intenções de Filipe Balestra parecem ter esbarrado nos constrangimentos da CMA, anteriormente mencionados. Sendo confrontado com esta questão, o representante da CMA (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA) admitiu a possibilidade de tais reuniões se terem realizado, embora não seja do seu conhecimento, contudo, reforçou não ter sido solicitada uma colaboração direta da CMA com este projeto.

Ao contrário da TISA, que se colocou inicialmente numa posição de reivindicação perante a CMA, a Casa do Vapor estabeleceu desde o início do projeto uma relação de proximidade com o município, até porque a natureza e os objetivos de ambos os projetos eram divergentes. Um dos agentes da TISA considera que algo mudou na CMA desde 2011 para estar mais recetiva a ajudar as comunidades da zona (Entrevistado 1, TISA). Outro agente da Casa do Vapor considera que este projeto possa ter eventualmente beneficiado do facto de se enquadrar num período pré-eleitoral (Entrevistado 6, CV). Certo é que não cabia à CMA licenciar o projeto da Casa. Tendo a APA autorizado a construção (processo facilitado também por uma carta da Trienal de Arquitetura aprovando o projeto), a CMA deu início à sua parceria com a Casa pelos motivos anteriormente revelados. Contudo, para o representante da AMCV (Entrevistado 25, Presidente da AMCV), à data da entrevista (Junho passado), nem a TISA nem a Casa do Vapor tinham vindo mudar as relações da CMA com a AMCV. Nem para melhor, nem para pior. Considera que o facto de a TISA ter forçado o tema da legalização não ajudou a estabelecer um contacto diferente com a CMA, embora enalteça o projeto porque este “defendia a Cova do Vapor, perante essas instituições, defendia a Cova do Vapor como uma arquitetura diferente, do povo, pelo povo” (*id.*). Já a Casa do Vapor, considera ser um projeto que é de uma associação privada, a AED, que tem as suas próprias bases, que recebe para si todo o apoio da câmara para realizar os seus projetos de dinamização cultural da comunidade, mas que não promoveu melhorias institucionais entre a associação e a câmara ou junta. “Nem ajudou, nem desajudou. Pura e simplesmente continuamos a ter as nossas relações que não têm nada a ver com o resto” (*id.*). Está ciente de que “a Câmara pouco

ou nada consegue fazer (...) a não ser um dia que alguém por vontade política queira assumir: ou legaliza ou vai abaixo” (*id.*). Acredita que “mais ano, menos ano” a Cova do Vapor “vai passar para as mãos da autarquia” e então vão ter que fazer “uma intervenção como fizeram no Baleal ou coisa assim do género”, caso contrário seria “apagar um bocadinho da história do concelho” (*id.*).

As tensões geradas entre os agentes da Casa e a AMCV, muito por força do apoio que lhes dava a CMA e que esta não disponibilizava à AMCV, foram-se dissipando, segundo um dos agentes, por força da tomada de consciência por parte da AMCV da importância da biblioteca enquanto porta aberta para a CMA, enquanto forma de lhe dar poder (Entrevistado 3, CV). Este facto é também reconhecido por um dos moradores que vê nos projetos de intervenção externa uma oportunidade para se defenderem perante o poder público e assim alterarem a sua relação de poder.

Quanto mais coisas se fizerem aqui no sentido de isto ter uma vida própria, deixar de ser na cabeça das pessoas uma zona clandestina, melhor nós defendemos o sítio. (...) Quanto mais valorização do sítio, melhor. (...) O facto de ter uma biblioteca aqui também acentua ainda mais essa defesa do sítio. (...) Se não tivermos qualquer vivência com o meio é mais fácil nos “chutarem” daqui.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos).

Todos os agentes de intervenção são da opinião de que o projeto melhorou bastante as relações da própria comunidade com o município. Esta opinião é também reforçada pelo representante da CMA (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA) que considera que a Casa do Vapor permitiu “abrir um espaço de discussão” e estreitar relações diretamente com as pessoas da Cova do Vapor. Ao contrário do que tinha acontecido até ali, foi possível

(...) uma conversa um pouco mais aberta com as pessoas, o que permitiu, da nossa parte tomar, maior contacto com aquilo que eram as questões que iam preocupando as pessoas e, por outro lado, à própria população da Cova do Vapor, ter maior contacto também com aquilo que eram as razões da posição municipal em algumas matérias (*id.*).

Ao mesmo tempo, o representante reforça que a intervenção permitiu “que alguns dos problemas que continuavam e continuam a existir na Cova do Vapor fossem discutidos entre as próprias pessoas e

das pessoas” com a CMA¹⁶⁷ (*id.*), o que pode levar a que “haja uma maior dinâmica de trabalho com a associação de moradores, ou nas eleições para a associação de moradores, ou na exigência de que a associação os represente de forma diferente ou que trabalhe noutra sentido, se tal for o caso” (*id.*). No seu entender, a Casa facilitou uma maior consciência das pessoas em relação ao trabalho desenvolvido pela AMCV e ao trabalho que era possível à CMA realizar. O representante da CMA realça ainda o facto de ter notado nas pessoas um interesse “em participar nas tomadas de decisão” sobre assuntos que se referem à comunidade (*id.*). Uma das principais consequências do projeto foi, na sua visão, a “tomada de consciência daquela pequena população de que coletivamente consegue construir e transformar o seu território” (*id.*). Talvez esta tomada de consciência seja apenas um reavivar de memória de uma capacidade que estava perdida no tempo. Tal como afirma Moutinho (2013), “a Casa do Vapor devolveu o poder aos moradores, o poder que os levou a construir com espontaneidade e liberdade há 30, 40, 50 anos. Devolveu-lhes a possibilidade de fazer” (*id.*). Este facto foi também apontado por um dos moradores: “a Casa do Vapor veio fomentar a participação das pessoas, mostrar a importância de congregar esforços, conhecimentos para melhorar o que foi construído” (morador *apud* Moutinho, 2013)¹⁶⁸. Mais do que isso, a biblioteca, com a criação do CGBV, veio, segundo um dos agentes de intervenção (Entrevistado 3, CV), “gerar uma oportunidade para os moradores se organizarem extra associação de moradores” (*id.*).

De um modo geral, segundo outro agente, a CMA “ganhou uma outra visão de como atuar” na comunidade e, por sua vez, a comunidade deixou de sentir-se ignorada e ganhou maior perceção sobre as limitações do município (Entrevistado 6, CV). Há assim um maior diálogo, gerando-se uma confiança mútua (*id.*). Segundo outro agente, o facto de a CMA ter acompanhado de perto todo o processo, frequentando mais a Cova e conhecendo melhor as pessoas, levou a “uma predisposição maior da câmara a ajudar a comunidade” (Entrevistado 5, CV), o que fez com que surgissem no horizonte novos projetos da AMCV com o apoio do município (Moutinho, 2013), nomeadamente a construção de

¹⁶⁷ “Alguma vez eu falava para os da câmara e para os da junta como falo? (...) A gente até tinha naquela altura medo de falar, ou de errar ou de não saber falar. (...) E agora eu falo conforme sei. Eu com eles e com elas aprendi muita coisa.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)

¹⁶⁸ Para isso contribuíram também os 3 encontros promovidos pela Casa pouco antes da sua primeira fase de desconstrução, na qual participaram moradores e convidados (arquitetos, professores, entre outros), com o objetivo de promover o diálogo sobre a origem da Cova do Vapor, as suas condicionantes territoriais e o futuro da Casa do Vapor (cf. Moutinho, 2013; *Facebook* Casa do Vapor). Destaca-se a participação no segundo encontro do adjunto da vereação da CMA.

balneários públicos propostos pela associação, “que ganham outra dimensão e outra necessidade pelo facto de haver a biblioteca” (Entrevistado 26, Adjunto da vereação da CMA)¹⁶⁹. O maior interesse deste projeto seria para a CMA, no lastro do “processo da Casa do Vapor, conseguir mobilizar a população para construir e participar” na transformação da casa da curva nos balneários (*id.*), ou seja, que “houvesse uma permanência desta mobilização das pessoas, independentemente da questão do projeto” (*id.*).

Neste contexto, considera-se que, enquanto a TISA não produziu alterações ao nível das relações de poder, esta foi a maior consequência do projeto Casa do Vapor.

6.2. Impactos noutros territórios

No final do projeto TISA, Filipe Balestra garantia: “(...) isto tem princípio mas não tem fim... vai continuar... garanto-vos que vai continuar...” (Vídeo de Samuel Santos *et al.*, 2011). Embora não tenha prosseguido na Cova do Vapor, a TISA reativou-se recentemente noutro lugar. Em Janeiro do presente ano foi realizado o 1º *workshop* da TISA fora da Cova do Vapor, mais precisamente em Bombaim na Índia (*Facebook* TISA). Também recentemente, Filipe Balestra tem divulgado a intervenção da TISA na Cova do Vapor em palestras de universidades americanas (Harvard GSD) e canadianas (*id.*). Segundo o próprio, a abordagem da TISA vai ser usada para criar estratégias de resiliência para as comunidades verticais de Thorncliffe Park em Toronto (*id.*). Neste sentido, o arquiteto entende a TISA na Cova do Vapor como um projeto-piloto (*Facebook* TISA) que poderá ser aplicado noutros contextos.

Já o projeto Casa do Vapor apoiou outra iniciativa semelhante no município. A madeira que durante meses sustentou a Casa serviu agora, em parte¹⁷⁰, “para o ateliermob [em colaboração com os Warehouse], (...) criar uma cozinha comunitária nas Terras de Lelo Martins, na Costa de Caparica, onde cerca de 500 pessoas vivem sem água, saneamento e electricidade” (Moutinho, 2013). Segundo Amália Buisson, “temos quase um compromisso ético. Da mesma maneira que recebemos esta madeira de Guimarães queremos que sirva de combustível para eles” (Amália Buisson *apud* Moutinho, 2013). Não só a madeira foi um recurso reaproveitado, como também o foram os recursos humanos. Neste projeto participam Diana Pereira e Martinho Pita, agentes operadores de intervenção da Casa

¹⁶⁹ Registou-se, contudo, alguma controvérsia entre os moradores relativamente a este projeto, que alguns consideram não ser prioritário (Entrevistado 15, mulher, 42 anos).

¹⁷⁰ A madeira foi distribuída pela Cozinha Comunitária das Terras do Lelo, Biblioteca do Vapor e da Trafaria e pelo mini parque infantil deixado (Entrevistado 2, CV).

do Vapor e TISA, respetivamente. Ao mesmo tempo, Dolores Papa decide expandir o projeto da Biblioteca do Vapor criando um novo Pólo Cultural na Trafaria e recorrendo, uma vez mais, a *workshops* de construção em colaboração com a comunidade, orientados por Eduardo Conceição (*Facebook Biblioteca da Trafaria*)¹⁷¹.

No contexto destas trajetórias, conclui-se que, tal como a maioria das ESC, as iniciativas começaram pequenas e locais e acabaram por aumentar de escala, seja no caso da TISA porque passou a abranger outros territórios; seja no caso da Casa do Vapor, não só por este facto mas também porque estabeleceu relação com um projeto noutra território, isto é, estabeleceu uma dinâmica de aprendizagem por via da integração dos seus agentes nesse projeto.

¹⁷¹ Este projeto, à semelhança da Casa do Vapor, da Cozinha Comunitária das Terras do Lelo e das intervenções InSitu no 2º Torrão, foi apoiado pela CMA que revela interesse na manutenção e continuidade destas dinâmicas, incentivando-as a tirar partido das estratégias municipais, contribuindo assim para o seu aprofundamento. Esta abordagem a estes processos permite que se possa intervir em territórios “onde a intervenção pública é muito difícil” (em particular nos territórios informais) e com maior permanência no terreno do que qualquer intervenção municipal (pela falta de recursos disponíveis 24h para acompanhar um projeto), o que implica um maior envolvimento com as comunidades, trazendo benefícios para as mesmas (Entrevistado 26, Adjunto da Vereação da CMA).

CONCLUSÃO

Reflexões finais sobre o estudo de caso

O estudo sobre as iniciativas de intervenção local dos arquitetos foi aqui sustentado num quadro teórico em torno dos conceitos de Estratégias Sociais Criativas e Inovação Sócio-Territorial. Da operacionalização destes conceitos surgiram seis problemáticas fundamentais nas quais se incluíram princípios estratégicos e orientadores que deveriam estar presentes nas iniciativas para que fosse possível considerar que estas se apresentavam como ESC capazes de gerar inovação sócio-territorial. O quadro teórico foi assim um fio condutor lógico de todo o estudo de caso e, embora com maior ou menor relevância, grande parte dos princípios foram observáveis na análise de dados, reforçando a importância da sua consideração em intervenções similares.

Ao analisar a presença das dimensões e critérios básicos de identificação de ESC capazes de gerar inovação sócio-territorial nos projetos TISA e Casa do Vapor, identificaram-se alguns aspetos, distribuídos pelas seis problemáticas, que se pretendem reforçar seguidamente.

1. No que respeita ao **meio** onde se produziram as intervenções, apesar de a sua escala ser coincidente com a generalidade dos meios onde se produzem as ESC; este não reunia, à partida, todas as condições que facilitariam adoção de ESC e que permitiriam a mudança do território, mantendo este a sua identidade (plasticidade do meio). Em primeiro lugar, o percurso histórico da Cova do Vapor não apresentava oportunidades imediatas de mudança relativamente à sua condição legal devido aos constrangimentos supramunicipais registados e agravados pela crise económica atual. Em segundo lugar, embora a criatividade fosse uma das características da sua génese que o permitia definir como um meio potencialmente tolerante a iniciativas arriscadas e, ao mesmo tempo, a forte interação local, apesar de alguns conflitos existentes, fosse igualmente verificada; a homogeneidade sociocultural registada, o enfraquecimento dos níveis de participação cívica no interior da comunidade, e o fraco capital relacional estabelecido com o exterior, não favoreciam o reconhecimento social de ESC. Contudo, considerando que os meios criativos podem ser não só “condição para”, como “produto das ESC”, as iniciativas poderiam vir a reunir condições para romper com algumas dinâmicas locais existentes.

2. Relativamente aos **agentes** que promovem as intervenções, identificou-se que a sua qualificação e inspiração profissionais enquadram-se com a generalidade dos agentes envolvidos nas

ESC, ou seja, são agentes bastante qualificados cuja inspiração para a ação tem raízes nas correntes de pensamento dos anos 60 e 70. Há que realçar que na iniciativa Casa do Vapor, a colaboração estabelecida entre os arquitetos e profissionais de outras áreas disciplinares foi fundamental para o seu desenvolvimento.

3. Quanto à **natureza** dos projetos, esta revelou-se em ambos, simultaneamente material e imaterial, na medida em que estes visavam, não só a produção de uma maquete e de uma casa comunitária, mas igualmente um processo de expressão cultural da comunidade.

4. Em termos de **estímulos** para a intervenção, denotaram-se aqui as primeiras divergências entre as iniciativas. Embora o peso das motivações pessoais tenha sido determinante nas duas, as motivações sociais diferenciaram-se. Enquanto a TISA resultou, num primeiro momento, das limitações que a crise coloca à profissão de arquiteto, a Casa do Vapor partiu essencialmente dos recursos materiais e humanos disponíveis. Ao mesmo tempo, embora os princípios e valores da comunidade da Cova do Vapor tenham sido considerados por ambas as iniciativas como oportunidade de intervenção, os seus objetivos revelaram-se distintos. Se a TISA se centrou na resolução dos problemas da comunidade, nomeadamente na resolução da situação legal do território; a Casa do Vapor partiu de uma aspiração de ordem social ao promover um local de encontro e partilha entre a comunidade e o exterior. Estes diferentes objetivos conduziram a diferentes processos e impactos.

5. Apesar de todos os recursos que tradicionalmente determinam o sucesso dos **processos** das ESC estarem presentes nas duas iniciativas, alguns foram melhor mobilizados do que outros, afetando inevitavelmente a temporalidade dos dois projetos. Os recursos melhor mobilizados na TISA foram, sem dúvida, os recursos humanos e sociais a diferentes escalas (local e supralocal), ou seja, destaca-se a capacidade de integração de voluntários externos e da própria comunidade local no processo. O menos conseguido na TISA foi a mobilização de recursos financeiros e também organizacionais. Apesar das parcerias estabelecidas com as escolas profissionais e a AMCV, no que respeita aos eventuais acordos/patrocínios que a TISA tentou estabelecer com o município e com a EDP para melhoramentos nas infraestruturas do bairro após o seu levantamento, estes acabaram por não se concretizar. Este facto condicionou fortemente a dinâmica da iniciativa que assim se viu forçada a uma travagem, isto é, o seu percurso foi coercivamente interrompido pois os objetivos foram travados pelos constrangimentos municipais e supramunicipais.

Quanto à Casa do Vapor, o que aparenta ter sido menos conseguido na TISA, parece ter resultado melhor na Casa e vice-versa. Apesar das dificuldades de mobilização de financiamento apontadas pelos agentes operadores do projeto, a iniciativa da Casa revelou-se melhor sucedida neste campo e igualmente nos recursos organizacionais mobilizados. Para além da grande diversidade de atores envolvidos a diferentes escalas e da importância do voluntariado para o desenvolvimento do projeto, o financiamento e o trabalho em parceria com a CMA foi fundamental para a dinâmica do projeto, isto é, determinou um novo ciclo de vida. Embora os arquitetos tenham abandonado o processo que se previa desde o início temporário, os agentes com quem estabeleceram colaborações deram continuidade ao projeto, redesenhando também os seus mecanismos de governança, nomeadamente integrando diretamente a comunidade na sua estrutura organizativa, ou seja, no Conselho Gestor da Biblioteca do Vapor. Assim, apesar da menor capacidade de mobilização da população local, sobretudo no início do projeto da Casa, fruto também da dinâmica de intervenção da TISA ter sido travada e esse facto ter gerado um sentimento de desconfiança na comunidade relativamente às intenções dos agentes e às consequências do projeto; a Casa do Vapor revelou-se um processo de intervenção com maior capacidade de promover transformações sociais no território.

6. A especificidade do meio, os estímulos de cada iniciativa e o processo de intervenção foram determinantes para os diferentes **impactos** das iniciativas em termos de inovação sócio-territorial. Considerando que a mudança das relações sociais e de poder em termos de governança territorial está diretamente relacionada com o *empowerment* da comunidade e este com a satisfação das suas necessidades, será aqui apresentada uma visão integrada destes três aspetos em cada um dos projetos e sua relação com os diferentes estímulos e processos de intervenção.

No que respeita à TISA, embora se tenha verificado uma intenção de aferição das necessidades de cada agregado familiar/habitacional para apoiar um eventual processo futuro de melhoramentos do bairro, não se registaram necessidades satisfeitas diretamente pela ação dos arquitetos, mas apenas um apoio ao processo de satisfação de necessidades já desencadeado pela população, nomeadamente o donativo para a pavimentação e drenagem das ruas do bairro. Apesar da fragilidade ao nível da satisfação de necessidades, a intervenção da TISA revelou ainda assim alguns efeitos em termos de *empowerment*, nomeadamente no que respeita a um alargamento das relações da comunidade com o exterior, por via dos laços de amizade criados com os agentes de intervenção; e de

um reforço da identidade da comunidade sobretudo pela valorização do seu edificado, do seu processo de construção. Ao nível das mudanças das relações de poder, considera-se que a iniciativa revelou momentaneamente alguma capacidade de transformação da percepção da comunidade sobre si própria relativamente à sua condição perante os outros, ou seja, a sua sensação de abandono e esquecimento; e gerou uma opinião pública positiva sobre o bairro através da mediatização do projeto, isto é, não se considera que este à partida já gozasse de uma imagem exterior negativa, pese embora os habituais preconceitos relativamente a áreas não legalizadas. Contudo, estes reforços não contribuíram para mudanças quer ao nível das relações entre a comunidade e a AMCV, quer ao nível das relações com a CMA. Considera-se que este facto pode estar relacionado, eventualmente, com uma desatenção inicial relativamente a todas as especificidades do meio, nomeadamente às oportunidades e restrições que se colocavam não só a nível local como supralocal, mais precisamente às questões relativas ao POOC e aos impedimentos de ação da própria CMA. O posicionamento inicial da TISA, enquanto cúmplice das ações da comunidade e opositora das ações não tomadas pelo município, determinou a escolha pela mediatização do projeto como forma de desbloquear o processo de legalização, contudo, as limitações a esse processo não se encontravam apenas no município, tendo sido determinantes no travamento da iniciativa.

Mais significativos revelaram-se os impactos da iniciativa CV, sobretudo por via da integração de atividades culturais, facilitada por um processo colaborativo de intervenção com agentes de outras áreas disciplinares; e por um maior diálogo com o poder público. Apesar das necessidades reconhecidas pela população não terem sido o motor do projeto, a CV permitiu satisfazer necessidades não reconhecidas pela comunidade, como a expressão artística e cultural, ao mesmo tempo que satisfaz, mesmo que temporariamente, necessidades de trabalho de alguns habitantes. Em termos de *empowerment* da comunidade, registaram-se igualmente resultados mais significativos: ao nível das relações internas, a melhoria dos relacionamentos entre jovens e idosos e entre as próprias crianças; ao nível da expressão da identidade, o reforço da memória coletiva através das atividades culturais da CV e do fundo local da biblioteca; ao nível dos conhecimentos e competências adquiridas, a aprendizagem proporcionada pela cicloficina e pelas atividades culturais e artísticas da CV e da BV às crianças e adultos, sobretudo os integrados no CGBV; e ao nível do conhecimento partilhado, a aprendizagem entre membros do CGBV, entre estes e as crianças e entre as próprias crianças. Finalmente, no que respeita à mudança das relações de poder, os efeitos mais assinaláveis revelaram-

se no reforço da opinião pública positiva sobre o bairro por via igualmente da mediatização do projeto (o que pode ser útil em termos de mobilização coletiva contra um eventual avanço do processo de demolição do bairro); na mudança das relações entre os moradores e a associação, por via de uma maior participação dos primeiros na vida da comunidade, sendo o CGBV disso exemplo; e na mudança das relações entre os moradores e a própria CMA, já não por intermédio único da AMCV mas estabelecendo um diálogo mais direto que lhes permite estarem mais informados sobre os impedimentos de ação do município e este sobre os problemas e necessidades da mesma. Neste sentido, considera-se que a CV veio estabelecer uma ponte entre a comunidade e o poder público. Esta ponte que se estabeleceu reforçou a importância destas iniciativas aos olhos da CMA que as vê como uma oportunidade de intervir em locais onde a sua ação se encontra bastante condicionada. Esta valorização veio impulsionar o desenvolvimento de outras ações no concelho que estabelecem relação com o projeto CV por via do reaproveitamento de recursos materiais e humanos, seja o caso do projeto da Cozinha Comunitária das Terras da Costa, seja o caso da Biblioteca da Trafaria. Neste sentido considera-se que, tal como na generalidade das ESC, a iniciativa CV, apesar de nascer pequena e local, acaba por tornar-se maior e expandir os seus efeitos a outros territórios, por via da associação com outros projetos. Já no caso da TISA, os efeitos noutros territórios surgem por via da aplicação do processo noutros locais.

Da análise das seis problemáticas é possível afirmar que estão presentes nas iniciativas TISA e Casa do Vapor características das ESC, embora de forma mais completa na iniciativa Casa do Vapor, o que permitiu que esta apresentasse resultados mais relevantes em termos de inovação sócio-territorial do que a TISA. Ainda assim, mesmo na iniciativa CV não se pode considerar que esta tenha desencadeado um processo pleno de inovação sócio-territorial uma vez que a distância temporal do início do projeto até hoje é bastante curta (precisamente ano e meio), estando por isso em fase de consolidação do seu novo ciclo de vida, e a produzir resultados neste sentido. Contudo, é possível apontar alguns factos que podem comprometer a continuidade deste novo ciclo. Em primeiro lugar, o facto do projeto da BV não ter ainda uma verdadeira participação comunitária, de serem apenas os 4 habitantes membros do CGBV (entre os quais permanentes e um ocasional) a sustentar o

funcionamento da estrutura enquanto voluntários¹⁷² e de não se ter detetado interesse por parte de outros habitantes em participar no projeto; em segundo lugar, e intimamente relacionado com este facto, a ainda forte dependência de recursos exógenos para o seu funcionamento e programação, nomeadamente o apoio dos voluntários da AED que, até à data, têm prevista a sua saída no final do presente ano.

Neste sentido, especificamente neste estudo de caso, só parcialmente poderá ser confirmada a hipótese de investigação levantada, ou seja, as iniciativas de intervenção dos arquitetos na Cova do Vapor apresentam características das ESC, contudo, embora uma delas revele alguns impactos relevantes em termos de inovação sócio-territorial, não se pode considerar, efetivamente, como impulsionadora da mesma em todas as suas dimensões, pelo menos até ao momento. No entanto, a investigação realizada permitiu não só verificar se as iniciativas TISA e Casa do Vapor são coerentes com o conceito de ESC e se demonstram resultados de promoção da inovação social local, como também identificar os principais contributos que as iniciativas de intervenção local dos arquitetos podem dar aos processos de inovação social especificamente em territórios informais. Constatam-se assim como principais contributos: o reconhecimento social associado à mudança das relações sociais e de poder que, nestes territórios, se revela, quase sempre, bastante desequilibrada, quer a nível interno, quer com o exterior. Sendo, o processo arquitetónico um processo criativo, a criatividade dos arquitetos pode estimular a criatividade necessária à mudança e transformação inerentes à inovação social e com isso ajudar à emancipação de determinados territórios¹⁷³.

Numa leitura global, considera-se, assim, que a arquitetura revela uma significativa capacidade para impulsionar a inovação sócio-territorial, na medida em que é capaz de promover a coesão social – que “passa pelo conhecimento dos outros, pelo seu reconhecimento e participação num projecto comum” (Bourdin, 2011: 85) –, tanto através da produção coletiva de elementos representativos e críticos do espaço, como através da criação coletiva de lugares de encontro.

¹⁷² Realça-se sobretudo a dependência do funcionamento durante a semana a um dos membros que se encontra desempregado e que, a qualquer altura, não conseguindo ser integrado como funcionário remunerado da biblioteca pode encontrar emprego e deixar de ter disponibilidade para a sua manutenção.

¹⁷³ “(...) uma comunidade não será livre enquanto não for capaz de resolver criativamente as suas necessidades de habitação, de formas de sustentabilidade socioeconómica, as suas próprias concepções de espaço público, e os modos de relação com o território: no fundo a sua cultura cívica” (Teddy Cruz *apud* Caló, 2013: 101).

Desafios a uma prática proactiva socialmente inovadora

Apesar de se considerar que as intervenções locais dos arquitetos não devem ser confundidas com trabalho social, entende-se que os mesmos devem estar cientes de que as suas ações provocam impactos nos territórios em que decidem intervir, podendo desse modo contribuir para a sua transformação social. Assim, apresentam-se seguidamente alguns desafios, sustentados num quadro teórico, a uma prática proactiva que possa ser socialmente inovadora. São eles:

1) Assumir as motivações e implicações políticas dos processos e produtos da sua prática. Até há pouco tempo atrás, por convicção ou por conforto face a um contexto económico que favorecia a sua atividade, a maioria dos arquitetos isentavam-se de qualquer responsabilidade relativamente às questões do “porquê” da arquitetura, declarando-se “como apolíticos, trabalhadores de forma e executantes de programas” (Saraiva *apud* Baptista, 2014: 116) ¹⁷⁴. Hoje, vendo-se no meio de uma crise económica e financeira global que coloca inúmeros desafios ao sector da construção (especialmente em Portugal pela agravante do excesso de equipamentos e de habitações existentes), os arquitetos são “instados a encontrar alternativas de trabalho” e a desenvolver “novos critérios de actuação e novas estratégias” (Tavares e Lopes, 2014). À falta de encomenda, desperta assim a consciência política e social do arquiteto¹⁷⁵. Contudo, cabe ao mesmo não instrumentalizar as comunidades para simples proveito próprio, isto é, para mera promoção pessoal, transformando as suas intervenções comunitárias num “novo espetáculo mediático” (Massad e Yeste, 2014) que sustenta um “novo” *star-system*. Segundo Till (2005), o objetivo da participação em arquitetura deve ser o *empowerment* dos cidadãos e não do *expert* (*id.*: 27). Esta instrumentalização manifesta-se muitas vezes por via da glamourização da pobreza, da marginalidade e da informalidade, o que pode até ter efeitos contra a arquitetura. Segundo Patricio del Real (2013), esta valorização da “experiência vivida pelos residentes dos bairros pobres” (Real, 2013: 138) e dos seus processos de construção e uso de

¹⁷⁴ Já em 1969, Giancarlo de Carlo (2005 [1969]) alertava para o facto de os arquitetos modernos defrontarem as problemáticas do “como” e esquecerem as problemáticas do “porquê” (Carlo, 2005 [1969]). Para de Carlo, ao recusar-se contribuir para os dois polos do processo de planeamento – a definição dos objetivos (motivação) e a avaliação dos efeitos (controlo) –, o arquiteto moderno manifestava “*the idiocy of forced specialisation, which also influences the quality of the proposals and their capacity to resist interference*” (*id.*: 9).

¹⁷⁵ “São numerosos os jovens arquitectos que se põem hoje a questão de inventar novas práticas que os levem a contornar uma encomenda que se tornou hipotética, através da valorização de uma procura latente, ligada às necessidades das populações” (Querrien, 2013: 121).

materiais que apontam “para uma criatividade do sujeito marginal” (*id.: ibid.*) pode até deslegitimar a própria disciplina. Ao glamourizar a arquitetura destes lugares, o autor entende que não se está a tentar mostrar como estas comunidades são arquitetos “em ponto pequeno” (*id.: 139*), mas antes a menorizar a própria arquitetura. Assim, o autor considera que “o limite da valorização das favelas – quer dizer, o que não se trata de valorizar nas favelas – deve ser precisamente a estética que exibem” (*id.: ibid.*).

2) Considerar a natureza política do espaço. Conforme refere Jeremy Till (2005), a propósito da sua argumentação em favor de processos participativos verdadeiramente transformadores, o arquiteto deve estar atento, desde cedo, à realidade dos territórios em que intervém. Entendê-los enquanto “territórios contestados” é essencial para evitar futuras desilusões quanto aos efeitos produzidos pela iniciativa. Isto implica um conhecimento aprofundado sobre, não só a contingência sociocultural do local, como também as oportunidades e restrições que se colocam a outras escalas territoriais, como por exemplo, ao conflito de interesses presente nos diversos instrumentos de gestão territorial supramunicipais. Apesar da intervenção se realizar tradicionalmente numa micro-escala, é fundamental considerar as barreiras que se colocam na macro-escala para que não se corra o risco de elevar demasiado as expectativas das populações e de, mais tarde, estas se sentirem usadas como laboratórios de experiências que não produzem qualquer efeito. Tal como referem Awan, Scheneider e Till (2011), a propósito do seu conceito de “agenciamento espacial”, a ação dos arquitetos só será efetivamente transformadora se estes estiverem “alerta para os constrangimentos e oportunidades que a estrutura apresenta” (Awan, Scheneider e Till *apud* Baptista, 2013b: 20-21).

3) Ter consciência de que, sendo um “*outsider*”, “exterior” ao meio onde decide intervir, corre o risco, por maior que seja a sua “boa vontade”, de cair num involuntário paternalismo, isto é, de conceber e impor um projeto a uma comunidade, independentemente de o considerar como o melhor para a mesma e de esta consentir a sua execução por eventualmente desconhecer a totalidade das suas implicações. O mesmo é dizer, tomar decisões pelos outros, decisões essas que terão consequências que “*seront supportées uniquement par les autres et non par celui qui porte lá responsabilité de la décision*” (Friedman, 2000 [1974]: 30)¹⁷⁶. Considerando este facto, a via para uma intervenção não paternalista poderá passar por reverter a tradicional relação de agência autoritária ou hegemónica que

¹⁷⁶ Segundo Friedman (2000 [1974]), “*tous les experts sont paternalistes*”, não só porque, por definição, são as pessoas “*qui savent mieux que les autres ce qui est bon ou n’est pas bon pour ces autres*” (*id.: ibid.*), mas também porque não sofrem as consequências dos eventuais erros das suas decisões.

costuma estabelecer com os destinatários dos seus projetos ao dispor de respostas antecipadas para os contextos de intervenção. Entende-se assim que o paradigma da localização de problemáticas e sua resolução, que sempre foi o modo como a arquitetura se legitimou e perpetuou (Till, 2005: 35), deva ser substituído, tal como sugestão feita pelo urbanista John Forester, pela produção de sentido. “*Sense-making is not simply a matter of instrumental problem-solving, it is a matter of altering, respecting, acknowledging, and shaping people’s lived worlds*” (Forester *apud* Till, 2005: 36). Tal como refere Till (2011), um projeto só será relevante se for informado pelas múltiplas vozes dos “*insiders*”. O autor entende que a irrelevância de muitos projetos “críticos” reside na sua falta de compromisso com a realidade por perseguirem obsessões abstratas e individuais (*id.*: 166).

4) Considerar “as exigências e necessidades” da comunidade (Lepik *apud* Baptista e Melâneo, 2011a: 36). No contexto das intervenções locais dos arquitetos julga-se aqui ser igualmente importante reformular os próprios princípios das ESC. Talvez seja possível falar não apenas de “necessidades humanas básicas” mas também, e talvez mais significativo no âmbito destas intervenções, de “necessidades urbanas específicas” ou a “necessidade da cidade e da vida urbana” (Lefebvre, 2000 [1968]). Além das necessidades humanas, as

(...) necessidades antropológicas, elaboradas socialmente (isto é, tanto separadas como reunidas, aqui comprimidas e ali hiperatrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas que os equipamentos comerciais e culturais tidos em consideração de forma mais ou menos parcimoniosa pelos urbanistas não satisfazem. Trata-se da necessidade de actividade criativa, de obra (não apenas de produtos e bens materiais consumíveis), necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, de actividades lúdicas.

(...) Não serão as necessidades urbanas específicas necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não passasse pelo valor de troca, o comércio e o lucro? Não será isso também a necessidade de um tempo para esses encontros e essas trocas? (Lefebvre, 2000 [1968]: 107-108).

5) Perder o medo de negociar com a comunidade e de com isso deixar de ser visto como arquiteto (Till, 2005). Segundo Jeremy Till (2005), o arquiteto deve assim entender a participação não como uma ameaça mas uma oportunidade para uma prática arquitetónica mais relevante, “*a more empowering form of architecture*” (*id.*: 41). Negociar com a comunidade não significa que o conhecimento especializado do arquiteto seja negado ou recusado e que este se reduza a um mero facilitador técnico

dos desejos da comunidade (Till, 2005: 31). Segundo Till (2005), ao invés das suas capacidades serem instrumentalizadas, o seu conhecimento deve ser usado de forma transformadora, ou seja, ajudando a comunidade a desenvolver novas visões espaciais (*id.: ibid.*). De acordo com o autor, da mesma forma que o arquiteto deve transformar o conhecimento da comunidade, a comunidade deve transformar o conhecimento do arquiteto, o que só acontece se este se colocar numa posição de aprendizagem, isto é, se reconhecer e respeitar esse conhecimento que é necessário *“to state the obvious and the commonplace in order to expand the narrowness of vision often found in highly trained people”* (Sanoff *apud* Till, 2005: 34). Tal como defende Doina Petrescu (2005), *“in participative approaches, the architect should accept losing control. Rather than being a master, the architect should understand himself/herself as one of the participants”* (Petrescu, 2005: 55). Esta abordagem participativa pressupõe aquilo que Petrescu designa de *“design-action”*, que *“(…) is not so much a bottom-up approach, but one ‘in the middle’, as Deleuze would say. It is an approach that places the architect and the user in the middle of a creative architectural process (id.: 55-56).*

6) Estabelecer novos meios de comunicação para essa negociação por alternativa aos herméticos códigos de linguagem e desenho que ajudaram a legitimar a profissão (Till, 2005: 32). Till (2005) considera que a conversação deve integrar o processo arquitetónico participativo, mais precisamente o que entende por *“storytelling”*. Um outro bom exemplo de novos meios de comunicação é o “mapeamento coletivo” que permite garantir um conhecimento mais aprofundado sobre o território de intervenção. Estes mapas ou planos cartográficos, “através da socialização de saberes não especializados e de experiências quotidianas dos participantes permitem partilhar conhecimentos em vista da viabilização crítica das problemáticas mais prementes do território, identificando responsáveis, conexões e consequências” (Iconoclastas, 2013: 186), ou seja, permitem “distinguir prioridades e recursos quando chega o momento de se projectarem práticas transformadoras que em seguida adoptam diversos cursos de acção” (*id.: ibid.*).

7) Estabelecer colaborações com outros atores externos. Estando a comunidade local em permanente dialética com o regional, o nacional e o global, garantir a diversidade de atores envolvidos provenientes de outros contextos é essencial para que se desencadeie um processo de inovação social. A iniciativa pode ainda beneficiar da colaboração com outros coletivos artísticos na medida em que, através das atividades por estes promovidas, poderá alcançar-se mais facilmente a capacitação das populações.

Ao nível dos recursos externos mobilizados considera-se igualmente o desafio da mobilização de recursos financeiros. Atuando em comunidades desfavorecidas, os arquitetos devem desenvolver estratégias que possam sustentar o seu trabalho.

8) Considerar as vantagens e desvantagens do mediatismo das suas intervenções, seja porque faz dele um uso intencional - tentativa de influência das políticas por via da construção de uma opinião pública através dos *media* - ou simplesmente porque o carácter pouco comum destas intervenções desperta o interesse da comunicação social. Entende-se que esta mediatização pode ajudar a conferir reconhecimento a comunidades votadas ao esquecimento e à invisibilidade, podendo este reconhecimento, por sua vez, constituir-se como “um passo fundamental para que as populações alcancem o direito à sua existência” (Costa e Moreira, 2013). Contudo, pode conduzir, noutros casos, a uma atração turística dos espaços, o que nem sempre afeta positivamente as dinâmicas quotidianas das populações residentes.

9) Por último, perspetivar a evolução do projeto a longo prazo, ou seja a sua apropriação pela comunidade, mesmo que a intervenção dos arquitetos seja temporária. Por exemplo, no caso de o projeto envolver construção, a sua participação neste processo pode garantir mais tarde a apropriação do espaço (Lepik *apud* Baptista e Melâneo, 2011a: 36). Se a comunidade não participar na iniciativa, se esta for realizada “para” as pessoas e não “com” as pessoas, inevitavelmente após a saída do território dos agentes promotores e operadores, a dinâmica acabará por desvanecer-se, pois não tendo participado, a comunidade não tem qualquer razão para defender a continuidade do projeto.

Pistas para futuras investigações

O carácter exploratório do estudo de caso desenvolvido e a confirmação parcial da hipótese de investigação não permitem generalizar resultados sobre as relações entre as iniciativas de intervenção local dos arquitetos e as ESC capazes de gerar inovação sócio-territorial, mas permitem incentivar a generalização do modelo de análise aqui apresentado a outros casos com vista a uma maior compreensão sobre as mesmas. Ao mesmo tempo, levantam-se com este estudo de caso algumas questões que podem conduzir a outras investigações: Serão noutros casos igualmente as crianças a ponte para o envolvimento da comunidade nos processos? Poderão ser estas iniciativas uma forma de garantir o “direito à cidade” das crianças? Considerando que a maioria dos territórios informais resultam de uma demissão do Estado relativamente ao contrato social que estabelece com os cidadãos, de que

forma pode ser promovida a mudança das relações de poder entre a comunidade e o Estado nestes contextos? Através de um aproveitamento das estruturas vigentes de poder em favor dos objetivos da iniciativa? Ou através da reivindicação da responsabilidade política, por via da ação crítica? Será a cumplicidade/concertação mais produtiva que a resistência? Que efeitos poderá ter essa cumplicidade a longo prazo? A melhoria pontual das condições de vida nestes territórios não poderá levar a que a causa do problema não seja resolvida, nomeadamente, o direito a uma habitação condigna? Poderá ser uma forma de desviar a atenção do debate do essencial que é a resolução dos conflitos de interesses entre as várias escalas do poder estatal? Tal como questiona Bismarck (2010),

quem são hoje, afinal, os verdadeiros agentes e especialistas capazes de pensar e intervir nas cidades? As pesadas e inoperantes instituições com os seus processos tradicionais ou esses pequenos colectivos de artistas e arquitectos que assim se movem livremente/activamente pela cidade (...) privilegiando mais a *táctica* e menos o *projecto*, mais livre, adaptável, ensaística e problematizante e menos rígida, pesada e formal? (*id.*)

Julga-se que esta questão pode cair na armadilha dialética de se considerar uma intervenção substituta de outra. Os agentes criativos da cidade são vários e continuarão a ser. O que parece fundamental questionar é: qual o papel que estas “pesadas instituições” devem desempenhar perante estas iniciativas? Poderão igualmente as instituições privilegiar “mais a *táctica* e menos o *projecto*”? Será que a resposta poderá ser encontrada na instauração de um “urbanismo de regulação” (Bourdin, 2011: 107)? Um urbanismo que acompanha e orienta o “jogo de actores” (*id.*: 108)? Que se ocupa da “mobilização e organização das cooperações, das relações entre os actores” (*id.*: *ibid.*)?

Talvez sim, e talvez só nesse contexto as iniciativas de intervenção local possam ser verdadeiramente transformadoras.

FONTES

Artigos de imprensa *online*

Diário de Notícias (2007), “Chumbada minicidade para a Cova do Vapor”.

Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=655007&page=1

Expresso (2014), “Barreiro recebe novo terminal de contentores”.

Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/barreiro-recebe-novo-terminal-de-contentores=f890277>

Documentos audiovisuais disponíveis na *web*

Vídeo Casa do Vapor (2013), “Casa do Vapor”.

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ctdy3Yu-gkU>

Vídeo RTP1 (2011a), “Escola de arquitetura nasce junto à Trafaria”.

Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/?article=453156&layout=122&visual=61&tm=8&>

Vídeo RTP1 (2011b), “TISA” no programa “30 minutos”.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zwUNZAR_ce8&sns=tw

Vídeo RTP2 (2013), “Casa do Vapor” no programa “Agora”.

Disponível em: <http://www.rtp.pt/play/p1235/e129158/agora>

Vídeo de Samuel Santos, Filipe Oliveira e Dafne Espírito Santo (2011), “Entrevista da TISA”.

Disponível em: <http://vimeo.com/56521992>

Vídeo TEDx Edges (2011), “Strategies for Collective Evolution”.

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=azqYOI-Vp6o>

Web-documentário PÚBLICO (2013), “Um dia a Casa vai abaixo” (com reportagem, captação e edição de Vera Moutinho e coordenação de Sérgio B. Gomes e Sónia Matos)

Disponível em: <http://www.publico.pt/multimedia/casa-do-vapor>

Documentário FRANCE 3 (2014), “Lysbonne, au pays bleu” no programa “Thalassa”

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Qs_hlvIB_S4

<https://www.youtube.com/watch?v=qnAkplgSZzo>

Entrevistas

Entrevistas aos agentes operadores das iniciativas TISA e Casa do Vapor

Entrevistas aos habitantes da Cova do Vapor

Entrevistas aos representantes institucionais locais (Presidente AMCV, Adjunto da Vereação CMA).

Legislação

Resolução do Conselho de Ministros nº86/2003, *Diário da República nº144/03 – I Série B*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.

Lei nº54/2005 de 15 de Novembro, *Diário da República nº219 – I Série A*, Assembleia da República, Lisboa.

Páginas de *Facebook*

Associação de Moradores da Cova do Vapor (AMCV)

<https://www.Facebook.com/AMCOVADOVAPOR>

Biblioteca da Trafaria

<https://pt-br.Facebook.com/pages/Biblioteca-da-Trafaria-Onde-o-Tejo-se-Faz-ao-Mar/628738823909961>

Biblioteca do Vapor

<https://www.Facebook.com/bibliotecadovapor>

Casa do Vapor

<https://www.Facebook.com/casa.dovapor.9>

O diário da Cova do Vapor

<https://www.Facebook.com/pages/O-diario-da-cova-do-vapor/683664901673383>

TISA

<https://www.Facebook.com/pages/TISA-The-Informal-School-of-Architecture/210157099007196>

Urban Nouveau*

https://www.Facebook.com/pages/Urban-Nouveau/148786188469163?sk=timeline&ref=page_internal

Cozinha Comunitária das Terras da Costa

<https://www.Facebook.com/cozinhacomunitariadasterrasdacosta>

Websites

Biblioteca do Vapor

<http://bibliotecadovapor.org/>

Casa do Vapor

<http://www.casadovapor.org/pt>

CCB

<http://www.ccb.pt/sites/ccb/pt-PT/Programacao/Exposicoes/Pages/exposicaotantomarmarco2014.aspx?month=6> (consultado em Junho de 2014)

ConstructLab

<http://constructlab.net/>

Devir Menor

<http://www.devirmenor2012guimaraes.com/>

Exyzt

<http://www.exyzt.org/>

Memórias Coletivas

www.memoriascoletivas.pt/

Spatial Agency – Exyzt

<http://www.spatialagency.net/database/why/political/exyzt>

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, João (2010), “Uma nova forma de encarar o ser arquitecto”, *Revista arquitectura* 21, 11, p.19.
- Almeida, Pedro Vieira de (1964), “Da Utilidade Social da Arquitectura”, *Análise Social*, II, (6), pp.237-248.
- Alpalhão, Luísa (2013), “Práticas emergentes – Novas arquiteturas como reflexo do presente contexto socio-económico”, *Revista arqa – Arquitetura e Arte*, 107, pp.110-113.
- Alves-Mazzotti, Alda (2006), “Usos e abusos dos estudos de caso”, *Cadernos de Pesquisa*, 129, (36), pp.637-651.
- Amaro, Carla (2011), “Lição de Arquitectura na Cova do Vapor”, *Diário de Notícias - Notícias Magazine*, 7 de Agosto, pp.38-45.
- Disponível em: http://www.m-almada.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=52194164&att_display=n&att_download=y
- André, Isabel e Alexandre Abreu (2006), “Dimensões e Espaços da Inovação Social”, *Finisterra*, XLI, (81), pp.121-141.
- André, Isabel e Alexandre Abreu (no prelo), “Social creativity and post- rural places: the case of Montemor-o-Novo, Portugal”, *Canadian Journal of Regional Science/Revue Canadienne des Sciences Régionales, Special issue on Social Innovation and Territorial Development*.
- André, Isabel, Eduardo Brito Henriques e Jorge Malheiros (2009), “Inclusive Places, Arts and Socially Creative Milieux”, em D. MacCallum, F. Moulaert, J. Hillier and S. Vicari (orgs.), *Social Innovation and Territorial Development*, Aldershot, Ashgate, pp.149-166.
- André, Isabel e João Reis (2009), “O circo chegou à cidade! Oportunidades de Inovação Sócio-Territorial”, *Finisterra*, XLIV, (88), pp.79-94.
- André, Isabel e André Carmo (2010), “Régions et villes socialement créatives. Étude appliquée à la péninsule ibérique”, *innovations*, 33, pp.65-84.
- André, Isabel e André Carmo (2012), “Utopias, real utopias and arts: The production of socially creative spaces”, comunicação apresentada no Seminário *Give Cities a Chance – Arts for Socially Creative geographies*, realizado no âmbito do projecto RUCaS – Utopias Reais em Espaços Socialmente Criativos (PTDC/CS-GEO/115603/2009), CEG-IGOT-UL, Dezembro de 2012, Lisboa.
- Disponível em: http://rucasproject.files.wordpress.com/2012/12/rucas_pres_ia_ac111212.pdf
- André, Isabel e Muriel Rousselle (2010), “Estratégias Sociais Criativas em Barcelona. O caso do Walden-7”, *Finisterra*, XIV, (90), pp.71-90.
- André, Isabel e Maria João Alcoforado (2012), “Estratégias Territoriais Criativas”, *Finisterra*, XLVII, (94), pp.3-5.
- Anon (2013a), “Na Cova do Vapor: Uma Biblioteca em Madeira”, *Boletim Almada*, 198, pp. 28.
- Anon (2013b), “Projetos Crisis Buster – biografias”, *Revista Arqa - Arquitetura e Arte*, 110, pp. 88-89.
- Awan, Nishat, Tatjana Schneider e Jeremy Till (2011), *Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture*, New York, Routledge.
- Baptista, Luís Santiago (2011), “Experiências Participativas – Práticas arquitectónicas interventivas perante a uniformização profissional”, *Revista arqa – Arquitectura e Arte*, 90/91, pp.6-7.
- Baptista, Luís Santiago (2011b), “geração z #3: Qual a responsabilidade da novíssima geração da arquitectura portuguesa?”, *Revista arqa – Arquitectura e Arte*, 98/99, pp.8-9.

- Baptista, Luís Santiago e Paula Melâneo (2011a), “Experiências Participativas – Perspectivas Críticas”, *Revista arqa – Architectura e Arte*, 90/91, pp.28-41.
- Baptista, Luís Santiago e Paula Melâneo (2011b), “Entrevista – Ateliernob - «O grande desafio pelo qual todos passamos é o crescimento»”, *Revista arqa – Architectura e Arte*, 98/99, pp.72-75.
- Baptista, Luís Santiago (2012), “Guimarães 2012: Arte e Arquitetura. Práticas espaciais para um contexto territorial em mutação”, *Revista arqa – Arquitetura e Arte*, 104, pp.20-21.
- Baptista, Luís Santiago e Paula Melâneo (2012), “Entrevista – Inês Moreira – Devir Menor: Arquitetura e Práticas Espaciais Críticas na Ibero-América”, *Revista arqa – Arquitetura e Arte*, 104, pp.98-101.
- Baptista, Luís Santiago (2013a), “Portugal Cultural – A reorientação estratégica do arquiteto perante o conflito de culturas”, *Revista arqa – Arquitetura e Arte*, 105, pp.26-27.
- Baptista, Luís Santiago (2013b), “Novas Coletividades – A genealogia moderna do coletivo e as novas estratégias comunitárias”, *Revista arqa – Arquitetura e Arte*, 107, pp.20-21.
- Baptista, Luís Santiago (2013c), “Close, Closer – Desafios e dilemas quando “tudo é arquitetura”, c.
- Baptista, Luís Santiago e Paula Melâneo (2014), “Ateliernob. Tanto Mar – Portugueses fora de Portugal”, *Revista arqa – Arquitetura e Arte*, 114, pp.116-119.
- Baptista, Luís Santiago (2014a), “‘Arquitetura ou Revolução’: Um Atlas da Architectura Social”, em Luía Santiago Baptista, Joaquim Moreno e Fredy Massad e Alicia Guerrero Yeste, *Arquitetura Social: Três Olhares Críticos*, Brochura da Exposição Tanto Mar, Lisboa, CCB.
- Baptista, Luís Santiago (2014b), “práticas-emergentes.pt. Jovens arquitetos portugueses em tempos de crise”, *Revista arqa – Arquitetura e Arte*, 114, pp.20-21.
- Bardin, Laurence (2009 [1977]), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Bergdoll, Barry (2010), “Introduction”, em Andres Lepik (orgs.), *Small scale big change: new architectures of social engagement*, New York, The Museum of Modern Art, pp.7-11.
- Bismarck, Pedro Levi (2010), “More Tactics, Less Planning? Quando os convidados se tornam anfitrião”, *Punkto* (Online).
- Disponível em: http://www.revistapunkto.com/2010/10/more-tactics-less-planning_09.html
- Bouman, Ole (2007), “Unsolicited, or: The New Autonomy of Architecture”, *Volume*, (Online), 14.
- Disponível em: <http://volumeproject.org/2007/04/unsolicited-or-the-new-autonomy-of-architecture/>
- Bourdin, Alain (2011), *O urbanismo depois da crise*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Brandão, Pedro (2006), *O arquitecto e outras imperfeições: ética, identidade e prospectiva da profissão*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Bunschoten, Raoul (2003), “The architect as Curator”, em Jennifer Sigler, *Hunch*, 6/7, pp.120-122.
- Carlo, Giancarlo de (2005 [1969]), “Architecture’s public”, em Peter Blundell Jones, Doina Petrescu e Jeremy Till (orgs.), *Architecture and Participation*, London, Taylor & Francis, pp.3-22.
- Carlo, Giancarlo de (2010 [1980]), “Arquitetura da Participação”, em José Manuel Rodrigues (orgs.), *Teoria e crítica de Architectura: século XX*, Casal de Cambra, Ordem dos Arquitectos/Caleidoscópio, pp.753-758.
- Caló, Susana (2013), “Devir Autónomo e Imprevisto: Por novos espaços de liberdade”, *Lugar Comum*, 41, pp. 95-102.
- Cloutier, Julie (2003), *Qu’est-ce que l’innovation sociale?*, Montreal, Cahiers du CRISES - Collection Études théoriques, ET0314.

- CMA (2008), *Relatório da Avaliação da Execução do Plano Director Municipal e de Identificação dos Principais Factores de Evolução do Município*, Almada, Direcção Municipal de Planeamento e Administração do Território.
- CMA (2011a), *Revisão Plano Director Municipal de Almada – Estudos de Caracterização do Território Municipal - Caderno 1- Enquadramento Territorial*, Almada, Novembro.
- CMA (2011b), *Revisão Plano Director Municipal de Almada – Estudos de Caracterização do Território Municipal - Caderno 2 – Sistema Ambiental*, Almada, Outubro.
- Comeau, Yvan (2004), “Les contributions des sociologies de l’innovation à l’étude du changement social”, em *Innovations sociales et transformations des conditions de vie. Actes du colloque tenu à l’Université Laval, le 16 avril 2004*, Montreal, Cahiers du CRISES - Collection Études théoriques, ET0418, pp.29-44.
- Costa, Pedro Campos Paulo Moreira (2013), “Noutra Costa da Caparica: Olhares Sobre um Bairro ‘Invisível’”, *Jornal dos Arquitectos*, 247, (Online)
Disponível em: <http://www.jornalarquitectos.pt/noutra-costa-da-caparica/>
- Cozinha do Vapor (2013), “Projetos: J. Bergstein-Collay + M. Paco Rizzi – Cozinha da Casa do Vapor”, *Revista Arqa – Arquitetura e Arte*, 110, pp. 90-93.
- Creative Commons (2014), “Casa do Vapor. L’Eldorado c’est possible”, *Revista Strabic.Fr*, (Online).
Disponível em: <http://strabic.fr/Casa-do-vapor>
- Croft, Vasco (2001), *Arquitectura e humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal*, Lisboa, Terramar.
- Dias, Manuel Graça e Ana Vaz Milheiro (2009), “Filipe Balestra: os pobres têm sido os meus professores”, *Jornal Arquitectos*, 236, pp.82-92.
- Dias, Manuel Graça (2013), “Qualquer coisa que suponho como certa, outra vez”, *Público*.
Disponível em: <http://www.publico.pt/cultura/noticia/qualquer-coisa-que-suponho-certa-outra-vez-1609102>
- Diogo, Vera (2010), “Dinâmicas de Inovação Social e suas implicações no Desenvolvimento Espacial: uma abordagem a três iniciativas do Terceiro Sector no Norte de Portugal”, comunicação apresentada no XII *Colóquio Ibérico de Geografia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 6 a 9 de Outubro de 2010, Porto.
- Diogo, Vera e Paula Guerra (2013), “A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat Sociologia”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXV, pp.141-163.
- Estevens, Ana (2012), “Utopias Reais em Espaços socialmente criativos”, apresentação realizada no âmbito do projecto RUCaS – Utopias Reais em Espaços Socialmente Criativos (PTDC/CS-GEO/115603/2009), CEG-IGOT-UL.
Disponível em: http://rucasproject.files.wordpress.com/2012/05/rucas_aml_ana-estevens.pdf
- Exyzt, Collectif (2013), “Casa do Vapor in Cova do Vapor, Almada!!!”.
Disponível em: <http://www.exyzt.org/agenda/CASA-DO-VAPOR-eng.pdf>
- Filgueiras, Octávio Lixa (1985 [1962]), *Da Função social do Arquitecto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*, Porto, ESBAL.
- Fidalgo, Vanessa (2014), “Casas na Cova do Vapor”, *Domingo – suplemento Correio da Manhã*, pp. 60.

- Florida, Richard (2002), *The Rise of the Creative Class: and how it's transforming work, leisure, and everyday life*, New York, Basic Books.
- Freitag, Michel (2004), *Arquitetura e Sociedade*, Lisboa, Dom Quixote.
- Freitas, Maria João e Ana Estevens (2012), "Territórios resilientes, criativos e socialmente inovadores: desafios e paradoxos à transformação e mudança face a disrupções e processos com expressões difusas e diluídas no tempo", comunicação apresentada no VII Congresso Português de Sociologia, Faculdade de Letras e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 19 a 22 de Junho de 2012, Porto.
- Frey, Bruno (2002), "Creativity, Government and the Arts", *The Economist*, 150, (4), pp.363-376.
- Friedman, Yona (2000 [1974]), *Utopies réalisables*, s.l., L'Éclat.
Disponível em: <http://www.esprit68.org/infokiosque/utopiesrealisables.pdf>
- Furtado, Gonçalo e Sandra Alves (2012), "Cidades criativas em Portugal e o papel da arquitetura: Mais uma estratégia a concertar", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (Online), 99, pp.125-140.
Disponível em: <http://rccs.revues.org/5137>
- Gadano, Pedro (2006), *Para que serve a Arquitetura?*, Porto, Dafne Editora.
Disponível em: http://dafne.pt/conteudos/livros/para-que-serve-a-arquitetura/opusculo_2.pdf
- Gadano, Pedro (2007), "Arquitetura como Performance", *Revista Dédalo*, 2, Porto, AEFAUP, pp.24-29.
Disponível em: <http://issuu.com/revista.dedalo/docs/dedalo2/45>
- Gertler, Meric (2004), *Creative cities: what are they for, how do they work, and how do we build them?*, Ottawa, Canadian Policy Research Networks.
- Guerra, Isabel (2009), "Velhos Problemas e Novas Respostas: à Procura da Inovação Social", em António Oliveira das Neves (orgs.), *Inovação Social*, Lisboa, GEP-MTSS, pp.179-186.
- Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*, Estoril, Principia.
- Guerra, Paula (2012), "A cidade inclusiva matizada pela inovação social em prol da justiça espacial", em António Figueiredo, Jose Penabad, e Enrique Álvarez (orgs.), *Desafios de governação das cidades do século XXI*, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, pp.351-383.
- Guido, Luca Puglisi e Luigi Prestinzenza (2009), "'To Go Beyond or Not to Be'. Unsolicited Architecture - An Interview with Ole Bouman", *Architectural Design*, 79, pp.82-85.
- González, Sara, Frank Moulaert e Flavia Martinelli (2010), "ALMOLIN. How to analyse social innovation at the local level", em F. Moulaert, E. Swyngedouw, F. Martinelli and S. Gonzalez (eds.), *Can Neighbourhoods Save the City? Community Development and Social Innovation*, London, Routledge, pp.49-67.
- Hall, Peter (2000), "Creative Cities and Economic Development", *Urban Studies*, 37, (4), pp.639-649.
- Henriques, José Manuel (2010), "Inovação Social e Coesão Territorial: Contributos Equal", em Ana Vale José Manuel Henriques e Maria do Carmo Nunes, *Para Uma Nova Intervenção Social*, Gabinete de Gestão Equal - MTSS, Lisboa.
- Hillier, Jean, Frank Moulaert e Jacques Nussbaumer (2004), "Trois essais sur le rôle de l'innovation sociale dans le développement territorial", *Géographie, économie, société*, 2, (6), pp.129-152.
- Iconoclastas (2013), "Algumas Considerações acerca da Prática do Mapeamento Coletivo", *Lugar Comum*, 41, pp. 185-191.

- INE (2011), *XV Recenseamento Geral da População – CENSOS 2011*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Klein, Juan-Luis e Diane-Gabrielle Tremblay (s.a.), “Cultural creation and social innovation as the basis for building a cohesive city”.
- Disponível em: http://www.socialpolis.eu/uploads/tx_sp/EF10_Paper.pdf
- Klein, Juan-Luis, Jean-Marc Fontan, Denis Harrisson e Benoît Lévesque (2012), “The Quebec System of Social Innovation. A Focused analysis on the local development field”, *Finisterra*, XLVII, (94), pp.9-28.
- Kohlbacher, Florian (2005), “The Use of Qualitative Content Analysis in Case Study Research”, in *FQS: Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research* [On-line Journal], 7(1), Art. 21, [89 parágrafos]. <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/75>
- Kroll, Lucien (2005), “Animal town planning and homeopathic architecture”, em Peter Blundell Jones, Doina Petrescu e Jeremy Till (orgs.), *Architecture and Participation*, London, Taylor & Francis, pp.183-186.
- Landry, Charles (2000), *The Creative City: a toolkit for urban innovators*, London, Earthscan.
- Lefebvre, Henry (2000 [1968]), *O Direito à Cidade*, Lisboa, Estúdio e Livraria Letra Livre.
- Leite, Vitório e Catarina Ribeiro (2013), “Arquitetura da Participação – Influências latino-americanas de um quotidiano participativo”, *Revista arqa – Arquitetura e Arte*, 107, pp.106-109.
- Lepik, Andres (2010), “Building on Society”, em Andres Lepik (orgs.), *Small scale big change: new architectures of social engagement*, New York, The Museum of Modern Art, pp.12-22.
- Ley, David (2003), “Artists, Aesthetisation and the Field of Gentrification”, *Urban Studies*, 40, (12), pp.2527-2544.
- Macedo, Filipe Borges de (2011a), *A Arquitectura participativa de Filipe Balestra na Rocinha*, Lisboa, s.n..
- Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/69329977/A-Arquitectura-Participativa-de-Filipe-Balestra-na-Rocinha>
- Macedo, Filipe Borges de (2011b), *Out of the Box. A Arquitectura participativa de Filipe Balestra*, Artigo científico para a disciplina Reabilitação Urbana e Sustentabilidade do 1º ano do curso de Doutoramento em Arquitectura, Lisboa, FAUTL.
- Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/64715995/Out-of-the-box-A-Arquitectura-participativa-de-Filipe-Balestra>
- Machado, Aquilino e Isabel André (2012), “Espaço Público e Criatividade Urbana. O caso do Marais em Paris.”, *Finisterra*, XLVII, (94), pp.119-136.
- Malheiros, Jorge (2008), “Comunidades de origem indiana na Área Metropolitana de Lisboa – iniciativas empresariais e estratégias sociais criativas na cidade”, em Catarina Reis Oliveira e Jan Rath (orgs.), *Revista Migrações - Número Temático Empreendedorismo Imigrante*, 3, Lisboa, ACIDI, pp.139-164.
- Martinelli, Flavia, Frank Moulaert e Sara González (2010), “Creatively designing urban futures. A transversal analysis of socially innovative initiatives”, em F. Moulaert, E. Swyngedouw, F. Martinelli and S. Gonzalez (orgs.), *Can Neighbourhoods Save the City? Community Development and Social Innovation*, London, Routledge, pp.198-218.
- Martins, Ivo Poças (2014), “A escola-estaleiro em Covas do Monte”, *JA – Jornal Arquitectos*, 249 (Online).
- Disponível em: <http://www.jornalarquitectos.pt/a-escola-estaleiro-em-covas-do-monte-2/>

- Massad, Fredy e Alicia Guerrero Yeste (2014), “A Arquitectura Social na Era do Espectáculo”, em Luía Santiago Baptista, Joaquim Moreno e Fredy Massad e Alicia Guerrero Yeste, *Arquitectura Social: Três Olhares Críticos*, Brochura da Exposição Tanto Mar, Lisboa, CCB.
- Mateus, Bruno (2010), *Como se organiza um bairro? Um estudo de caso sobre a Cova do Vapor*, Dissertação de Mestrado em Sociologia e Planeamento, Lisboa, ISCTE.
Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3300/1/Tese%20%2b%20Anexo%20A.pdf>
- Mayring, Philipp (2000), “Qualitative Content Analysis”, in *FQS: Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research* [On-line Journal], 1(2), Art. 20, [28 parágrafos].
Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1089>
- Miessen, Markus (2010), *The Nightmare of Participation*, Berlin, Sternberg Press.
- Montaner, Josep Maria e Zaida Muxí (2011), *Arquitectura y Política*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- Moreira, Inês (2010), “Mapa de Jovens Práticas Espaciais”, *Revista arquitectura* 21, 11, pp.20-25.
- Mosley, Jonathan e Rachel Sara (eds.) (2013), “The Architecture of Transgression – Contributors”, *Architectural Design*, 226.
- Moulaert, Frank, Hilde Demuyne e Jacques Nussbaumer (2004), “Urban renaissance: from physical beautification to social empowerment. Lessons from Bruges—Cultural Capital of Europe 2002”, *City*, 8, (2), pp.229-235.
- Moulaert, Frank, Flavia Martinelli, Erik Swyngedouw e Sara González (2005), “Towards Alternative Model(s) of Local Innovation”, *Urban Studies*, 42, (11), pp.1969–1990.
- Moulaert, Frank (2007) (orgs.), *Social innovation, governance and community building - SINGOCOM - Final report*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- Moulaert, Frank, Flavia Martinelli, Sara González e Erik Swyngedouw (2007), “Social Innovation and Governance in European Cities”, *European Urban and Regional Studies*, 14, (3), pp.195–209.
- Moulaert, Frank (2009), “Social Innovation: Institutionally Embedded, Territorially (Re)Produced”, em D. MacCallum, F. Moulaert, J. Hillier and S. Vicari (eds), *Social Innovation and Territorial Development*, Aldershot, Ashgate, pp.11-22.
- Moulaert, Frank (2010), “Social innovation and community development: Concepts, theories and challenges”, em F. Moulaert, E. Swyngedouw, F. Martinelli and S. Gonzalez (eds.), *Can Neighbourhoods Save the City? Community Development and Social Innovation*, London, Routledge, pp.4-16.
- Moulaert, Frank, Diana MacCallum e Jean Hillier (2010), “The role of theory in social innovation analysis: history and challenges”, em F. Moulaert, D. MacCallum, A. Mehmood, A. Hamdouch (orgs.), *Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research, s.l., KATARSIS*, pp.13-22.
- Moutinho, Vera (2013), “Casa do Vapor: A casa vai abaixo O que fica?”, in *Público*, 15 de Outubro.
Disponível em: <http://www.publico.pt/portugal/jornal/a-casa-vai-abaixo-o-que-ficacasa-do-vapor-27242841>
- Mumford, Michael (2002), “Social Innovation: Ten Cases From Benjamin Franklin”, *Creativity Research Journal*, 14, (2), pp.253-266.
- Nogueira, Patrícia (2013), *Práticas Coletivas para uma Arquitetura Expansiva: Os novos compromissos da Arquitetura na Contemporaneidade*, Dissertação de Mestrado em Cultura Arquitetónica, Guimarães, Escola de Arquitetura – Universidade do Minho.

- Oliveira, Michael e Gonçalo Furtado (2012), “Agenciamento: Ou o estado da arte da Arquitetura”, *Revista arqa – Arquitetura e Arte*, 104, pp.116-119.
- Oosterman, Arjen (2007), “A profession apart”, *Volume*, 14, pp.2-3.
Disponível em: <http://issuu.com/archis/docs/unsolicitedarchitecture>
- Pereira, Hugo Rocha (2011), “Arquitetos Informais da Cova”, *Revista Vert*, 107, pp. 16-18.
- Petrescu, Doina (2005), “Losing Control, keeping desire”, em Peter Blundell Jones, Doina Petrescu e Jeremy Till, *Architecture and Participation*, London, Taylor & Francis, pp. 43-61.
- Plural, Hidroprojecto e Biodesign (s.a.), *POOC Sintra-Sado – Relatório, s.l., s.n.*
Disponível em: http://sig.cm-sintra.pt/Regulamentos/POOC_SADO/Relatorio_poocss.pdf
- Portas, Nuno (1965), “As Ciências Humanas na renovação da formação do Arquitecto”, *Análise Social*, 3, (12), pp.517-525.
- Purcell, Mark (2006), “Urban Democracy and the Local Trap”, *Urban Studies*, 43, (11), pp.1921-1941.
- Queirós, Margarida (2011), “A Cova do Vapor e a Escola Informal de Arquitectura. Onde ninguém ensina e todos aprendem”, em Isabel André e Mário Vale (orgs.), *A Criatividade Urbana na Região de Lisboa – Case Studies*, IGOT-UL/CCDR-LVT, pp. 43-62.
Disponível em: http://issuu.com/ccdr-lvt/docs/relato_4_vp
- Querrien, Anne (2013), “O Devir-Mundo das Práticas Menores”, *Lugar Comum*, 41, pp. 121-131.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2008), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Ramos, Filipa (2013), “Exyzt, ConstructLab: Casa do Vapor”, *Revista Domus*, 6 de Agosto.
Disponível em: http://www.domusweb.it/en/architecture/2013/08/06/casa_do_vapor.html
- Real, Patricio del (2013), “Dionora. Para uma Arquitetura Menor”, *Lugar Comum*, 41, pp. 133-143.
- Römer, Alex e Naïm Aït-Sidhoum (2013), “Low Tech Transgression: The Interventional Work of Exyzt”, *Architectural Design*, 226, pp. 66-69.
- Rudofsky, Bernard (2003 [1964]), “Preface”, em *Architecture without architects: a short introduction to Non-Pedigreed architecture*, Albuquerque, University of New Mexico Press.
- Sacchetti, Vera (2013), “Micro-scale interventions: We don’t always need to build”, *Revista domus*, 971, pp. 55-57.
- Santana, Tiago (2010), *A Prática Não-Solicitada do Arquitecto*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade de Coimbra.
- Santos, Sebastião (2010), *Sinais de consciência. Os desafios da realidade contemporânea na construção da paisagem*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura Paisagista, Lisboa, ISA-UTL.
- Saraiva, Tiago Mota (2012), “The place for architecture in Portugal”, *Revista Domus*, (Online).
Disponível em: <http://www.domusweb.it/en/op-ed/2012/10/25/the-place-for-architecture-in-portugal.html> (tradução livre)
- Saraiva, Tiago Mota (2014), “Tanto Mar – Portugueses fora de Portugal”, folheto da exposição *Tanto Mar – Portugueses fora de Portugal*, 21 Março a 20 de Julho, CCB, Lisboa.
- Scott, Allen (2006), “Creative cities: conceptual issues and policy questions”, *Journal of Urban Affairs*, 28, (1), pp.1-17.
- Stake, Robert (1994), “Case Studies”, em Norman Denzin e Yvonna Lincoln (eds.), *Handbook of Qualitative Research*, Londres, SAGE Publications, pp. 236-247.
- Swyngedouw, Erik e Frank Moulaert (2010), “Socially innovative projects, governance dynamics and urban change: Between state and self-organisation”, em F. Moulaert, E. Swyngedouw, F. Martinelli

- and S. Gonzalez (orgs.), *Can Neighbourhoods Save the City? Community Development and Social Innovation*, London, Routledge, pp.219-234.
- Tainha, Manuel (2006), “Anonimato do Autor e Popularidade da Obra vs Popularidade do Autor e Anonimato da Obra”, em Manuel Tainha, *Textos de Arquitectura*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp.81-82.
- Tafuri, Manfredo (1976), *Architecture and Utopia*, Cambridge, MIT Press.
- Tavares, André e Diogo Seixas Lopes (2013), “Combate e Tática”, *JA – Jornal Arquitectos*, 247 (Online).
Disponível em: <http://www.jornalarquitectos.pt/editorial-2/>
- Tavares, André e Diogo Seixas Lopes (2014), “Construir, é preciso”, *JA – Jornal Arquitectos*, 249 (Online).
Disponível em: <http://www.jornalarquitectos.pt/editorial-5/>
- Távora, Fernando (2006 [1962]), *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP Publicações.
- Till, Jeremy (2005), “The negotiation of hope”, em Peter Blundell Jones, Doina Petrescu e Jeremy Till (orgs.), *Architecture and Participation*, London, Taylor & Francis, pp.23-41.
- Till, Jeremy (2011), “The King is Dead! Long Live the Queen!”, em Nina Valerie Kolowratnik e Markus Miessen, *Waking Up From The Nightmare of Participation*, Expothesis, 2.
- Tombesi, Paolo (2012), “Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture”, *Construction Management and Economics*, 30, (9), pp.809-811.
- Vaz-Pinheiro, Gabriela (2012), “Laboratório de Curadoria, Arte e Arquitetura, Guimarães 2012”, *Revista Arqa - Arquitetura e Arte*, 104, pp. 66-71.
- Weiss, Robert (1994), *Learning from stranger: the art and method of qualitative interview studies*, New York, The Free Press.

ANEXOS

Anexo A. Guião das entrevistas aos agentes operadores das iniciativas

GUIÃO DAS ENTREVISTAS 1
Entrevista aos agentes operadores das iniciativas TISA e Casa do Vapor
APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS DA ENTREVISTA
<p>Na condição de mestranda em Estudos Urbanos (ECSH-ISCTE/FCSH-UNL) e no contexto de um estudo para a dissertação de mestrado sobre as iniciativas de intervenção dos arquitetos na Cova do Vapor, venho solicitar-lhe uma entrevista enquanto interveniente no projeto [TISA ou Casa do Vapor] com o objetivo de avaliar a sua perceção sobre o lugar de intervenção, o processo e os eventuais resultados do projeto em termos de impacto sócio-territorial, ao mesmo tempo que contextualizar esta intervenção na sua trajetória profissional.</p>
Perfil do entrevistado e seu papel na intervenção
Agentes de intervenção
<ul style="list-style-type: none">• Caracterização sociodemográfica (idade, sexo, habilitações académicas e profissão)• Que tipo de experiência e envolvimento pessoal ou profissional tinha em intervenções comunitárias?• Que tipo de relação mantinha com a comunidade da Cova do Vapor antes da intervenção?
Questões específicas aos promotores dos projetos
<ul style="list-style-type: none">• Como define o posicionamento disciplinar do coletivo [Urban Nouveau/Exyzt] tendo em conta o atual panorama geral da arquitetura contemporânea? Que papel pode ter a vossa atividade como arquitetos?• Que influências ou inspirações marcam o vosso [coletivo] percurso profissional? Como é que elas se manifestam na vossa prática arquitetónica?
Questões específicas para os agentes operadores
<ul style="list-style-type: none">• Em que momento entrou em contacto com o projeto e qual o seu papel na iniciativa?
Perceção do entrevistado sobre o meio e processo de intervenção

Estímulos para a intervenção

- Como surgiu a ideia de criar o projeto? O que motivou a escolha do lugar de intervenção e o programa desenvolvido? Que fragilidades/problemas ou oportunidades encontraram para a realização do projeto na Cova?

Meio de intervenção

- Qual a sua perceção sobre o modo como as pessoas se davam umas com as outras na comunidade? Havia conflitos? Ajudavam-se em que aspetos?
- E qual sua perceção sobre as relações entre a comunidade e a Associação de Moradores e a Câmara Municipal de Almada/ Junta de Freguesia da Trafaria?

Questões específicas para os agentes operadores envolvidos desde o início

- Como se processou o primeiro contacto com a comunidade? Qual o grau de receptividade da comunidade aquando a apresentação do projeto? As pessoas reagiram bem/mal? Ficaram interessadas?

Recursos para a intervenção

- Quais os recursos humanos mobilizados para o projeto (membros da comunidade, voluntários externos,...)? Que estratégias/formas usaram para a sua mobilização/envolvimento? Houve adesão da comunidade? Foram chamados a participar? Que experiências recorda?
- Recorreram à mobilização de entidades parceiras? Quais? Foi efetuado algum contacto inicial com a Junta de Freguesia da Trafaria ou com a Câmara Municipal de Almada na tentativa de estabelecer uma parceria para o projeto? Qual a receptividade?
- Foi ativado algum mecanismo de financiamento para o projeto (financiamento público, privado...)?

Perceção sobre o impacto da intervenção na comunidade

Satisfação de necessidades humanas não satisfeitas ou não reconhecidas

- Que balanço faz da intervenção? Resolveu alguns problemas? Satisfez algumas necessidades? Quais e como foram detetadas e satisfeitas?

Empowerment da comunidade

- Considera que a intervenção provocou alterações ao nível de relações/redes sociais na comunidade? Rompimento de relações pré-existentes? Criação de novas dentro e fora do bairro?
- Considera que as pessoas se sentem mais ligadas ao lugar? Gostam mais?
- Considera que a intervenção contribuiu para aumentar as capacidades (competências e conhecimentos) dos moradores? De que forma?
- Considera que a intervenção ajudou a aumentar a capacidade de aprendizagem e ensino partilhado na comunidade? De que forma é visível?
- A intervenção ajudou a integrar potenciais grupos excluídos na comunidade? Quais e como?

Mudança das relações sociais e de poder em termos de governança territorial

- Considera que a intervenção mudou a forma como a comunidade se vê a si mesma?
- E quanto à forma como as pessoas de fora vêm as pessoas do bairro, mudou algo?
- Sente que hoje a população participa mais nas decisões sobre o seu bairro? Que há uma melhor relação entre a população, a Associação e a Câmara de Almada?

Perceção sobre a dinâmica da intervenção

Trajectoria do projeto a nível local e a outras escalas

- Em que medida se mantém ativo o projeto? Que ligação continua a ter com a comunidade ou com outros projetos semelhantes a outras escalas?

Ressonância a nível pessoal

- De que forma o marcou pessoalmente esta iniciativa? Impulsionou-o à reprodução de novos projetos semelhantes?

Anexo B. Guião das entrevistas aos habitantes da Cova do Vapor

GUIÃO DAS ENTREVISTAS 2
Entrevista aos habitantes da Cova do Vapor
APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS DA ENTREVISTA
Na condição de mestranda em Estudos Urbanos (ISCTE/FCSH-UNL) e no contexto de um estudo para a dissertação de mestrado sobre as iniciativas de intervenção dos arquitetos na Cova do Vapor, venho solicitar-lhe uma entrevista enquanto morador da Cova do Vapor com o objetivo de avaliar a sua perceção sobre o lugar, os processos e os eventuais resultados dos projetos TISA e Casa do Vapor em termos de impacto na comunidade.
Perfil do entrevistado
<ul style="list-style-type: none">• Caracterização sociodemográfica (idade, sexo, escolaridade, situação profissional)• Há quantos anos é morador na Cova do Vapor? Com quem vive? Quantos são?
Perceção sobre o meio antes das intervenções
<ul style="list-style-type: none">• Participação cívica• Como era a relação da população com a Associação de Moradores, Junta de Freguesia e Câmara de Almada antes das intervenções? A população era chamada a participar em reuniões de debate sobre projetos destas instituições para o bairro? E participava efetivamente? (Exemplos)
<ul style="list-style-type: none">• Redes sociais• Onde vivem os seus familiares/amigos/pessoas com quem se dá regularmente? (maioritariamente dentro ou fora do bairro?)• Como é que as pessoas do bairro se dão umas com as outras? Há conflitos, ajudam-se, em quê?
Perceção sobre os processos de intervenção

- Como é que os moradores da Cova tiveram conhecimento da intenção dos arquitetos em realizar os projetos TISA e Casa do Vapor? Foram abordados pelos arquitetos? Pela associação de moradores?
- E como é que os moradores da Cova reagiram aos projetos? Bel/Mal? Ficaram interessadas? Viram alguma utilidade nos projetos?
- Foram incentivados a participar nas iniciativas? Como é que foram chamados a participar? Que experiências recorda da participação?

Perceção sobre os impactos das intervenções

- **Satisfação de necessidades materiais e de expressão artística e cultural da comunidade**
- Que balanço faz destas intervenções? Resolveu alguns problemas ou satisfaz algumas necessidades dos moradores? Quais e como?

- **Empowerment**
- Depois destas intervenções
 - Dá-se mais com os vizinhos/comunidade; conhece mais os outros moradores, dá-se mais com pessoas que não conhecia ou não tinha tantos contactos, com pessoas de fora do bairro?
 - Sente-se mais ligado ao lugar/bairro? Gosta mais?
 - O que aprendeu com estas intervenções? Que utilidade teve para si?

- **Mudança das relações sociais de poder**
- A comunidade (pessoas que aqui moram) é hoje diferente? Sente-se diferente? Em que especto?
- O que acha que mudou na forma como as pessoas de fora veem as pessoas do bairro? Têm uma imagem mais positiva ou negativa?
- Sente que hoje é mais ouvido ou participa mais nas decisões sobre o seu bairro?

Perceção sobre a dinâmica das intervenções

- **Trajectoria do projeto a nível local**

- De que forma a comunidade dá continuidade aos projetos? Faz uso de diagnósticos realizados (planos e maquetas deixados)? Mantém as estruturas que pertenciam à Casa do Vapor?

- **Ressonância a nível pessoal**
- Nota alguma diferença em si antes e depois destas intervenções?

Anexo C. Guião das entrevistas aos representantes institucionais locais

GUIÃO DAS ENTREVISTAS 3
Entrevista aos representantes institucionais locais
APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS DA ENTREVISTA
<p>Na condição de mestranda em Estudos Urbanos (ISCTE/FCSH-UNL) e no contexto de um estudo para a dissertação de mestrado sobre as iniciativas de intervenção dos arquitetos na Cova do Vapor, venho solicitar-lhe uma entrevista enquanto presidente da Associação de Moradores da Cova do Vapor/ representante da Câmara Municipal de Almada com o objetivo de avaliar a sua perceção sobre o lugar, os processos de governança local e os resultados dos projetos TISA e Casa do Vapor em termos de impacto no sistema de governança local.</p>
Entrevista a representante da Associação de Moradores da Cova do Vapor
Perfil do entrevistado
<ul style="list-style-type: none">• Caracterização sociodemográfica (idade, sexo, escolaridade, zona de residência e profissão)
Perceção sobre o meio antes das intervenções
<ul style="list-style-type: none">• Participação cívica• Como era a relação da população com a Associação de Moradores, Junta de Freguesia e Câmara de Almada antes das intervenções? A população era chamada a participar em reuniões de debate sobre projetos destas instituições para o bairro? E participava efetivamente? (Exemplos)
<ul style="list-style-type: none">• Redes sociais• Onde vivem os seus familiares/amigos/pessoas com quem se dá regularmente? (maioritariamente dentro ou fora do bairro?)• Como é que as pessoas do bairro se dão umas com as outras? Há conflitos, ajudam-se, em quê?
Perceção sobre os processos de intervenção

- Como é que os moradores da Cova tiveram conhecimento da intenção dos arquitetos em realizar os projetos TISA e Casa do Vapor? Foram abordados pelos arquitetos? Pela associação de moradores?
- E como é que os moradores da Cova reagiram aos projetos? Bel/Mal? Ficaram interessadas? Viram alguma utilidade nos projetos?
- Foram incentivados a participar nas iniciativas? Como é que foram chamados a participar? Que experiências recorda da participação?
- Em que medida se estabeleceu a parceria da Associação com os projetos? Cedência de espaços, recursos?

Perceção sobre os impactos das intervenções

- **Satisfação de necessidades materiais e de expressão artística e cultural da comunidade**
- Que balanço faz destas intervenções? Resolveu alguns problemas ou satisfaz algumas necessidades dos moradores? Quais e como?

- **Empowerment**
- Depois destas intervenções
 - Dá-se mais com os vizinhos/comunidade; conhece mais os outros moradores, dá-se mais com pessoas que não conhecia ou não tinha tantos contactos, com pessoas de fora do bairro?
 - Sente-se mais ligado ao lugar/bairro? Gosta mais?
 - O que aprendeu com estas intervenções? Que utilidade teve para si?

- **Mudança das relações sociais de poder**
- A comunidade (pessoas que aqui moram) é hoje diferente? Sente-se diferente? Em que aspeto?
- O que acha que mudou na forma como as pessoas de fora veem as pessoas do bairro? Têm uma imagem mais positiva ou negativa?
- Sente que hoje a população participa mais nas decisões sobre o seu bairro? Que há uma melhor relação entre a população e a Câmara de Almada?

Perceção sobre a dinâmica das intervenções
<ul style="list-style-type: none">• Trajectoria do projeto a nível local• De que forma a comunidade dá continuidade aos projetos? Faz uso de diagnósticos realizados (planos e maquetas deixados)? Mantém as estruturas que pertenciam à Casa do Vapor?
Entrevista a representante da Câmara Municipal de Almada
Perceção sobre o meio de intervenção
<ul style="list-style-type: none">• Em que situação se encontra legalmente o território? (proprietários, licenças de construção, IMI, serviços prestados pela CMA à população)
Perceção sobre as intervenções desenvolvidas
<ul style="list-style-type: none">• Qual a visão da CMA sobre as iniciativas desenvolvidas na comunidade?• Em que medida se estabeleceu a parceria com o projeto Casa do Vapor? Cedência de recursos? Financiamento?
Perceção sobre os impactos das intervenções
<ul style="list-style-type: none">• Satisfação de necessidades materiais e de expressão artística e cultural da comunidade• Que balanço faz destas intervenções? Resolveu alguns problemas ou satisfaz algumas necessidades dos moradores? Quais e como?
<ul style="list-style-type: none">• Empowerment• Considera que as intervenções contribuíram para uma maior ligação da comunidade ao lugar/ bairro e para uma maior capacitação dos seus moradores?
<ul style="list-style-type: none">• Mudança das relações sociais de poder• Considera que as intervenções mudara a forma como as pessoas de fora vêm as pessoas do bairro? Têm uma imagem mais positiva ou negativa?• Em que medida afetou as relações institucionais entre a comunidade e as instituições de governo local? Facilitou a partilha de informação e a inclusão da comunidade ao nível da tomada de decisões e implementação de medidas respeitantes ao território?

- Na sua perspetiva, quais as mais-valias que este tipo de intervenções podem trazer para o desenvolvimento dos territórios?

Perceção sobre o futuro da Cova do Vapor

- Quais as perspetivas de futuro para a Cova do Vapor? (Terminal de Contentores, POOC, PP São João da Caparica)

Anexo D. Análise de conteúdo das entrevistas aos agentes operadores das iniciativas

Análise de conteúdo das entrevistas aos agentes operadores das iniciativas TISA e Casa do Vapor		
Subcategoria	Unidade de registo	Unidade de contexto
Categoria: Perfil do entrevistado		
Grau de qualificação	Habilitações académicas	Todos os entrevistados são detentores de licenciatura ou mestrado nas áreas da arquitetura, arte ou história da arte.
Experiência profissional	Experiência profissional em trabalho comunitário	Com exceção do Entrevistado 4 que nunca tinha realizado “trabalho de campo com pessoas, sem fins lucrativos e tão experimental”, os restantes entrevistados afirmaram ter alguma experiência em trabalho comunitário, mesmo que não territorializado.
Relação com o meio	Proximidade ao meio	Com exceção do Entrevistado 6 que só teve conhecimento da existência do lugar quando abordado para participar no projeto Casa do Vapor, todos os entrevistados já conheciam e haviam estado no lugar. De todos, apenas o Entrevistado 2 frequentava com maior regularidade o bairro pelo facto do seu pai aí morar.
Categoria: Perceção sobre o processo de intervenção		
Estímulos da intervenção	Oportunidades, recursos, limitações e objetivos da intervenção	<p>TISA</p> <p>“A certa altura houve a possibilidade de termos 50 alunos a estagiar connosco e foi aí que nós escolhemos a Cova do Vapor.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Decidimos ir lá (lembro-me de ter ido com o Filipe e com a Sara, nós os três) e fomos falar com o Sr. Eduardo, e saber um bocadinho qual era a possibilidade de criar lá um projeto com alunos.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Nós fomos ter com a Cova como a Cova veio ter connosco.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“A Cova, em termos de característica, é das últimas aldeias piscatórias da zona de Lisboa e das últimas comunidades ainda informais. (...) Um dos nossos trabalhos é um bocadinho identificar estas comunidades, levantar e valorizar (...) Por isso a Cova do Vapor enquadrava-se” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“A questão da legalização veio quando nós fomos lá” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“São pessoas que ainda construíram as suas próprias casas e é isso que nos interessa bastante. Aquela arquitetura informal sem arquitetos e, no fundo, tem essa vertente de aprendizagem.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Nós queríamos, primeiro que tudo, a vertente de ensino (...) nós queríamos que eles tivessem uma experiência real, com pessoas reais e problemas reais” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Nada foi planeado. Nós fomos um bocadinho improvisar.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Foi porque ele [o pai] decidiu que queria ir para lá viver que eu me lembrei que podíamos fazer um projeto destes na Cova. Surgiu porque, assim, de forma geral, o Alex, que é o arquiteto que faz parte do coletivo dos Exyzt, fez um projeto no ano anterior em Guimarães e ele sabia que havia esta madeira toda que tinha sido utilizada durante a Capital da Cultura que, no fundo, não tinha destino. Portanto, partindo desta matéria-prima pensou: podemos realizar este projeto sem termos de pedir financiamento para comprar madeira e isso já é uma grande ajuda. Depois eu conheci o Alex. Ele perguntou-me se eu sabia de algum sítio onde pudesse ser interessante, perto de Lisboa, fazer um projeto de arquitetura, também ligado ao facto de haver a Trienal de Arquitetura nesse ano, e surgiram algumas ideias, mas a Cova do Vapor era sempre a principal, por várias razões. Também porque existiu aquele projeto da TISA antes.” (Entrevistado 2, CV)</p>

	<p>“Quando comecei a pensar neste projeto nunca pensei que eu era uma forma de solucionar os problemas internos das pessoas. (...) Por mais que tenha sido uma espécie de serviço social muito grande feito à comunidade, não era nada essa a intenção original e eu penso que nunca deveria ser. Eu acho que um movimento destes, tão grande, com tantas pessoas envolvidas só pode acontecer quando existe um interesse próprio. Eu estou a fazer este projeto porque eu preciso. Eu preciso de aprender ou eu quero envolver-me ou eu quero experimentar... Isto interessa-me para o meu futuro.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Ao princípio havia ideias comuns, mas há interesses muito diferentes (...) Pessoalmente, o que achei mais interessante foi uma comunidade que pratica autoconstrução e que por causa da autoconstrução cria uma alternativa, e essa alternativa não entra na sociedade. Eles não entram na especulação imobiliária, logo, à partida, eles são excluídos socialmente. Eles são mal-vistos socialmente. Os bairros de lata são mal-vistos socialmente. Portanto, o que é que é nós construirmos a nossa própria casa e trazer um coletivo de arquitetura cujo mote é a auto-construção. É exatamente o mesmo princípio a níveis de prática: o senhor que constrói a sua casa e o arquiteto que está a construir na prática a casa e que, supostamente, só faz o desenho, o projeto. E uns são muito valorizados e estão em tudo o que é festivais europeus da cultura, bienais de Veneza... E os outros são marginalizados por causa disso. Então, nós trouxemos os dois para o mesmo sítio e vamos ver o que é que isso vai dar. Esse foi o princípio.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Para mim, o que me interessou foi haver uma linguagem comum, uma prática comum e teres a questão de serem socialmente completamente vistos de uma maneira diferente que eu acho que isso é que é o interessante. E como nós estamos obviamente a lidar com questões sociais, neste tipo de comunidade... É o ponto de partida... Acabou numa biblioteca. Podia ter acabado numa cozinha. Portanto, é a questão do ponto de partida. Hoje em dia já não tem nada de arquitetura. Hoje em dia é outra coisa. Portanto, é só o ponto de partida. É o processo. É a questão do processo.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Quando o Alex me convidou para esse projeto, que foi ele que me convidou... Eu tive muita resistência no começo a participar porque eu falava assim (...) Eu tenho lugares no Brasil que precisam muito mais do que esse e que é o meu país... (...) Eu tive um tempo grande de encontrar porque é que isso me motivava (...) Eu dou muito com questões de apropriação.” (Entrevistado 4, CV)</p> <p>“Quando eles começaram a desenvolver o projeto, eles tinham artistas na equipa mas eles não tinham nenhum produtor com essa experiência de executar projetos então a Sofia, minha amiga de infância (...), ela me falou que eles iam desenvolver um projeto de intervenção sócio-cultural e que eles precisavam de um produtor. (...) eu vim para a Casa do Vapor por conta da minha experiência de produção cultural. (...) Eu comecei a organizar o projeto logo no começo com a equipa, a fazer as relações institucionais que é uma área que eu trabalho muito. (...) Depois de dois, três meses eu percebi que não me enquadrava naquela forma de gestão. (...) E aí propus criar uma biblioteca que era uma experiência que já tinha no Brasil de desenvolvimento de projetos nessa área mas eu nunca tinha efetivamente construído uma biblioteca. (...) Com esse processo de construir uma biblioteca eu tinha a possibilidade de experimentar, chegar numa comunidade que não tinha nenhuma ferramenta sócio-cultural (...) você construir aquilo processo junto com a comunidade, fazer aquela intervenção com a comunidade, deixar aquilo na comunidade e perceber como é que aquela comunidade reagia à questão dos processos culturais antes e depois. Então, para mim, era uma oportunidade de experimentar isso. E eu queria trabalhar a questão da promoção do livro e da leitura.</p>
--	--

		<p>Porque eu realmente acredito que é uma ferramenta incrível, não só para o desenvolvimento humano de uma pessoa mas de uma comunidade inteira. Então a ideia foi essa.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“O projeto inspirador da biblioteca do Vapor são as bibliotecas da associação Casa Azul.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“Eu vivo fora de Portugal. Fazer projetos em Portugal para mim é terrivelmente importante. (...) Não só fazer alguma coisa em Portugal mas fazer alguma coisa por Portugal. E depois é todo o espírito de pessoas que já têm muita experiência nestas áreas e aquilo que eu podia aprender com eles e por onde é que podia avançar. Porque ainda estava muito a descobrir e ainda estou a descobrir, a construir as direções que quero tomar a nível de trabalho ou de carreira.” (Entrevistado 6, CV)</p>
<p>Meio de intervenção</p>	<p>Relações sociais antes das intervenções</p>	<p>“Há um grande obstáculo entre os mais idosos e os jovens. (...) Eles [jovens] não participavam porque não recebiam a atenção devida, porque depois também (...) eram isto e aquilo. E a certa altura criou-se ali uma barreira em que não há comunicação, não há nada. E ficam as etiquetas em vez de haver uma comunicação, que é o mais importante” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Eu achei que era uma comunidade muito forte. Eles passaram já por muitas dificuldades e tiveram que, juntos, conseguir organizar-se, defender-se do exterior... (...) eles têm uma atitude muito defensiva em relação ao 2º torrão. (...) eles são ali uma comunidade muito forte entre eles, mesmo com os problemas todos que possam ter em termos internos. Há pátios comunitários que eu nunca tinha visto aquilo na arquitetura. Por exemplo, um que foi agora destruído (...). A lavandaria era na parte de cima, era comunitária. E depois tinham uma mesa comunitária e nas paredes ao lado das portas tinham, parecia que era uma janela, mas (...) era uma <i>kitchenette</i> pequenina, embutida na parede, com um pequeno forno a gás e umas prateleiras com as especiarias e com a despensa no fundo.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Há bastantes conflitos, mas as pessoas também participam bastante. Por exemplo, eu sei que se precisar de uma ajuda, depende do tipo de ajuda, mas se for assim uma ajuda do momento, instantâneo, por exemplo, preciso que alguém me ajude a consertar o meu carro que se estragou ou que atolou na areia, aí toda a gente vem e ajuda perfeitamente. As pessoas ajudam-se muito umas às outras assim nesse sentido. (...) São mesmo vizinhos. São família no fundo. São poucas pessoas portanto as pessoas conhecem-se muito bem.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Há mecanismos de auto-organização, mecanismo de interajuda, mecanismos de colaboração que, parece-nos, e eles também falam, que antigamente era mais forte do que é hoje em dia. Eu acho que isso pode ter a ver com diferentes questões: uma, a maior parte das pessoas hoje é muito envelhecida, ou seja, os jovens adultos que poderiam construir, que poderiam fazer, não há tantos e os que há a maior parte já têm família (...). Depois, também já está praticamente tudo feito, tudo o que seja o mínimo básico. Na realidade só faltam os sanitários digamos assim. Mas eu acho que o grande exemplo para nós foi a questão do alcatrão. A primeira vez que há uma estrada alcatroada é em 2011 e é pago, e ainda está a ser pago por todos. (...) Isto é muito simbólico. Depois a questão, por exemplo, da recolha do lixo em que é a própria associação que paga a uma senhora para fazer a recolha do lixo. Em lado nenhum da cidade é um morador que é pago pela associação de moradores para isso. Eles são muito dependentes economicamente uns dos outros. Eles têm mesmo laços familiares que passam a família e que, se calhar uma pessoa que ganha dinheiro distribui um bocadinho pelos vizinhos. Não diretamente, mas se calhar indiretamente” (Entrevistado 3, CV)</p>

	<p>“Isso que você ouve, “ah é um lugar de autoconstrução, sentimento de solidariedade”, eu acho que tem mesmo e é muito verdade. Por outro lado, quando você está aqui com a mão na massa você fala “meu, ninguém está me ajudando, está todo o mundo vibrando contra mim... cadê esse lugar onde eu achava que todo o mundo ia me ajudar?”. Então eu acho que sim mas não é óbvio. A gente durante muito tempo falou assim: “ah eu esperava que as pessoas ajudavam mais”. Por outro lado se você for pensar hoje (...) teve muita ajuda, só que na nossa cabeça era mais idealizada essa ideia do todo mundo se ajuda.” (Entrevistado 4, CV)</p> <p>“Eu sinto que existe uma vontade de fazer pelo lugar lá dentro e isso foi muito bom para o projeto mas ainda assim sinto que existe um descompasso de relação entre os grupos. É uma micro-sociedade praticamente ali. Se são engajadas elas querem ir lá e querem ajudar. Mas existe um descompasso. Porque ou você faz uma ação com os jovens ou você faz uma ação com os velhos ou você faz uma ação com as crianças. É muito difícil você conseguir abarcar todos os grupos para uma ação comum. Conseguise em alguns processos. Mas até mesmo com pais e filhos não era fácil de conseguir juntar pais e filhos para uma atividade. Mas acho que eles têm uma dinâmica que é de cidadezinha pequena, de espaço pequeno que é de fazer pelas próprias mãos.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“É uma comunidade muito fechada, muito pequena e não havia muito contacto com o exterior.” (Entrevistado 6, CV)</p>
<p>Relações entre a comunidade, AMCV e CMA antes das intervenções</p>	<p>“Eu acho que existe um grande fosso entre a maneira de ver e de fazer e a educação das pessoas na Cova e a maneira de ver e de fazer e a educação das pessoas que trabalham em escritórios da câmara municipal. Esta grande discrepância gera falta de comunicação. (...) As pessoas da Cova são boas pessoas, as pessoas da câmara são boas pessoas, mas não conseguem trabalhar da mesma forma, nem comunicar.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“(…) ou a associação faz e acontece alguma coisa ou se a associação não faz as pessoas já não têm mecanismos de auto-motivação sequer. Não há motivação das pessoas que estão fora da associação e a associação principalmente são duas ou três pessoas. É o presidente, é o tesoureiro e é mais uma ou outra pessoa. (...) Não têm propriamente tempo para fazer atividades (...) Se aquela associação não fizer, ninguém faz. E o que a associação fizer muitas vezes é criticada. É criticada pelos próprios moradores. Eles não são uma associação aberta. Eles não são uma associação que procura o diálogo. E, muitas vezes, eles não incluem os moradores. (...) Eu acho que eles também por questões de legalidade não podem abrir completamente o jogo com os moradores. Se calhar poderiam mas a opção deles é manter o jogo fechado. Fazer o contato com a câmara.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Eles têm um grande sentimento de abandono/orgulho pela sua auto-construção... “Nós nunca tivemos a Câmara Municipal aqui e não precisamos deles.”” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“A impressão que eu tive é que a comunidade tem muita desinformação e que eles têm uma representação que, de certa forma, não representa a comunidade. Eles têm uma associação de moradores que tem um número de associados muito grande mas efetivamente quem atua são basicamente os comerciantes locais que estão na rua principal e o restante da comunidade está completamente aquém do que acontece. E que muitos deles reclamam muito com relação ao poder público mas eles sequer sabem como pedir as coisas para o poder público. Eles acham que a junta não está lá ou que a câmara não está lá, porque eles nem sabem que, tendo uma associação como representante, eles podem pedir coisas. Porque tanto junta quanto a câmara têm interesse em chegar na comunidade. Mas existe uma linha de contacto ali que é a</p>

	<p>associação de moradores e que não representa toda a comunidade. Representa determinados interesses mas não todos.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“A Câmara Municipal de Almada e juntas de freguesia, não eram bem-vistos. Não era visto como uma vantagem estarem a ser apoiados por eles. Até era quase uma desvantagem porque eles nunca faziam nada.” (Entrevistado 6, CV)</p>
<p>Recetividade do meio às iniciativas</p>	<p>TISA</p> <p>“Quando cheguei à Cova era um misto de abertura e desconfiança, ao mesmo tempo.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Passaram o período todo do projeto a dizer que a TISA é que era, que a TISA é isto, que a TISA aquilo... Mas eu acho que isso está errado porque eles apenas precisam de perspectiva para olhar para trás e perceber: “ok estes também são especiais”. Há muito essa coisa de comparação (...) E sentia-se que da Amália e delas foi uma luta constante para ultrapassar esse obstáculo. E eu tentei um bocadinho também desmitificar essa parte enquanto lá estive e dizer: “não, isto também é especial... estão a fazer outro tipo de coisas.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Toda a gente estava a favor. É bom. Desde que seja bom para a comunidade eles agradecem.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Fizeram [participantes da TISA] uma boa mediação também entre as pessoas. Para nós não foi assim tão fácil ao início. Tivemos um bocadinho de vergonha, um bocadinho de medo de falar com as pessoas. As pessoas também não nos conheciam.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Nós fizemos uma apresentação no dia 23 de Março de 2013 e na altura tivemos cerca de 60 pessoas e foi muito bom. (...) É Como tudo na vida... Há pessoas que estão interessadas, há outras pessoas que não estão interessadas. (...) nunca vais chegar aos 100%. Por isso, ficaram interessadas. Acho que sim.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Essa questão de que as pessoas gostam é super relativo. No começo a gente tinha uma preocupação muito grande de as pessoas estarem gostando, de as pessoas aceitarem, das pessoas se sentirem envolvidas com aquilo. (...) a gente precisa ter uma aceitação da comunidade local (...) Foi aceite, não foi aceite, vai de cada um.” (Entrevistado 4, CV)</p> <p>“No primeiro momento, existia uma descrença muito grande. As pessoas não acreditavam que aquilo ia acontecer. Tanto que quando nós resolvemos fazer uma chamada pública, uma apresentação pública, fomos eu, a Sofia, a Diana e a Amália. Nós conversámos com a associação de moradores que íamos reunir todo o mundo no convívio e a associação de moradores freou ali. Eles não queriam que nós fizéssemos porque até eles estavam inseguros. Nós já tínhamos falado com a Câmara mas ainda não tínhamos o financiamento aprovado. Nós fomos falar com a comunidade, apresentar o projeto, perguntar se eles tinham interesse no projeto.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“A partir do momento em que as coisas foram sendo desenvolvidas as pessoas foram-se aproximando, foram acreditando... Mas isso aconteceu até agora. A gente fez o processo de constituição do conselho gestor para a biblioteca continuar a funcionar e ainda assim.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“Eu acho que como qualquer pequena comunidade eles tinham receio de que a gente chegasse lá, fizesse coisas, tirasse coisas de lá e não deixasse nada para a comunidade. Então existia um receio natural de quando você chega a qualquer grupo. E a partir do momento em que você vai demonstrando resultados das suas ações é que as pessoas começam a sentir, senão isso não acontece.” (Entrevistado 5, CV)</p>

		<p>“Ao início as pessoas eram muito à defesa. Muito: “quem são estas pessoas? Já estiveram aqui os TISA. O que é que vêm para aqui fazer? Eles querem-se é divertir”.” (Entrevistado 6, CV)</p> <p>“Em relação a nós, o primeiro ponto de contacto foram as crianças. Eles é que iam ver: “Quem és tu? O que é que estás aqui a fazer? Porque é que não falas português?” E pouco a pouco, nós estávamos a trabalhar no campo de futebol e as pessoas vinham espreitar. Mas não entravam sequer no campo de futebol. Que aquilo era deles, não era nosso. Nós estávamos ali a um canto a trabalhar, tínhamos sempre madeira onde tinha menos areia para começar. E as pessoas não entravam. As crianças foram as primeiras a entrar. Depois nós começámos a falar com as crianças. Depois vieram os velhotes, depois vieram os pais. Portanto, foi uma coisa muito cíclica e estes trabalhos necessitam sempre de imenso tempo até as pessoas começarem a confiar. É sempre um problema. Quando um projeto corre mal, as pessoas ainda demoram mais tempo para voltar a confiar num seguinte projeto, num seguinte grupo de pessoas que está bem-intencionado. (...) Houve resistência até ao fim mas foi-se desfazendo essa resistência em pequenas porções. Depois fomos sempre conquistando as pessoas pouco a pouco.” (Entrevistado 6, CV)</p> <p>“Havia conflitos entre nós e a associação de moradores e havia sempre uma dificuldade de comunicação mas pouco a pouco as coisas foram crescendo.” (Entrevistado 6, CV)</p>
<p>Recursos mobilizados</p>	<p>Recursos Financeiros</p>	<p>TISA</p> <p>“Os apoios que supostamente iríamos ter não vieram, como EDP. Da câmara também não. (...) Então havia ali grandes dificuldades de fazermos alguma coisa.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Nós gastámos o nosso dinheiro pessoal. E a certa altura isto tem que ser viável, tem que ser uma troca.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Sim, nós pedimos vários [financiamentos]. Fizemos a candidatura à DG-Artes, pedimos financiamento à Gulbenkian, mas não conseguimos nenhum desses. Depois pedimos financiamento à Câmara Municipal e eles deram-nos o financiamento. Pedimos ajuda a nível de materiais para outras coisas e conseguimos alguns, não todos. Mas conseguimos diferentes apoios. Às vezes eram apoios pequeninos, outras vezes eram um bocadinho maiores.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“A Câmara foi a nossa maior parceira. Foram os principais parceiros. Mesmo” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Os financiamentos que recebemos foi da Trienal de Arquitetura e foi da Câmara Municipal de Almada.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Fomos finalistas [do FAZ], fizemos uma formação. Foi muito bom. Apendemos imenso.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Nós tínhamos que pagar sempre pela nossa alimentação. (...) Portanto, no fundo, já nem és voluntário. Já estás a pagar para lá estar. (...) Portanto, isso foi a maneira que conseguimos gerar uma subsistência ou uma autossuficiência interna. As pessoas que vieram de fora pagavam os seus transportes, pagavam para lá estar como nós. Eram residentes mas não eram propriamente convidados. Não eram convidados especiais se calhar como numa residência artística em que idealmente o artista é pago para lá estar (...) Dinheiro para a cozinha, dinheiro para os gastos com a casa. Estávamos no Bugio. Portanto conseguíamos pagar eletricidade, gás...” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“A bolsa da Trienal veio num momento “super” importante porque era no começo, então impulsionou bastante aquilo. O Exyzt investiu um pouco de dinheiro, também no começo, além de ter conseguido a madeira. E aí a gente fez um sistema que era: as pessoas que vinham trabalhar voluntariamente pagavam um x, era algo tipo 5€ por dia.</p>

		<p>Aquilo era uma ajuda de custo para a comida que a gente fazia aqui e para as contas que a gente gastava.” (Entrevistado 4, CV)</p> <p>“Com a Câmara quem cuidou fui eu. De todo o processo. Aí teve a parte de prémios que a gente teve, um que foi da Gulbenkian que quem tratou foi o Eduardo, que foi para a final, não ganhou e aí as meninas foram para uma formação com o instituto de empreendedorismo (...) houve um prémio da Trienal de Arquitetura que se inscreveram e ganharam a cozinha (...) houve o projeto da conserveira que foi a Amália e o Edu que fizeram as conservas para vender com doação de um 1€ para a biblioteca (...) A gente quer tentar propor uma segunda edição. A gente tem conversado que, mais para a frente, fazer uma segunda edição.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“Lá foi todo o mundo como voluntário o tempo todo. Inclusive as pessoas pagavam uma quantia para dormir, pagavam uma quantia para comer. Ali houve mesmo investimento pessoal de cada um.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“A biblioteca foi praticamente toda financiada pela câmara. Só o acervo é que a gente teve a doação de editoras, doação de moradores. Mas nós estivemos ali praticamente foi com o recurso da câmara.” (Entrevistado 5, CV)</p>
	<p>Recursos Organizacionais</p>	<p>TISA</p> <p>“Estabelecemos que tínhamos 50 alunos, eles [AMCV] dar-nos-iam um espaço, a curva, e nós íamos trazer 50 alunos para documentar, levantar as histórias de cada casa.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“O exercício era fazer uma maquete enorme da Cova do Vapor. E para fazer uma maquete enorme é preciso: ir bater à porta, conhecer as pessoas (...) isto para, no fundo, começar a conhecer o contexto da aldeia... Quem é tio de quem, quem é irmão, quem é primo, quem gosta de quem, quem é que não gosta de quem...(...) começar a conhecer a realidade e o contexto da aldeia. Então, no fundo, ao fazerem a maquete tinham que bater à porta, perguntar sobre a história de cada casa, o que é que aconteceu, e depois tinham que ir buscar materiais recicláveis da mercearia e de onde for para fazerem a maquete. Para isso tinham que ir a cada casa para medir, tinham que pedir para medir... tinham que ir medir... tinham que ir fotografar... e, no fim de cada dia, tínhamos uma reunião em que cada grupo apresentava o trabalho feito, por isso também tinha uma grande vertente de comunicação” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Toda a gente ficou a dormir em casa do meu pai quando o projeto aconteceu. Isto também foi mais uma das coisas que tornou o projeto viável com pouquíssimo financiamento. Já tínhamos alojamento, já tínhamos o material.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“As empresas que nos ajudaram (...) essencialmente foi em géneros.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“A primeira vez que nos reunimos, a única coisa que eles [CMA] disseram foi: “precisamos de ter uma aprovação da APA”. (...) Para a APA uma das contrapartidas foi questões de sensibilização ambiental. (...) É muito bom trabalhar com esta câmara. Eles são muito sensíveis. São muito humanos. Eles percebem as questões, eles percebem as suas próprias limitações. Eles percebem como é que nós conseguimos ultrapassar limitações que eles não conseguem e, no fundo, nós estamos, tanto por exemplo neste caso da Cova, como no caso das terras, a criar uma ponte, que é uma ponte que a câmara consegue chegar às comunidades. (...) Eles estão a conseguir aproximar-se das pessoas” (Entrevistado 3, CV)</p>
	<p>Recursos Humanos</p>	<p>TISA</p> <p>“Os jovens participaram e foram impecáveis. E todo o resto da comunidade” (Entrevistado 1, TISA)</p>

	<p>Casa do Vapor</p> <p>Participação na construção da biblioteca, algumas atividades e na desmontagem (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>Participação dos <i>Warehouse</i> na construção (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Nós somos muito informais. Principalmente nessa fase era muito informal. Por diferentes questões. Porque o nosso grupo tinha um lado muito informal. (...) Se precisássemos de ajuda íamos pedir ajuda. Outras vezes as pessoas chegavam lá e porque chegavam lá nós lembrávamo-nos: “olha queres ajudar?” (...) Basicamente era: nós estamos aqui e quem quiser apareça. E as pessoas foram aparecendo. Tivemos cerca de 70 voluntários estrangeiros ou externos. Muitos ligados à arquitetura. (...) E essencialmente o Alex era a pessoa que fazia mais a captação. Ou era só mesmo ele que fazia a captação do estrangeiro. (...) O nosso conceito de voluntariado é um conceito de residência então as coisas misturam-se muito. Porque este conceito de voluntariado não é o conceito de voluntariado tipo, como por exemplo tens uma instituição em que algumas pessoas são pagas e outros são voluntários. Aqui, todos éramos voluntários. E, ao mesmo tempo, eram residentes (...) o conceito de casa está lá. E, inicialmente tinha sido projetado para ter quartos porque os Exyzt trabalham nessa modalidade. Eles começam pelos quartos (...) e pelo bar. Bar, cozinha. Ponto de encontro que consiga gerar algum tipo de dinheiro. Que foi uma coisa que a nós nos proibiram de fazer na Cova. Não podíamos gerar dinheiro. Porque isso ia entrar em competição com os outros comércios. E, no fundo, são mecanismo de autoproteção que até fazem sentido. (...) Nós não estamos a falar de um sítio que é livre. Nós estamos a falar de comunidades que têm de se autossustentar.”</p> <p>““Queres vir jantar connosco vens, podes trazer a comida, podes ser tu a fazer a comida, se não quiseres trazes 3€ e esta é a base.” Agora isto depois também gera outros pontos que é, as pessoas não percebem o que é que é uma cozinha comunitária porque nunca viram este conceito. Algumas não sentem à vontade para vir.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Participaram um bocadinho em todas as partes. Na construção havia muita gente. Também na programação. Só na parte da produção é que não se conseguiu muito envolvimento. Foi difícil.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Toda a gente estava envolvida e toda a gente era mais do que bem-vinda a participar o mais possível e a tomar as rédeas de alguma coisa, se quisesse” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Nós sabíamos que íamos precisar da ajuda deles. Isso era uma das partes que nos interessava explorar. Era: como é que eles se iam envolver; como é que íamos aprender com eles a fazer se calhar uma fossa; com é que íamos aprender com eles; como é que os conhecimentos que eles têm da prática viriam em nosso favor. Não foi tão rápido, não foi tão imediato e, de facto, na fase da construção não houve assim tanto como estávamos à espera. Houve em momentos específicos (...). Isso era um bocadinho a expectativa por parte das pessoas só que eles ou não estavam interessados, ou depois também tem ali uma componente que é, como é que as pessoas da minha comunidade me vão ver? Há pressões sociais que escapam a quem é de fora. (...) E, lá está, não havia assim tantos jovens e, os jovens que há trabalham, vão à pesca (...) e são muito fechados, é uma comunidade muito fechada (...) Se calhar na fase da construção não houve tanto como estávamos à espera. Depois na fase de ativação, de programação de atividades em que as pessoas podiam vir fazer as suas comidas, utilizar o espaço da cozinha, dinamizar... houve uma rapariga que fez um teatrinho com os meninos... isso já foi mais... já fluiu mais... também já lá estávamos há alguns meses.” (Entrevistado 3, CV)</p>
--	--

		<p>“Dois dias depois da esplanada estar mais ou menos pronta veio um pescador daqui... (...) e eles sabiam que tinha um baloiço de algum lugar largado e o Tony veio com uma corda e montou o baloiço nessa esplanada (...) Mas então o lugar onde a gente estava a pensar pôr uma mesa de comida, de repente, virou um parque infantil. Só que era sensacional porque na hora em que “a gente botava” a mesa de comida botava o baloiço para cima e comia. E tirava e as crianças brincavam. E aí, de repente aquilo virou o ponto principal. (...) Para mim era completo envolvimento, sentimento de pertença daquilo porque o menino sabia que era o pai dele que tinha colocado a corda do baloiço. E era dele o baloiço. Enfim, era das crianças. Então eu acho que isso foram pequenas coisinhas que foram acontecendo que representavam muito um envolvimento (...) Um sábado a gente não organizou nada e não tinha esse compromisso, não tinha nada e aí chegaram 3 crianças e falaram assim: “ah, qual é que é a atividade de hoje?” E a gente: “bem, na verdade não tem atividade...”. “Ah tá bom.”. Elas nem ligam muito... saíram... três meninas adolescentes... passado cerca de meia hora, quarenta minutos elas voltam de toalha, biquíni, sobem no telhado da casa e deitam no telhado tipo para tomar sol. (...) Na minha interpretação, ao pintar o telhado, ele [Alex] criou um espaço que era espaço da Casa e as meninas se apropriaram... inventaram um espaço porque ali não era uma laje para tomar sol, uma esplanada nem nada disso (...) a partir do momento em que o telhado está pintado elas interpretam que aquilo é um espaço embora não fosse... elas mesmo criaram aquele espaço” (Entrevistado 4, CV)</p> <p>“A comunidade da Cova teve voluntários de todas as gerações, idades e classes sociais. Foi muito bonito isso.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“Inclusive o projeto no seu primeiro formato era diferente do que foi: ele tinha uma escola de surf, ele não tinha biblioteca, ele tinha outras estruturas que foram sendo transformadas de acordo com as pessoas que por ali passaram e do interesse que elas tinham em desenvolver aquelas coisas. Então, por exemplo, a escola de surf que era pensada por causa de um morador de lá que é surfista. A partir do momento em que ele não teve dinâmica para executar aquilo, ela morreu. Acabou. E isso foi acontecendo para tudo. (...) Isso tudo ficou muito relacionado com quem estava lá para fazer aquelas coisas e não efetivamente com o que aquela comunidade queria ou pedia que é um pouco o processo inverso que eu tenho de trabalho. (...) O que foi muito “bacana” do projeto da Casa do Vapor, para mim, como experiência foi que o processo aconteceu no decorrer. As pessoas que passaram por ali iam fazendo o que podiam. Algumas coisas foram muito bem recebidas, outras nem tanto. Mas resultou numa dinâmica de muita gente participando, muitos voluntários. Foram mais de 100 voluntários naquele projeto.” (Entrevistado 5, CV)</p>
<p>Temporalidade da intervenção</p>	<p>Duração da intervenção dos agentes</p>	<p>TISA</p> <p>“Tivemos de sair de cena mas eu acho que, pelo menos, a semente foi plantada” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Essa é a parte negativa. É quando nós chegamos, damos e, no fundo, é depois o desmame, que é quando nós saímos. Fica um buraco. O que é que se passa quando fica um buraco? Mas a vida é assim. É feita de pessoas que vêm, que vão, coisas que acontecem, coisas de que depois temos saudades, coisas que se vão embora.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Eu acho que a Casa do Vapor foi bastante positiva mesmo tendo sido um projeto temporário e é isso mesmo que ele tem de ser, porque primeiro não há possibilidades em termos de câmara, de licenças, de ter ali uma coisa fixa. Por isso tem de ser uma coisa que seja provisória. Mas o provisório também é bom. É como uma estação do</p>

	<p>ano. Quando vem o verão vai tudo para a praia e ali quando vem aquela altura do ano há a cozinha comunitária ou há as atividades e talvez a estrutura mude todos os anos e haja ali um envolvimento e torne-se uma coisa que fique parte da comunidade. No fundo, um bocado a relação entre comunidade e o exterior” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>A madeira foi distribuída pela cozinha, Biblioteca do Vapor e da Trafaria e pelo miniparque infantil deixado. (Entrevistado 2, CV)</p>
<p>Novo ciclo de vida do projeto</p>	<p>TISA</p> <p>Se tivessem conseguido os apoios: “O nosso objetivo era ajudar na legalização das casas e melhorar um bocadinho as infraestruturas e as condições” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Mantém-se ativa. Houve agora um descanso (...) já tenho visto o Filipe a pegar no <i>dossier</i> e a começar outra vez a pôr as fotografias todas que foram tiradas, a documentação toda e ele quer levar aquilo mais além. Tem ido falar a várias partes do mundo sobre o projeto (...) a maquete tem que ficar unida [a respeito dos pedidos para ficarem com as casas], porque é assim que ela foi feita, para ser unida, para ser uma comunidade e, pegar nela e, quando for possível, sem promessas, tentar mostrar, exibir, pronto, são coisas que demoram tempo.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“A Casa foi mandada abaixo mas os livros que estavam na biblioteca mantiveram-se e foram para o interior das instalações da associação. E agora temos uma biblioteca infanto-juvenil que está ligada à Rede de Bibliotecas de Almada. Portanto isso também é super importante. Há pessoas que às vezes estão numa biblioteca à procura de um livro e não encontram na biblioteca onde estão mas se forem ver no arquivo sabem que está na Cova do Vapor, portanto é mais uma razão para as pessoas passarem a ir à Cova.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Nós dissemos: “ok, então vamos passar a biblioteca para o espaço da associação dos moradores”. A associação dos moradores disse assim: “está bem, mas todos aqueles que não sejam sócios da associação não podem vir à biblioteca. Porque não pagam as quotas. E todos os membros que forem da associação e não pagarem as quotas não podem vir à biblioteca.” (...) Então, nós começámos a perceber que (...) tínhamos que proteger a biblioteca. E que a biblioteca não podia passar a ser um instrumento de poder da associação (...). Então, nós fizemos um Conselho Gestor da Biblioteca que é composto por 5 moradores, mais um representante da associação de moradores, mais um representante da AED. Um deles é jovem com mais de 14 anos. São eles que estão a gerir a biblioteca. (...) que fizeram a catalogação de todos os livros, criaram o site, que atualizam o <i>Facebook</i>, que estão e receberam formação para mediar livros, foram eles que montaram a estrutura, sem ser a parte da madeira. (...) E depois criou-se um protocolo. O protocolo foi assinado entre a associação ensaios e diálogos, a associação de moradores, o conselho gestor, a câmara municipal, a direção de livros, arquivos e bibliotecas, que são nossos apoiantes, dão-nos imensos conselhos sobre como fazer esta gestão. A biblioteca simplesmente não pode desaparecer. Aquela biblioteca não pode ser fechada ao público. Tens de ser habitante do concelho de Almada para seres leitor mas não te podem recusar livros. É uma biblioteca normal. Não é uma biblioteca de uma associação. Se, por alguma eventualidade aquele espaço daquela biblioteca tiver que ser fechado (...) a biblioteca vai, em princípio, para a biblioteca mais próxima. Isto está tudo no protocolo. Está tudo protegido e defendido. Mas, ao mesmo tempo, estamos a dar força, estamos a dar ferramentas para, fora do organismo da associação de moradores, haver oportunidade para que os moradores da Cova se organizem de outra maneira. Outra questão na biblioteca ainda que é fundamental é a questão da criação de um acervo local. Um fundo local. (...) Este fundo local, para nós, é uma</p>

		<p>maneira de as pessoas... Elas já têm consciência... Estas pessoas têm uma consciência muito espontânea da sua identidade, se calhar, sem perceber que têm consciência da sua identidade... Há a questão da memória coletiva... As pessoas conhecem-se todas pelo nome... Não vivem só no mesmo sítio..." (Entrevistado 3, CV)</p> <p>"Nós temos no protocolo um ano de transição. Até ao final de 2014 nós estamos a formar e a fazer com que a nossa rede de contactos e a nossa experiência seja incorporada pelo Conselho Gestor da Biblioteca e com que o Conselho Gestor da Biblioteca em 2014 tenha capacidade, eles próprios de montar um programa de atividades." (Entrevistado 3, CV)</p> <p>"O que a gente tem hoje é a Biblioteca do Vapor. Ela tem durante um ano a orientação da Associação Ensaio e Diálogos mas a ideia é que a gente agora comece um processo de desmame, de formação com o Conselho Gestor para que eles depois tenham a capacidade de gerir a biblioteca para o futuro. Então, pensou-se em várias formações para que eles possam desenvolver atividades. Como nós fazíamos lá. Éramos eu e a X. A gente não tinha ninguém no dia-a-dia para ajudar, para dar suporte. A gente não tinha recursos e a gente fazia. A gente ia fazer leituras para os velhinhos no banco, a gente ia fazer sessões de contos para as crianças, nós tínhamos o apoio da Rede de Bibliotecas de Almada que vinha uma vez a cada quinze dias fazer uma sessão de contos com profissionais então isso nos ensinava. Mas depois que tinha de fazer essa dinâmica éramos nós (...) A ideia é que o conselho gestor seja capaz de fazer isso." (Entrevistado 5, CV)</p> <p>"Uma das coisas que já foi desenhada é: houve uma casa que se chama "casa da curva" que foi doada à associação de moradores. A ideia é construir os balneários. O Alex e a Maria desenharam esses balneários públicos para a praia. Isso é um outro projeto que foi em colaboração mais direta com a associação para lhes proporcionar outras instalações." (Entrevistado 6, CV)</p>
Categoria: Perceção sobre impacto da intervenção a nível local		
Satisfação de necessidades	Utilização de diagnóstico de necessidades	<p>Casa do Vapor</p> <p>" Fizemos inquéritos, sugestões... Por exemplo, opções: o que é que vocês querem ter aqui?" (Entrevistado 2, CV)</p> <p>"Haviam muitas pessoas a favor de instalarem aquelas coisas da câmara de fazer ginástica nos jardins. Nós não fizemos." (Entrevistado 2, CV)</p> <p>"Eles pediam muito, a nível cultural, coisas mais relacionadas com música e dança. (...) Se calhar nunca ninguém pediu uma biblioteca. (...) Às vezes podem nem saber que ela é necessária. (...) Foi importante para nós perceber o que é que motivava aquelas pessoas, o que é que àquelas pessoas lhes interessava. Eles cinema também pediram. Mas, se calhar, não estava no topo da lista. Mas nós conseguimos trazer cinema porque era mais viável. Houve imensas pessoas que foram ao cinema." (Entrevistado 3, CV)</p> <p>"O parque-infantil foi pedido verbalmente no final. Pediram yoga, conseguimos aulas de yoga mas quase ninguém vinha." (Entrevistado 3, CV)</p> <p>"A gente fez um inquérito para identificar que tipo de atividades que eles gostariam que estivesse na Casa do Vapor. Então a gente montou uma pesquisa que perguntava: o que é que vocês gostariam de ter? É teatro? É música? É dança? É projetos de meio ambiente? É projetos de saúde? Foi isso que a gente fez. (...) Isso foi um pré para os eventos. Não necessariamente para as necessidades da comunidade." (Entrevistado 5, CV)</p>
	Tipo de necessidades satisfeitas	<p>TISA</p> <p>"Angariámos algum dinheiro para a estrada que se fez. Não foi o dinheiro todo mas foi algum. Toda a gente participa na Cova, é impressionante, e tem uma lista de quem participa e é transparente (...) Cada um participa com o que tem e enquanto nós lá</p>

		<p>estivemos vimos a passagem de uma estrada de terra batida que levantava imensos problemas nos cafés (...) e de repente vem o alcatrão e acabaram-se os problemas. Foi uma das coisas que foi conquistada” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Houve lá um exemplo ou outro em que ajudámos a desenhar a casa com os alunos para as pessoas poderem ir à câmara e tentarem fazer a legalização. Por isso houve assim alguns apontamentos.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Houve duas pessoas pagas no projeto todo. Foi a F que era a nossa cozinheira. (...) Mais de 7 pessoas a comer compensava termos a F a fazer a comida. Menos de 7 pessoas não compensava. Então, quando éramos muitos pedíamos à F. (...) A outra pessoa que também ganhou dinheiro foi a X que, hoje em dia, já faz mesmo parte da equipa e está a trabalhar na biblioteca da Trafaria. (...)” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Se nós colmatámos alguma necessidade é a tal questão. Não havia um parque-infantil. Agora temos uma estrutura que é muito mais que do que um parque infantil. É uma estrutura em que há atividades a acontecer. Há um programa cultural” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“A partir daí algumas atividades foram desenvolvidas, inclusive a oficina de bicicletas, por exemplo, foi uma que surgiu a partir dessa pesquisa.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“A gente teve uma bolsa-apoio de 150€ para o funcionamento da biblioteca porque a gente precisava de alguém que viesse para lá disposto a fazer formação, a montar toda a estrutura comigo, que estivesse o tempo inteiro que foi a X que vinha de uma área completamente diferente, que não tinha formação e trabalhou tão bem, tão lindamente que, no final, quando eu apresentei esse segundo projeto de biblioteca, que foi seis meses depois, e a gente ganhou a candidatura aqui, eu trouxe ela para trabalhar no projeto. O projeto da Casa do Vapor, no final, e da Biblioteca do Vapor acabou por gerar emprego e renda para pessoas da comunidade.” (Entrevistado 5, CV)</p>
<p>Empowerment da comunidade</p>	<p>Relações sociais após as intervenções</p>	<p>TISA</p> <p>“Nós tentámos mediar e juntar um bocadinho [idosos e jovens] e mostrar que são gerações muito diferentes, com perspetivas muito diferentes (...) E também para os jovens participarem um bocadinho mais (...) Por isso, esse trabalho de mediação foi um trabalho que nós tivemos e tentámos um bocadinho enquanto lá estivemos a ajudar.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Quando volto à Cova e as pessoas conhecem-me é como se fosse um bocadinho família. Tenho pessoas que gosto muito ali e que nos damos lindamente. Por isso são as redes humanas que se criam” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Quando o projeto estava a decorrer, muitas pessoas nos diziam que as relações entre os vizinhos e entre as pessoas mudaram. Por exemplo, notou-se muito com as crianças que haviam muitos clãs, muitos grupinhos e, como a Casa do Vapor era o sítio onde toda a gente queria estar e os meninos queriam todos estar, acabaram por se relacionar” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“As crianças passaram a estar muito mais tempo juntas e os pais notaram isso e acharam que era muito positivo. Também pelo facto de não terem tanto receio que os miúdos estivessem na rua sozinhos. Por mais que eles lá sejam muito livres, os pais dizem que estavam muito mais tranquilos, porque sempre que os precisavam de encontrar sabiam onde estavam.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Eu penso que para os mais velhos também mudou alguma coisa, mas não consigo perceber se foi momentâneo, se depois volta tudo ao normal...” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Eles não são uma comunidade muito fechada. Eu não acho. E cada vez mais porque veem que só tem vantagens. Uma abertura para o mundo. Então as pessoas da minha</p>

	<p>idade comentavam isso muito. De ficarem tão espantados de verem pessoas de fora virem para a Cova com interesse. Que isso também lhes despertou o interesse de conhecerem o exterior. Só o ano passado saíram da Cova 3. É normal. Chegam a uma idade, vêm que não vão fazer mais do que o 12º, se fizeram o 12º... não estão a ganhar dinheiro, não têm perspetivas de vida, vão ter com a família emigrada.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Eu tenho a certeza que isto está a gerar muitos mais laços na comunidade (...) As famílias não se falavam e os pais vinham-me dizer claramente: “Ah, o meu filho não se dá com aquele, porque aquela mãe educa aquele filho daquela maneira”. Hoje em dia, dão-se todos. Eu lembro-me de uma senhora me dizer que ela não deixava o neto se dar com uma... hoje em dia ele é o melhor amigo dessa rapariga. Ou um dos melhores amigos dessa rapariga. A partir daí as relações com os pais já ficaram muito mais soltas porque há um interesse comum que é os filhos deles. E os pais pediram-nos para não irmos embora por causa dos filhos. Eram os pais que chegavam até nós e diziam. (...) O JP é um menino que agora tem seis anos. Passado um mês de nós estarmos lá, o pai dele chegou-se ao pé de mim e disse: “Olha, obrigado por aquilo que fizeram ao meu filho”. O pai, a mãe, a avó. O pai vinha oferecer sardinhas, baloiços... tudo.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“O que eu oiço muito deles [mais velhos] é que a relação com os adolescentes e as crianças melhorou significativamente. Falam de jovens que, sequer, cumprimentavam as pessoas mais idosas, que ignoravam mesmo e que eram mal-educados e que criou-se a partir da Casa do Vapor uma relação de respeito porque eles viam as pessoas que participavam do projeto, os que vinham de fora, a cumprimentar os mais velhos na rua, a sentar para tomar um café junto, a conversar... E isso gerou também uma dinâmica de perceber porque é que esses “caras” que vêm de fora respeitam tanto os idosos da minha comunidade e eu não... Então gerou-se ali uma repetição comportamental por parte dos que eram de lá, das crianças e dos jovens e isso é uma coisa que eles me falaram muito. (...) Eu ouvi isso de mais de um pai. Que as crianças não tinham o hábito de sair de casa, ou que não eram muito comunicativas, ou que não brincavam umas com as outras e que a Casa do Vapor por realizar várias atividades que faziam com que elas estivessem juntas ali criou uma nova relação entre elas” (Entrevistado 5, CV)</p>
<p>Conhecimentos e competências adquiridas</p>	<p>Casa do Vapor</p> <p>“O (...) tinha muito medo de estar na rua. Depois, ao início, vinha com os pais e depois passou a ir sozinho e a dar-se com os miúdos e isso foi um grande passo.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Foram criadas duas bolsas estágio para a biblioteca porque houve sempre com a biblioteca uma ideia central que era a da formação. Portanto, alguém que vai ser um estagiário. Enquanto estagiário vai começar a aprender tudo o que é que é uma biblioteca. Catalogação, sistema informático, mediação de leitura, criação de um espólio. Por aí fora. Tudo. (...) Nós criámos estas duas bolsas estágio-formação, só ela é que apareceu. Não houve mais ninguém na comunidade que se tenha candidatado. Só se candidataram depois das vagas terem fechado (...). E entretanto ela já tinha começado a trabalhar. O processo já tinha começado e até se achou que uma pessoa era suficiente. E foi ótimo porque com ela foi suficiente. (...) Hoje em dia está a trabalhar connosco. (...) É uma pessoa excelente. É muita boa na equipa e é o braço direito da biblioteca.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“A nível pessoal ajudámos sim, pessoas que já estavam no seu processo de mudança. Para algumas pessoas elas conseguiram aproveitar aquilo. Ser uma porta aberta e entrar. Para outras entraram e saíram. Não se identificaram.” (Entrevistado 3, CV)</p>

		<p>“A própria construção da casa... as pessoas mais velhas daqui não estiveram diretamente envolvidas mas as crianças estiveram. Então eu também penso assim: Essa criança está aprendendo a construir? Está um pouco, mas ela está aprendendo, mais do que tudo, de que é possível construir desse jeito. Ela sabe. Tanto que depois eles fizeram a casinha deles num canto. Pegaram umas madeiras e fizeram um canto. (...) Eu acho que isso que elas estão assistindo de que vem um bando de doidos e faz uma construção e depois a construção vira uma biblioteca. Isso tudo é um aprendizado.” (Entrevistado 4, CV)</p> <p>Bolsa-aprendiz de dois meses. (Entrevistado 4, CV)</p> <p>“Nesse meio tempo ela arrumou um emprego e a gente conseguiu depois pagar o mesmo que ela ganhava nesse emprego para ela vir trabalhar para a nossa associação com a Dolores no projeto da Trafaria. É uma pessoa que eu acho que aproveitou brutalmente.” (Entrevistado 4, CV)</p> <p>“Quando nós chegámos a miúda mal falava, não conseguia comunicar com as outras pessoas, pelo menos connosco. (...) Ao fim de seis meses, ela conseguia comunicar. Ela conseguia dizer frases inteiras. Foi incrível ver isso. (...) Foi muito gratificante ver o desenvolvimento.” (Entrevistado 6, CV)</p> <p>“Alguns vivem em Lisboa e os avós estão na Cova. E têm um desenvolvimento superior às crianças que vivem só na Cova. E (...) também notavas desenvolvimento que era (...): “Tu falas alemão? Ensina-me.” (...) Havia esta curiosidade porque eles queriam comunicar com muitos dos estrangeiros e não conseguiam falar inglês nem francês. Então começaram-se a despertar.” (Entrevistado 6, CV)</p>
<p>Mudança das relações de poder</p>	<p>Perceção da comunidade sobre si mesma</p>	<p>TISA</p> <p>“Ao mesmo tempo que estamos a documentar a aldeia, as pessoas começam a ver a aldeia de fora, e começam a dar valor às suas casas, aos seus quintais... e começam a perceber um bocadinho como é que a aldeia funciona” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“As pessoas vinham e tiravam fotografias com as suas casas. As pessoas adoravam ver as suas casas e o quintal e tudo... nós fazíamos tudo ao pormenor... porque tudo tem uma importância” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Quem é da Cova, ama a Cova.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“As pessoas adoram a Cova antes de nós lá estarmos e há pessoas que percebem isso (...) Eles já gostam imenso daquilo (...) Não é ao nível da identidade emocional, da sua autoestima. É ao nível para fora que a coisa se vai processar a partir de agora” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Eu acho que eles conseguiram ter uma perceção melhor do quanto é especial o lugar que eles vivem, do quanto é rico, do quanto as pessoas querem viver num lugar como eles vivem. Eu acho que isso a Casa do Vapor também fomentou um pouco. Eu acho que aumentou um pouco a auto-estima deles com relação ao lugar e deles com relação a si próprios. Por exemplo, as crianças que foram agora fazer uma sessão de contos na escola, as crianças que estavam lá na Cova, que não tinham nada de cultura, começaram a frequentar a biblioteca, gerou-se uma dinâmica com a Casa do Vapor de ações. Uma das jovens da Cova que estava fazendo formação de educadora fez um monte de atividades durante a Casa do Vapor. Ela pôde experimentar ali porque não tinha nenhum controlo institucional. Ela experimentou ali. A experiência dela deu certo com as crianças... Aí depois quando nós resolvemos fazer uma biblioteca itinerante no centro social da Trafaria, chamámos a Joana para ensinar esses miúdos de lá a fazer uma leitura. Então ela formou esse grupo, eles vieram para uma escola fora da Cova fazer uma leitura num palco enorme para centenas de crianças de uma escola. Então</p>

		essas crianças também se sentiram mais donas de si, mais poderosas.” (Entrevistado 5, CV)
	Imagem exterior sobre a comunidade	<p>TISA</p> <p>“Passaram a olhar para a Cova com outros olhos. Apareceu nos jornais, na televisão... e as pessoas começaram a saber: “Ah, ok, tá ali uma comunidade chamada Cova do Vapor”. Daí vem a Diana e a Amália. Daí vem tudo o resto. E eu acho que deve vir muito mais, por isso, é uma questão agora de tempo, de as coisas crescerem.” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“O importante ali foi, dar a conhecer um bocadinho a Cova, criar esses laços humanos entre as pessoas que trabalharam lá e as pessoas que viviam lá, e criar ali um bocadinho uma plataforma ou uma possibilidade de algo mais acontecer no futuro” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Já tive ocasião de ver turistas ou pessoas que nunca tinham vindo, que vieram porque viram na televisão e que, ao encontrarem o sítio, continuavam com a opinião de que era um lugar um bocadinho inóspito.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Houve muita gente que chegou lá e disse: “este sítio é fantástico, não acredito, estamos aqui à beira da praia, com as casinhas que são tão queridas, as pessoas são tão simpáticas.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Há mais turistas neste momento. (...) As pessoas já têm um melhor olhar para as pessoas da Cova. Já não são aqueles pobres. Já não são meio bairros de lata.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“O perigoso, que não é de todo a nossa intenção, mas que se calhar até pode parecer, é mostrarmos que aqueles são os melhores do mundo. (...) Isso é muito perigoso principalmente para as relações que eles têm com os bairros à volta. Eles já têm más relações com os bairros à volta. Eles são super protecionistas.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“O que eu acho perigoso é, como estamos muito focados neles, fechá-los ainda mais. (...). A nossa tentativa é com que eles se abram. Com que as pessoas do Torrão venham. Com que as pessoas do Torrão se sintam convidadas a vir.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Não acho que se sinta nenhuma abertura da Cova por causa de nós relativamente aos bairros vizinhos. E acho que (...) vai demorar muitas gerações.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Eu acho que isso é a mesma coisa. Não acho que isso tenha mudado. Porque eu acho que apesar de ter sido muito forte a relação de imprensa eu acho que é mais para o exterior do que para cá. E eu falo muito aqui com as pessoas da comunidade vizinha. O que se gerou foi, e que a gente escuta muito aqui no mercado, uma curiosidade daqui com relação às pessoas da Cova: Porque é que tantos estrangeiros passaram a vir aqui e perguntar onde é a Cova do Vapor? Isso aconteceu. (...) Criou-se uma dinâmica de curiosidade do porquê de tantos estrangeiros virem buscar a Cova do Vapor. Porquê? Porque a comunicação do projeto ele foi muito mais para o exterior do que para cá. Isso nota-se no <i>clipping</i> de matérias, de reportagens sobre a casa.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“Eu acho que aí é o grande impacto. É perceber-se que a Cova e a Trafaria eram as antigas praias de Lisboa e que deixaram de existir e que passaram a ser aqueles guetos que ninguém quer lá ir. Ainda hoje há essa imagem. São os guetos. É perigoso. Não deixes lá o carro. E eu acho que isso mudou muito. (...) a opinião pública mudou muito sobre o que é a Cova. (...) Eles deixam de ser a margem para passar a pertencer ao resto.” (Entrevistado 6, CV)</p>
	Relações entre comunidade/	Casa do Vapor

	<p>AMCV e CMA após as intervensões</p>	<p>“As relações com a câmara agora melhoraram bastante porque alguma coisa mudou na câmara. Alguma parte ali na estrutura mudou e eles estão completamente recetivos em termos de ajudar as comunidades que ali moram naquela zona” (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“Está cada vez melhor. Isto eu acho que foi realmente das grandes vitórias do projeto. Deste projeto. Foi que nós conseguimos realmente melhorar as relações.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Tens uma associação de moradores mais consciente. Tens uma associação de moradores mais próxima da câmara municipal (...) Nós nunca conseguimos nada da câmara municipal e agora estes conseguem? Houve ali momentos de tensão e rivalidade. A associação de moradores não quis que a biblioteca se fosse embora porque eles perceberam que aquilo lhes estava a dar poder. (...) As tensões que nós tínhamos com a associação de moradores foram-se desvanecendo. (...) a associação de moradores não nos quer deixar fugir porque para eles nós somos uma porta para chegar à câmara municipal.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Nós fizemos uma conversa em Outubro em que trouxemos o Ricardo Carneiro (...) A ideia era falar sobre as questões do território (...) Houve durante o debate a geração de um sentimento por parte dos moradores que foi: Um dia que nós saímos daqui já sabemos a quem é que nos vamos dirigir. Vamo-nos dirigir ao Ricardo Carneiro. Portanto, a associação dos moradores costuma reunir com o Ricardo Carneiro mas não partilha as reuniões que são discutidas com o Ricardo Carneiro. (...) E a associação de moradores nunca veio [aos encontros]” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“O que eu acho mais curioso neste trabalho é estarmos a gerar uma oportunidade para os moradores se organizarem extra associação de moradores. E um espaço para os jovens e para as crianças porque não havia.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“Eu acho que a câmara foi um parceiro sensacional. Acho que o departamento da cultura teve uma coragem de apoiar um projeto desses porque era um grupo com muitos estrangeiros, era um grupo muito jovem, numa comunidade cheia de problemas de legislação para a implantação de alguma construção, uma instalação. Era uma intervenção urbana por meio da cultura, então, tudo isso era muito complexo para uma gestão pública apoiar. Então eles foram muito corajosos nisso. Foram do começo ao fim. Acompanharam o projeto do começo ao fim e eu acho que gerou-se ali uma predisposição maior da câmara a ajudar a comunidade. Eles passaram a perceber melhor, passaram a frequentar mais e a conhecer melhor aquela comunidade e a perceber o quanto eles precisam de ajuda. Isso a gente vê porque a gente já teve a informação que eles queriam ir lá apoiar o projeto dos balneários, apoiar outras iniciativas ali. O que eles precisam e que é natural é que exista uma instituição no lugar que possa fazer essa ponte da comunidade. Eles têm que ter uma instituição na qual eles confiem para gerir o dinheiro que eles possam vir a dar, para gerar um projeto que eles possam vir a apoiar. (...) O que eu percebo é que eles preferem uma dinâmica de um trabalho conjunto com outras associações, por exemplo, que têm essa experiência.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“O que ajudou foi época de eleições. Foi encontrar as ranhuras da política e tentar colaborar com eles. O que veio a devolver um pouco de confiança da população com o município. E deu-lhes agora muito mais diálogo e eles agora conseguem trabalhar entre eles muito melhor.” (Entrevistado 6, CV)</p> <p>“Melhoraram imenso porque agora há um maior entendimento da Câmara. Para já a Câmara ganhou uma outra visão de como atuar nas comunidades. As comunidades passam a confiar muito mais no poder político. Já o entende como: “eles não nos ignoram”. A comunidade entende que a situação deles é complicada para a câmara</p>
--	--	--

		<p>municipal, e que o próprio município tem de encontrar outras formas de trabalhar com eles. Não pode ser aquela forma normal como se calhar aqui na Trafaria. Então, eles começam também a entender o papel da câmara que não consegue fazer tudo. Ou não consegue fazer tudo de imediato. Então essas questões começam-se a controlar melhor. O que é que eles podem pedir, o que é que eles podem fazer. Há de imediato um melhor entendimento e mais confiança. Tanto o município a confiar nas pessoas quanto as pessoas a confiar no município. (...) Sim, foi muita mediação. Nós conseguimos fazer essas ligações que agora estão a acontecer, como estão a acontecer nas Terras do Lelo, no Torrão. Nós permitimos, fomos mediadores, permitimos essas novas relações. E agora há muita vontade da Câmara Municipal de Almada em continuar a desenvolver projetos aqui, tanto no Torrão como nas Terras do Lelo, como aqui na Trafaria e na Cova para se conseguir pouco a pouco melhorar as condições de vida das pessoas que aqui estão. (...) Eu acho que aqui houve, nestes últimos dois anos, se calhar até, começando mesmo nos TISA, houve um despoletar de ações que de alguma maneira vai melhorar as condições de vida das pessoas. Mesmo que seja só uma forma individual de as pessoas aprenderem umas com as outras. Que não tenha nada a ver com a Câmara. Acho que isso vai acontecer ou já está a acontecer.” (Entrevistado 6, CV)</p>
Categoria: Perceção sobre impactos noutros territórios		
<p>Ligação com projetos noutros territórios</p>	<p>Grau de ligação com os projetos</p>	<p>Casa do Vapor</p> <p>Participação do Entrevistado 1 no projeto da Cozinha Comunitária das Terras da Costa (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>Participação de Entrevistado 3 no projeto da Cozinha Comunitária das Terras da Costa (Entrevistado 1, TISA)</p> <p>“No projeto da cozinha, a associação participou porque doou as madeiras e porque membros da associação foram voluntariamente ajudar o projeto da cozinha a crescer. E também pessoas que ajudaram a Casa do Vapor a crescer, que não são membros da associação, quiseram participar neste novo projeto da cozinha.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“A gente tem capacidade de multiplicar essa experiência quando, depois de seis meses, eu escrevo um projeto de biblioteca para a Trafaria que é a comunidade vizinha que também não tem biblioteca. Uma comunidade pequena tão carente quanto a Cova do Vapor no sentido desse tipo de promoção do livro e da leitura porque aqui ela tem muito mais coisas do que a Cova. (...) Mas o processo daqui, a ideia, foi a mesma. (...) Então a ideia é que a gente possa desenvolver, a partir das experiências de instalação de bibliotecas em comunidades que tenham essas características, com processo de construção coletivo, com processo de construção com a comunidade mas também com profissionais voluntários ou não voluntários que venham do exterior. Então, é criar várias pequenas bibliotecas nessas comunidades que não têm acesso à promoção do livro e da leitura, mas que isso seja um processo não só para criar a questão da literacia mas é mais no sentido de promover o desenvolvimento humano, o local, o da comunidade e o individual. Então a gente encontrou uma maneira de fazer isso por meio das bibliotecas, da construção dessas bibliotecas, da instalação dessas bibliotecas. A ideia é que elas sejam bibliotecas vivas. Não é abrir uma caixa e encher de livros para as pessoas irem para lá porque isso não resulta. Ainda mais em comunidades como essa. A ideia é fazer essas bibliotecas com as pessoas e depois desenvolver atividades nas quais elas efetivamente participam. E aí você consegue com um processo perene e transformando as novas gerações.” (Entrevistado 5, CV)</p>
Categoria: Ressonância pessoal		

	<p>Impactos a nível pessoal</p>	<p>Casa do Vapor</p> <p>“Isto foi uma experiência incrível para a maior parte das pessoas que participaram. E as pessoas que fizeram parte do projeto é que ganharam mesmo com isto. Ganharam mesmo muito. Ganharam experiência de trabalho. Puderam praticar trabalhar num sistema que é muito mais igual, em que não existe uma hierarquia, absolutamente nenhuma... e em que, no fundo, o mais importante é dares o melhor de ti com a máxima das boas intenções” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Para mim foi uma grande aprendizagem. Mesmo. Aprendi a acreditar que, com esforço, não é preciso ter medo de conseguir concretizar as coisas. Mas também, por outro lado, fiquei bastante desiludida pelo facto de, mesmo ao fazer bastante esforço, mesmo com boa vontade de tanta gente, houve tão poucas ajudas a nível de financiamento. Pouca gente a querer participar mesmo com dinheiro para ajudar o projeto.” (Entrevistado 2, CV)</p> <p>“Foi muito gratificante (...) Impulsionou-me a ir trabalhar para as terras da costa. Os erros que eu achei que tinham sido feitos na Cova, nomeadamente não ser um projeto que foi gerado pela própria comunidade, ou pela própria associação de moradores, e ser um projeto que é imposto por alguém de fora. E eu para mim achei sempre que este era um dos problemas do nosso projeto. Se bem que eu acho que depois, quando nos vamos embora, e eles pedem para a biblioteca ficar... gerou a semente. Aquelas pessoas que já estavam no processo de mudança conseguiram agarrar a coisa.” (Entrevistado 3, CV)</p> <p>“A nível pessoal me ajudou a fazer sentir que eu faço parte desse lugar. Porque eu já vivi em Portugal e não tinha ainda encontrado, não conseguia me sentir fazendo parte da comunidade. E a Casa do Vapor ela me deu isso de presente. Porque ela me permitiu desenvolver algo que eu gosto de fazer e sei fazer. (...) E, mais do que isso, eu tenho amigos. (...) A única coisa que eu tirei da Cova do Vapor foram amigos (...) Foi maravilhoso porque me fez sentir parte dessa comunidade. (...) Eu faço parte desse lugar o que me deixou muito à vontade para, de repente, agora desenvolver novos projetos aqui para a comunidade. Porque eu conheço melhor as pessoas. Eu conheço melhor a política local. (...) Me deu a “chance” para descobrir que lugar é esse. O lugar que eu escolhi para viver.” (Entrevistado 5, CV)</p> <p>“A nível da aprendizagem técnica houve muita coisa que aprendi. Aprendi aquelas questões de como trabalhar em grupo, ou desenvolvi. (...) Finalmente conseguir com aquilo que eu sei, fazer algo de bom que não é apenas para mim. Porque os arquitetos têm um lado muito egocêntrico, como os artistas plásticos, como os atores. Tens um ego. Quer negues ou não, tu tens. E finalmente consegues, com aquilo que sabes fazer, fazeres algo de bom, e não é apenas um edifício que construístes que é muito elegante e muito interessante mas que há ali um lado mais direto com as comunidades e consegues fazer mais alguma coisa. O projeto correu muito bem e correu muito mal em muitos aspetos e acho que essa aprendizagem é muito valiosa.” (Entrevistado 6, CV)</p>
--	---------------------------------	---

Anexo E. Análise de conteúdo das entrevistas aos habitantes da Cova do Vapor

Análise de conteúdo das entrevistas aos habitantes da Cova do Vapor		
Subcategorias	Unidade de registo	Unidade de contexto
Categoria: Perceção sobre o meio antes das intervenções		
Percurso histórico e/ou contingência do meio	Factos históricos e/ou especificidades do local	<p>“A maior parte eram pessoas de Lisboa, de bairros de pessoas com profissões mas não aquelas que tinham dinheiro para comprar outro tipo de vivendas ou de outras casas. Há gente aqui oriunda de bairros como a Mouraria... Assim daqueles bairros de Lisboa. Para além de pescadores. Por exemplo, o meu tio-avô que fundou aqui a casa ele morava no Arco do Cego (...). Portanto, é tudo gente de bairros de Lisboa, da Ajuda... que muitos vieram fazer aqui a sua casinha, e vieram passar para os netos, para os filhos... E foi isso muito o que aconteceu. Creio que depois do 25 de Abril, algumas pessoas, ou de uma forma oportunista ou não, mas sentiram mais possibilidade de fazer também aqui a sua casa. Alguns mais perto da mata, algumas construções em cimento que há por ali são mais recentes. São mais recentes 35-40 anos. Mas quanto ao resto eram pescadores, não muitos, e pessoas que vinham fazer aqui a sua casinha de madeira, mas já há muitos anos. Muitas delas eram mais perto da Torre do Bugio e, ao longo dos anos, foram arrastando para esta zona. Porque entretanto houve alterações das correntes marítimas em função de algumas mexidas que o próprio homem fez, muitas areias que tiraram daí que alteraram tudo o que estava estabelecido pelo próprio mar. Alteraram, tiraram muitas areias que depois nos anos 50-60 houve várias situações de temporais que fez com que muitas pessoas que tinham essas casas mais à frente as tivessem de tirar. É o caso do meu tio-avô, até que a deixou no sítio onde é hoje. Houve esse recuo ao longo desses anos. Muitas delas foram para a Costa da Caparica em cima das dunas. (...) Ainda hoje se vê pessoas oriundas de bairros de Lisboa, pessoas que trabalhavam na zona marítima, tinham o seu ordenado regular, já tinham algumas condições, mais do que outros, de fazer aqui a sua casinha. Mas que eram pequeninas (...) Hoje são maiores porque foram acrescentando.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Acho que a maior parte das pessoas aqui da Cova não concorda com isso [porto de contentores].” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Era para a ajuda das despesas. Eu alugava para poder fazer obras quando era preciso para a minha casa.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“A Cova do Vapor morreu derivado ao campismo selvagem. Porque nem toda a gente podia alugar casas. E aqui as casas também, em princípio, pediam ao preço do Algarve ou mais caras até, se fosse preciso. Havia pessoas que não alugavam aqui porque por esse dinheiro iam para o Algarve. (...) Cada um puxa o dinheiro que quer.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Aqui já há muitas pessoas que são ricas, riquíssimas. (...) Mas eu penso que daqui a 10-15 anos vai mudar. É obrigatório. São regras de urbanismo. Em todos os países do mundo é a mesma coisa. Não é uma crítica negativa, é uma crítica objetiva.”</p>
Redes Sociais antes das intervenções	Fortes ou fracas ligações internas e com o exterior	<p>“As pessoas com quem me relaciona mais vezes, agora pelo menos há uns anos a esta parte é aqui. Não quer dizer que não tenha relação noutra sítio.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p>

		<p>“A associação de moradores é um polo que ajuda um bocado também a ligar as pessoas. Nem que seja a dizer mal.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Dou-me mais aqui, como estou aqui efetivo. (...) Um ambiente pequeno. (...) Toda a gente se conhece. A gente dá-se bem com toda a gente. (...) É quase como uma família.” (Entrevistado 11, homem, 67 anos)</p> <p>“Isto é uma família. (...) Não há distinção aqui porque aquele é emigrante porque o outro não é. Não há distinção nenhuma. Eu, por exemplo, falo como se nascesse aqui que é mentira. Nasci em Alfama e a minha mulher na Mouraria. (...) E a gente sente-se bem. Somos bem recebidos, somos bem tratados. (...) Eu até costumo dizer que esta terra aqui é uma terra que foi benzida. É uma terra santa. Não há problemas aqui com a rapaziada, não há nada.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“No início foi difícil [adaptação ao lugar]. Na época as pessoas eram muito diferentes. São fechadas. (...) Mas as pessoas já estão habituadas. (...) E agora é diferente. Se as pessoas vêm do exterior, agora é tudo diferente. São bem-vindas. Não há problema. Houve uma mudança das mentalidades, da maneira de ver as coisas, porque entretanto veio a internet, a comunicação internacional, as crianças todas já mexem no computador. São as crianças que mudam a Cova do Vapor, não são os velhotes.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“Interajuda não há muita. (...) Havia sempre muitos conflitos. (...) Há pessoas educadas, pessoas que até é agradável conviver mas nem todas. Infelizmente nem todas.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Há determinadas pessoas de fora que entram aqui e que nós não gostamos. Há pessoas que vêm para cá passar férias que não me dão garantia nenhuma de respeito. (...) Mas isso são pessoas que não são referenciadas.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Éramos uma família. Agora as pessoas já não são assim tão familiares. (...) A gente estamos aqui a viver e estamos num sítio todos os anos sempre a ver a mesma pessoa. A pessoa morre, desaparece. Vêm outras. Mas se viessem outras como as mesmas pessoas era tudo bom. Mas as que vêm já não são iguais.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“A Cova do Vapor é como tudo, em toda a parte do mundo. Há bons, há maus. Há conflitos. Não há conflitos. (...) Nós somos um povo muito de ajudar o seu próximo. Não é só a Cova do Vapor. Nós somos solidários de nascimento.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Isto sempre foi um sítio que houve sempre muito movimento. (...) Porque já vieram italianos, espanhóis, franceses há vinte anos atrás e faziam o mesmo. E fizeram peças de teatro com os barcos dos pescadores. A Cova do Vapor sempre foi assim. Recebe sempre bem.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Antigamente eu, com 17 anos, não precisava de ir para Lisboa, nem para a Costa, nem para lado nenhum porque a Cova do Vapor inteira tinha animação. E tinha animação de todos os estilos de música (...) Isso perdeu-se no tempo. Hoje só fazem música para os “cotas” e não para os jovens.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Porque isto sempre foi uma mentalidade aberta em desporto, animação e tudo. Só que depois perdeu-se no tempo.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Há núcleos. Sempre houve. A população mais antiga, que é a população da zona mais antiga, da baía, dos pescadores, nunca viu com bons olhos a chegada de nova gente, a invasão, aquela usurpação do lugar, etc. Nunca foi</p>
--	--	--

		<p>bem visto. Porque essa usurpação, essa ocupação, veio-lhes tirar quase como que um protagonismo que eles tinham. Aquele bairrismo que existe em Lisboa quase que existe também aqui. Quase. E eu digo quase porque quando toca a unir, eles unem-se e fazem. Depois, não é bem visto este lado da população, porque este lado da população também trouxe outro desenvolvimento que não tinham. E também não tinham muito por onde ir. (...) E há sempre aquela relação amor-ódio muito sub-reptícia. Fica ali muito velada mas algumas vezes nota-se. Em conversas do dia-a-dia.” (Entrevistado 12, homem, 53 anos)</p> <p>“É um povo pacífico, são amigos uns dos outros. É uma comunidade boa. Não há assim grandes problemas (...). Se precisarem de uma ajuda dos vizinhos, seja numa obra, seja se a pessoa estiver doente, seja num evento que haja. Uma pessoa leva isto, outra pessoa leva aquilo, uma faz isto, outra faz aquilo. Participam bastante.” (Entrevistado 10, mulher, 49 anos)</p> <p>“Sim, maioritariamente aqui [rede de relações], mas tenho muitas amizades em outros locais que trabalhei e onde me fixei.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“Quando é para ajudar, toda a gente se ajuda mas, às vezes, também há guerrazinhas. (...) Mas é um ambiente sossegado. Até para as crianças e tudo. As pessoas, mais ou menos, são acessíveis e passa-se bem. Vive-se bem.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>Relaciona-se mais com pessoas da Cova do Vapor. (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“Muito egoístas algumas. Antigamente a Cova do Vapor era Cova do Vapor. Agora as pessoas são muito egoístas. Algumas, muito intrigistas. (...) As pessoas foram mudando. Já não é o ambiente que era antigamente. Antigamente se era preciso uma coisa, toda a gente se ajudava umas às outras. Até mesmo para a construção da casa.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“A minha família vive em Lisboa. Falo com eles diariamente e amigos tenho muitos amigos aqui.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>“Aqui, normalmente, dá-se tudo bem e ajudam-se uns aos outros, apesar de haver assim umas divergências...” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>Veio de Lisboa. A maioria dos amigos estão em Lisboa. Tem relações tanto na Cova do Vapor como em Lisboa. (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Existe muita entreajuda aqui.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Dou-me com muita gente. Mais aqui.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>“Praticamente todos mesmo [toda a sua rede de familiares e amigos está na Cova]. Todos nós crescemos aqui, todos nós nascemos aqui.” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“Tão depressa ajudam-te como tão depressa estão a dar-te uma facada pelas costas. Depende de cada pessoa. Tão depressa podemos contar com eles, como tão depressa viram as costas.” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“Há ambas as coisas [interajuda e conflitos].” (Entrevistado 22, homem, 32 anos)</p> <p>“Antigamente, achava que as pessoas eram mais amigas. (...) Nós não tínhamos problemas de ir bater à porta do vizinho para pedir qualquer coisa que fizesse falta em casa naquela altura. (...) As pessoas, nessa altura [cerca de 25 anos], acho que eram muito mais amigas umas das outras. Eu ia para casa do vizinho. O vizinho ia para minha casa. Agora acho que não. Vieram as novas gerações e isso não se manteve. Eu brincava na rua com todos os</p>
--	--	---

		<p>outros miúdos que eram daqui da terra e agora os próprios miúdos não se misturam todos. São todos aqui da terra mas parece que se dividem. Há grupos e na minha altura não.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Quando eu era muito miúda, havia cumplicidade entre as pessoas. Mesmo para quem vinha só cá passar férias. Criámos laços de amizade.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“São muito mais agora [crianças], mas são muito menos unidos do que nós éramos, na altura.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Os adultos eu também acho que se separaram um bocadinho. (...) Vejo cada pessoa por si. (...) Acho que há mais desprendimento.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Entre eles não são tão dados, e até a ajudarem-se internamente, do que quando vem alguém de fora, que se abrem todos e que parece que sempre conhecerem aquelas pessoas. (...) E em relação às pessoas que estão ali à beira da porta, não há essa abertura.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p>
<p>Relações entre a comunidade, a AMCV e a CMA antes das intervenções</p>	<p>Fortes ou fracas ligações</p>	<p>“As organizações cívicas e representativas dos moradores, das pessoas, sem a participação delas não funcionam. E há uns anos a esta parte, 20-25-30 mesmo, começou-se a desvalorizar a participação das pessoas e quase que, indiretamente, a impedir que as pessoas participem. (...) Não participando não têm autocritica que seja positiva. (...) Não digo que a Associação de Moradores, os que estão, não queiram fazer alguma coisa de bem mas, estão constantemente a dizer: “epah, a gente quer fazer qualquer coisa, ninguém aparece... ninguém ajuda.” Porquê? Porque está instalado o individualismo nas pessoas. (...) As pessoas fecham-se em casa, não falam uns com os outros. É por isso que aparece este medo de... As pessoas têm medo! Às vezes, até de sair à rua. Porquê? Porque como não falam umas com as outras... Antigamente, as pessoas estavam, às vezes, à porta de casa a falar umas com as outras... Não existia este medo de assaltos, ou disto ou daquilo. Já existiam também, mas não tinham esse medo. Hoje não, fecham-se em casa. (...) Porquê? Principalmente porque não falam umas com as outras. Estão isoladas. (...) O problema que sofre a Associação de Moradores ou qualquer outra entidade representativa é as pessoas não participarem. (...) Há menos participação das pessoas para apoiar a Associação de Moradores porque as pessoas acham que não vale a pena, ou porque os que estão lá, interessa-lhes é a eles, por isso é que eles participam. (...) Mas sei que isso é influenciado. Vem de fora para o cérebro delas. Não vale a pena ou não têm incentivo para o fazer. (...) Depois, há uma anulação das duas. Da entidade que representa e também dos próprios moradores. Agora, para esse tipo de coisas há que criar uma forma das pessoas poderem dialogar, falar, dar a sua opinião.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“O que se passa neste momento é, as pessoas elegem a associação de moradores a pensar que a associação de moradores resolve os problemas todos só por si. Não resulta.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Quando podia trabalhar bem ajudava. (...) Onde é o escritório da associação, fui eu que fiz tudo de borla. (...) Agora, como eu já não estou na associação, nem faço mais nada para a associação (...) Eles dantes diziam que a gente é que era os donos. Agora estão lá eles, não está nada feito como a gente fazia. Lá em cima ao pé dos bombeiros aquilo estava tudo limpinho, não havia areias nenhuma. A gente pagava ali à máquina para vir tirar as areias. Do nosso bolso. Agora não fazem nada. (...) Eu fazer parte, nunca mais faço. Agora,</p>

		<p>cada um tem a sua maneira de trabalhar, tem a sua maneira de ver as coisas.” (Entrevistado 11, homem, 67 anos)</p> <p>“A Câmara ajudava a gente. Não muito. Mas sempre o que vinha dava.” (Entrevistado 11, homem, 67 anos)</p> <p>“A minha opinião sobre isto é que realmente há uma direção, mas a mim dá-me a impressão, não é uma crítica que eu faço, mas a mim dá-me a impressão que a associação abandonou isto. Enquanto antigamente a gente não via nada disto. Havia uma direção com várias pessoas que ocupava-se mais de assuntos que diziam respeito à Cova do Vapor. (...) Há assuntos aqui que eles deviam de se ocupar um bocadinho.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Ainda são os velhotes que estão a controlar a situação. Os jovens são diferentes. A futura associação daqui vai ser diferente. O antigo presidente não sabia ler e escrever...” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“Participam nas assembleias mas as assembleias acabam muitas delas por haver conflitos. (...) Aqui as relações com a direção, às vezes são boas, outras vezes são muito tensas. (...) Porque eles também não dizem nada. Fecham-se. E guardam para eles aquilo que deviam transmitir aos sócios.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Eu acho que a associação entrou por entrar porque não se vê atividade nenhuma feita com significância. (...) Costumavam vir cá os bombeiros pelo 25 de Abril. Já não vêm há dois anos. Costumava haver a Nossa Senhora de Fátima todos os anos. Nossa Senhora de Fátima no mês de Maio não apareceu cá.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“A associação é a associação de sócios, não daqueles que não são sócios. (...) Eu, por exemplo, não quero ser sócia. Porque eu não vou ser sócia de uma mentalidade que não é a minha (...) O que faz mudar as mentalidades são os jovens (...) A Cova do Vapor aqui não dá muito valor à juventude (...) Eu acho que a associação devia de ser todos pela Cova do Vapor e a Cova do Vapor por todos e não pelos interesses em comum.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“A relação com a associação, seja quem for que lá estiver, há-de ser sempre esquisita. (...) há sempre essa tal relação de amor-ódio em que umas coisas são toleradas, outras nem por isso. E depois, os confrontos, a maior parte verbais, existem e vão sempre existir e faz parte da vivência do dia-a-dia.” (Entrevistado 12, homem, 53 anos)</p> <p>“Quando se fez o alcatrão, quando se fez as promoções das festas, quando se fez muitos dos melhoramentos aqui eles [AMCV] eram umas pessoas impecáveis. Deixou-se de fazer as coisas, agora está naquele aspeto de... faz ou não faz... Há pessoas que reclamam, outras que não reclamam. Houve aí muitas lutas internas, que houve. Mas de modo geral, eu penso que dizem muito bem da associação.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“Para a câmara, a Cova do Vapor não existe. Só existe para as contribuições, para as multas, para as coisas que eles queiram levantar processos. (...) Portanto a Cova do Vapor, pura e simplesmente não existe. (...) Quando é para receber nós existimos. Quando é para ajudar não há financiamento, não há dinheiro. (...) Nós vemos grandes obras em todo o sítio. Só aqui é que a câmara não existe. (...) Há pessoas que já estão a legalizar as casas.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“Participam às vezes. Noutras vezes não. (...) A associação também não cativa ninguém.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p>
--	--	---

		<p>“A ligação com a câmara é através da associação. As pessoas não lidam diretamente com a câmara. A relação das pessoas com a associação como sempre é... As pessoas querem as coisas feitas, agora meter as mãos na massa para fazer, que façam os outros. Quando os outros fazem estão cá para criticar... (...) As coisas que eles se propuseram a fazer, os objetivos que tinham, até agora têm sido cumpridos... Mas, claro que, faz-se uma estrada e as pessoas acham que o importante não era a estrada era um parque infantil. Faz-se a biblioteca e as pessoas acham que o importante era um balneário público. Agora vai-se alargar a sala de jogos e as pessoas continuam a achar que o importante era o balneário público.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Não costumo muito [participar em reuniões da associação].” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“O pessoal da associação só ajuda (...) se for alguma coisa para eles. Acho que só ajudam por interesse. Acho que eles não fazem as coisas primeiro a pensar nas pessoas da terra, mas sim, primeiro a pensar neles.” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“Eu acho que há muita falta de ligação entre a associação e os moradores. Eu não sinto que eles vistam a camisola pela comunidade. (...) Já senti noutras associações que as pessoas zelavam pelo interesse da comunidade. Não sinto isso atualmente. Está muito fria a ligação entre a comunidade e a associação.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Eu entrava. Saía. Ainda hoje faço isso no sentido em que não me quero meter nessas coisas. Dou-me com as pessoas porque gosto delas.” (Entrevistado 23, mulher, 30 anos)</p>
Categoria: Perceção sobre o processo de intervenção		
<p>Conhecimento sobre o processo</p>	<p>Forma de conhecimento do projeto</p>	<p>TISA</p> <p>“A associação de moradores informou. E as pessoas, pelo facto de eles estarem aqui na rua, e estarem ali naquele espaço, toda a gente começou a saber o objetivo deles. E depois, quando lá foram a casa das pessoas já estavam conhecedores e correu tudo bem.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Passavam, consultavam, pediam-nos a nossa opinião.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Eu apercebi-me da situação. (...) E de vez em quando pediam-me opiniões e eu dava. Ajudava-os aí a apresentar a determinados moradores daqui.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Eles vieram cá, apresentaram-se.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Eles é que foram comunicar com as pessoas.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>Desconhece (Entrevistado 12, homem, 53 anos)</p> <p>Conhecimento por vizinhos (Entrevistado 10, mulher, 49 anos)</p> <p>Eles mesmos deram a conhecer. (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“Eles apresentaram-se. Foram lá para a associação fazer as casinhas.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“Foram chegando, foram tendo conversas com as pessoas daqui, a dizer o que é que estavam a tentar fazer, o que é que iam fazer, se a gente apoiava aquilo que eles iam fazer.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>Contacto ao fim-de-semana. Ia vendo a progressão do trabalho da TISA (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p>

		<p>“Passei ali num beco. Havia lá uns rapazes a desenhar. Eu cheguei. Perguntei o que é que estavam a fazer. (...) Depois apareci aí [casa da curva] e comecei a dar-me com eles todos.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>“Eles apareceram aqui. (...) Comecei a dar-me mais com eles porque o meu primo ajudou no projeto (...) Eu não me dava assim tanto. Vinha de vez em quando às festas (...)” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“Aos fins-de-semana via o que é que eles estavam a fazer e acompanhava.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Havia de haver uma reunião para todos os moradores ficarem a saber o que é que é. Não fizeram nada.” (Entrevistado 11, homem, 67 anos)</p> <p>“A maior parte das autorizações foram eles que deram. Foi a associação.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Eles puseram editais mas não houve uma reunião, não houve nada [sobre a biblioteca].” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Fizeram uma reunião e vinham apresentar porque tinham feito uma casa em Guimarães. (...) Lembraram-se disto pela TISA.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“A Casa do Vapor conheci o desenvolvimento de. Conheci melhor quando acabaram o projeto.” (Entrevistado 12, homem, 53 anos)</p> <p>Conhecimento através da reunião na associação. (Entrevistado 10, mulher, 49 anos)</p> <p>“Apresentaram o projeto à associação de moradores, eles aceitaram.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“Eles vieram e eles próprios fizeram ali na associação. Mostraram através de slides e tudo o que é que eles pensavam em fazer aqui.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>Conhecimento do projeto através da reunião que fizeram (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Vínhamos jogar à bola e estavam a “acartar” madeiras para dentro do campo. Foi a Amália. E a Amália virou-se para mim e: “Não querem ajudar?” E eu: “Na boa. Ajudo.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>“Comecei a pegar em madeiras e a meter para dentro do campo. Depois estivemos na conversa e disseram que iam fazer aqui um projeto de uma cozinha. (...) Eu comecei a vir para aqui todos os dias. Com eles todos.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>“Eu vi o que é que estavam a fazer e agarrei e fui. Fui atrás da curiosidade.” (Entrevistado 22, homem, 32 anos)</p> <p>“Tinha curiosidade. Pensava que era um bar no início. Depois aos poucos ganhei coragem, fui lá perguntar o que era. Foi quando conheci a Diana e a Sofia. Eles disseram: não, somos um projeto, vem participar se quiseres.” (Entrevistado 23, mulher, 30 anos)</p>
<p>Reação ao processo</p>	<p>Forma como as pessoas reagiram ao processo</p>	<p>TISA</p> <p>“Havia uma simpatia em geral por eles. Até por se sentirem bem pelo facto de eles estarem interessados por aqui. Isso foi bom.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“E acho que, em geral, se sentiram bem. Quer dizer, às vezes as pessoas só acham que é bom se lhes derem uma coisa, e podiam não sentir que houve coisas concretas. Mas em geral, gostaram. Pelo interesse de terem vindo aqui, e terem desenvolvido aqueles trabalhos. (...) Em geral penso que ouve</p>

		<p>simpatia em relação a isso, no mínimo. Ninguém esteve contra. Pelo contrário. Sentiram que é uma valorização do sítio, da terra.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Houve muita gente que percebeu que aquilo era um estudo também dos próprios intervenientes. Que era importante também para eles conhecerem este meio como estudo. Não era só a vantagem daqui a zona ser conhecida e poder até tirar dividendos dos estudos deles, mas também pelo facto de eles estarem a estudar e ser bom para eles. Uma troca de experiências e de vantagens.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Não foi mau. Não sei para onde é que foi isso [maqueta] agora. Na altura vi aquilo bonito. (...) Tava giro.” (Entrevistado 11, homem, 67 anos)</p> <p>“Foi bonito. Foi muito bonito, sim senhor. Depois no final daquilo tudo passado fizeram até aqui uma grande festa. Fizeram aqui uma festa muito bonita. (...) E foi pena foi não serem eles próprios a continuarem a tratar desse assunto.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Por acaso foram muito muito simpáticos. E muito educados.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Eles foram muito queridos. Foram muito amorosos naquilo que desenvolveram.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Foi um espetáculo. Grandes amigos que eu arranjei e também arranjaram aqui uma amiga para a vida enquanto eu for viva.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Gostei mais da TISA. (...) Só tive pena que a TISA não fosse também assim [avançar e ter sorte].” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“O que fez a TISA, que foi muito importante, foi um intercâmbio das mentalidades. Porque os idosos aqui têm aquelas mentalidades antigas e, como eles foram ao encontro dos idosos foram aceites. E quando a TISA deu a festa viu-se que eles foram aceites (...) porque eles todos [mais velhos] ajudaram para a festa. Porque eles não eram de pedir. Eles vieram dar. Deu amor e carinho, respeito e dignidade. Não subestimaram, amaram, viveram (...). Em geral, gostaram todos.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Recebemos os miúdos muito bem. Foram impecáveis. Fartaram-se de trabalhar. (...) Foi uma altura muito boa, tanto para nós como para eles. (...) Foi um êxito. O projeto deles foi um êxito.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“A gente achou engraçado porque nunca tinham feito uma coisa sobre isto.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>“Gostaram imenso [pessoas da comunidade] porque as maquetas estavam espetaculares.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>“Acho que toda a gente gostou porque foi um projeto que nunca ninguém fez pela terra. E acho que toda a gente gostou. Pela maneira como as pessoas falam deu a entender que sim. Que gostaram.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>“Gostei do projeto deles aqui” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“Andava tudo muito entusiasmado. (...) Toda a gente abriu as portas à TISA. (...) Sem conhecermos as pessoas, acabou por se tornar um ambiente muito familiar. (...) Toda a gente abria as portas àqueles miúdos. E achei muito giro também a comunidade ter tido esse desprendimento de receber aquelas pessoas que não conheciam de lado nenhum e levarem para dentro de casa, e mostrar o que é que tinham para eles puderem trabalhar. Eu gostei muito.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p>
--	--	---

		<p>Casa do Vapor</p> <p>“Eu acho que, em geral, as pessoas gostaram muito.... Principalmente em relação às crianças. A participação das crianças. E ficaram muito tristes, porque não souberam que isso era assim, quando isto foi desmontado ficaram muito tristes: “epá, deviam de ficar cá com isto.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Havia aqui tanta gente sempre. Havia muita gente sempre aqui à noite, principalmente. Naqueles dias de calor em que havia iniciativas, estava sempre cheio. Portanto, isso quer dizer alguma coisa.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Foi engraçado [referencia a banquetes, lanches e jantares dados às crianças, de graça], por acaso foi muito engraçado. Depois, é claro, acabou. (...) Mas foi bonito, foi engraçado. Aquilo tinha ali um ambiente...” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Foi mais vantajoso esses rapazes arquitetos, engenheiros, que aqueles que fizeram aquilo ali. Aqueles, sim senhor, correram a Cova do Vapor de ponta a ponta. E aqueles praticamente foi ali. Aqui é que é, aqui é que se fez.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Todas as crianças, as pessoas, ficaram muito contentes.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“Quando as moças começaram a vir para aí, a fazer o programa que elas tinham feito, de criar ali uma casa, uma biblioteca, um estar de convívio e vivência entre eles, mas também com obra aqui, houve muitas pessoas aqui, não muitas mas algumas, que realmente aderiram ao feito que elas estavam a querer impor. Havia reuniões. Quase todas as semanas havia uma reunião aqui ou acolá, procurava-se aí um sítio isolado. E as pessoas estavam ali. Juntavam-se ali 7, 8, 10, 20 pessoas. Às vezes das 20 pessoas ou 25 pessoas que aí estivessem, 5 eram da Casa do Vapor e o resto era tudo pessoas ou arquitetos, ou engenheiros da convivência delas e deles.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Receberam com desconfiança. Mas entretanto elas tiveram o cuidado de fazer logo uma reunião ali no convívio em que mostraram exatamente que não queriam vir para mandar. Queriam exatamente que, quem pudesse e tivesse essa oportunidade, que os ajudasse. Que eles é que se propunham fazer aquilo. E começaram a fazer e quase toda a gente aderiu ao projeto delas. (...) Se quiséssemos, realmente podíamos fazer propostas. Eles todas as semanas, uma ou duas vezes, faziam uns papezinhos a dizer que iam fazer isto, qual era o nosso interesse, se nós queríamos fazer isto, acolotro. E fizeram coisas muito interessantes. (...) Eles apresentavam os projetos e as pessoas discutiam. E eles pediam-nos para que nós fôssemos lá a cima nas reuniões que eles tinham abertamente dizer-lhes qual era o projeto que agradava, se era assim de uma maneira, se era de outra,... (...) Eram muito abertos nos anseios que tinham e, é claro, quem aceita um trabalho destes moços tem exatamente de ser aberto. (...) Eles pediam sempre a nossa colaboração. E fizeram muitas coisas bonitas.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Há quem esteja satisfeito e há quem não esteja satisfeito. Porque há miúdos, quem está interessado tem a satisfação. Quem dos miúdos não estão interessados para eles também não tem interesse nenhum.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p>
--	--	---

		<p>“Toda a gente gostou deles.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Se não houvesse interesse no projeto não haviam doações.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Muita gente não vê com bons olhos a biblioteca.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Enquanto a TISA veio oferecer-se e partilhar. Eles chegaram e pediram tudo. Nunca se pede sem se dar. E nunca subestimar quando não se conhece. (...) Que a gente se calhar estávamos a precisar deles para conviver, para dar festas para fazer peças... A gente já tinha cá as nossas coisas. Isto sempre foi um sítio muito de convívio, de jogar à bola...” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“(...) eles pensavam que a gente aqui não tinha o conhecimento que eles vinham trazer. E a gente já tinha esse conhecimento. O que eu gostei mais foi o intercâmbio deles.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Eu fui um bocadinho crítica do projeto da Casa do Vapor. Gostei muito da ideia. Só não gostei da ideia de não ser fixo. (...) Eu achei, sem magoá-los, que era um projeto de 4 meses de férias.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Este da Casa do Vapor até é um bocado interessante, em termos de ajudar as crianças aqui do bairro. (...) Se calhar a Casa do Vapor foi mais aceite pelas pessoas penso eu. Embora eu gostasse muito deles [TISA].” (Entrevistado 10, mulher, 49 anos)</p> <p>“Soube pelos miúdos, soube por pessoas que era bonito. Estava bonito. (...) Foram fantásticos. Nesse aspeto foram fantásticos. Até para as crianças foram uma maravilha.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“A companhia deles foi espetacular.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“Da casa também foi muito bom porque haviam muitas crianças que andam aqui e os pais sabiam que eles estavam ali. Sabiam que eles estavam ali, não estavam preocupados. Eles tinham as atividades, gostaram imenso.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>“Principalmente os pais gostaram muito porque sabiam que os filhos estavam aqui.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>“Depois da reunião eu falei com elas e mostrei-me disponível para o que elas precisassem. E depois, a partir daí, começámos a pensar em atividades quando a casa começou a tomar forma. Porque foram dois meses, quase três meses de construção. A partir do momento em que a casa começou a ter condições, começámos a fazer atividades aos fins-de-semana com os miúdos, e atrás dos miúdos vêm os graúdos. A forma mais fácil de cativar uma população é através das crianças.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Neste projeto, só se ouve falar bem. Só uma ou duas pessoas é que se ouve a falar mal porque não conviveram com eles.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>“Gostei mais do projeto da Casa do Vapor.” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“Houve uma entrega muito grande por parte da população” (Entrevistado 22, homem, 32 anos)</p> <p>“Houve algumas que encararam a coisa com uma certa estranheza. No início.” (Entrevistado 22, homem, 32 anos)</p> <p>“Acho que houve mais abertura logo de início quando eles começaram a aparecer, os da TISA. (...) Achei que a comunidade aceitou muito mais rapidamente, apesar de nunca ter vindo para cá ninguém fazer nada e eles apareceram aqui de para-quadras e as pessoas aceitaram. Não senti tanta</p>
--	--	---

		<p>abertura quando foi o projeto da casa. (...) Se calhar por aquele sentimento de serem usados. Houve pessoas em que eu ouvi: “Eles vêm. Isto é maravilhoso aqui. Eles utilizam isto aqui para os trabalhos deles, que foi o caso da TISA. E depois esquecem as pessoas”. O problema é que as pessoas deram tudo delas para aquele projeto. E gostaram dos miúdos. Mas depois o projeto acabou e toda a gente esqueceu. Tirando o Filipe que ainda apareceu cá durante o inverno. Vinha aí de vez em quando fazer visitas. Mais um outro miúdo (...) Mas o resto do grupo que eram imensos... acabou. A Cova do Vapor desapareceu. E eu acho que quando apareceu a Casa (...) se calhar começaram a pensar... estes também vão fazer o mesmo que os outros. Vêm aqui. Isto aqui é muito bonito. Está aqui ao pé da praia. Vão fazer aqui isto mas depois vão-nos deixar e não querem saber de nós para nada. Acho que foi um bocado isso. (...) As pessoas não sabiam mas também não se mostravam interessadas em saber o que é que se estava a passar aqui de início. Só depois com a continuação é que começaram a saber o que é que se estava a passar e a informarem-se.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p>
<p>Participação no processo</p>	<p>Grau ou tipo de participação no processo</p>	<p>TISA</p> <p>“As pessoas acharam positivo. Aquelas que tiveram conhecimento acharam muito positivo. Participaram quando iam tirar medidas às casas. Colaboraram. Todos colaboraram. E tal como aqui a Casa do Vapor. Foi uma coisa extraordinária.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Houve sempre gente a participar. Tanto num como no outro. Dá-me impressão mais na TISA.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>Participou na festa da TISA. Ou quando eles precisavam de alguma coisa. (Entrevistado 10, mulher, 49 anos)</p> <p>“Participei na parte da TISA. Isso participei bastante porque havia histórias bonitas aqui. (...) Cada casa tem uma história. Ajudei muito miúdo e muita miúda e realmente eles foram daqui com um bom historial.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>Participou na elaboração da maquete da casa. (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>Ajudou a fazer algumas maquetas. (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Quando foi aqui a Casa do Vapor, nós vimos aí miúdos, e graúdos, a participar, a fazer, a ajudar que... não se tinha visto.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Eu não participei em coisa nenhuma. Vi aqui o teatro com os miúdos e tal... (...) Mas não participei na construção nem nas atividades. Também não houve assim nada que me chamasse... (...) Participei foi nas assembleias e intervi também, e bati na tecla, muito na tecla da participação. Como ponto essencial para tudo. É a participação das pessoas. Sem isso, não há nada. Por muito boas intenções que haja de qualquer direção, de organização, quer a nível local quer nacional, sem a participação das pessoas nada feito.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Eu não tive em contacto nenhum com aquilo. Não sei o que é que eles fizeram. Não participei em nada. Nem tão pouco lá fui ainda.” (Entrevistado 11, homem, 67 anos)</p> <p>Não participou. (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Depois filmavam, depois davam o filme e depois a gente estávamos ali todos a ver o filme daqui. (...) É giro.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p>

		<p>“O lado bom é que eu encontrei pessoas simpáticas. Mas eu participei pouco.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“Este é o milagre da Casa do Vapor. Que as pessoas afinal participaram. No início eu pensei, ninguém vai fazer nada.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“A mim foi a proposta de eu dar aqui aulas de desenho e que eu fiz o ano passado.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Daquelas reuniões que eu assisti eu gostei muito. Gostei porque havia sempre oradores com bastante interesse. Pessoas letradas, engenheiros, arquitetos, e outros mais com sabedoria. Gostava de os ouvir.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Participei logo de entrada. Como disseram que tinha sido eu que tinha tomado a iniciativa da biblioteca ir para a frente, fui convidada a ir cortar a fita quando foi inaugurada. (...) Ajudei em tudo o que podia fazer (...) Participei na cozinha, participei na biblioteca, ia para lá também ajudar (...) a pôr as etiquetas...” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Não participei, porque quando eu não concordo muito com projetos que voam. Posso dar ideias. Mas dei ideias para elas fazerem. A gente no fim do mês vamos plantar rimas para chamar as pessoas ao civismo e ao respeito pela natureza.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“O projeto deles foi fabuloso. Houve um intercâmbio, as pessoas gostaram, fizeram muitas festas. Deram tudo o que eles pediram. Foi partilhado. Eles também aprenderam uma lição.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>Não participou na Casa do Vapor. Ajudou na festa da despedida. (Entrevistado 10, mulher, 49 anos)</p> <p>“Toda a gente [participou]. Mas eles tanto tinham atividades para crianças como tinham atividades para jovens, meia-idade e pessoas idosas. Foi um verão em cheio para as crianças.” Não participou em nenhuma atividade. (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“Era uma maneira das crianças estarem ocupadas. Entretinham-se muito.” (Entrevistado 10, mulher, 49 anos)</p> <p>“Foi até na padaria que disseram que eles precisavam de uma pessoa para fazer comer. Eu prontifiquei-me logo a colaborar com eles. Eles pagando-me. Eu chegava a ir para lá às 9 fazer comida para 20 e 20 e muitas pessoas. É um bocado difícil. Tenho muitas saudades do ano passado. Eu por esta altura estava a fazer o comer para eles.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“Eu ia com eles às compras. Eu vinha fazer o comer.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“Não estava ninguém da Cova [nos almoços]. Houve algumas pessoas que ainda se juntaram. Pagavam a sua comida e juntavam-se. É verdade, sim senhora. Mas jantares foram poucos. Foi quando havia as festas, quando havia umas reuniões, uma ou outra, que vinha mais gente. (...) A maior parte das pessoas não eram daqui.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“Aqui quando houve a montagem da biblioteca houve muita gente que veio ajudar. Voluntários porque não foram pagos.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>Não participou em atividades. (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>“Fizeram teatro, entraram todos [crianças] e acho que foi muito engraçado.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p>
--	--	---

		<p>“Na Casa do Vapor organizei uma série de atividades. Foi o dia da criança, foi a atividade do conhecimento das dunas, foi a limpeza da praia, foi pintar os cinzeiros de praia com os miúdos.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“De cá, de dentro, estão duas pessoas [envolvidas na biblioteca]. O resto veio tudo de fora com o projeto da Casa do Vapor. Nem isso se conseguiu fazer muito bem. Cativar a comunidade a participar, a prolongar as atividades.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Nas sessões de cinema que se fez aqui o ano passado na Casa do Vapor, poucos foram os adolescentes que aqui estiveram.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>Participou nas atividades quase todas. Recorda-se da atividade do mapeamento coletivo. (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>“Ajudei a montar. Cheguei a dar aulas de dança aqui às terças-feiras para os pequeninhos. Cada vez que havia festas, atividades, eu acho que estava sempre aqui. (...) A gente sempre ajudou a organizar aqui festas, jantares, almoços.” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“Nas atividades não participei em muitas. Eu ia participando em alguns trabalhos que eles iam desenvolvendo. (...) Fiz yoga. Nunca tinha feito yoga.” (Entrevistado 22, homem, 32 anos)</p> <p>“Eu, para mim, fui fazendo amizades. Não foi tanto a perspetiva de participar nas atividades.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“O que eu me apercebi é que via sempre os miúdos. Os miúdos tanto cá da terra como aqueles que vinham cá passar o fim-de-semana e as férias, estavam imenso tempo aqui.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Quando eu via era sempre mais atividades ao nível da construção e ao princípio nem me interessei muito.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Eu ainda tenho esperança que aquela gente ainda venha cá [TISA].” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p>
<p>Temporalidade do processo</p>	<p>Perceção sobre o término/continuidade das iniciativas</p>	<p>TISA</p> <p>“Eu tive pena que a TISA não ficasse cá. Aqueles rapazes também estavam sempre por cá. Também ainda podiam ajudar muita gente que precise. A recuperar, porque há muita gente que começou a vender casas por não poder aguentar com coisas. (...) Vai-se degradando e se não houver quem faça, as coisas caem de maduras.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Quando eles se foram embora sentiram-se abandonadas. Porque teve um impacto muito forte aqui na comunidade. (...) Para mim, em relação à comunidade houve ali um elo que não foi bem gerido. Deviam ter feito as coisas, penso eu, de outra maneira para as pessoas sentirem que não tinham sido utilizadas só para a realização de um projeto que eles idealizaram e vieram aqui para esta comunidade fazer. Utilizaram e pegaram e foram-se embora. Foram descartadas. Eu acho que foi essa a sensação que as pessoas ficaram e, por isso, quando foi o projeto da casa, eu achei que as pessoas não foram tão abertas de início derivado a isso. Quiseram-se resguardar em relação àquela sensação que tiveram depois quando terminou a TISA que, sentiram-se abandonadas” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Agora, o seguimento que foi dado a isso já não conheço. Porventura terá sido para estudo deles próprios. Promoveram o conhecimento do que se passa aqui. Desta especificidade dos moradores terem construído a sua própria casa. Não conheço muito mais do que isso.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p>

		<p>“Isso também disseram que o projeto ia estar exposto não sei aonde. Nunca mais ouvimos dizer nada.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“Foi uma abertura talvez de querer entrar numa situação plena para cima e não teve essa capacidade porque a direção não gostou. Ajudou até determinada altura mas depois deixou de ajudar. (...) Eles também deixaram de se interessar.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Era um projeto que talvez não tivesse muita viabilidade na altura. Aos anos que foram não tinha muita viabilidade porque havia muita frustração na situação aqui.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Foi bom. Foi ótimo. Como semente. Para além do concreto naquele período, as iniciativas que houveram para disfrutar, deixaram sementes. Isso é essencial. E cá está. Cresceu esta biblioteca.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Para mim, a biblioteca não deve ser um fim em si. É importante, mas devemos é aproveitar o facto de termos a biblioteca para fazer outras iniciativas. Nomeadamente aquela questão da hora do conto... Está um bocado associada diretamente aqui... mas também, por exemplo, a partir do momento em que a gente tenha espaço para isso, fazer debates sobre temas vários... sobre pesca, sobre o ambiente, sobre os barcos, construção naval... sobre a própria terra... coisas que não sejam muito pretensiosas, mas que ajudem a evoluir também as pessoas.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“A gente tem condições para poder fazer isto e muito mais. Mas talvez não com tantas competências.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Quando eles nos começaram a alertar que iam acabar o projeto, que se iam embora. Nós fizemos três reuniões (...) e em todas elas eu disse que realmente, com a saída deles isto ia para o fundo. Aquilo que eles criaram. Aquele emblema que eles criaram de amizade e de confraternização entre muitas pessoas aqui. Que eles conseguiram fazer isso. Que ia-se acabar quando eles fossem embora. Não acabou totalmente por causa da manutenção da biblioteca. Porque sucessivamente eles fazem convites. Principalmente os miúdos.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Houve muito melhoramento aqui nas casas. (...) O melhoramento que está a haver em muitas casas aqui deve-se mais há abertura que estes fizeram.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Estes projetos, se houver continuidade deles as pessoas ainda se ligam mais. Tem é que haver mão-de-obra, pessoas com carácter como havia parece-me que não vai haver muito.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Eles procuravam a opinião do morador para aceitarem a opinião desses mesmos moradores. Isso foi muito agradável e muito aceitável por muita gente. E eles lucraram com isso e fizeram lucrar também os moradores.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Saiu daqui [a Casa] mas foi para a Costa da Caparica. Está a beneficiar outros. Está a beneficiar também quem não tinha água e quem não tinha luz.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Para mim foi como dar um rebuçado às crianças e depois não terem tempo para comer o rebuçado.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Eu achei triste levaram material daqui mas depois também achei bem porque eles lá têm menos que nós. E também foi um partilhar. Porque nós ficámos todos tristes do projeto se ir embora. Porque a biblioteca era fabulosa.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p>
--	--	---

		<p>“É isso que eu acho que eles evoluíram nesse termo. Ter o objetivo mas que dê raízes. E que venham sempre com humildade.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Fico feliz deles terem vindo para cá. E fico feliz de eles fazerem projetos efetivos. Fazer projetos em 4 meses não interessa a ninguém. Nem aqui nem em lado nenhum. Porque o que fica é o que faz crescer e aqueles 4 meses depois esquece-se, desaparece. Mas acho fabuloso porque deu o projeto à biblioteca que a Dolores queria.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Agora que acabou deviam de pensar noutra projeto. (...) Eu acho que sim [estavam receptivos a receber novos projetos]. A gente quer é uma coisa completamente diferente. Nós aqui não há nada de nada. Nada de nada.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“A associação cedeu-nos este espaço e vamos lá ver se a gente continua com outros projetos... Temos que levar isto para a frente.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>“Tal e qual como ela estava, era como ela [a Casa] devia de ter ficado.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>“A partir do momento em que eles se forem embora, acaba por voltar tudo ao mesmo.” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p>
Categoria: Perceção sobre o impacto das intervenções		
Satisfação de necessidades	Tipo de necessidades satisfeitas	<p>TISA</p> <p>“Algumas casas, foram poucas, fizeram por dentro para mostrar na câmara. Pessoas que precisassem de uma maquete. Eles fizeram, como a minha. Eu precisava. Fizeram e levámos à CMA.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p>
		<p>Casa do Vapor</p> <p>“Ali [na biblioteca], antigamente, era o posto de socorros. Havia um problema qualquer, os bombeiros estavam ali. Se houver um problema agora como é que é? (...) Tinha os bombeiros, salvadores, tinham enfermeiros. Até tinham um médico que lá estava. Se houvesse qualquer coisa estava tudo ali. (...) Faz mais falta o posto de socorros ali do que a biblioteca.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Com a Casa do Vapor, a associação já dá <i>wi-fi</i> para a biblioteca.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“Talvez o que possa ter acontecido terá sido eventualmente obrigarem de certa forma as pessoas de cá a pensarem um bocadinho nelas [crianças] e a criarem atividades para elas extra tudo o que vem de fora. Aí sim. O meu caso é um deles.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Houve uma vez, cheguei aqui, estava aí uma mesinha com uns papéis, e eu tirei um, comecei a ler, preenchi e nesse papel escrevi. Estava lá uma pergunta a dizer. O que é que vocês gostariam de ter aqui? E eu pus logo uma cicloficina porque gosto de arranjar bicicletas.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>“Tive o conhecimento da bolsa aprendiz para a biblioteca. E depois pensei: estou desempregada, estou aqui sem fazer nada, é uma área que eu gosto também é de livros, gosto de ler... Porque não ainda aprender mais qualquer coisa? Então, pronto. Inscrevi-me (...) Eles escolheram-me a mim. E a partir daí fiquei. (...) Entretanto a bolsa acabou mas eu continuei a trabalhar com a Dolores na biblioteca.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Eram miúdos que não tinham nada. Que não tinham mais nada para fazer a não ser passar o dia na praia a jogar à bola e agora se não houver uma atividade eles cobram-nos.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p>

<p>Empowerment</p>	<p>Criação/reforço dos laços sociais da comunidade</p>	<p>TISA</p> <p>“(…) eles também ganharam com a gente. Muito. Ganharam muito com a gente. Pessoas que os ajudaram aqui, deram comer, deram dormida, pessoas que tinham dificuldades e a gente ajudou. Eles foram muito bem recebidos. Acho que foi 50-50. Nós tivemos proveito mas eles também tiveram. Não estavam à espera de encontrar uma comunidade tão fechada e tão recetiva. Eles aqui foram tratados como miúdos. Como isto basicamente é tudo pessoas de idade, eles foram tratados como filhos. Muitos não estavam à espera. Ainda há muitos laços de amizade aqui. Que ficaram, que perduraram. (...) Eles ganharam com o projeto mas nós também ganhamos porque ganhámos amigos e notoriedade.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“Fizemos amizades com eles” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“Foi positivo pela abertura que a comunidade teve. Houve uma troca ali de experiências entre uns e outros. Achei isso ótimo. As pessoas abriram-se muito em relação a eles.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“O Filipe para mim é como um irmão. Um irmão mais velho.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Até um senhor ali em baixo dizia: “epá, os miúdos agora até me falam de outra maneira”. O meio alterou-se, eles participaram... sentiram-se considerados os miúdos. Sentiram-se considerados e passaram a tratar até os mais velhos com outro respeito.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Eles [crianças] sentiram que eram mais responsabilizados, mais considerados. Esse momento foi bom para eles. Para alterar um bocadinho até a vivência deles.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Vê-se essa rapaziada nova a dar-se mais com os antigos.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Eu penso que a Casa do Vapor melhorou a comunicação entre as pessoas aqui. Muito. Mesmo pessoas daqui que são vizinhas, que nunca falam, que estão fechadas, escondidas. Através das crianças. Foram as crianças que beneficiaram mais. Nunca nenhuma criança teve uma coisa assim.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“Agora é completamente diferente com todos juntos a fazer coisas.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“Foram pessoas que realmente deram uma abertura a determinadas pessoas que tinham essa necessidade. Estavam sempre prontos e prontas a ajudar todos.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Toda a gente me conhece. Mas eu não conheço toda a gente. (...) Tenho a certeza que houve uma possibilidade de se conhecerem aí determinadas caras uns aos outros. Mais do que o que havia.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“As pessoas respeitam-me mais. Tenho mais amizades com os garotos, com os miúdos.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Eu acho que não vão mudar nesse sentido porque só muda quem quer evoluir.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>Não considera que houve alterações. (Entrevistado 12, homem, 53 anos)</p> <p>“O bairro é ligado. Vocês é que entraram cá. Houve alturas que aí... não digo agora tanto porque as pessoas também já mudaram muito de feitios e já são um bocadinho mais fechadas. Não são tão recetivas a ajudar. Neste bairro, antigamente, tudo brincava, tudo saltava. Também é a forma de vida que</p>
---------------------------	--	--

		<p>muda. Nós também temos que mudar e temos que nos adaptar. Mas esta comunidade sempre foi muito, muito interligada. Muito. (...) Está tudo interligado. E isto como é um ambiente muito pequenino... as pessoas estão muito ligadas. Bem ou mal estão muito ligadas.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“Mudou. Esse aspeto mudou porque as pessoas juntavam-se mais, às vezes havia festas toda a gente ia lá. Brincavam. Para os miúdos foi espetacular, foi extraordinário. (...) Os miúdos entretinham-se ali muito mas mesmo muito tempo.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“Era tão agradável. Era tão giro. Gostava [de lá estar]. Muitas, mas mesmo muitas [amizades feitas].” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“A gente deixou aqui uns laços de amizade.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“Haviam crianças que não falavam às pessoas diariamente, passavam pelas pessoas não dizem boa-tarde, bom-dia, agora falam. Foi muito bom. O projeto da Casa foi muito bom mesmo.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>“Em termos das relações das pessoas acho que se mantiveram iguais. Não é por causa destes projetos que o relacionamento entre vizinhos melhorou. Aqui sempre houve muito o conceito de comunidade (...) A sala de convívio da associação de moradores acaba por aglomerar ali... É o centro. É o único sítio onde realmente toda a gente se encontra. Tens um restaurante, tens um café ou outro, mas a associação está aberta todo o ano. Sempre. De manhã à noite. (...) Portanto, não se criou nenhum espaço extra. O que já havia quando eles vieram, continua a haver e continua a ser o centro da atividade da comunidade. Portanto, não acho que tenha trazido assim grandes diferenças em relação ao que era. Nem grandes, nem pequenas. Para mim, não trouxe diferença nenhuma em termos de relacionamento entre os vizinhos. (...) Quem cá está, já cá está há muitos anos. Os que vieram agora, se calhar, de há pouco tempo para cá não são propriamente desconhecidos na Cova do Vapor. Vêm por intermédio de A, B ou C. Porque já cá estiveram, já cá passaram um verão, ou em miúdos passaram verões e agora compraram cá casa e gostaram disto. (...) Quem vem de novo, não é tão de novo como parece.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“As crianças entre elas mudaram. Haviam pequenos grupos que faziam guerras. Agora há comunicação global. E as crianças que ficavam de lado são integradas.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“Aquele que ficou com o <i>atelier</i> de bicicletas já arranjou as bicicletas a toda a gente. Antigamente ficava sempre de lado com a irmã. Agora não. Pode estar junto com os outros.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“Para mim foi bom porque eu tinha uma grande fama aqui. Toda a gente sabe. (...) E continuo a ter, mas menos. Comecei a ficar mais ocupado aqui em cima. Toda a gente começou a ver onde é que o X andava sempre e foi assim... (...) Muito melhor [como se dá com as pessoas do bairro].” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>“Deu para unir mais as pessoas, para as pessoas se rirem, para as pessoas se darem mais umas com as outras, para as pessoas brincarem, para as pessoas se divertirem” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“Fiz amizades [com as pessoas da Casa] ” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“Fiquei a conhecer mais pessoas aqui.” (Entrevistado 22, homem, 32 anos)</p>
--	--	--

		<p>“ [Algumas pessoas] Voltaram-se a dar ou começaram-se a dar” (Entrevistado 22, homem, 32 anos)</p> <p>“Houve muitas pessoas que criaram laços. Ou outras que reataram relações.” (Entrevistado 22, homem, 32 anos)</p> <p>“Eu vejo que, se eles não tivessem ido para lá, eu provavelmente continuava no meu ritual de, entro, saio. Eles foram uma ponte para eu também acabar por me dar mais com a comunidade há minha volta (...) Acho que eles foram o palco para essa interação uns com os outros. Porque, se calhar, apesar de eu os conhecer há uma barreira. (...) E tem que haver uma quebra dessa barreira e aqui passou a ser o palco. Então, estamos todos a jantar à mesa, que às vezes acontecia, com pessoas que eu conheço, se calhar de vista há anos, mas que perdeu-se o contacto, ou não tenho essa abertura, ou não sei quem são hoje. Portanto, nesse aspeto foi interessante.” (Entrevistado 23, mulher, 30 anos)</p> <p>“Há mais um envolvimento. Por exemplo, eu agora já conheço mais os meus vizinhos, que estão ali ao pé de mim. Sei que alguns deles já fazem parte da associação ou da parte da biblioteca. Portanto, parece que há já assim mais um envolvimento. O meu avô já se preocupa mais com isso.” (Entrevistado 23, mulher, 30 anos)</p> <p>“Acho que, se calhar, de alguma forma as pessoas passaram a estar mais abertas. Mais recetivas. A estarem mais atentas. A olharem as pessoas nos olhos. Não estarem tão à defesa. Olhas e acenas com a cabeça. Ou bom dia ou boa tarde.” (Entrevistado 23, mulher, 30 anos)</p> <p>“Houve pessoas que se começaram a aceitar melhor. Principalmente os adolescentes e as pessoas de mais idade. (...) Eu sinto que havia um certo desrespeito entre esses jovens e as pessoas mais velhas da comunidade. Depois as pessoas de idade não aceitam também muito bem esses jovens. (...) Eu acho que houve uma altura que havia um sentido provocatório. (...) E eu acho que isso acalmou muito. (...) Eu senti que na comunidade as pessoas de idade começaram a ser mais tolerantes com esses adolescentes e vice-versa. Acho que eles se tornaram mais tolerantes uns com os outros. ” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p>				
	<p>Criação/ reforço da expressão identitária da comunidade</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="636 1361 1019 1877"> <p>TISA</p> <p>“Depois, no final, estavam ali as miniaturas todas. Depois deram uma festa. Havia petiscos, havia tudo. Foi muito bonito. Viveu-se ali naquele momento a Cova do Vapor antiga.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Havia casas aí que eu não conhecia que descobri... Onde é que é isto? É tal. E era verdade.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“O projeto da TISA foi dar valor à construção.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> </td> <td data-bbox="1019 1361 1401 2024"> <p>“Nós antes tínhamos orgulho em ser da Cova do Vapor e eu não sinto isso nestes miúdos de agora. Eu não sinto que eles tenham aquele sentimento que nós tínhamos de viver na Cova do Vapor. Nós gostávamos. Nós identificávamo-nos com a Cova do Vapor.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Eu vejo agora os miúdos: vão, saltam para os quintais dos vizinhos, estragam, sabem que as pessoas não estão cá. Nós nunca tivemos esse sentimento porque era a Cova do Vapor. Alguma vez nós íamos estragar alguma coisa da “nossa” Cova?” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="636 1877 1019 2024"> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Também [Se sente mais ligada ao bairro]. De certa forma posso dizer</p> </td> <td data-bbox="1019 1877 1401 2024"></td> </tr> </table>	<p>TISA</p> <p>“Depois, no final, estavam ali as miniaturas todas. Depois deram uma festa. Havia petiscos, havia tudo. Foi muito bonito. Viveu-se ali naquele momento a Cova do Vapor antiga.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Havia casas aí que eu não conhecia que descobri... Onde é que é isto? É tal. E era verdade.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“O projeto da TISA foi dar valor à construção.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p>	<p>“Nós antes tínhamos orgulho em ser da Cova do Vapor e eu não sinto isso nestes miúdos de agora. Eu não sinto que eles tenham aquele sentimento que nós tínhamos de viver na Cova do Vapor. Nós gostávamos. Nós identificávamo-nos com a Cova do Vapor.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Eu vejo agora os miúdos: vão, saltam para os quintais dos vizinhos, estragam, sabem que as pessoas não estão cá. Nós nunca tivemos esse sentimento porque era a Cova do Vapor. Alguma vez nós íamos estragar alguma coisa da “nossa” Cova?” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p>	<p>Casa do Vapor</p> <p>“Também [Se sente mais ligada ao bairro]. De certa forma posso dizer</p>	
<p>TISA</p> <p>“Depois, no final, estavam ali as miniaturas todas. Depois deram uma festa. Havia petiscos, havia tudo. Foi muito bonito. Viveu-se ali naquele momento a Cova do Vapor antiga.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Havia casas aí que eu não conhecia que descobri... Onde é que é isto? É tal. E era verdade.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“O projeto da TISA foi dar valor à construção.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p>	<p>“Nós antes tínhamos orgulho em ser da Cova do Vapor e eu não sinto isso nestes miúdos de agora. Eu não sinto que eles tenham aquele sentimento que nós tínhamos de viver na Cova do Vapor. Nós gostávamos. Nós identificávamo-nos com a Cova do Vapor.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Eu vejo agora os miúdos: vão, saltam para os quintais dos vizinhos, estragam, sabem que as pessoas não estão cá. Nós nunca tivemos esse sentimento porque era a Cova do Vapor. Alguma vez nós íamos estragar alguma coisa da “nossa” Cova?” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p>					
<p>Casa do Vapor</p> <p>“Também [Se sente mais ligada ao bairro]. De certa forma posso dizer</p>						

		que sim.” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)	
	Conhecimentos e competências adquiridas/reforçadas	<p>TISA</p> <p>“Foram eles é que aprenderam com a gente. Porque havia coisas que eles não sabiam que lhes explicavam.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Foi com eles que eu aprendi a tirar fotografias.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Até porque as pessoas se valorizam mais participando. Adquirem mais conhecimentos... Por exemplo, chegam aqui os miúdos. Eu, se vêm entregar livros, registro logo, despacho, já sei tudo o que é necessário fazer. Eu nunca fiz isso. Portanto, é mais uma coisa que acrescento ao meu currículo.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Isso para mim foi das coisas com mais interesse. O envolvimento dos miúdos. Embora tenha o seu outro lado que a gente agora vai tentar colmatar. Que é: haver tudo naquele verão e depois noutro verão já não haver nada. Daí que, em colaboração com a Biblioteca Central da Câmara, estamos a programar iniciativas mensais em que haja a hora do conto, em que haja outro tipo de iniciativas... os miúdos irem visitar outra coisa qualquer, participar... Para que não se sinta esse vazio. Que não se apague. E que eles mais tarde possam ser eles também os continuadores de outras iniciativas. Que possam eventualmente participar na associação de moradores. Sentir que a participação é essencial. Essa é a semente que a Casa do Vapor pode ter deixado. E que agora a biblioteca vai ter que continuar.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Eles ensinaram determinados miúdos a lerem e até inclusivamente poesia. Porem determinadas pessoas aí a ler e a ouvir.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Há aí, pelo menos 3 [crianças], que eu tenho notado quando lá estou, que vão buscar livros, vão para lá ler os livros.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Eu francamente não. (...) Se calhar quem aprendeu mais foram os idosos.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Se não têm o conhecimento precisam que os outros deem o conhecimento. Nós já o tínhamos. Eles pensaram, se calhar, que nós não o tínhamos. Não foi por maldade. Pensaram. Mas depois viram que não é bem assim.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Eu achava que era tudo muito mais fácil e agora vejo que é difícil (...) falando por mim, acho que isto é extraordinário. Porque eu só fazia a segunda-feira (...) Eu comecei a gostar tanto disto que eu faço as segundas, as terças e as quintas. (...) Eu adorei isto. Eu aqui aprendi muito, muito mesmo com a biblioteca. (...) Não sabia como é que se fazia a catalogação... Todo o processo relativo aos livros eu não sabia de nada. (...) Adoro. Porque eu adoro crianças. (...) Então, trabalhar com crianças é perfeito.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>“Pelo menos para as crianças foi muito bom porque as crianças sempre têm atividades para fazer e gostam daquilo que fazem. Os adultos gostam de ver aquilo que as crianças estão a aprender e que se estão a envolver nas atividades. Os adultos também estão muito contentes com as coisas que eles estão a aprender e a fazer.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p>	

		<p>“A cicloficina segue sempre. Eu tenho as minhas ferramentas. Tenho as minhas bicicletas. Quando há avaria eu arranjo. Muita gente daqui quando avariavam bicicletas pede-me para arranjar. Depois de a cicloficina ter estado aqui, mais gente ainda me pede para eu arranjar bicicletas e eu continuo. É mais complicado. Tenho menos ferramenta. Eles tinham a ferramenta toda. Algumas das ferramentas ainda me deram. Não deram toda, claro. Devia ter continuado. A cicloficina para mim continua. Lá no Regueirão dos Anjos e tudo.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>“Aprendi a fazer estruturas em madeira.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>“Comecei a ir à Cicloficina dos Anjos. Ao RDA (Regueirão dos Anjos). Lá também aprendi. Já sabia, mas deu-me uma força para depois continuar a aprender mais um bocado.” (Entrevistado 14, homem, 16 anos)</p> <p>“Todos os dias havia uma coisa nova para fazer. Acho que as pessoas não caíam tanto na rotina. (...) Ajudou para as pessoas se distraírem e aprenderem também, conhecerem pessoas novas, fazerem coisas novas. Por mim, não tinha acabado.” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“Aprendi o que era uma cozinha comunitária. Que nunca tinha sabido o que era o conceito. E o conceito de comunitário.” (Entrevistado 22, homem, 32 anos)</p> <p>“Aprendi a humildade do que eles fizeram.” (Entrevistado 23, mulher, 30 anos)</p> <p>“Eu acho que, aquilo que eles, para mim, mudaram verdadeiramente, é a forma como as pessoas vêm as coisas. Ou seja, eu não sabia que era possível haver projetos destes.” (Entrevistado 23, mulher, 30 anos)</p> <p>“Eles durante o inverno, mesmo a chover, vinham para aqui. Nós abríamos a biblioteca e eles vinham para aqui (...) Passavam aqui as tardes. É muito gratificante. (...) Gostam do espaço. Sentem-se bem aqui. (...) Eles estão aqui como se estivessem em casa.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Eu nota a diferença desta menina, do ano passado para este, não é a mesma criança. É uma miúda que já passa por nós e já sabe que tem de dizer boa tarde, bom dia, sabe cumprimentar as pessoas. Ela nem sequer isso sabia fazer. (...) Porque também não lhe ensinaram isso. (...) Ela era uma criança que não falava com ninguém. (...) Porque não estava habituada a comunicar com as pessoas. Estava só habituada a estar ali em casa (...) A V não comunicava com ninguém. E a biblioteca veio abrir uma porta para a V. A V já fala com os adultos, já fala com as outras crianças, porque ela nem com outras meninas brincava. (...) A biblioteca não está a fazer uma ligação só através do livro. Esta biblioteca é muito mais do que isso. (...) Está-se a criar outros laços que não tem nada a ver com os livros, mas que faziam falta aos meninos daqui.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Eu acho que a BV está a dar a oportunidade à V da V conhecer um outro lado que ela nem sabia que existia.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Eu sempre me dei bem com os miúdos, só que agora tenho mais contacto com eles, derivado a eu estar aqui. (...) todos os dias praticamente eles vêm para aqui assim que chegam da escola. Eles vêm para aqui no Inverno e tudo. Fazem trabalhos, estudam, vêm ler. Quando há atividades para fazer, por exemplo, a gente tem que carimbar os livros, eles ajudam a carimbar..., pronto fazem muitas coisas aqui. Eu estou mais em contacto com eles agora.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p>
	Criação/reforço da aprendizagem	Casa do Vapor

	<p>comunitária partilhada</p>	<p>“Tenho aprendido muito com os outros membros da biblioteca.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Eu penso que vai melhorar através dos jovens e das mulheres que (...) com a biblioteca já estão a tomar conta das crianças, ajudam a fazer os trabalhos da escola.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“O ano passado tive cá mais jovens porque eu comecei a pintar pedras daí da praia. (...) E eles adoravam e vinham para aqui. Mas depois quando começaram a ver assim alguns trabalhos feitos, começaram também a querer desenhar e pintar. Tenho-os tentado ajudar de alguma forma. Agora lá na biblioteca andam lá uns trabalhos feitos por alguns miúdos que estiveram aqui este ano. Eu acho que, logo que eles estejam ocupados aqui, estejam exatamente a praticar uma arte que é agradável, e boa e bonita, eles também, ao mesmo tempo, limpam um bocadinho a cabeça e até pode ser, para futuro, que lhes interesse...” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Eles estão empenhados porque eles, assim que chegam da escola, vão diretos lá acima, e vão buscar um livro e se for preciso vão fazer lá os trabalhos da escola. E pronto, a rapariga que lá está é uma excelente rapariga e poe-os a estudar e poe-os a ler. (...) Eles vão arranjar atividades para chamar as crianças e as crianças a primeira coisa que fazem quando vêm da escola é ir diretos lá acima. Eles dão-se bem e o relacionamento entre a biblioteca e as crianças tem sido excelente.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“Vêm fazer os trabalhos de casa aqui. Porque têm acompanhamento. Porque a maioria dos pais destas crianças não tem escolaridade que lhes permita acompanhar. As pessoas que estão aqui na biblioteca têm uma escolaridade um bocadinho mais avançada e conseguem fazer um acompanhamento melhor do que os pais em casa. (...) Vêm diretas da escola fazer os trabalhos de casa. Depois é que vão para casa.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“No outro dia estava aqui a A (...) e ela lê e lê bem. Então, a V não sabe ler, e ela às vezes lê para a V. E a querer ensinar, que ela gosta de ensinar. Ela faz de professora.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p>
<p>Mudança das relações de poder</p>	<p>Perceção da comunidade sobre si mesma</p>	<p>TISA</p> <p>“Falando como morador, soube-me bem haver interesse da parte de, por exemplo, da organização da TISA. Soube-me bem, senti-me bem ao saber que havia gente que estava aqui a participar, que estavam interessados, não foram para outro lado, vieram para aqui... Isso já é bom.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Cada um começou a arranjar as suas casas, começaram a fazer as suas pinturas (...) O que se via que estava a cair agora está recuperado.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Mudou em tudo. Em limpeza. (...) Andarem com tudo mais limpo quando não se via. (...) Têm brio. (...) Brio que a pessoa tem na própria casa onde está.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Não, não muda. Manteve-se. Porque nós sabíamos o que é que tínhamos aqui. (...) Quem passa aqui não vê o que está cá dentro.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“Eu gosto muito de morar aqui. Eu sempre gostei muito da Cova do Vapor.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“O que vieram foi trazer uma consciência coletiva. A TISA, em conjunto com a estrada, fez com que as pessoas tivessem um bocadinho mais de brio e de vaidade também e tratassem as casas, a parte exterior com outro cuidado que,</p>

		<p>se calhar, antigamente não se notava tanto.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Senti orgulho pelo trabalho que eles fizeram e por nos terem escolhido a nós com tantos sítios por escolher.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p>
		<p>Casa do Vapor</p> <p>“Eu acho que estas iniciativas deste tipo são muito importantes para os miúdos. Mesmo que não fiquem cá, mesmo que passem por aqui uma época, mesmo que venham cá só no verão... Iniciativas que se façam é sempre bom porque fica sempre uma marca. E tal como as crianças, também os mais velhos, se eles se sentirem considerados, eles evoluem logo de outra maneira, de uma maneira diferente. (...) Se não houver esse enquadramento urbanístico, as infraestruturas, as pessoas sentem-se abandonadas e às vezes até são desrespeitosas umas com as outras. E isto aqui o que necessita é isso também. É que haja coisas que as pessoas se sintam bem, que sintam que são consideradas, que não estão esquecidas, que estão abandonadas à sua sorte.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Não. Porque as pessoas pertencem à Cova do Vapor. Eu amo a Cova do Vapor desde os 4 anos.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p>
<p>Imagem exterior sobre a comunidade</p>		<p>TISA</p> <p>“Para mim, para a Cova do Vapor ficar com mais valor foi aquele que andaram a fazer as casinhas.” (Entrevistado 11, homem, 67 anos)</p> <p>“Também trouxe para aqui muita gente que não interessava. Nós estávamos aqui muito sossegados e eu posso dizer que houve aqui uma grande onda de assaltos. (...) Houve muita publicidade. Houve muita gente que veio ver o que se estava a passar, como é que se estava a passar (...) E houve umas pessoas que vieram de bem e outras pessoas que vieram de mal. (...) Mas é assim, publicidade tanto tem de bom como tem de mal.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“O projeto da TISA e a construção da estrada trouxe aqui muita comunicação social. A TISA trouxe muito mais comunicação social do que a Casa do Vapor.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Penso que a TISA fez muito pela TISA. (...) Para mim é uma publicidade pessoal. Não tem nada a ver com o interesse da população. (...) Só uma coisa de autossatisfação.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Muita gente conhece, mais antiga, famílias que já eram daqui há muitos anos conhecem bem e sabem que muita coisa não é como dizem, às vezes. Nomeadamente, aquela de zona ilegal. É um facto que é umas casas, até mesmo estas, embora se pague às finanças...” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Por causa dessas e doutras é que isto agora tem aqui um movimento doido. A nossa Cova do Vapor desde que foi estas coisas assim já se vê na televisão... Em França eu já vi a minha Cova do Vapor duas ou três vezes na televisão de lá. Na televisão francesa. Portanto está a ver, isto deu um desenvolvimento doido.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Estes projetos deviam de existir mais. Deviam-se fazer mais estes “projetozinhos”. Porque, parece que não, dá um grande desenvolvimento. E deu, eu nunca vi tanta gente aqui na Cova do Vapor como se vê agora. E na internet, na televisão, no canal 5 de lá, é bestial... De vez em quando é a Cova do Vapor. É uma alegria. (...) Sabe bem... Olha eu estava ali, olha eu vi aquilo.</p>

		<p>E isto tudo é publicidade porque havia muita gente: Cova do Vapor? Onde é que é a Cova do Vapor? Quem é a Cova do Vapor? E hoje não. (...) Agora toda a gente conhece.” (Entrevistado 19, homem, 79 anos)</p> <p>“Agora está cheio de turistas. Eu nunca vi aqui ninguém antes, só os portugueses.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“Mudou muito. É uma curiosidade mas que vai interessar ao turismo e penso que é a morte da Cova do Vapor. O turismo traz sempre coisas negativas. Penso que as pessoas daqui não gostam de pensar que são uma curiosidade. E não são. (...) Não sei se é bom agora, mas pouco a pouco vai melhorando. Porque o impacto direto está longe... Não pode ser de um dia para o outro... A gente tem que se habituar. O turista que vem agora, se volta o próximo ano, vai ser fantástico. (...) Vai continuar porque o perfil das pessoas que vêm visitar agora é completamente diferente do perfil de turismo médio. São pessoas que têm tempo, que têm dinheiro. É um tipo de turismo de nível alto. É diferente da família que vem de férias. Porque a emissão do Thalassa trouxe pessoas da Alemanha, da França, da Inglaterra, de todo o mundo, mas não trouxe os portugueses. Porque não passou em Portugal. (...) Há muitas pessoas que estão a perguntar [por casa] mas eu não sei se há muitas pessoas que compram. Daqui a 5 anos metade da população vai mudar. Tenho a certeza. (...) Por mim seria ideal para os intelectuais, pessoas que estão a escrever, pessoas que fazem jornalismo, os pintores, os arquitetos, às vezes, porque já há demais arquitetos.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“Desde que entrou a TISA nós agora temos tido aí muitas visitas. Porque a casa agora, a biblioteca está na internet, vem toda a gente há procura da biblioteca e da Casa. Tanto que eles não veem a Casa e perguntam onde é.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Até havia gente que não morava cá e já cá está. Por causa destes projetos que apareceram.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“A Cova do Vapor é um chamariz de pessoas. E principalmente de juventude. Porque isto aqui sempre houve estrangeiros. Já na altura quando a NATO era ativa, os submarinos todos ingleses, americanos, alemães, eles todos vinham para aqui. (...) A Cova do Vapor é aberta de todos os sentidos (...) Sempre acolheu. Sempre recebeu. Agora nestes 15 anos que estou cá têm vindo com muito mais frequência, de toda a parte. E é isso que é fascinante. E todos fizeram a sua parte. (...) Mas a Cova do Vapor já era conhecida, agora deu a fazer conhecer mais.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Apareceram aí duas, três dezenas, de estrangeiros, talvez, à procura. Ficaram a conhecer a terra. Daí a, a nível monetário ver-se qualquer coisa. Se falar com os comerciantes... nada. Mais a mais eles próprios faziam refeições e tudo e serviam-nas, portanto...” (Entrevistado 12, homem, 53 anos)</p> <p>Indiferente para o comércio. (Entrevistado 10, mulher, 49 anos)</p> <p>“A gente tem a nossa ideia da nossa comunidade. Agora, o que os outros pensam ou o que os outros não pensam, estamos pura e simplesmente nos “borrifando” para isso. Se vem um grupo de 15 ou 20 franceses, eles já sabem quem é a Cova do Vapor. Há sites em França que explicam a Cova do Vapor em pormenor (...) Eles vão daqui maravilhados. (...) Há aqui uma casa que faz rotatividade de casais holandeses. Portanto, durante o ano, em 52 semanas são capazes de vir 25 casais. Cada casal que vem adora isto. É o que eles dizem: “a gente nunca encontrou uma comunidade tão carinhosa e tão pequenina mas, ao fim ao cabo, tão amigável”. Se vêm alemães, se vêm</p>
--	--	---

		<p>ingleses, eles dão-se todos aqui bem. Se a Costa não gosta da gente, ou se a Trafaria não gosta... Nós somos autossuficientes é o que eu digo. A gente não precisa dos outros porque a gente vive bem, vivemos sossegados e temos aqui, mais ou menos, o que precisamos. Temos sossego, temos calma, temos uma praia que é excelente e temos, por enquanto, segurança para as nossas crianças que é isso que nos interessa. Agora se a Trafaria não gosta da gente ou se o bairro do Entroncamento não gosta de nós, isso é relativo porque nós gostamos de cá viver e gostamos do nosso cantinho. Acho que a gente não se rala com isso.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“Vêm aqui muitos estrangeiros porque viram, principalmente os franceses, viram lá o projeto da casa. Depois chegam aqui, não veem nada, perguntam o que se passou. Porque é que mandaram isto abaixo... Essas coisas assim. (...) Há muita gente interessada nisto, mesmo. Principalmente os de fora, interessaram-se em ver o desenvolvimento da casa.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>“Acho que foi mais divulgado lá fora do que propriamente em Portugal.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Houve uma mudança muito grande porque as pessoas achavam que a Cova era só a praia. Tinham ideia que esta parte era rio. Não era propriamente praia. Praia só começava a partir de São João para lá. Que aqui era rio. Portanto, ganharam uma consciência diferente do que era a nossa praia. E não tinham noção que da praia para cá havia vida. E com a presença da comunicação social em ambos os projetos perceberem que, de facto, isto é uma aldeia como tantas outras em Portugal que tem pessoas aqui a morar o ano inteiro. Isto não é uma estância balnear. Ganharam um bocado essa consciência.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Houve mais procura de compra de casa. Alugar para o verão sempre houve esse hábito. Aliás a maioria já deixa alugada de um ano para o outro. Mas cada vez mais se está a perder o aluguer e a ganhar a compra. A aquisição de casa aqui. Por exemplo, eu que administro o <i>Facebook</i> da associação, tenho sempre imensos pedidos de pessoas de fora, que nem têm nenhuma ligação aqui à Cova mas que conheceram através de A, de B ou de C, dos projetos principalmente, que passaram por cá, que estiveram cá, que vieram aqui à praia e conheceram o espaço e que agora querem alugar ou comprar casa aqui. Eu notei a partir do momento em que criei o <i>Facebook</i> da associação. Foi em Março de 2012. Antes disso não tinha noção. Comecei-me a aperceber, inclusivamente, de pessoas que emigraram, que estão em França, Alemanha, há um casal da Bélgica e que emigraram já há uma data de tempo e têm lá as suas economiazinhas e que agora querem... É a tal história da casa na terra. Construir casa na terra. São pessoas que não tinham terra. Como eu, por exemplo, sou de Lisboa. E então não têm propriamente a terra para irem construir a casa e que procuram alguma casa aqui na Cova porque gostaram muito disto e tens a vantagem de ter a praia aqui ao pé e estás a 20 minutos do centro de Portugal.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Deu a conhecer mais aqui a terra.” (Entrevistado 22, homem, 32 anos)</p> <p>“Há uma afluência muito grande aqui de turistas.” (Entrevistado 22, homem, 32 anos).</p> <p>“Eu nunca senti que a Cova do Vapor fosse vista de uma forma negativa.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p>
--	--	--

		<p>“Todas as pessoas que chegam aqui à Cova do Vapor se apaixonam pela Cova do Vapor. Portanto, ela só pode ter coisas boas. Porque senão as pessoas não tinham aquela abertura por isto. E gostar disto. E quererem vir cá. Portanto, eu acho que ela continua exatamente da mesma maneira. Com aquele encanto que ela tem.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p> <p>“Há muita gente a vir ver o projeto.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p>
	<p>Relações entre a comunidade e a CMA após as intervenções</p>	<p>TISA</p> <p>“Eles conseguiram que houvesse uma ambição disto crescer. O que eles nunca conseguiram foi exatamente aquilo a que se propunham. Era criar isto um núcleo de casas de pescadores. Porque a câmara não vai nisso. Porque a câmara tem outros interesses.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p> <p>“Nesse aspeto o Filipe não conseguiu. (...) Ele fartou-se de lutar também por nós e foi a muitas conferências e foi isto e foi aquilo... mas não.” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>Casa do Vapor</p> <p>“Quanto mais coisas se fizerem aqui no sentido de isto ter uma vida própria, deixar de ser na cabeça das pessoas uma zona clandestina, melhor nós defendemos o sítio. Mais argumentos temos para... Quanto mais valorização do sítio, melhor. (...) O facto de ter uma biblioteca aqui também acentua ainda mais essa defesa do sítio. Ou seja, se isto sair daqui, já nos podemos agarrar... que temos uma biblioteca a defender... (...) Já nos podemos unir mais com coisas concretas do que a população tem. Se não tivermos qualquer vivência com o meio é mais fácil nos “chutarem” daqui.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Não me parece que haja uma ligação muito estreita [entre a associação e câmara]. Pareceu-me que não haveria assim muita simpatia. Mas entretanto tivemos aqui isto, veio cá o vereador... (...) Não me parece que sejam pessoas que não tenhamos acesso. É preciso é criar os canais necessários e pensar que as coisas também não se resolvem de um momento para o outro. (...) Se nós não participamos, nem conhecemos, fazemos às vezes dos outros os nossos inimigos, porque não sabemos e criamos preconceitos.” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“O mais importante para as pessoas é a diferença entre a comunicação antes e agora com a associação de moradores e a câmara. Isto é o mais importante. Porque antes foi a guerra, porque a câmara passou 30 anos a dizer vamos demolir a Cova do Vapor, e agora não, vamos proteger a Cova do Vapor. E agora se é preciso alguma coisa, o presidente chama, o Ricardo faz a ligação... Penso que vai melhorando. A Câmara mudou de posição.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“E a relação com a câmara é o maior milagre de todos. Só que as pessoas não têm consciência da mudança que vai ser para elas. Agora a câmara já nunca mais vai dizer: “vamos demolir a Cova do Vapor”. Porque, se amanhã passa na internet que a câmara vai demolir a Cova do Vapor, há 800 filmes de surfistas da Cova do Vapor passando a mensagem, 10.000 assinaturas, vai ao conselho constitucional, depois a seguir vai a Bruxelas... A câmara já está presa. Isso é bom.” (Entrevistado 24, homem, 70 anos)</p> <p>“Em parte sim. Ela [Dolores] conseguiu uma ajuda muito frutuosa entre a câmara e a comissão e, ao mesmo tempo, com os moradores. Demonstrou-lhes que realmente havia aqui manancial de pessoas capazes de levarem isso para a frente.” (Entrevistado 21, homem, 75 anos)</p>

		<p>“Se não se fizer nada nesta terra, então é que não é nada. Fica tudo a morrer. Ao menos que venha para aqui uma iniciativa, mas também que a câmara que participe. Se também for o interesse da câmara. Isto também passa por interesses, junta de freguesia junto com a nossa associação.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Eu cheguei a ir a reuniões da câmara [encontros] (...) Quem consegue tirar daqui a Cova do Vapor é o mar. Estou convencida. Não é mais ninguém é o mar.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Eles estão a apoiar. Nós temos o apoio deles [da câmara].” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Eu tenho 54 anos e sempre ouvi dizer que isto ia abaixo. Isto só vai abaixo quando a natureza mandar.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“É a mesma coisa [forma coo participa na comunidade]. Também não há mais nada para nós participarmos. (...) Não há uma associação que tenha uma iniciativa de fazer uma coisa em que as pessoas possam participar.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p> <p>“Eles não fazem atividades. As atividades somos nós que fazemos aqui através da biblioteca. (...) Ou não querem fazer, ou não têm tempo... Pronto, não sei. Mas a associação praticamente não faz assim atividades nenhuma.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p>
Categoria: Ressonância a nível pessoal		
	<p>Impactos a nível pessoal</p>	<p>“A curiosidade pelas coisas é fundamental. A curiosidade... Gostar de fazer as coisas. Gostar de fazer... Gostar que os outros gostem. Porque a gente também tem o nosso ego. Não há ninguém que pode dizer que não tem. Daí que eu fique extremamente contente... Claro que a gente faz aquele esforço que justifica isso. Eu gosto de fazer coisas para que os outros também possam pensar que eu sou um elemento útil na comunidade. Isso pode-me dar mais visibilidade, eu posso ficar contente... Mas o essencial é o que fica feito. É o que é aproveitado pelas pessoas. Mas de qualquer modo eu fico contente com isso. Quem é que pode dizer que não fica? Mas isso significa que é uma coisa que eu aproveito negativamente? Não... Pelo contrário, fico com a autoestima em cima... isso é bom para a minha saúde...” (Entrevistado 7, homem, 65 anos)</p> <p>“Foi dar vida. Foi dar uma vida que uma pessoa não tinha. Nunca tivemos cá nada que nos viesse evoluir. (...) Nós estávamos fechados aqui neste ambiente. Alguma vez eu falava para os da câmara e para os da junta como falo? (...) A gente até tinha naquela altura medo de falar, ou de errar ou de não saber falar. (...) E agora eu falo conforme sei. Eu com eles e com elas aprendi muita coisa. (...) Eu tenho aprendido com elas e elas têm aprendido comigo.” (Entrevistado 18, mulher, 72 anos)</p> <p>“Em mim não (...) Eu agora no Inverno vou encontrar barrotes que vêm do mar e vou pôr aqui para fazer cavalos e jogos para as crianças. Eu mais o pessoal daqui porque já fazíamos. (...) O que eu gostei foi eles incentivarem quem não tem iniciativa. E eles encontraram pessoas já ativadas e não ativadas.” (Entrevistado 20, mulher, 54 anos)</p> <p>“Continuo na mesma. (...) A nível emocional gostei bastante agora a nível económico não...” (Entrevistado 9, mulher, 47 anos)</p> <p>“Em mim não noto diferença nenhuma. (...) Criámos mais amizades. É essa a diferença.” (Entrevistado 17, mulher, 56 anos)</p>

		<p>“Estou mais aberta, falo mais porque eu estava sempre em casa e aqui sempre tenho que estar em contacto com as pessoas, falo mais porque eu não sou muito de falar. Não gosto muito de estar assim a falar muito. (...) E para mim foi muito bom. Eu acho-me muito melhor porque eu aprendi muita coisa através da biblioteca. Estou a aprender muita coisa mesmo. Imensas coisas. Vou com elas à feira do livro comprar livros para a biblioteca. (...) Para mim foi muito bom. É uma experiência extraordinária que eu estou a ter, que nunca pensei que... porque quando me perguntaram: “queres pertencer ao concelho gestor?”. E eu: “Pode ser.”. Mas eu não sabia o que é que vinha fazer. Como eu estava em casa sem fazer nada eu disse: “Pode ser”. Quando comecei a desenvolver o projeto e tudo isto achei extraordinário, tanto que estou aqui quase todos os dias, estou a adorar isto e é uma experiência maravilhosa.” (Entrevistado 8, mulher, 41 anos)</p> <p>“Para mudar alguma coisa em mim não porque eu sempre participei muito em atividades em comunidade. Já estava muito habituada em lidar com este tipo de coisas. Estes projetos não alteraram nada deram se calhar foi possibilidade de um fazer qualquer coisa por esta comunidade que sozinha talvez não tivesse chegado lá. E deu-me força de vontade para fazer. Se calhar sozinha não ia conseguir. Porque, de resto, não mudou nada em mim. Deu-me foi a possibilidade de continuar a fazer uma coisa que já fazia antes.” (Entrevistado 15, mulher, 42 anos)</p> <p>“Acho que as pessoas se devem valorizar umas às outras, valorizar a amizade” (Entrevistado 13, mulher, 21 anos)</p> <p>“Criei um sentimento de interajuda. Coisa que eu não tinha antes. Era muito mais individualista, sem dúvida.” (Entrevistado 22, homem, 32 anos)</p> <p>“Se não fossem eles, também não estava aqui [Biblioteca da Trafaria]. Não estava a saber que é possível existir outro mundo. (...) Com uma coisa que podes fugir à estrutura da sociedade. (...) Mas acima de tudo, para mim é as amizades.” (Entrevistado 23, mulher, 30 anos)</p> <p>“O próprio projeto Casa do Vapor não mexeu comigo, mas o projeto BV mexeu. A nível pessoal despertou outros sentimentos em mim em relação há própria comunidade onde eu sempre vivi. Se calhar, fez-me ver as coisas de outra maneira. Abriu-me horizontes. Sinto-me mais generosa. Que tenho mais vontade de participar na vida da comunidade.” (Entrevistado 16, mulher, 44 anos)</p>
--	--	---

Anexo F. Análise de conteúdo das entrevistas aos representantes institucionais locais

Análise de conteúdo das entrevistas aos representantes institucionais locais		
Subcategorias	Unidades de contexto	Unidade de registo
Representante da AMCV – Presidente da AMCV		
Categoria: Perceção sobre o meio antes das intervenções		
Relações entre a comunidade e a AMCV	Fortes/fracas ligações	<p>“Vejo [uma boa relação entre os moradores e a associação]. Como em tudo, (...) Há as pessoas que sabem criticar... (...) O que está bem, o que está mal e como é que se devia de fazer. (...) E depois há aqueles que criticam porque não gostam da cara do presidente ou do tesoureiro ou da pessoa que recebeu as quotas. Não querem pagar quotas. Não querem ser sócios mas querem ter os mesmos direitos. Há de tudo um bocadinho. Como em tudo. Felizmente é uma minoria.”</p> <p>“Eu recordo (...) que havia com a antiga comissão de moradores (...) uma ligação mais forte. O porquê também é fácil. Era que, na altura, estávamos no PREC e o bairro estava em vias de ir mesmo todo abaixo. O COPCON esteve aí às portas. (...) E então, as pessoas uniram-se à volta da comissão, como quem diz, não isto não vai abaixo se nós formos todos unidos. Conforme se vai construindo um prédio dos alicerces por ali fora, assim se começou a construir a associação e as pessoas começam a ver que realmente “epa, isto está mais seguro então, eles estão lá, a associação, a direção toma conta disto... Não é preciso lá ir todos os dias.”</p> <p>“A associação faz o seu papel de ajudar ou, pelo menos, de unir as pessoas em torno de um querer que é a Cova do Vapor. E as pessoas unem-se. Já se sabe que é isto que é a democracia. Saber ouvir, saber criticar, saber ouvir as críticas e as pessoas explanarem em assembleia geral o que é que querem fazer, qual é o rumo, e isso consegue-se fazer.”</p>
Relações sociais no interior da comunidade	Fortes/fracas ligações	<p>“Eu penso que as pessoas se ajudam. Já se foi mais, não é? Mas somos bastante interligados. Um bairro onde toda a gente se conhece. A gente já sabe que durante a época alta aparece muita gente que nós vemos duas vezes e tal mas basicamente 90% das pessoas conhecem-se. Isto não pode crescer. A Cova do Vapor não pode crescer mais do que isto está. As casas são todas habitadas portanto nós conhecemos as pessoas. As pessoas dão-se bem (...), conhecem-se, ajudam-se.”</p> <p>“Se recordarmos a Cova do Vapor há uns anos isto era um grupo que, nós deixávamos as portas abertas e íamos todos para a rua e se fosse preciso pôr um telhado toda a gente ajudava alguém a pôr o telhado, se a pessoa estava em dificuldade toda a gente a ajudava porque estava em dificuldade. Entretanto perde-se um bocadinho isso por evolução dos tempos. Mas ajudam-se. As pessoas cedem. “Epa, preciso de ajuda, estou aqui a construir isto ou preciso de ir buscar o barco...”. Esse tipo de ajuda não há problemas nenhuns. Ajuda monetária isso já é diferente porque isto está mau para todos. Mas as pessoas vão-se entretajudando. Aquelas que têm mais confiança uns com os outros.”</p>
Relações com a CMA	Forte/fracas ligações	<p>“Esta associação é das poucas no conselho de Almada que tem os sócios que tem, que somos bastantes, e tem a obra que tem porque não recebemos os donativos de ninguém. Atualmente, desde 2009, que não recebemos donativos de ninguém. A Câmara dava um donativo, por ano e agora não dá nada. Não nos têm dado nada. E somos nós que varremos, somos nós que limpamos, temos os nossos sistemas de vigilância balnear e tudo isso tem custos... Fomos nós que</p>

		pavimentámos, fomos nós que fizemos a drenagem. Portanto, tudo o que a Cova do Vapor é agora foi tudo à custa dos moradores. Fomos nós que pagámos tudo.” “A relação com o município é boa. Podia era ser muito melhor.”
Categoria: Perceção sobre o processo de intervenção		
Recetividade e participação	Baixa/elevada aceitação e participação	“Foi abordado tanto num como noutra. Até por inerência do cargo. Eles precisavam de autorização, de ajuda, de logística, etc.. Mas são projetos ou foram projetos totalmente diferentes. (...) A TISA nós ajudávamos. Cada um ajudava com aquilo que podia, com dormidas, com bens alimentares, ou transporte... Cedemos umas instalações para eles poderem fazer digamos armazém e sala de aulas (...) A Casa do Vapor (...) nós recebemo-los bem, cativou muito as pessoas. Foi diferente. Moldes totalmente diferentes. Tanto os jovens, e os menos jovens, mais idosos, também toda a gente se empenhou, gostou, participaram. Daí depois nasceu a biblioteca. Fomos consultados sobre isso. Sim senhora, vamos apoiar. A biblioteca fica na Cova do Vapor. Foram dois projetos muito bons. Tanto a Casa como a TISA. São diferentes mas promoveram muito bem a Cova do Vapor.” “A cedência do espaço, a logística: internet, água, luz. Naquilo que dá para ajudar.”
Categoria: Perceção sobre o impacto das intervenções		
Satisfação de necessidades	Tipo de necessidades satisfeitas	“Eu penso que não, pessoalmente acho que não [em relação ao comércio ter sido favorecido]. As pessoas que vêm não vêm gastar... É uma minoria. Digamos que é 1% na faturação ou menos.” “A exposição que houve ali era gratuita. Agora o que houve foi uma festa de despedida da TISA em que depois de tudo pago a TISA doou 500€, como era público das nossas contas para a pavimentação. A obra de pavimentação e a drenagem pluvial é uma obra que ficou em 33.000€. E sem ajudas de ninguém. Fomos todos nós que pagámos. Cada um pagou o seu. Uns deram mais outros deram menos... Para uma associação que vive da cotização tinha mesmo de ser assim. Cada casa dar o que podia dar.”
Empowerment	Reforço de competências dos habitantes	“A nível cultural a biblioteca veio chamar a juventude para outra realidade. E, especialmente os mais jovens, gostam. Em vez de irem para casa vão para a biblioteca todos os dias. Fazem da biblioteca quase como sala de estudo e isso é bom porque dá-lhes vontade de continuar a trabalhar.” “As atividades que eles desenvolveram durante ano e meio atraiu muito as crianças. É um espaço interdisciplinar, multidisciplinar, multicultural e as crianças adoram isso.”
Mudança das relações de poder	Perceção da comunidade sobre si mesma	“Eu acho que as pessoas redescobriram que foram descobertas. Ou seja, estávamos habituados, estávamos no nosso cantinho em que ninguém dava por nós e estávamos fora da civilização mas a vinte minutos da capital, num cantinho em que ninguém nos chateava e, de repente, descobriram-nos. E o problema é a tal coisa é como as formigas, umas descobrem e depois vem o resto. E foi o que aconteceu aqui. Primeiro veio um, fez um burquinho e depois pronto... Veio a TISA, veio a Ensaios e Diálogos, depois vieram os senhores fazer telenovelas, fazerem filmes como o América, por exemplo... E é sessões de fotografia, e é os de arquitetura daqui de cima do Monte e é os de fotografia da Lusófona. Depois são estrangeiros, que finalmente dizem que é melhor vir à Cova do Vapor do que ao Algarve... É positivo porque somos conhecidos, dá-nos mais responsabilidade de tentar que a Cova do Vapor esteja limpa, que esteja aprazível para quem nos visita. Dentro das nossas limitações porque, enfim, o município não manda cá ninguém varrer. Por outro lado, deixámos de ser aquele ter aquele sossego que nós tanto prezávamos. Durante o Inverno ainda temos, apesar de termos muitos

		turistas durante o Inverno. Mas isto é assim, durante o Inverno acho que pouca coisa incomoda o nosso silêncio. Muito pouca coisa. Só se for o cantar do mar.”
	Imagem exterior/pública	“A Cova do Vapor tem uma história, tem uma ligação com os outros bairros há muitos anos e é respeitada por isso. A Cova do Vapor não é vista e não é um bairro conflituoso e não é um bairro perigoso, em comparação com outros bairros da zona e isso está escrito. Nós não contamos nem na proteção civil, nem na GNR como um bairro perigoso ou de gueto. O que os outros bairros possam pensar de nós é talvez ter inveja. Eu digo inveja no bom sentido logicamente. Porque à partida só a nossa localização já mete inveja. E depois é assim, eu sei de outros bairros que gostavam de ter as infraestruturas que nós temos mas estas foram construídas por nós.”
	Relações entre a comunidade, AMCV e CMA	“Foi uma experiência bonita. Foi uma experiência que ainda poderá a vir a dar mais frutos. Desde aí deu boa relação com outras instituições... Redescobriram a Cova do Vapor. Com a Câmara ficou pior porque a TISA forçou um bocadinho o tema da legalização (...) Não, não piorou porque não fomos nós diretamente foi alguém que estava cá, estava a tentar interceder, etc... Nós conforme estamos, estamos nem bem nem mal. Estamos. Porque pagamos os nossos impostos, estamos num terreno particular. A Câmara pouco ou nada consegue fazer aqui a não ser um dia que, alguém por vontade política queira assumir ou legaliza ou vai abaixo. É um bocado difícil porque são 350 casas, há 350 famílias... E a Cova do Vapor já existe há muitos anos. A Cova do Vapor irá fazer 100 anos daqui em breve. E já não é propriamente clandestino de génese ilegal. Todos nós pagamos contribuição autárquica, o IMI, etc. Portanto, é complicado. Se fosse fácil já cá não estávamos.” “Não, porque enquanto a TISA defendia a Cova do Vapor, perante essas instituições, defendia a Cova do Vapor como uma arquitetura diferente, do povo, pelo povo, a Casa do Vapor é um projeto que é da Associação Ensaios e Diálogos que é uma associação privada em que tem as bases deles em que realmente fazem projeto mas que todo o apoio da câmara vai para eles. Se for preciso que a câmara d, dá para a Ensaios e Diálogos e eles dizem que fazem projeto que dinamiza culturalmente a localidade, mas não dá nada à localidade sem ser isso. E é muito bom. Cultura. Mas como melhorias institucionais entre a associação de moradores e a câmara ou junta não porque... nem ajudou nem desajudou. Pura e simplesmente continuamos a ter as nossas relações que não têm haver nada com o resto.”
Categoria: Perceção sobre o futuro da Cova do Vapor		
	Processo de demolição ou consolidação	“Quer se queira quer não, a Cova do Vapor, mais ano menos ano vai passar para as mãos da autarquia. Vai deixar de ser privado e vai para as mãos da autarquia. Vão ter que fazer aqui uma intervenção como fizeram no Baleal ou coisa assim do género... E vai ser denominada uma aldeia piscatória, ou qualquer coisa do género, porque há gerações que já nasceram aqui. E já faleceram aqui. É complicado. Isto era apagar um bocadinho da história do concelho.”
Representante da CMA – Adjunto da Vereação da CMA		
Categoria: Perceção sobre o contexto de intervenção		
Contexto social, económico e político nacional	Implicações na atuação do município	“Estamos num contexto de crise profunda que tem vindo a trazer ao de cima algumas das dificuldades que as pessoas já sentiam e que se agudizaram agora, e, na nossa opinião, estamos num contexto de crise que não é só económica, (...) como também social (...) e (...) política no sentido em que, ao contrário do que à partida seria suposto esperar, há uma desmobilização muito maior das pessoas para a intervenção em vários níveis, seja (...) na questão mais partidária, seja também naquilo que nós entendemos que também é a intervenção política, que é

		<p>na transformação do seu território, na ação crítica também sobre o ambiente que nos rodeia a todos. Isso depois também acumula a um quadro de competências (...) para estas áreas em concreto, (...) que não estão nos municípios, que os municípios têm vindo a ter intervenção cada vez maior sobre elas mas que, de facto, não têm competências na definição das políticas nem de habitação nacional, nem de desenvolvimento económico, nem de apoio e ação social, embora tenhamos sempre uma relação com os cidadãos que nos faz ter grande intervenção, sobretudo até no apoio, agora as IPSS, antes o movimento associativo, ações populares digamos assim que tendiam para resolver algumas dessas questões, ou, pelo menos, atenuar algumas delas. O quadro tem-se vindo a fechar um pouco e, (...) temos, de facto, cada vez menos condição de intervenção e de, às vezes, sequer opinar sobre a definição das políticas nacionais com influência nos nossos territórios. Aqui e nos municípios em geral. Depois, de facto, nós também entendemos que todas estas questões que afetam normalmente locais como a Cova do Vapor, que têm legislações em termos de ordenamento sejam regionais sejam de planos especiais que têm influência direta sobre aqueles locais e que nos obrigam a nós, a nível municipal, a seguir essas orientações, coloca-nos a nós também um conjunto de constrangimentos sem que nós tenhamos, por um lado também a competência técnica para avaliar as questões que se colocam em termos de proteção das próprias populações que é uma preocupação que nós também temos..."</p>
<p>Condicionantes a nível local</p>	<p>Condicionantes colocadas pelos diversos instrumentos de gestão territorial</p>	<p>"Uma das questões que se coloca no POOC e das avaliações que se fazem é, tendo em conta a cota suposta de elevação do nível médio da água do mar, desaparece a Cova do Vapor. É uma preocupação. Por outro lado, o POOC não introduz nenhum tipo de medidas que tentem minimizar ou ultrapassar essas questões. Ou seja, e de norte a sul do país, aquilo que tem vindo a ser feito e que acabou por constar dos vários planos de ordenamento da orla costeira foi, de facto, fazer tábula rasa de algumas pré-existências sem atender, inclusivamente, à sua especificidade, seja de origem, (...) seja em termos culturais mesmo (...)"</p> <p>"Tanto na Cova do Vapor como no 2º Torrão como na Trafaria há uma sensação de aparente esquecimento. Porque, de facto, existe um quadro que contribui para isso. Existe um quadro que diz que a Cova do Vapor não existe nem é para existir. O plano que à partida tinha condições, no caso o POOC, para introduzir algumas benfeitorias que pudessem permitir a permanência daquelas pessoas não diz nada, portanto, diz só renaturalize-se. E nem diz o que é que acontece àquelas pessoas. E a questão é que parece que estamos a falar de casas vazias. Não, estamos a falar de pessoas que vivem ali há anos. Portanto, (...) se não diz o que é que acontece às pessoas não diz como é que se concretiza esse eventual realojamento ou essa eventual demolição. (...) Não havendo isso não há possibilidade de haver, de facto, uma qualificação física da Cova e depois tudo o que decorre daí."</p> <p>"Está em elaboração [PP] e está neste momento de alguma forma parado porque resultou de um estudo estratégico que foi trabalhado e construído, na medida do possível, com a própria população e com as várias entidades que têm ali jurisdição e que determinou um conjunto de objetivos, um conjunto de projetos, etc., mas que obrigava a incorporar os planos de nível superior. Ora o que é que acontece? Aquilo que aconteceu foi transpor para o plano a indefinição do POOC. Ou seja, sim, é para renaturalizar. Mas não era o Plano de Pormenor que ia dizer como é que essa renaturalização ia acontecer. (...) Não temos mecanismos dados pelo POOC e não temos condições financeiras para estar a fazer uma intervenção</p>

		<p>daquela envergadura e provavelmente também não temos vontade de estar a avançar para uma demolição e para fazer desaparecer uma comunidade dali.”</p> <p>“A URPRASOL propôs à Câmara a elaboração de vários planos de pormenor, inicialmente um plano de pormenor para a sua propriedade e aquilo que nós depois definimos e dissemos é que só aceitaríamos o desenvolvimento de um plano de pormenor para aquela propriedade se ligasse toda aquela região da Trafaria até à Cova do Vapor e apontasse soluções para o realojamento, por exemplo, das pessoas do 2ºTorrão. Na sequência dessa contratação, foi contratada pela URPRASOL a Parque Expo para desenvolver o projeto, tendo em conta que era uma entidade que teria condições para fazer a gestão, sendo pública, de todos os interesses de todas as entidades também da Administração Central para aquela área. Acontece que nos foram sendo apresentadas algumas propostas, algumas delas não cumpriam com aquilo que eram os objetivos da própria estratégia de desenvolvimento municipal, as coisas foram andando e a certa altura há a decisão do governo de dissolver a Parque Expo. E isso neste momento deixa-nos o plano um pouco em <i>stand-by</i>, já para não falar da situação económica que se modificou desde o início do processo, já para não falar também da própria alteração dos critérios da REN (...) falava-se na possibilidade de haver um campo de golfe para alguma área da Mata de São João, que é uma mata de acacial, de infestantes e que a própria APA estava de acordo que se fizesse ali o campo de golfe porque as próprias movimentações de terras do campo de golfe iriam permitir a consolidação da duna e iam permitir resolver o problema das infestantes. (...) Nós tínhamos um interesse não no campo de golfe <i>per se</i> mas no desenvolvimento turístico tendo em conta que temos um plano estratégico de desenvolvimento do turismo que define esta área como área de valorização turística, da Fonte da Telha até à Trafaria. Seria interessante que pudessem vir a ocorrer projetos que, de facto, aprofundassem essa valência. (...) Entretanto depois com a publicação dos critérios da REN ficou sem efeito, deixou de ter cabimento essa solução. O próprio promotor avançou entretanto com outros projetos, nomeadamente aquele parque de arborismo que lá está a funcionar agora, e que de alguma forma também tende para a promoção deste tipo de ocupação mais turística, mais sazonal, etc.. Neste momento, para nós, estamos aqui num período de reavaliação, tendo em conta que o projetista está em fase de dissolução, pelo menos é o que se nos diz.”</p> <p>“O Terminal é uma coisa que já se vem falando já desde há muito tempo, não propriamente para o terminal, mas aquilo que sempre se nos foi colocando foram reservas de terrenos que são do Porto de Lisboa neste momento mas para alguma coisa que não sabíamos o que é que era. (...) quando essa questão foi discutida pela população houve tomadas de posição da própria população, de associações, das próprias autarquias locais, de todos os partidos presentes na assembleia municipal contra a instalação ali de um terminal, até porque nunca nos foi apresentado qualquer projeto. Nunca nos foi colocado um projeto concreto para avaliação e aquilo que houve foi, de facto, um grande consenso contra a instalação aqui do porto de contentores. (...) de facto, a população da Trafaria está absolutamente contra essa instalação, até porque ao nível municipal toda a estratégia de desenvolvimento turístico se apoia também numa perspetiva de desenvolvimento económico, social e humano e que previa não apenas o desenvolvimento desta vocação turística mas também a densificação dos equipamentos e dos serviços disponibilizados à população.”</p>
	<p>Situação de propriedade</p>	<p>“Em termos de situação de propriedade (...), a informação que temos é que toda aquela área, embora tenha várias competências de várias instituições/entidades</p>

		<p>da administração pública, é propriedade da URPRASOL que é uma empresa que fazia parte da Ensul, antiga Urbisol. (...) no quadro atual da urbanização e da edificação, não há licenças emitidas (...) existe um histórico da própria Cova do Vapor que resulta das primeiras ocupações, inclusive da movimentação sazonal das casas que existiam antes e que, para tal, eram emitidas autorizações pelas entidades na altura (...) não houve nunca, por parte do proprietário (...), embora haja uma responsabilidade dos proprietários da permissão, pelo menos, daquelas construções serem lá feitas e daquele assentamento surgir, (...) pedido de autorização nenhum formal no âmbito daquilo que é o <i>standard</i> dos procedimentos de urbanização e de edificação. Portanto, o que nós temos é um lugar que se foi construindo ao longo do tempo, fora um pouco deste sistema de planeamento e de edificação, regulamentada. (...) Nós não tendo licenciamento, não temos forma de saber se há ou não pagamento de IMI ou se há registo ou não nas finanças por algum dos moradores daquelas casas.”</p> <p>“Nós não temos ainda documentação nenhuma que comprove isso [usucapião]. O que nos foi facultado também pela associação de moradores foi, de facto, algumas daquelas autorizações de 1940-30 dessa ocupação sazonal e móvel. E depois foi sendo assumida anualmente. Mas não há, ou pelo menos não nos foi mostrado, não existe nenhum licenciamento de nenhuma construção. Há essas autorizações. Depois o que existe foi uma informação que nos foi prestada pela associação de moradores a dizer que alguns dos moradores, poucos, terão conseguido fazer um registo provisório por usucapião das suas propriedades. Da área de implantação das suas casas e logradouros ou quintais afins contíguos. Mas não temos documentação que comprove isso. Podia ser uma coisa interessante sobretudo para obrigar a uma decisão, de facto, de como fazer um eventual processo de demolição ou não. Se as pessoas fossem donas da casa era diferente. São processos em curso.”</p>
<p>Relações entre a CMA, a comunidade e a AMCV</p>	<p>Fortes/fracas ligações</p>	<p>“O que temos é uma relação já de bastante tempo com a Associação de Moradores e que, nos faz ter os serviços possíveis, tendo em conta os constrangimentos também geográficos que a área nos coloca, de ter os serviços possíveis à Cova do Vapor, nomeadamente, em termos de abastecimento de água, em termos de saneamento, em termos de recolha de resíduos e de limpeza... E depois há toda uma regulação que temos vindo anualmente a articular que tem a ver com as próprias necessidades da Cova do Vapor e que tem que ver, por exemplo, com alguma intervenção nossa no impedimento que as areais entrem para dentro da Cova do Vapor (...). Mas, dada a própria situação que nos impõe o POOC nós não conseguimos ter, por exemplo, uma intervenção formal de qualificação daquela área. Porque estaríamos aí a contradizer aquilo que são as orientações e as determinações que nos impõe planos especiais de ordenamento, neste caso, o POOC. Portanto, estamos aqui num equilíbrio que não é um equilíbrio precário mas que é um equilíbrio difícil sempre de gerir tendo em conta estes constrangimentos. Ou seja, há um impedimento formal de nós termos uma intervenção lá e de, sobretudo, contribuir para a consolidação da Cova do Vapor. Mas depois as pessoas estão lá e não podemos fingir como no POOC que as pessoas não existem, que não têm problemas como toda a gente, que não necessitam de água, não necessitam de um conjunto também de serviços (...) o abastecimento de água foi feito por nós, e depois houve também um conjunto de apoios, nomeadamente na construção do saneamento, na construção de um conjunto de defesas costeiras em que a própria APL também participou e assumiu as obras, que é da competência da APL, e depois o que nós temos tido é um trabalho de, por exemplo,</p>

		<p>de manutenção de vias que permitem com que o acesso se mantenha viável (...)</p> <p>O que nós temos vindo a fazer é também um trabalho de acompanhamento de algumas das iniciativas da própria comunidade, da própria associação de moradores junto do proprietário, no sentido da reserva de alguns espaços à entrada da Cova do Vapor para estacionamento. (...) nós não temos condição novamente de intervir e dizer vamos construir um parque de estacionamento numa área que o POOC nos diz que é para renaturalizar. (...) Depois há um conjunto de definições um pouco mais apertadas que resultaram da última alteração dos critérios da REN que apertaram um pouco mais aquilo que era possível ou não era possível fazer em áreas protegidas e que caracterizaram de outra forma as áreas envolventes às áreas tradicionais de REN e ali a Cova do Vapor foi também apanhada um pouco por essa alteração. (...) é uma situação complicada a partir do momento em que as pessoas não querem sair dali, naturalmente, estão ali há muitos anos. Nós próprios temos uma opinião que é, primeiro da salvaguarda da segurança das pessoas, como é óbvio; mas, também do interesse em que, havendo possibilidade de manutenção, isso ficasse resolvido ao nível supramunicipal do próprio POOC. (...) é importante é que, não só no POOC essas questões fiquem salvaguardadas, mas também qualquer solução para a Cova do Vapor não esqueça tudo o resto, as questões económicas, as questões sociais, as questões da própria integração das pessoas na vida local que acabam por estar, por este conjunto de constrangimentos, sempre muito, às vezes auto-guetizadas, outras não, mas quer dizer, estão de facto, numa periferia do concelho. E o nosso interesse, de facto, é que as coisas aconteçam e que as pessoas tenham o maior acesso possível aos próprios serviços que nós disponibilizamos e aos equipamentos que fomos construindo e que são para todas as pessoas. (...) Se fossemos estritamente pela formalidade, não levávamos água, não fazíamos saneamento, não fazíamos recolha, não fazíamos limpeza, não fazíamos nada. Mas a questão fundamental não é essa, é a necessidade de resolver isto um pouco “a priori” e a um nível superior ao município para que depois nós próprios tenhamos condições para poder fazer uma intervenção mais interessante e mais consequente até para a vida das pessoas.”</p>
Categoria: Perceção sobre o processo de intervenção		
<p>Apoios estabelecidos</p>	<p>Tipo de apoios prestados</p>	<p>“Não foi um projeto ao qual a colaboração da Câmara tivesse sido solicitada [TISA].”</p> <p>“O projeto da Casa do Vapor tinha como objeto a construção de algo num sítio onde não era possível construir. E então, vieram-nos colocar a questão, apresentaram-nos o projeto todo. Nós ao perceber os conteúdos também do projeto, aderimos àquelas ideias também e àquilo que nos era apresentado como sendo o projeto daquela associação e daquela parceria de vários coletivos e de várias pessoas e que depois deu origem àquela ideia da Casa do Vapor. Mas colocámos depois a questão. Novamente não éramos nós a entidade licenciadora daquela área. Era a APA. (...) declarámos que tínhamos todo o interesse em trabalhar e em poder participar numa parceria com aquelas pessoas, com aquele conjunto de associação, coletivos, etc., desde que a APA autorizasse porque era a entidade que o tinha que o fazer, tendo em conta que o projeto era um projeto sazonal, não implicava o aumento da área construída da Cova do Vapor (...). Portanto, aquilo que achámos no início foi que o projeto era interessantíssimo, era uma oportunidade para intervir numa área que nós, formalmente, não temos condições para intervir, e era uma oportunidade para construir alguma coisa que nós também não temos condição de propor que é a câmara dizer “vamos aumentar</p>

		<p>temporariamente a área de construção de uma coisa”. Nós não tínhamos enquanto entidade pública essa condição. (...) E sobretudo por uma coisa muito interessante, era que, ao contrário de outras propostas que normalmente nos chegam de outras associações, aquela tinha como processo específico de trabalho uma construção do projeto e dos próprios objetos com as pessoas lá da Cova do Vapor. (...) Tendo em conta que não podíamos construir lá nada e tendo em conta que tudo aquilo que era possível fazer tinha que ser na perspetiva de um projeto temporário, (...) aquilo que foi possível foi um acompanhamento bastante próximo do projeto e uma articulação connosco para nós conseguirmos responder, por exemplo, em termos da própria questão da limpeza, da disponibilização de alguns materiais... De um trabalho que foi feito depois com os próprios serviços municipais da área educativa, da área cultural, e inclusivamente em termos logísticos de transporte sempre que possível das madeiras necessárias para fazer a construção, da guarda desses materiais. Ou seja, acabámos por conseguir construir quase um trabalho de retaguarda que permitiu, não que o projeto se desenvolvesse porque isso, de facto, era uma coisa que já estava, que vinha muito bem trabalhada no projeto que nos foi apresentado; mas sobretudo que o projeto se desenvolvesse de uma forma que se pudesse ligar àquilo que eram as próprias estratégias e ações/intervenções que o município vinha fazendo e que lhe davam depois corpo e substrato e permitiram estabelecer uma relação também mais profunda com as pessoas da Cova do Vapor.”</p> <p>“Foi dado um apoio não para nada que tivesse a ver com a construção mas para o desenvolvimento de atividades. E normalmente de atividades não de funcionamento da associação mas da produção, de facto, de cada um dos projetos que nos foram propostos. (...) tendo em conta este quadro de grande constrangimento devido à situação da Cova do Vapor, à questão do POOC, essas questões todas, aquilo que entendemos é que, nos seria possível dar o apoio em todas as áreas que não tivessem que ver com a construção propriamente dita e, portanto, no desenvolvimento de cada um dos projetos, na aquisição dos materiais para cada um dos projetos, etc.. Isso foi feito. E depois foi no sentido de, por exemplo, na sequência dos vários projetos da Casa do Vapor, relativamente à biblioteca comunitária, foi estreitar uma relação com a associação no sentido de integrar a biblioteca, por exemplo, na rede de bibliotecas municipal. Está integrado na rede neste momento, o acervo da biblioteca comunitária que foi maioritariamente feito e criado por doações, de pessoas da Cova do Vapor ou não (...). Em termos de financiamento a lógica foi sempre essa, financiar os projetos e não a construção.”</p>
<p>Potencialidades da intervenção</p>	<p>Interesse dos projetos para a CMA</p>	<p>“A nossa perspetiva é, de facto, que se consiga multiplicar ao máximo os agentes territoriais desta intervenção política de transformação do território (...). E aquilo que, para nós é interessante é que, de facto, no momento em que tudo tende aparentemente para uma grande uniformização, para uma redução daquilo que são as possibilidades de intervenção, e para uma canonização muito grande de praticamente tudo aquilo que são as relações entre as pessoas, (...) aparece-nos este projeto que (...), na nossa opinião, (...) tem aqui uma perspetiva de resistência a esta questão toda, a esta padronização, a esta uniformização. E depois vai para um sítio onde, de facto, as coisas foram feitas pelas pessoas, fora também do tal esquema padronizado de urbanismo da cidade em que, de facto, as coisas tendem para uma normalização mesmo que inconsciente das formas e dos espaços, e esta perspetiva para nós foi muito interessante porque tínhamos na Trafaria, e temos na Trafaria, uma área que, comparativamente a outras áreas do concelho é uma</p>

		<p>área bastante deprimida, mais pobre (...) Como é que nós conseguíamos aproveitar este projeto para conseguir dar um passo mais e conseguir alargar também e mudar a nossa própria intervenção?”</p>
<p>Dinâmica da intervenção</p>	<p>Duração da intervenção dos agentes e dos efeitos</p>	<p>“(…) uma das questões que se colocou à Casa do Vapor, ao coletivo Casa do Vapor, nas reuniões que tivemos foi a questão da consequência. (...) portanto, a questão que se nos colocou sempre foi esta: o interesse em desenvolver alguns projetos em determinados sítios tinha que ter como exigência também para as próprias pessoas, não só para o município, mas também para as próprias pessoas que nele participavam, a consequência destes projetos para a vida das pessoas e a permanência dessas consequências. E a questão da biblioteca acho que foi uma felicidade ter acontecido da forma como aconteceu. Outros projetos pelo facto da estrutura ser montada e desmontada teriam pouca viabilidade no futuro de se manter. Mas a questão da biblioteca foi uma boa consequência desse ponto de vista. (...) Eu acho que nós não devemos ter a expectativa que qualquer associação que nos apresente um projeto fique <i>ad eterno</i> com o mesmo projeto. Em qualquer uma. Não podemos ter essa perspectiva. Eu acho que é importante termos para nós presentes é um conjunto de princípios sobre os quais o município deve participar nestes processos. (...) O que faz sentido, de facto, é nós exigirmos uma responsabilização de quem faz.”</p> <p>“Havia outros projetos, inclusivamente, ao início de alguns espaços de atividades que ao longo do próprio projeto, seja porque, por exemplo na escola de surf, uma das pessoas que estava à frente acabou por não responder da forma necessária em tempo ao projeto e portanto a coisa ficou por aí, outra porque por exemplo a própria madeira não era em número suficiente para fazer tudo, a madeira em condições não era suficiente para fazer tudo e, por outro lado, porque a própria realidade com que se depararam na Cova foi moldando o próprio projeto. E isso foi tudo uma coisa que jogou a favor do projeto em si, parece-me a mim. (...) Ou seja, foi um projeto que se construiu a ele próprio também lá com as pessoas e isso para nós acho que foi a coisa, de facto, mais interessante.”</p> <p>“(…) em termos depois de permanência aquilo que alertamos é que (...) houvesse a perspectiva, por parte deles, de que alguma coisa teria de ficar. Podia até nem ser material, construída. Podia não ser. Mas que alguma coisa era interessante que ficasse. O próprio processo acho que foi uma coisa interessante e acho que foi um lastro. Foi uma coisa que ficou, acho eu. No caso da biblioteca, a biblioteca também acho que foi também uma mais-valia dentro daquilo que é sempre uma dificuldade que é, eles próprios estavam constrangidos pelo facto de não poder haver lá nada permanente em termos de construção. Mas, por outro lado, o próprio facto de haver lá uma construção e de se terem chamado as pessoas para estar lá a martelar os pregos, a pintar as construções, a fazer os bancos, etc., criou esse sentimento de pertença para as próprias pessoas da Cova.”</p> <p>“Interessante também foi o facto de, por exemplo, termos conseguido combinar e acordar com as pessoas, com a associação de moradores, com a Ensaios e Diálogos e com algumas pessoas que representavam a comunidade da Cova do Vapor, que o acervo da biblioteca era da biblioteca comunitária mas que, caso por alguma razão a biblioteca não pudesse continuar a existir, por exemplo, deterioração das instalações, por exemplo, já não haver condições pelas pessoas de manter o funcionamento da biblioteca, que o acervo documental da biblioteca seria integrado no acervo municipal mas colocado à disposição das pessoas no ponto mais próximo. Ou numa biblioteca municipal ou numa biblioteca de escola para manter essa relação.”</p>

Categoria: Perceção sobre os impactos da intervenção		
<p>Satisfação de necessidades</p>	<p>Tipo de necessidades satisfeitas</p>	<p>“(…) que tomassem contacto com estas ofertas porque [culturais], de facto, não podendo ter nós uma ação tão permanente e tão presente nestas áreas, também das próprias pessoas há uma retração neste uso e nesta vida, nesta relação mais comunitária. Por exemplo, na Trafaria há uma questão que se ouve muito que é uma desigualdade aparente entre, por exemplo, Almada e a Trafaria, ou entre a Costa e a Trafaria, que decorre de um conjunto de decisões e de acontecimentos, alguns até podem ter sido de responsabilidade municipal ou não, mas de facto o que acontece é, por razões várias, há uma vitalização, por exemplo da Costa ou de Almada, e há uma desvitalização da Trafaria. (...) numa altura em que nós próprios, embora numa situação económica e financeira estável, não temos condição de estar a fazer investimentos (...) se calhar o interessante é como é que agora se permite estas ligações para que possa haver essa abertura e, tendencialmente, possam passar a existir alguns polos ou alguns destes serviços também na Trafaria e que possam ser usufruídos não só pelas pessoas da Trafaria mas por outras.”</p> <p>“A Cova do Vapor é diferente. Até pela própria génese. Eles construíram aquilo e eles próprios colocam-se um pouco à parte de todas as outras áreas ao lado. Trafaria, 2º Torrão, Costa. O mundo é ali. Há li um fechamento ao resto. Tanto inclusivamente que a própria associação de moradores tem vindo a ter um trabalho já desde há anos connosco mas sempre muito focado na resolução de problemas que resultam ou da falta de infraestruturas ou da segurança das pessoas relativamente ao próprio mar ou na resolução de problemas pontuais que tem que ver também com esse nível de preocupação. (...) há um interesse no desenvolvimento da Cova do Vapor, há um interesse na melhoria das condições que faça com que as pessoas quando lá vão tenham condições maiores de permanência. É interessante também perceber depois que, por exemplo neste momento parte dos membros da associação têm estabelecimentos comerciais lá, o que direciona também, de alguma forma, eu acho que até naturalmente por parte de cada um deles, a lógica de abordagem aos problemas e não houve até ao momento nenhuma perspetiva de intervenção que fosse a de oferecer aos moradores da Cova do Vapor toda a multiplicidade de ofertas artísticas, culturais, educativas, que existem no concelho ou não. (...) Isso foram tudo coisas que, não digo que mobilizaram profundamente as pessoas da Cova, mas fizeram com que algumas das pessoas da Cova pudessem ter trabalhado em coisas que normalmente não trabalhariam porque fugiam àquilo que era o seu quotidiano. (...) Toda a gente tem direito à cultura, toda a gente tem direito à educação, toda a gente tem direito ao usufruto da produção artística mas também toda a gente tem direito à produção artística, qualquer que seja a sua forma. (...) Provavelmente não aconteceria nada disto na Cova do Vapor. (...) Mas também se não houver nenhum interesse da população aquilo morre à partida. Acho que se não tivesse havido pelo menos uma adesão mínima das pessoas aos projetos, acho que não haveria biblioteca, acho que não haveria sequer parte dos projetos que depois vieram a ser concretizados. (...) Se não tivesse havido uma ligação ainda que mínima às pessoas, nós não tínhamos hoje algumas pessoas da Cova do Vapor membros do conselho comunitário da biblioteca.”</p> <p>“(…) a biblioteca é uma coisa que tem um público alvo definido... Há pessoas que estão, de facto, convictas de trabalhar para aquilo, há outras que, se calhar, nem tanto. (...) Continua a haver necessidades, tirando a própria questão da habitação, tirando o próprio facto de ainda haver um trabalho muito grande a fazer naquilo que</p>

As Iniciativas de Intervenção Local dos Arquitetos: Oportunidades de Inovação Sócio-Territorial?

		<p>é a possibilidade daquela população utilizar os serviços e equipamentos municipais (...). Há é que fazer com que as pessoas tirem partido do que existe já feito.”</p>
Empowerment	Reforço das relações sociais	<p>“Com o projeto da Casa do Vapor, houve uma reação muito grande no início mas que, depois, por intermédio da cozinha e por intermédio do outro espaço que havia coberto em que as pessoas podiam lá estar a conversar, etc., havia um lugar de encontro que não existia. Passou a haver um lugar de encontro que não existia. E o próprio facto de se perceber que aquilo era algo que tinha interesse para todos, fez com que algumas pessoas que não se falavam normalmente (eu nem sei se havia razão para que isso acontecesse) passassem a ter relação. (...) Algumas das pessoas com quem pude falar o que me disseram foi isso. Que permitiu uma maior interação dentro da própria Cova do Vapor.”</p>
Mudança das relações de poder	Perceção da comunidade sobre si mesma	<p>“Portanto, acho que o potencial, de facto, destas intervenções não é, por exemplo, na qualificação territorial, porque eventualmente o impacto destas coisas em algo concreto e permanente não é o objetivo, nem é às vezes uma possibilidade, não é ao nível económico, embora possa ter alguma dinâmica associada e que, pontualmente, possa introduzir ali alguma mais-valia para as pessoas, neste caso da Cova do Vapor, mas sobretudo acho que ao nível da própria tomada de consciência daquela pequena população de que, coletivamente, consegue construir e transformar o seu território, isso sim é que acho que é uma coisa interessantíssima. Porque depois não é uma coisa que se esgota na Cova do Vapor e se transporta para as outras coisas todas. Acho que é a grande mais-valia.”</p>
	Contributos para a alteração ou criação de uma imagem exterior	<p>“Acho que no contexto concreto da Casa do Vapor foi uma coisa muito interessante porque ver uma reportagem na televisão turca sobre a Cova do Vapor que tem 183 pessoas nos censos, que tem 350 casas, que de facto está geograficamente num sítio que é encantador, que tem mesmo enquanto peso na área metropolitana, não tem de facto expressão fisicamente, mas depois temos um projeto e um processo que de facto esse sim tem expressão.”</p> <p>“O espólio da biblioteca comunitária da Cova do Vapor só pode ser consultado na biblioteca comunitária da Cova do Vapor.”</p>
	Relação entre CMA, AMCV e comunidade depois das intervenções	<p>“Aquilo que neste momento existe é, de facto, uma integração da biblioteca na rede de bibliotecas mas com um estatuto especial que é uma biblioteca comunitária gerida por um conselho gestor da própria Cova do Vapor e aí está, uma das consequências positivas daquela intervenção em que nos foi possível depois dar mais este passo e estreitar estas relações e também por essa via ter também uma outra presença na própria Cova. (...) Outra também foi o facto de, ter sido possível, ao contrário do que tinha acontecido até aí, uma conversa um pouco mais aberta com as pessoas, o que permitiu, da nossa parte tomar, maior contacto com aquilo que eram as questões que iam preocupando as pessoas e, por outro lado, à própria população da Cova do Vapor, ter maior contacto também com aquilo que eram as razões da posição municipal em algumas matérias. Que foi uma coisa que também, acho eu, que foi importante sobretudo porque acho que abriu um espaço de discussão que não existia e que foi muito positivo.”</p> <p>“Depois permitiu também, por exemplo, que alguns dos problemas que continuavam e continuam a existir na Cova do Vapor fossem discutidos entre as próprias pessoas e das pessoas connosco. Também já percebi que algumas destas questões podem levar a que, por exemplo, haja uma maior dinâmica de trabalho com a associação de moradores ou nas eleições para a associação de moradores ou na exigência de que a associação que os represente de forma diferente ou que trabalhe noutro sentido, se tal for o caso, ou seja, permitiu que, inclusivamente ao nível da própria entidade que representava a população da Cova</p>

		<p>do Vapor houvesse maior consciência por parte das pessoas do trabalho que eles faziam ou não, do trabalho que nos era possível fazer ou não, e do trabalho que nós fazíamos ou não também, que era importante e, sobretudo, uma coisa que para mim não me surpreendeu mas me que tive como dado positivo. Foi o facto de haver interesse por parte daquelas pessoas em participar nas tomadas de decisão das coisas relativamente ao que se passava na Cova. Isso achei muito interessante.”</p> <p>“(…) faz-nos sentido, por exemplo, que um dos projetos da associação de moradores que nos colocou entretanto, e que nós temos vindo a trabalhar com eles, que é a construção dos balneários numa casa que já existe, na casa da curva, possa ser uma realidade. Isso era outra coisa muito interessante. E era tão mais interessante se a associação de moradores conseguir, no lastro deste projeto e deste processo da Casa do Vapor, mobilizar a população para construir e participar nessa transformação. (...) neste momento, os balneários até ganham outra dimensão e outra necessidade pelo facto de haver a biblioteca. (...) Isto é uma necessidade, o projeto da Casa do Vapor deixou aqui algumas raízes que, para nós município, era interessante que pudessem continuar para as coisas, de facto, terem uma permanência e uma consequência que não tiveram até agora. O projeto era sazonal, eram seis meses, depois foram mais seis meses mas entretanto foi desconstruído tudo, e, portanto, para nós o que era interessante era que houvesse uma permanência desta mobilização das pessoas, independentemente da questão do projeto. (...) de alguma informação que vamos tendo da associação de moradores, há uma vontade também em poder tirar partido deste processo e chamar as pessoas a intervir também. Vamos ver como é que a coisa corre mas a perspectiva é um pouco essa. Ir aproveitando o potencial também que a Cova ainda tem, seja de, neste caso a casa da curva que é uma construção que está lá expectante... Não alterando áreas construídas, não tendo nenhuma intervenção de transformação profunda daquele território, como é que nós conseguimos continuar neste trabalho em parceria também, a apoiar estes processos de transformação que, sobretudo, ao nível das próprias populações acho que têm consequências interessantes.”</p>
Categoria: Perceção sobre impactos noutros territórios		
<p>Ligação a outros projetos de outros agentes</p>	<p>Processo e efeitos produzidos por esses projetos</p>	<p>“O projeto é ligeiramente diferente porque ao contrário da Casa do Vapor, aquilo que nos foi colocado foi uma coisa permanente. E para nós tem outro problema que nos dá mais margem de manobra e que nos facilita a intervenção mas que nos coloca outra dificuldade. (...) nas Terras da Costa, a terra é pública. São terrenos municipais que estão concessionados a rendeiros porque são áreas agrícolas. O que é que acontece? É que nós continuamos a querer que as áreas sejam agrícolas. (...) o problema ali é como é que a gente consegue resolver a situação do alojamento e da habitação, e isso tem que ver com políticas que nos ultrapassam a nós. O que nós podemos ter é alguma intervenção mas sempre no quadro ou dos programas PER ou de alguma coisa que seja contratualizada com o Estado. (...) aquilo que se nos colocou a certa altura por parte do <i>ateliernob</i> e dos <i>warehouse</i> era a construção de um projeto, a construção de uma cozinha comunitária com um conjunto de valências. (...) Entendemos que, das duas uma, ou estávamos a falar de um equipamento que fosse, que tendesse para a consolidação daquela ocupação, ou estávamos a falar de um equipamento construído noutros moldes e que se constituísse como resposta a necessidades que as pessoas de facto têm. (...) avaliámos isso nesses termos e aceitámos que a cozinha fosse feita na perspectiva da resposta a essas necessidades e não na</p>

		<p>perspetiva de consolidar aquela ocupação. Mas, por outro lado, deu-nos outras condições de intervir. Por um lado porque temos um quadro de resposta a uma emergência social que nos permite ter uma maior intervenção mesmo no aspeto construtivo, coisa que não tínhamos na Cova do Vapor. Temos condição de, por exemplo, trabalhar também de outra forma nas áreas sociais, cultural, educativa, etc., e sobretudo naquilo que é o apoio logístico e de materiais que conseguimos dar.(...) eu não sei se daqui a um ano a cozinha comunitária vai lá estar. Não faço ideia. Se calhar até lá está de forma diferente, mais, completamente apropriada pelas pessoas de lá das terras da costa e inclusivamente até por outras pessoas que não são das terras da costa. Pode servir ali como um interface interessante entre estas existências na ilegalidade urbanística e as outras existências na legalidade urbanística. Depois a vida das pessoas acaba por ser muito diferente sempre mas pode servir ali como um interface interessante e pode nos dar condições a nós de intervir lá de outra forma, nomeadamente nas outras áreas. (...) Era importante para estes processos que eles conseguissem separar uma reivindicação deles, justíssima, de terem direito a uma habitação como deve de ser (...) da construção da cozinha comunitária e da multiplicação das relações com os vários serviços municipais. Portanto, eu acho que não é um processo fácil, até porque normalmente é o ente público mais próximo que acaba por ver dirigida todas as reivindicações e críticas, justa ou injustamente, mas é o que faz sentido para as pessoas. Mas, de qualquer das formas, é importante nós também ganharmos este espaço de conseguir, de facto, esta argumentação e esta discussão que pode levar a que, mantendo essa reivindicação, que continuo a dizer que é justíssima, façam junto das entidades que, de facto, têm competências e responsabilidades para resolver o problema e aí estaremos lá também com eles a exigir porque concordamos com isso e achamos que é um direito de cada um ter direito à habitação. (...) um processo de realojamento pode levar uma década, duas se se arrastar. Inclusivamente se tivermos a pensar numa coisa que seja construída pelas pessoas, podem ser processos muito mais interessantes mas não aparecem de um dia para o outro. Se calhar então são as outras áreas que têm que ser por nós trabalhadas primeiro, não esquecendo a outra claro. Mas obrigando-nos também em permanência a adaptar o nosso trabalho às necessidades das pessoas, da vida e acho que é assim que tem que ser. É por isso que as pessoas elegem os seus representantes.”</p>
<p>Expansão do projeto noutros territórios</p>	<p>Processo e efeitos produzidos por esses projetos</p>	<p>“Da nossa parte, município, havia um interesse muito grande em que eles, por um lado, se mantivessem lá e continuassem a produzir projetos, e que esses projetos, e é uma perspetiva deles também, se ligassem cada vez mais às pessoas. Por outro lado, (...) para nós também era interessante, que o território de intervenção da associação e destes projetos não fosse só a Cova do Vapor. Se pudesse alargar a toda a frente ribeirinha e pudesse ir desde a Cova do Vapor, por exemplo, até ao Porto Brandão. (...) Uma coisa que lhes foi colocada também foi tirarem partido das estratégias municipais. Nós temos uma área de reabilitação urbana, temos perspetivas de intervenção na Trafaria, temos o presídio que é nosso, temos alguma intervenção também na Cova do Vapor agora, nomeadamente na sequência do projeto da Casa do Vapor, temos estado com maior presença no 2ºTorrão via estes projetos e temos a perspetiva de estarmos a pensar este território na frente toda ribeirinha e não apenas em cada um dos sítios. Tirem partido disso. (...) para nós era interessante porque contribuiu também para o aprofundamento desta estratégia de desenvolvimento do município, e para eles acho que seria interessante também tendo em conta que não há uma competição</p>

		<p>de projetos mas há uma complementaridade de projetos. (...) Abrir um polo da biblioteca comunitária, com um conjunto grande de atividades já experimentadas também no âmbito do projeto da Casa do Vapor, era uma coisa interessante e depois de se pensar em várias soluções de localização, há uma conversa também com a Junta e uma proposta de utilização das instalações do mercado. E aquilo que tem vindo a ser feito neste momento é, de facto, um novo processo de construção com voluntários com uma grande dinâmica e com uma progressiva adesão das pessoas lá da Trafaria, sobretudo por duas coisas parece-me a mim. Para já, porque há uma grande visibilidade do processo de construção daquilo, e depois porque de facto tudo aquilo é muito interativo e chama à ação das pessoas sobre aquilo que se está a fazer. (...) Por outro lado, acho que obriga a um trabalho mais profundo porque acho que foi muito interessante para dar o primeiro passo mas ao contrário da Cova do Vapor onde tudo aquilo foi autoconstruído e onde há uma predisposição das pessoas para aquele tipo de processos, na Trafaria não há. Mas acho que também é importante trabalhar este novo contexto. (...) E o desafio acho que pode vir a ser esse também é, como é que nós conseguimos construir alguns processos, mesmo de iniciativa nossa, de vir a chamar também para estes processos de construção coletiva, conjunta, pessoas, por exemplo, em áreas que aparentemente estão completamente consolidadas.”</p>
Categoria: Perceção sobre o futuro da Cova do Vapor		
	Demolição ou consolidação	“Perspetivas de futuro é difícil neste quadro [constrangimentos supramunicipais]”
Categoria: Perceção sobre as iniciativas de intervenção local dos arquitetos		
Oportunidades e desafios colocados à intervenção municipal	Definição das oportunidades e desafios colocados	<p>“Eu acho que são uma oportunidade e um desafio tremendo naquilo a que nos diz respeito em termos de intervenção municipal, são um desafio tremendo até na mudança que, naturalmente terá de ser feita na abordagem a estes processos.(...) esta situação de crise generalizada, ao mesmo tempo que obrigou a que se multiplicassem soluções pelas próprias pessoas para intervir, também obriga a que a nossa abordagem às coisas seja diferente. E isto não é estar a dizer que tudo o que foi feito para trás está mal, porque foi feito no seu contexto, obriga-nos a estar em permanência a reagir à realidade. (...) são oportunidades de intervenção em territórios, neste caso, onde a intervenção pública é muito difícil e, (...) permite uma permanência das pessoas que promovem estas iniciativas e estes projetos no local onde elas são feitas, coisa que aos municípios é impossível. Nós não conseguimos ter uma pessoa 24 horas em cada um dos sítios onde há projetos porque não temos gente suficiente para isso e porque, de facto, permite criar nos lugares onde acontecem uma grande dinâmica à volta dos projetos, o que também tem consequências positivas para as próprias pessoas nessas próprias localidades. Seja em termos de uma revitalização, se calhar, de uma vida mais social fora de casa, que as coisas tendem a ser feitas, cada vez mais, dentro de portas (...)”</p> <p>“Estes projetos dão a oportunidade para que nós tenhamos condição de promover algumas iniciativas que de outra forma, formalmente, nos estariam vedadas ou dificilmente teríamos condições para as fazer. (...) Depois a preocupação (...) é, perceber sob que princípios é que estamos a trabalhar, perceber que objetivos de curto, médio e longo prazo é que, de facto, em termos do município faz sentido atingir no trabalho com estas pessoas e nestes locais e, sobretudo da nossa parte, penso que tem de ser da nossa parte também, é assegurar que todos os projetos que possam vir a acontecer e que todos os projetos que nós possamos dar condições para que aconteçam, favoreçam esta construção paulatinamente.”</p>

		<p>“Agora, de facto, o que não faz sentido para nós é estar a pensar estes processos, ou como laboratórios, ou como uma moda interessante que faz parecer a câmara bem porque está a trabalhar com os pobrezinhos mas que depois a consequência disto é zero. Portanto, para nós, o que é interessante também é perceber, da nossa parte inclusivamente, o que é que é possível nós alterarmos em termos de funcionamento e em termos de relação com estas populações, para que possamos, de facto, dar maior qualidade e quantidade ao serviço e à relação que temos com essas pessoas.”</p>
<p>Desafios e potencialidades do processo de intervenção</p>	<p>Definição dos desafios e potencialidades colocados ao processo</p>	<p>“Parece que há contextos que favorecem bastante uma adesão mais imediata das pessoas a este tipo de processos. (...) Estes processos implicam, de facto, uma mudança grande da mentalidade das pessoas (...). Parece-me que pensar numa adesão massiva das pessoas a este tipo de funcionamento é uma expectativa que sairá gorada numa primeira fase e que tendo-a como ponto de partida é desmobilizadora para a continuidade do trabalho. (...) Na nossa perspetiva disto, conseguindo nós criar as condições para que alguém promova um tipo de trabalho que envolva as pessoas e que as torne parte destes processos, então, se calhar, daqui a dez anos, nós já temos uma perspetiva mais coletiva de abordagem a estes processos e de auto mobilização para trabalhar estas coisas diferentes. E, sobretudo, porque estes projetos têm outra coisa que é, de facto, abrir a porta para pensar outras coisas que neste momento não são possíveis (...).”</p> <p>“(...) há uma viragem completa ao nível do entendimento do que é a intervenção dos arquitetos, dos urbanistas, etc., devido a esta situação de crise e tudo o mais, também pelo facto de não haver dinheiro para continuar a pagar este modo de produzir arquitetura, mas de facto há um virar de agulha. O virar de agulha acho que tem duas nuances: uma boa e uma má. A boa é que, de facto, obriga a uma atenção maior àquilo que era uma coisa que nunca aparecia na pedagogia da arquitetura, nos últimos tempos pelo menos, que é a vida das pessoas. Havia o urbano, havia a cidade, havia o projeto arquitetónico e as pessoas eram aquelas coisas que tinham de sempre se adaptar ao construído e eu acho que isso virou um bocado a agulha. Acho que as coisas se centraram um pouco na vida das pessoas e na relação das pessoas com os lugares, mesmo territorialmente, geograficamente. (...) Depois há outra questão, que é a parte má da situação (...) A nuance má é o facto de todo este processo de, numa perspetiva mais mercantil da própria arquitetura, (...) virar de agulha. Também abre um pouco esse mercado e trabalhar com os pobrezinhos parece que passou a ser moda e trabalhar com os pobrezinhos sem consequência também passou a ser ainda mais moda.”</p> <p>“A questão fundamental é não abordar isto como um processo de mediatização. Eu acho que eles vão tendo um mediatismo por si próprios, pelo facto, de neste momento serem processos completamente contracorrente (...) A consequência das coisas e como é que é possível integrar as pessoas nos processos. Isso é que eu acho interessante. Acho que é o potencial. É a grande mais-valia. (...) O processo é que permite extrair daí o potencial todo que cada projeto tem intrinsecamente. (...) Transformação social parece ser o mais interessante nisto, mais até do que a forma x ou y que resulta dos projetos.”</p> <p>“(...) estes projetos todos acho que têm uma componente muito forte da construção de processos que envolvam as comunidades e que tem consequências ao nível da tomada de consciência dessas comunidades muito interessante. E sobretudo na dinamização de uma vida social se calhar mais rica do que os outros processos mais <i>standard</i> e que têm apontado como a padronização dos usos, dos ritmos, de tudo, dos próprios horários quer dizer, tendem para isso.”</p>

Anexo G. Dados estatísticos relativos ao território da Cova do Vapor (Censos 2011)

Gráfico 1. Número de edifícios da Cova do Vapor por data de construção

Fonte: BGRI Censos 2011, INE

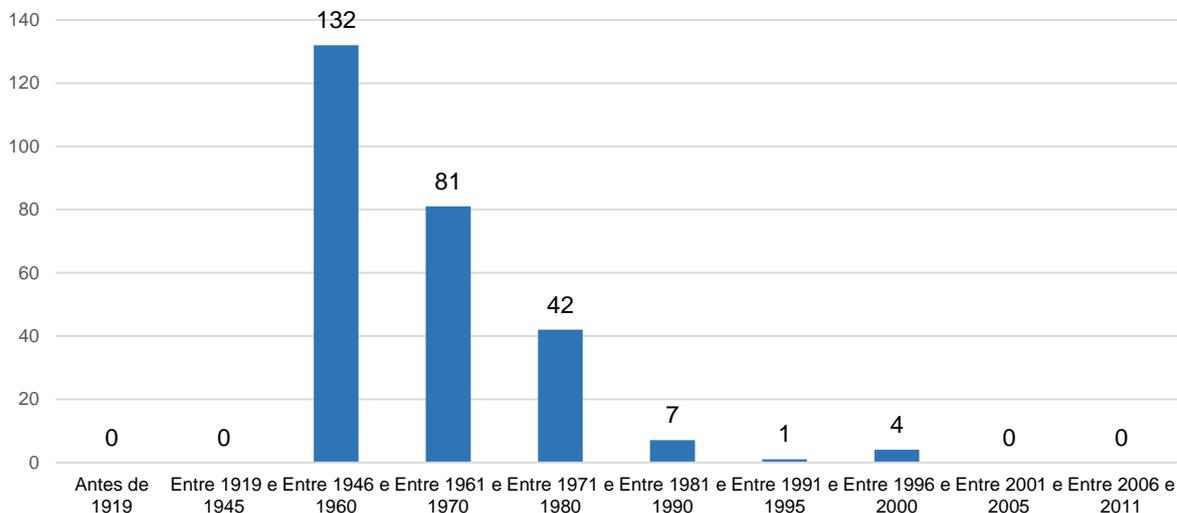


Gráfico 2. Número de residentes na Cova do Vapor por faixa etária e sexo

Fonte: BGRI, Censos 2011, INE

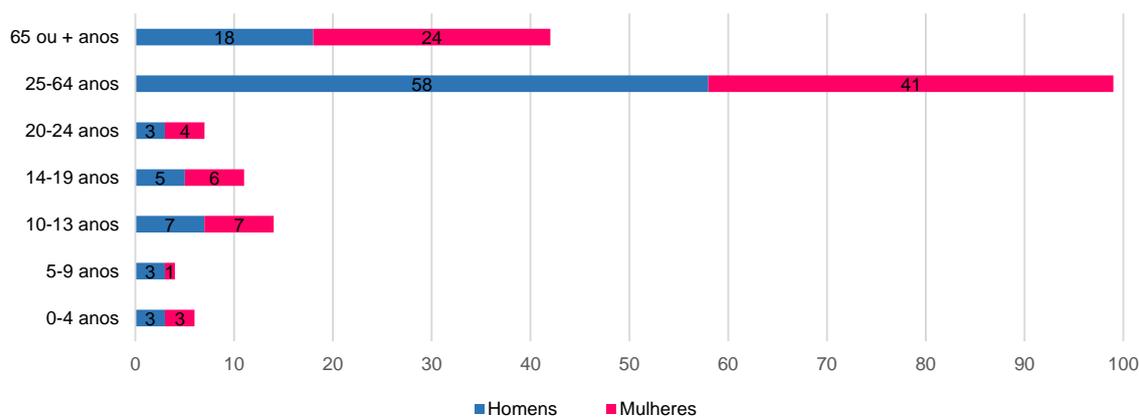


Gráfico 3. Número/percentagem de residentes na Cova do Vapor (in)ativos

Fonte: BGRI, Censos 2011, INE

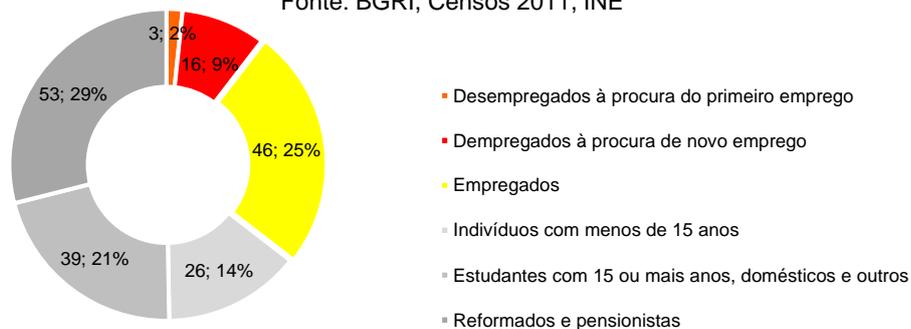
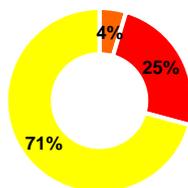


Gráfico 4. Taxa de desemprego na Cova do Vapor

Fonte: BGRI, Censos 2011, INE



- Desempregados à procura do primeiro emprego
- Desempregados à procura de novo emprego
- Empregados

Gráfico 5. Taxa de desemprego comparativa

Fonte: BGRI, Censos 2011, INE

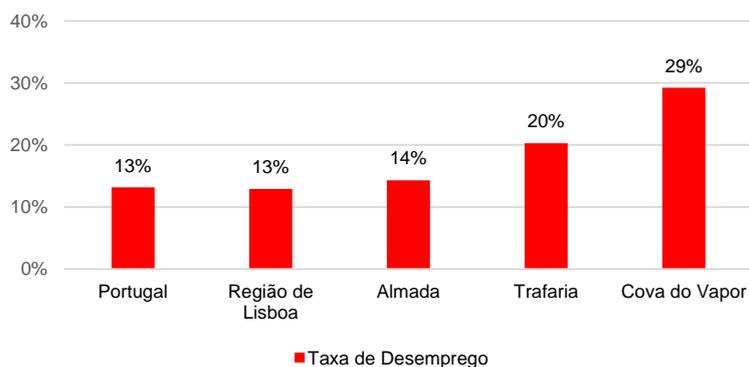
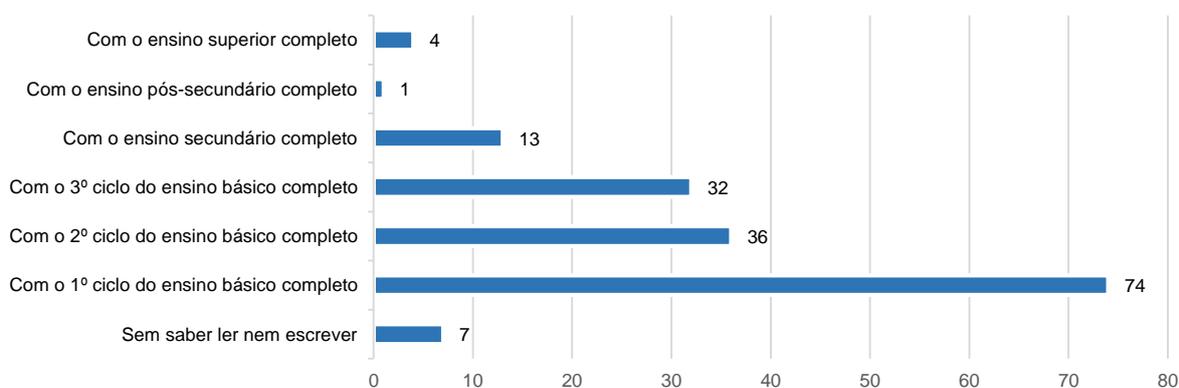


Gráfico 6. Número de indivíduos residentes por nível de escolaridade completo

Fonte: CENSOS 2011



Anexo H. Lista de entidades parceiras e apoiantes da iniciativa casa do vapor

France 3 – Canal de Televisão Público

Casa Azul – Associação para a Revitalização dos Espaços Públicos e o Desenvolvimento do Turismo Cultural de Paraty

Duba – Indústria Metalomecânica

Editora 34

Lameirinho – Indústria têxtil

MARLISCO (Marine Litter in Europe Seas: Social Awareness and CO-Responsibility) - Projeto europeu financiado pela Comissão Europeia no âmbito do 7º Programa-Quadro (FP7) para a Investigação & Desenvolvimento

Quintão – Móveis e Materiais para Decoração e Construção Civil

Rimopis – Materiais de Construção

Silopor – Porto de descarga e armazenamento de granéis sólidos alimentares

Thalassa – Série Documental Televisiva (France 3)

YEMAYA Productions – Sociedade de Produção Audiovisual Francesa

Conserveira de Lisboa

Fonte: *Website* Casa do Vapor

Anexo I. Lista de atividades culturais e artísticas da iniciativa casa do vapor

Dunas Vivas: A Vida das Dunas – atividade de identificação de plantas, de produção de herbários e descoberta de como é que as dunas ajudam a proteger as nossas casas da erosão do mar

Casa Imaginária (sessão 1) – atividade de desenho e escrita da história de uma casa imaginada

Casa Fusão (sessão 2) – construção de maquetas das casas imaginadas

Beatas na Praia – construção de cinzeiros com materiais reciclados

Dia da Criança – ação de sensibilização ambiental sobre Lixo Marítimo (MARLISCO) e concurso de construção na areia

Era uma vez uma sardinha – atividade de colagem

Bandeiras Há Muitas! – criação de bandeiras

Pedrinhas – pintura de pedras

Sessões de Rabiscos e Aguarelas – atividade de desenho e pintura a aguarela orientada pela desenhadora Rita Caré

Olho Egípcio dos Barcos da Costa – pintura de olhos no barco do pescador Tony

Operação Rotunda – decoração da parede da Rotunda com conchinhas

Caça ao Tesouro – atividade de reconhecimento de casas do bairro

Mapeamento Coletivo – atividade de desenho de mapas do passado e presente da Cova do Vapor pelos adultos (“as casas onde vivem juntamente com os restaurantes e estabelecimentos característicos que fizeram parte de uma Cova agora desaparecida”) e de um mapa do futuro pelas crianças (“debruçando-se nos espaços e estruturas que poderiam ser melhorados na Cova” e “reflectiu-se sobre um possível impacto com a construção que se fala para o Terminal da Trafaria...”).

A atividade foi orientada por Paulo Moreira e Pedro Galego do Coletivo Prosaico.

Fonte: *Website* Casa do Vapor